

MONS. QUINTO DAVIDE BALDESSAR

IMIGRANTES

SUA HISTÓRIA, COSTUMES E TRADIÇÕES
NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO SUL
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Imigrantes

Sua história, Costumes e Tradições
No Processo de Colonização no Sul
do Estado de Santa Catarina

(Primeira edição, 1991)

Mons. Quinto Davide Baldessar

2021

Adaptado para o formato digital por Giancarlo Mariot
Capa: "Vida Nova" por Pedro Weingärtner, Nova Veneza, 1893

SUMÁRIO

SOBRE A ADAPTAÇÃO DESTE LIVRO	2
PREFÁCIO	10
PANORAMA HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO PAÍS ..	13
Uma opinião	18
Circunstância da colonização no sul do país	19
O descobridor de Urussanga	23
Recrutamento de imigrantes	27
Regulamento para as colônias do estado	30
Decreto N. 3.784 (19.1.1867) Regulamento para as colonias do estado	30
Capítulo I	30
Capítulo II Administração das colonias	33
Capítulo III Recepção e estabelecimento dos colonos	36
Capítulo IV Disposições diversas	37
Comentários ao decreto 3.784	39
OS PIONEIROS DE URUSSANGA	44
La ballata dell'imigrante	49
Distribuição dos imigrantes	53
As terras	60
Sistema monetário do imigrante	65
MODUS VIVENDI DOS IMIGRANTES	70
A casa residencial	70
A água	73
Móveis domésticos	73
O fogão	74
A alimentação	75
A iluminação doméstica	78
O café	79

O milho	80
O açúcar	82
O arroz	84
A uva e o vinho	86
Gado e outros animais domésticos	87
O fumo	89
Outros suprimentos e fontes de renda	93
As estradas	95
Vestimentas e utensílios domésticos	98
Implementos agrícolas	107
O transporte	110
Correio, telégrafo e telefone	112
Lobisomen e outros fantasmas	112
Saúde	116
Escolas	123
INDÚSTRIAS	132
QUANTOS ERAM?	139
ARQUIVO HISTÓRICO	143
Da lista de passageiros do navio "La France"	148
OS DONOS DA TERRA	149
Estado de beligerância	158
Comentários sobre este incidente	160
...e as mortes se repetiam...	162
Outra versão	164
O roubo praticado pelos índios	167
S.O.S Brado de socorro	171
Panorama geral da situação	177
Proeza arriscada	179
O ataque	183
A chegada	186

Conseqüências e comentários deste episódio	190
Natal Coral	194
Rapto da mulher de Natal Coral	198
NOVA VENEZA.....	202
Colônia Nova Veneza	203
Condições Obrigações da Companhia	204
Obrigações do colono	205
III - Disposições gerais	206
Nosso comentário	207
Quais os caminhos	214
Michele Napoli	216
Pe. Mano e Con. Giacca	219
Os índios na colônia de Nova Veneza	223
Centenário de Nova Veneza	228
Placa de bronze dos imigrantes	231
SÃO BENTO BAIXO	235
NOVA VENÉCIA	238
EPÍLOGO	244
ILUSTRAÇÕES	250
BIBLIOGRAFIA	273
Arquivos Históricos	273
Informes pela tradição oral	274
NOTAS DA ADAPTAÇÃO	275

SOBRE A ADAPTAÇÃO DESTE LIVRO

Por muitos anos eu soube da existência deste livro, que foi fundamental para eu montar a primeira árvore genealógica dos meus antepassados da família Mariot. Mas o acesso a este manuscrito sempre foi difícil para mim, em parte porque só tive acesso a uma cópia, em parte por causa do distanciamento físico. Durante a pandemia de 2020 eu decidi pôr em ordem todo o meu material genealógico em um website na Internet, e neste processo eu quis comparar minhas anotações com as de Quinto Baldessar. Porém, eu não tinha acesso ao livro. Então meu pai se propôs a digitalizá-lo. Mas como o livro digitalizado, por ser uma coleção de imagens, era de difícil manuseamento e consulta, eu decidi transcrever as imagens para o formato texto, preservando, assim, o seu conteúdo em formato digital.

Este documento é o resultado deste esforço.

Este documento é uma reprodução da primeira edição desta obra, com pequenas modificações que esclarecerei em breve.

Eu tentei ao máximo manter o mesmo estilo visual, dimensões, fontes e numeração das páginas; o que é muito difícil, pois o espaçamento do texto é variável. Em relação ao texto, Baldessar era inconsistente no seu estilo gramatical e sintático, o que me faz pensar que esta primeira edição fora datilografada sem nunca ser submetida a uma revisão, e por isso eu me permiti fazer certas modificações. Como eu não tenho acesso à segunda e terceira edições, eu ignoro quaisquer tipos de correções que possam ter sido implementadas depois de 1991. Usei, portanto, senso comum. Erros de datilografia foram todos corrigidos, em português e em italiano (com exceção do que me parece ser uma representação dos maneirismos, gírias e resquícios dialetais dos imigrantes), assim como alguns nomes próprios e nomes de lugares. Encontrei algumas frases inacabadas, palavras omitidas, linhas repetidas, e assim sucessivamente. O texto do decreto 3.784 foi originalmente redigido com mudanças datilográficas do autor, e um artigo inteiro está faltando no manuscrito físico. Eu restaurei este

texto para sua versão original porque, por um lado, eu não vi razão para revisar um texto que pode ser obtido na íntegra alhures, e por outro lado, a lei foi publicada na linguagem da época e creio de devesse ser reproduzida *idem quod*, pois não é criação do autor, mas uma citação. Eu também operei certas mudanças de pontuação que me pareceram anormais ou demasiado confusas e introduzi palavras (entre colchetes) onde creio que tenham sido accidentalmente omitidas.

A única modificação de conteúdo que introduzi neste texto foi no capítulo sobre os índios de Nova Veneza, no trecho que descreve Antônio Nuernberg (páginas 224 a 227), porque o autor introduz esta pessoa múltiplas vezes e põe-se a explicar um fato ocorrido na época que envolveu Nuernberg e os índios, mas a ordem do texto não segue uma narrativa coerente. Julgando ser um erro de edição, eu achei sensato remanejar o texto e remover redundâncias. O texto é do autor, mas a ordem não é a mesma do livro físico.

Outrossim, este é o texto original de Quinto Baldessar, incluindo erros fatuais e extrações.

Um problema na criação desta versão digital é a obtenção e posicionamento de imagens e fotografias digitalizadas com forma e qualidade propícias para publicação. O livro físico possui algumas largas imagens posicionadas em 90 graus. Uma versão digital não requer este tipo de arranjo, a não ser para o propósito de impressão. Portanto eu mudei a orientação das páginas em questão na edição em PDF. Dispositivos modernos devem ser capazes de imprimir estas páginas corretamente.

O livro original possui imagens únicas, mas a qualidade da impressão é ruim e porque o papel é muito fino e as imagens sangram para o verso da página durante a digitalização. Para remediar o problema, eu venho tentando obter cópias independentes destas imagens, com variados graus de sucesso. Algumas foram atualizadas ou completamente substituídas. Elas são as seguintes:

- A fotografia da incursão aos índios na página 259 foi tirada do livro do Pe. Marzano, mencionado múltiplas vezes pelo autor, onde a qualidade é superior; e foi

cedida por Edson João Mariot;

- A fotografia dos irmãos Mariot na página 260 foi restaurada para uma digitalização da original feito por Paulo Mariot;
- A fotografia de Valentina e de Anna Fontanella na página 261 foi substituída por uma versão digital obtida através de Mateus Zuchinalli Canani;
- A imagem do passaporte na página 254 foi substituída por uma similar porque a original está ilegível. Eu não sei quem digitalizou a imagem substituta, mas me consta ser imagem de domínio público;
- A fotografia da casa de Luigi Bratti em Nova Veneza na página 263 é difícil de entender e foi substituída por outra fotografia, colorida, tirada de ângulo similar por Laís Schulz em 2017;
- As digitalizações das listas de bordo do vapor Sorata e do vapor La France foram substituídas por cópias retiradas do acervo digital do Arquivo Nacional;
- A imagem do *Ruolo della Popolazione della Frazione de Pirago e Muda* na página 253 é um híbrido digital, entre a imagem original, preta e branca, e uma fotografia feita do mesmo documento, sobrepostas.

As demais imagens são digitalizações do livro físico, tratadas e restauradas por mim na melhor da minha habilidade.

Essas imagens foram reduzidas para manter o tamanho deste documento sob controle. Eu disponibilizo estas imagens em alta resolução no meu website, caso o leitor deseje obter versões maiores ou comparar as imagens substitutas com as originais.

Eu também modifiquei o sumário, que na versão física está no fim do livro: no formato digital faz mais sentido manter o sumário no começo do livro. Eu também criei uma hierarquia dos tópicos abordados no livro, embora ela só seja visível no sumário. No livro físico não existe hierarquia: todos os "capítulos" são iguais.

Por fim, Baldessar cometeu certos erros neste livro que eu acho que deveriam ser observados. Eu tenho evidências que o autor não teve durante suas pesquisas, portanto eu pus algumas

notas no fim do livro que aparecem numeradas no corpo do texto, especialmente na página 147, no que diz respeito aos pioneiros da família Mariot.

Talvez um dia eu possa comparar este livro com a edição de 2005 e publicá-lo com notas de rodapé mais detalhadas, capítulos propriamente numerados, certos trechos removidos do corpo principal e imagens melhores. Porém, por ora, esta versão deve cumprir sua função de preservação.

Esta versão digital só foi possível com a ajuda de outras pessoas. Agradeço meu pai, Gilberto Mariot, por ter feito pacientemente as digitalizações de todas as 276 páginas do livro físico no espaço de muitas semanas. Agradeço também meu tio-quarto (bisneto do tio do meu bisavô), Paulo Mariot, por ter obtido fotografias originais para este documento e ter pacientemente feito suas respectivas digitalizações; agradeço um descendente da família Longo, Edson João Mariot, por ter cedido sua digitalização da imagem da incursão aos índios; um descendente da família Baldessar, Mateus Zuchinalli Canani, sempre feliz em auxiliar no resgate deste material e por auxiliar na busca das novas imagens, e Laís Schulz por graciosamente ceder sua fotografia de Nova Veneza.

Algumas das notas da adaptação no fim do livro são resultado de pesquisas independentes, que não teriam sido possíveis sem a ajuda de Zelma Mariot Hilbert.

Mais detalhes sobre os Mariot podem ser encontrados no website supracitado e disponível abaixo.

Giancarlo Mariot
Londres, 24 de julho de 2021

<http://familia.mariot.me.uk/imigrantes.html>

QUEIRA DEUS QUE ESTE LIVRO POSSA AJUDAR A
MANTER ACESA A MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS
BALDESSAR E MARIOT
E OUTRAS COM ELAS RELACIONADAS
NÃO PERMITINDO QUE OS ANOS APAGUEM O EXEMPLO
QUE TIVEMOS DE DIGNIDADE E NOBREZA
NO GESTO DETERMINADO DE LANÇAR-SE
RUMO AO DESCONHECIDO
PENSANDO NO FUTURO
PENSANDO EM NÓS
OS SEUS DESCENDENTES

O autor deste livro se reserva os direitos autorais, no entanto, autoriza a reprodução à vontade, livre e graciosamente, por quem quer que seja, desde que não altere o seu texto e seu título e faça constar o nome do Autor.

Dedicatória

Voltando, com o meu pensamento a mais de um século no passado, vejo a determinada decisão de meus antepassados, quando se lançaram rumo ao desconhecido, pensando no futuro de seus filhos, netos e bisnetos:

Querendo render-lhes uma homenagem, dedico:

"Imigrantes sua história costumes e tradições"

à memória dos meus:

Bisavô paterno, Antônio Baldessar, *1825.Imigr. 04.10.1879

Bisavó paterna, Anna Baldessar, *1832.Imigr. 04.10.1879

Bisavô materno, Matteo Ignazio Mariot, *1818. Imigr.05.11.1879

Bisavó materna, Anna Fontanella Mariot, *1826. Imigr. 11.04.1882

Avô paterno, Luigi Baldessar, *1866. Imigr.04.10.1879

Avó paterna, Luigia Muttini Baldessar, *1873.Imigr.04.10.1879

Avô materno, Pietro Mariot, *1848. Imigr.11.04.1882

Avó materna, Lucia Olivier Mariot, *1856.Imigr.11.04.1882

Pai Antônio Baldessar, *1892. + 29.07.1982

Mãe Margarida Mariot Baldessar, *1890. + 27.07.1974

Irmão Davide, falecido com poucos dias de vida em 1915

Irmão Arcângelo, falecido com 08 meses, em 1932

Cunhado Anibal Bristot, *1931, + 04.04.1976

em Homenagem e apreço aos meus:

Irmã Luiza Cornélia e cunhado Octavio Nuernberg

Irmão Luiz e Cunhada Nilda Bilo

Irmão Pedro e cunhada Celeste Quíquio

Irmão Fioravante e cunhada Luiza Coral

Irmão Arno e cunhada Angelina Peterle

Irmão Olindo e cunhada Madalena Coan

Irmão Octavio Cezário e cunhada Madalena Damiani

Irmã Gelma e cunhado Gervásio Nuernberg

Irmã Josefina e cunhado David Sartor

Irmã Yolanda e cunhado Aluim Michels

Irmã viúva Lúcia Maria Baldessar Bristot

e ainda Como penhor e tentativa demostrar um caminho que arduamente percorremos, para que nele continuem até atingir as mais altas metas, todos os meus sobrinhos, sobrinhos netos e bisnetos que já ultrapassam o número de 180, descendentes do tronco genealógico Antônio Baldessar e Margarida Mariot Baldessar, meus pais.

O Autor

Sou grato,

Pela graciosa e expressiva colaboração de:

Maria Laide Moreira, que pôs em termos datilográficos todas as letras deste livro.

Cel. Luiz Geraldo Matheus Figueira, por ter-me apoiado na retaguarda desta guerra com todo seu entusiasmo e otimismo.

Cap. José Euzébio de Oliveira, pelas soluções imediatas.

Prof. Raquel Seiffert pelas sugestões e préstimos

Meus irmãos Luiz, Pedro, Olindo, Iolanda e Lúcia Maria por me terem acompanhado nas pesquisas.

E aos anônimos pelos valiosos depoimentos.

O Autor

Gli Italiani

**Essi non portarono soltanto la volontà di lavorare
portarono una civiltà**

Quando gli Zolletti, i Salvatori, Filippi, Baldessarini,
Viecelli, Crippa, Franceschi, i De Carli e tanti altri sbarcarono
in Brasile cento anni or sono, questo paese incominciò
ad essere più vitale, più ricco e molto più allegro. Arrivati con la fede,
la speranza e la volontà di lavorare, i veneti, i lombardi,
i friulani ed i trentini portarono con loro l'amore per la terra,
il fervore religioso, le case semplice col giardino nel davanti
e al di dietro l'orto, e all'intorno i polli, le anitre ed i capretti;
il forno per fare il pane, la mamma, il nonno;
la minestra per il pranzo e la cena, gli gnocchi, la polenta,
il risotto, i maccheroni e le polpette; la salute di ferro,
le bocce, la fisarmonica, il violino e l'opera;
la famiglia numerosa, la conversazione allegra, la schietta risata, il ciao,
il gusto pei proverbi: «meglio un uovo oggi che una gallina domani»;
il lutto stretto, il tono drammatico, la piccola industria
dell'abbigliamento e quella degli accessori agricoli;
le cantine, la coltivazione del guano, della segale e del granturco;
l'amore e la pazienza con i pergolati d'uva; ed una bevanda,
semplice ed allegra come erano essi piena di vita: il vino.

TRADUÇÃO DO TEXTO ACIMA:

"OS ITALIANOS"

"ELES NÃO TROUXERAM SOMENTE A VONTADE DE TRABALHAR"
"TROUXERAM UMA CIVILIZAÇÃO"

"Quando os Zolletti, os Salvatori, Filippi, Baldessarini, Viecelli, Crippa, Franceschi, os De Carli e muitos outros desembarcaram no Brasil há cem anos, este país começou a ser mais vital, mais rico e muito mais alegre. Chegados com fé, esperança e vontade de trabalhar, os vênetos, os lombardos, os friulanos e os trentinos trouxeram com eles o amor pela terra o fervor religioso, as casas simples com jardim na frente e nos fundos a horta e ao derredor os frangos, os marrecos e os cabritos; o forno para fazer o pão, a mamãe, o vovô; a feijoada para o almoço e para o jantar, as massas, a polenta, o risoto, o macarrão e as almondegas; a saúde de ferro, as "bochas", o acordeão, o violino e a ópera; a família numerosa, a conversação alegre, a risada irrequieta, o "tchau" e o gosto pelos provérbios:

"melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã", o luto fechado, o tom dramático, a pequena indústria dos utensílios e aquela dos equipamentos agrícolas; as cantinas, o cultivo do trigo, do centeio e do milho; o amor e a paciência com as parreiras; e uma bebida, simples e alegre como eram eles cheios de vida: o vinho".

(De "Contributo alla Storia della Presenza Italiana in Brasile" - G.M.)

PREFÁCIO

Partindo da própria convivência diária com a família que me viu nascer e crescer, e das inúmeras oportunidades de diálogo nos encontros, visitas e reuniões de grupos aparentados nas ocasiões de confraternizar algum acontecimento em famílias do círculo doméstico e vizinhanças, pretendo ter uma razão a mais para poder discorrer sobre um assunto que tem empolgado os estudiosos dos fatos em referência, isto é, a imigração que se deu no final do século dezenove no sul do Brasil.

Desde a segunda década de minha vida, tomei interesse por este assunto. Aprazia-me conversar com os mais velhos, quando de minhas repetidas visitas de férias, abordava meus avós e os de sua idade. Talvez mais afortunado do que qualquer outro de meus irmãos ou parente próximo pelo fato de meus estudos abordarem o assunto e a disponibilidade de tempo nos quase três meses de férias de cada ano.

Tudo isto me fez avaliar melhor o quanto uma família lutou para sobreviver e vencer na vida. Mesmo assim expresso

aqui meu preito de homenagem àqueles que também lutaram mais arduamente e não chegaram a vencer.

Meu modesto trabalho não será um aprofundamento histórico sobre o que já tanto se escreveu, mas esclarecer alguns pontos que quase se perdem nas brumas do passado ou se misturam às lendas, aos exageros ou, simplesmente, dá lugar a fantasia.

Para melhor situar o leitor, vou tentar emoldurar historicamente o assunto que será abordado nas páginas que seguem.

A comemoração de diversos centenários de colonização no sul do estado de Santa Catarina que estão ocorrendo nestas últimas décadas, me deu oportunidade de entrar mais a fundo no assunto.

Li tudo o que me caiu nas mãos referente à imigração dessa época.

Há livros publicados que, sem dúvida, representam um esforço conjunto muito expressivo e louvável da parte de quem se dedicou a trazer para a atualidade o que ocorreu há um século ou pouco mais.

São trabalhos eméritos todos eles, mas o que de modo brilhante emerge acima dos demais, por ter sido escrito por um contemporâneo dos eventos iniciais há um século, é o livro "COLONI E MISSIONARI ITALIANI NELLE FORESTE DEL BRASILE" do Pe. Luigi Marzano, em boa hora traduzido pelo Pe. João Leonir Dall'Alba, sob o título "Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil".

Pe. Marzano foi o primeiro Sacerdote a residir e trabalhar em Urussanga, mesmo antes de existir uma Paróquia, e seu sucessor Mons. Agenor Neves Marques seguiu os passos iniciais de Pe. Marzano, escrevendo abundantemente sobre a história da colonização. Outros muitos autores, há ainda que abordaram os mesmos assuntos e que são dignos de apreço.

De minha parte, penso em poder dar uma modesta colaboração sobre o assunto, pois como nascido no município de Urussanga, tenho a vantagem de ser um descendente em segunda geração dos pioneiros e com isso a própria tradição oral de família me dá o privilégio de poder ilustrar certos pontos de maneira inédita.

Chego a pensar que seria injusto com minha própria família, com os parentes e coetâneos se não o fizesse, uma vez que, com certeza, poucos e muito poucos teriam tido a mesma chance de o fazer, já que, desde a época de meu longo currículo escolar, graças a meus pais e irmãos que me mantiveram no seminário por longos treze anos e entre um ano e outro os três meses de férias que eu aproveitava

para voltar a Urussanga a visitar parentes e amigos e assim ilustrar sempre mais meus conhecimentos a respeito do assunto.

Entre os historiadores que abordaram o assunto, me sinto privilegiado por estar tratando do assunto de dentro para fora e não de fora para dentro. Eu estive lá dentro, eu vivi um pouco da realidade do imigrante e sofri com aqueles que sofreram e de lá, de dentro, posso exteriorizar e divulgar, em boa parte, uma experiência vívida e sofrida, como sofreram meus avós, meus pais e irmãos para alcançar os padrões de uma vida que agora vivemos.

Foram duros aqueles verdes anos nos albores de uma aurora turbulenta, dolorosa, e tinta de sangue, mas que, finalmente, despontou numa manhã mais amena e mais cheia de esperanças.

Ao longo de meus relatos procuro definir, sempre que possível, o relacionamento ou grau de parentesco das pessoas a quem me refiro ou de quem recebi algum contributo de informações para poder compor estes escritos.

Faço isto para poder dar melhores motivos de fidedignidade e credibilidade aos fatos transcritos baseados na tradição oral, sobretudo das famílias Baldessar e Mariot, mas também de outros parentes e amigos com os quais convivi e compartilhei na sorte e na desventura, nas fadigas e nos lazeres.

O que escrevo tem por finalidade demonstrar como Deus Sabe fazer-se presente mesmo na adversidade e desventura apesar de parecerem ínrios os caminhos todos estão levando a um bom termo.

Brasília, DF, aos 26 de julho de 1991

PANORAMA HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NO SUL DO PAÍS

Frequentes vezes, abordando o assunto imigração, ouvi assertivas de que os imigrantes do fim do século passado vieram trazer a solução para a mão de obra do trabalho que os escravos libertos deixaram de realizar.

Até os meados do século dezenove, a desumana escravatura foi o ignobil sustentáculo da economia de boa parte dos países, assim chamados, "civilizados", sobretudo no que se referia à agricultura, pecuária, transporte, até mesmo nos afazeres domésticos e na incipiente indústria.

Aos poucos a Europa se libertou dessa ignominia. Até que enfim, aqueles povos entenderam que os direitos humanos deveriam estender-se a todos os homens, de todas as classes, de todas as raças.

Os países europeus começaram a pressionar países da América nos quais ainda vigorava a escravatura, no sentido de acabar com ela.

O Brasil, a custo, conseguiu sensibilizar-se para tomar a primeira medida. Foi em 1850 que uma Lei governamental proibiu o tráfico de escravos procedentes da África. Não aconteceu o mesmo em favor de nossos índios escravizados.

Países chegaram a assinar tratados autorizando-se mutualmente a aprisionar navios negreiros e levar a julgamento os traficantes, dando liberdade à "carga humana", destinada ao mercado escravagista.

O movimento abolicionista interno nasceu e se fortaleceu na década de 1860.

O próprio governo imperial se sentia mal posicionado em face de outros países da América que já tinham abolido a escravatura. Os últimos países do Novo Mundo a abolir a escravidão foram Cuba e Porto Rico no ano de 1870.

O Brasil "lanterninha" abominável, tinha o receio de que a abolição viesse a causar a ruina da produção do café e do açúcar.

Os abolicionistas levantaram suas vozes na imprensa e

nos movimentos de massas em favor do escravo.

Os intelectuais, os políticos, a Igreja lutaram energicamente pela abolição. No entanto o Brasil andava em passo de tartaruga neste respeito.

De 1870 em diante, o Brasil era o único país em que ainda se mantinha a chaga indigna do ser humano escravizado.

Os abolicionistas gritavam sempre mais alto. O Governo Brasileiro ia arranjando paliativos para dar uma resposta aos abolicionistas.

Começou pela Lei do "Ventre Livre", isto é, toda a criança nascida de uma escrava devia ser considerada livre para todos os efeitos. Mas, pela força da Lei, tal filho "livre" deveria permanecer sob a tutela do dono da mãe escrava até a idade dos 21 anos.

Somente então, ele seria livre de direito e de fato.

Portanto a Lei do "Ventre Livre" não deu liberdade a ninguém, porque a Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, quando os mais velhos beneficiados pela Lei do "Ventre Livre" mal completavam 17 anos.

As últimas duas décadas antes da abolição ferveram em campanhas prós e contras.

O Governo fraco receava tomar uma medida contra os homens do café e da cana de açúcar. Eis que surge um paliativo para dar tempo ao tempo. Desta vez foi a "Lei do Sexagenário". Nem mesmo o nome da Lei foi honesto, pois por essa Lei o escravo que completasse 65 anos e não 60 anos era alforriado.

Vale observar que nessa época a média de vida de um escravo não ia além dos 30 anos.

O cerco implacável dos abolicionistas chegou ao ponto final, quando em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea.

Nessa época, havia no Brasil 720.000 escravos para uma população de 14.500.000 habitantes.

No decurso destes acontecimentos sobre uma situação tão contestada e absurda, era fácil prever que a escravatura estava com seus dias contados.

Era necessário e urgente encontrar uma solução.

O escravo, uma vez liberto, seria apto para o trabalho assalariado?

Sabido que, de modo geral, o relacionamento entre patrões e escravos era muito tenso, sabido, também, que os escravos, em sua maioria, odiavam seus patrões, jamais se poderia pensar que eles optassem em continuar servindo àqueles de quem desde longos anos vieram recebendo maus tratos e injustiças.

Certamente, prefeririam marginalizar-se nas periferias urbanas do que como libertos, continuar se sujeitando no mesmo trabalho escravo.

E o trabalho não poderia parar de uma hora para outra. Era urgente encontrar um substitutivo afim de preencher o claro que a abolição abriu.

Quem haveria de tocar em frente a mão de obra pesada dos cafezais e canaviais, das fazendas de gado e do cacau e outros?

Em 1847 um paulista da família Campos Vergueiro, prevendo I Lei da extinção do tráfico negreiro, que se deu três anos depois, conseguiu uma verba da parte do Governo Imperial afim de trazer da Alemanha 80 famílias de imigrantes para a sua fazenda de café em Ibicaba, no interior de São Paulo. Criou-se uma situação difícil, pois o sistema era escravagista. O próprio Governo Alemão teve que intervir mediante os canais diplomáticos.

A história dos Imigrantes patrocinados pelo Governo é longa, é dramática, é diversificada, é cheia de sofrimentos e trabalho escravo da parte de quem se arriscava a deixar sua terra natal no além-mar e aventurar-se ao desconhecido. Quando foi adotado um tipo de trabalho de empreitada, os colonos se conformaram, mesmo sem nunca ter a esperança de se tornar donos de um pedaço de terra onde pudesse, com o suor derramado, colher os frutos para o seu próprio benefício.

Rapidamente os fazendeiros perceberam que este novo tipo de trabalho assalariado rendia mais do que com o

escravo. O escravo não tinha o incentivo do seu lucro particular. O escravo não era auto-suficiente. Ele devia ser alimentado, devia ser vestido e em caso de doença, não podia ser dispensado e se morresse, seria um prejuízo enorme para o patrão que o tinha comprado por muito dinheiro. Outro problema, eram as fugas dos escravos, que, geralmente, se davam no tempo das colheitas.

O imigrante eximia o patrão de uma série de compromissos que o colono respondia por si só. Se morresse não daria prejuízo, se adoecesse não seria problema do patrão. As vestes, o alimento e outras eventuais necessidades eram todas por conta do colono. E neste sentido, por certo, bem piores do que as condições de escravos.

Segundo o ponto de vista dos fazendeiros, o escravo já não interessava, deveria ser substituído pelo imigrante, pois significava muitas vantagens.

No entanto, o "modus vivendi" desta nova figura no trabalho braçal, também, se tornou muito polêmica.

Até onde iria os direitos e deveres de uns e de outros.

Cada fazendeiro, cada colonizador fazia as leis para si e as impunha de maneira autoritária e arbitrária, sem alternativa.

Parece que aqui vale o ditado popular: "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come...". Sem alternativa...

Transcrevo aqui um trecho da "História do Brasil" de L. Koshiba e D.M.F. Pereira: "... buscava-se no Brasil uma solução alternativa à mão-de-obra escrava na economia do café.... Essa solução baseou-se na imigração de europeus, que se comprometeram a cultivar certo número de cafeeiros, a colher e a beneficiar o produto, repartindo o dinheiro da venda com o fazendeiro. Todavia os resultados alcançados não foram positivos, e a colônia de parceria fracassou, pois os colonos eram tratados como escravos, vitimados pela arraigada consciência senhorial e escravocrata do fazendeiro. Além disto as frustrações dos colonos eram enormes, pois a dívida contraída pelo preço da passagem e

mais seis por cento ao ano, jamais seria saldada, por causa de sua baixa lucratividade".

Pe. Luigi Marzano, em seu livro supracitado, também se refere à situação escravagista dos imigrantes, em diversas passagens, Como nesta: "Em São Paulo, onde raramente o colono se torna proprietário, a imigração, se não era subsidiada pelo Estado, era, porém, objeto de especulação dos ricos fazendeiros. Os colonos, especialmente italianos, eram importados por conta deles. Em vagões fechados e escoltados, conduziam-nos às fazendas de café, onde, trabalhando sob os raios de fogo do sol, mal nutridos, e ainda mais mal abrigados, descontavam "usque ad ultimum quadrantem" (até o último centavo) o dinheiro que o fazendeiro empatara em sua viagem: condição esta pouco inferior àquela dos escravos..... Antes que sejam estipulados novos acordos entre os dois governos, é melhor que se feche a imigração que torna escravos os nossos compatriotas".

Teoricamente ser imigrante poderá parecer uma maravilhosa aventura, mas a realidade nua e crua a respeito dele não tem nada de poético e sim muito de sofrimento, de privações, de doenças, de trabalho, de suor, de lágrimas e de sangue.

UMA OPINIÃO

Antes de entrar no mérito desta questão dos imigrantes, de minha parte, talvez por ser um de seus descendentes e ter ainda sentido, um pouco, na própria carne, a situação premente em que vivi com meus familiares e por ter sido informado de viva voz, da situação bem mais causticante da geração de meus pais e avós, eu me considerava um cidadão sofrido, imbuído, um pouco por um complexo de inferioridade, que me acompanhou em toda a vida que vivi, em virtude da procedência de minha família, que começou no último degrau daquilo que ainda se pode considerar nível humano. Sempre tive uma conceituação que considerava própria, exclusiva e muito negativa sobre aquilo que meus antepassados imigrantes e seus descendentes viveram à mingua e sofreram à larga.

Ainda que vivendo a maior parte de minha vida, longe das paisagens, longe dos conterrâneos, parentes e familiares, sempre tive um amplo desejo de informar o meu modo de pensar, ainda que me parecesse isolado, exclusive e solitário.

Ao ler tudo o que me caiu nas mãos, sobretudo nesses últimos 15 anos, quando começou a era dos centenários de imigração, percebi que meu modo de pensar não era único, bem como ia percebendo as distorções da história nesse, relativamente curto espaço de tempo, em assuntos que meu próprio nome ia sendo, incorretamente, avaliado.

Sempre julguei que os imigrantes e seus primeiros descendentes viveram em grau superlativo àquilo que a humanidade de hoje tanto reprova e que se chama - ESCRAVIDAO:

Mas mesmo assim, vivendo e trabalhando e trabalhando e trabalhando dia e noite, houve quem vencesse. E eu me considero um deles, graças a meus pais e irmãos, como muitos outros parentes poderão dizer algo semelhante, mas nem todos.

Hoje eu percebo que meu modo de pensar não foi isolado. Minha opinião razoavelmente difundia, desde longa data, encontra apoio.

CIRCUNSTÂNCIA DA COLONIZAÇÃO NO SUL DO PAÍS

Era do interesse do Reino de Portugal que o Brasil Colônia fosse colonizado o quanto antes, mas os contratemplos e obstáculos eram muitos e muito grandes. Eram as distâncias, as dificuldades de comunicação, a falta de recursos na nova terra, as florestas, os índios.

A Metrópole, por sua vez, sentia a sangria permanente de sua população que deixava o Reino para se estabelecer na Colônia. Simplesmente a troca de terras não oferecia grandes atrativos, pelo fato de um agricultor deixar seu trabalho de campo para dedicar-se ao mesmo trabalho de campo numa terra muito mais desprovida de meios de toda a espécie, sobretudo no setor de saúde, educação para os filhos, abastecimento de bens de consumo doméstico, etc.

Há um aspecto que devemos abordar para melhor nos situarmos no contexto histórico da colonização no Brasil.

Foi o célebre Tratado de Tordesilhas.

As duas grandes potências expansionistas do século 15 eram Portugal e Espanha.

Suas frotas marcantes cruzavam os mares em todas as direções, somando sucessivas descobertas de terras novas que ampliavam seus domínios.

Rapidamente surgiu entre ambas um relacionamento difícil pelos direitos reclamados de ambas as partes.

Foi quando de comum acordo resolveram procurar uma intermediação de um terceiro que não tivesse interesses imediatos sobre as futuras descobertas. A pessoa escolhida para intermediar seria o Papa Alexandre VI. Em 1493 o Papa promulgou a bula "Inter coetera" (Entre outras coisas). Baseados neste documento papal, Portugal e Espanha elaboraram o Tratado de Tordesilhas no ano seguinte. Este Tratado recebeu o nome da cidade espanhola em que foi assinado pelos plenipotenciários dos dois países.

O Tratado de Tordesilhas dava a Portugal o direito de explorar e colonizar a faixa de terras do Brasil que estivessem ao oriente de uma linha reta, traçada de norte a

sul, partindo de Belém do Pará até Laguna em Santa Catarina.

Em 1529 o Tratado de Saragoça fazia semelhante divisão no Extremo Oriente na altura das Ilhas Filipinas.

Até essa época os povos europeus eram governados por príncipes cristãos que acatavam e respeitavam a autoridade do Papa, mas em seguida veio a Reforma Protestante que colocou em contestação tal autoridade da Igreja Católica.

Em nosso atual modo de avaliar, nada parece mais óbvio.

Francisco I, Rei de França, sentindo-se prejudicado, já, antes dos meados do século 16, punha em xeque os dois Tratados de Tordesilhas e de Saragoça, quando exigia, em seu modo de se expressar, um Testamento assinado por Adão e Eva que fazia a doação das terras do mundo a dois países: Portugal e Espanha.

Portugal e Espanha mantinham como válidos tais Tratados, mas ambos, tacitamente, os burlavam.

A Monarquia Francesa procurou impôr o princípio jurídico e diplomático do "uti possidetis" que parte de um outro princípio filosófico: "res derelicta primi occupantis" (a coisa abandonada pertence ao primeiro ocupante).

Se bem que Portugal e Espanha não contestassem o Tratado de Tordesilhas, ambos procuravam pôr em prática o princípio filosófico acima.

Os franceses, holandeses e ingleses também fizeram suas tentativas nas terras da América e, sobretudo, Brasil.

Nossos Bandeirantes aprofundaram o mapa do Brasil até os atuais limites que vão muito além do previsto pelo Tratado.

Os Comandos Militares de fronteira construíram quartéis, fortins e fortalezas, como Ricardo Franco e Cáceres nos limites com Paraguai e Bolívia, Pedro Teixeira e Plácido de Castro na Amazônia. Os missionários indígenas também implantavam as armas de Portugal por onde passavam, se bem que, muitas vezes, os missionários espanhóis que desciam dos Andes, entravam pelo Amazonas, pacificamente, fizessem o contrário.

O certo é que a linha de Tordesilhas entortou muito a nosso favor.

Por ela o Brasil não teria mais do que dois milhões de quilômetros quadrados. Os outros seis e meio milhões os devemos ao fato de nem Portugal e nem a Espanha terem encontrado o testamento de Adão e Eva para fornecê-lo a Francisco I, Rei de França, no século 16.

Ainda que o Tratado de Tordesilhas nunca fosse rigidamente executado, sabe-se que, oficialmente, ele existia e para salvar as aparências da parte das autoridades governamentais, ele era discretamente resguardado.

Diga-se, ainda, que o Sul do país estava em muita evidência pelas diversas tentativas dos espanhóis na Colônia Cisplatina, Colônia dos Sacramentos até na Ilha do Desterro, atual Florianópolis, que voltou a nós pelo Tratado de Santo Ildefonso.

Por outro lado, percebe-se que as autoridades do Brasil Colônia procuravam encobrir o desrespeito do Tratado quando não o incentivavam pela invasão da linha divisória.

Um fator que influiu favoravelmente no sentido de invadir a linha de Tordesilhas foi o que ocorreu na história da sucessão portuguesa.

Com a morte prematura do Rei de Portugal, D. Sebastião, na idade de 21 anos, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, contra os Mouros, o trono português não teve outro herdeiro senão o seu tio avô, o Cardeal D. Henrique, que, obviamente, também não deixou herdeiro.

Considerando-se o herdeiro legítimo, em 1580 o Rei Filipe II de Espanha assumiu o poder em Portugal e consequentemente o Brasil Colônia passou a ser governado pelo Rei da Espanha, ainda que Portugal não tivesse perdido totalmente sua independência política.

Este estado de coisas perdurou durante 60 anos, quando a Casa de Bragança em 1640 assumiu o poder em Portugal sem grande reação da parte de Espanha que estava envolvida em graves problemas internos. Somente 18 anos depois é que a Espanha reconheceu o novo governo de Portugal.

Enquanto os dois Reinos de Espanha e Portugal eram governados pela, assim chamada, União Ibérica, a linha de Tordesilhas perdeu a sua importância, pois o mesmo Monarca governava ambos os lados da linha demarcatória.

Assim que a Casa de Bragança, com D. João IV, assumiu, como Rei de Portugal e Brasil, o governo tratou de implementar o desenvolvimento na Colônia. A invasão da linha demarcatória não tinha grandes consequências e, antes, era discretamente incentivada e encoberta por qualquer razão.

Em Santa Catarina Laguna era o último reduto, oficialmente, pertencente a Portugal. Por essa razão Laguna foi colonizada no século 17, ainda na vigência do governo da União Ibérica.

As terras ao sul de Laguna eram consideradas colônia espanhola.

Como disse acima, o governo português, veladamente aceitava as invasões e a penetração em direção oeste e a Espanha com crescentes problemas internos "não tinha tempo" de fazer valer o Tratado de Tordesilhas.

O princípio "uti possidetis" era norma para o colonizador e graças a ele o Brasil foi engordando.

O DESCOBRIDOR DE URUSSANGA

D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão e Camilo Silva e Mascarenhas atestam num documento do Arquivo da Comarca de Laguna: "Além disso a Coroa Portuguesa incentivava toda e qualquer descoberta feita, para baixo da linha Tordesilhas, que passavam pela vila de Laguna".

Neste mesmo documento o Descobridor de Urussanga, Capitão Manoel de Souza Porto, expõe as razões que o levou "compulsoriamente" a ultrapassar a linha de demarcação de limites: "...que andando na diligência de um grande número de reses que desaparecera de sua fazenda de Garopaba, sita no Distrito da mesma vila (de Laguna), viera a achá-las, com despesas excessivas de peões..."

O Cap. Manoel de Souza Porto parece preocupado em aduzir "motivos", pelos quais foi levado a atravessar a linha divisória de limites: "... o grande número de reses que desaparecera..." E mais: "...com despesas excessivas de peões...", pelo que, certamente, estaria sugerindo uma "indenização" em terras, o que realmente ele conseguiu.

Certamente na corte não havia nenhum entendido em pecuária e por isso os "motivos" o "justificaram" plenamente: a fuga do gado e as excessivas despesas com peões.

Imaginemos uma fazenda de gado em Garopaba. Este gado todo ou em parte se desgarrou do rebanho "em grande número" e percorreu mais de cem quilômetros (em linha reta) e de qualquer maneira deve ter atravessado as lagoas de Laguna. Diga-se, de passagem, que o gado nada bem na água profunda, mas se não é tangido ele não atravessa por si mesmo nem um curso de água. Outra alternativa desse rebanho teria sido enfrentar as florestas virgens das montanhas de Imaruí, Pescaria Brava até entrar na região de Tubarão, Pântanos de Congonhas e Jaguaruna. Essa região era infestada de índios e feras da melhor qualidade, o que teria dificultado a chegada desse gado na região do atual município de Urussanga.

Mas isto não importa, o importante é que "...viera achá-las, com despesas excessivas de peões, em um campo que tem de largura três léguas, e de fundos léguas e meia, o qual demorava nos rumos a saber: pela frente (praia, mar) ao Nordeste Sudeste, tendo por divisa uma continuação de morros sujos, altos combros então cobertos de matos grossos e pelo sertão Noroeste Sudoeste, partindo pelo sul, com os nascimentos do Rio "Oruçanga" até confinar com os pântanos do mesmo rio."

Realmente tal "campo e Pântano" existem e naquela época deveriam estar cobertos de coqueiros que vieram a dar o nome ao atual Distrito de Cocal que nos primeiros tempos os imigrantes chamaram de Acioli de Vasconcelos.

O mesmo documento acima citado escreve "que o rio Oruçanga era um grande Rio Navegável capaz de grande navegação até a distância de mais de quatro léguas. O Capitão de Ordenanças quando descobriu as terras de sua sesmaria, fatalmente foi atraído pelo mistério da selva, vasculhando todo o vale do rio, ainda mais que era tão fácil a navegação pelo mesmo".

O rio Urussanga, hoje dragado e retificado em grande parte, passa pelos referidos "Pântanos", mas em todo o seu percurso é um "pobre" rio com muito pouca água, para ser um "grande Rio Navegável capaz de uma grande navegação..."

O rio Urussanga nasce pouco acima da cidade de Urussanga, não tem nenhum afluente importante. Sua extensão total, desde as suas nascentes não ultrapassa os 45Km.

Ao meu ver o nosso generoso descobridor de Urussanga deve ter feito uma confusão entre o rio Urussanga e o rio Araranguá. Este rio, realmente teria a possibilidade de ser "um grande Rio Navegável capaz de uma grande navegação até a distância de mais de quatro léguas".

A distância de 4 léguas levaria até acima da atual cidade de Araranguá, onde este rio, em poucos quilômetros de curso recebe os afluentes do rio Sangão, Mãe Luzia, São Bento, Cedro, Rio Morto, Manoel Alves, Jundiá, Turvo, Amola Faca e outros menores.

Na minha infância esse rio me fazia medo pelas suas águas escuras e tranqüilas. Diziam os pescadores de tainha e bagre que ele tinha de seis a oito braças de profundidade. Isto significa até 17 metros. Hoje não terá tal profundidade devido ao assoreamento vindo dos campos agricultáveis, que seus afluentes atravessam bem como a água poluída do carvão dos municípios de Forquilhinha, Içara, Criciúma, Siderópolis e Treviso.

A Estrada de Ferro Dona Tereza levou seus trilhos até a estação Barranca, em frente à cidade de Araranguá porque nos planos iniciais poderia fazer conexão com a navegação do rio Araranguá, dependendo sempre de um molhe a ser feito em sua desembocadura no mar próximo ao Balneário Morro dos Conventos.

Como nunca apareceu verba para tal molhe o rio Araranguá nunca foi navegado por grandes barcos.

A Barra Velha do rio Araranguá era bem mais ao norte da atual barra junto ao Morro dos Conventos.

A antiga barra do rio Araranguá e a barra do rio Urussanga não distavam mais do que alguns quilômetros, o que, talvez, teria levado o Cap. Manoel de Souza Porto a enganar-se e confundir as características de um rio com o outro.

De qualquer maneira o que a história de Urussanga deve reconhecer no Capitão de Ordenanças Manoel de Souza Porto que ele, realmente é seu descobridor, por ter sido o primeiro a colonizar e habitar parte do Município de Urussanga.

Em 1773 ele recebia os direitos solicitados de uma sesmaria de 18 quilômetros de extensão, de frente para o mar, e 09 quilômetros para o interior.

Essas terras estariam posicionadas na região das desembocaduras dos rios Urussanga e Araranguá (pela barra velha), que hoje abrangeia toda a área do Balneário do Arroio do Rincão e mais do que isso no atual Município de Içara, que anteriormente foi de Criciúma e antes disso de Urussanga, pois um foi sendo desmembrado do outro. A profundidade de tal Sesmaria ultrapassaria um pouco a atual

linha da BR 101, até, ao menos em parte, os trilhos da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, ou cidade de Morro da Fumaça.

Conta a "História de Santa Cantarina", Grafipar, que a partir de 1774 o Cap. Manoel de Souza Porto teria residido em sua Sesmaria como pecuarista.

Com sua morte a região ficou abandonada por quase um século, quando a 26 de maio de 1878, data da chegada do 1º contingente de imigrantes italianos, esta região acordou do seu letargo.

Penso que afirmar que "Manoel de Souza Porto é o descobridor do local onde hoje está edificada a cidade de Urussanga", não é bem correto.

Sua Sesmaria estava situada na faixa litorânea, à beira mar, onde não havia florestas, mas vegetação baixa, própria para um campo de criação de gado.

O perímetro urbano de Urussanga dista do mar, em linha reta, mais de 35 quilômetros.

Por outro lado, não seria impossível ao Capitão fazer uma "excursão" ou "incursão" pela floresta montanhosa até atingir as imediações da atual cidade de Urussanga, se bem que era a área dominada pelos Botocudos, nessa época ainda caçados pelos escravagistas e que tinham fama de serem valentes e agressivos.

O certo é que o Capitão de Ordenanças Manoel de Souza Porto se tornou o descobridor e primeiro morador dessa terra, hoje, abençoada, "paese della duccagna" que foi a gigantesca aventura de meus avós, o berço de meus pais e o meu berço.

RECRUTAMENTO DE IMIGRANTES

Para o governo imperial era urgente implementar a mão de obra para a produção dos bens de consumo doméstico e para a exportação.

Com a extinção do tráfico de escravos em 1850, a imigração foi incentivada pelo Governo.

Feitos estudos e pesquisas sobre o potencial humano e as condições de vida dos colonos no além-mar chegou-se à conclusão que o melhor arsenal, como fonte de procura bem-sucedida, seriam certamente os italianos do norte da Itália por diversas razões.

Tratava-se de um País com 302.000 quilômetros quadrados com uma população que nessa época já atingia os 30.000.000 de habitantes.

Os habitantes no norte da Itália seriam os mais indicados, fáceis de abordar e convencer para enfrentar a odisseia do imigrante. A região mais indicada seria o Vêneto.

Essa região, de longa data vinha sendo massacrada pelas idas e vindas de guerras intermináveis. Ali era passagem obrigatória das convulsões bélicas.

Excluindo uma região litorânea no entorno de Veneza, a região é muito montanhosa. Ao longo do rio Piave as montanhas escarpadas se elevam até as geleiras eternas. Mais ao norte, nas imediações de Belluno, há mais rochedo do que terra cultivável. As encostas são muito íngremes e saturadas de penhascos, paredões, cânions. Isso tudo dificulta o trabalho do agricultor que por estas circunstâncias é todo manual.

Os invernos são extremamente frios pelas nevadas prolongadas no começo de cada ano. Grossas camadas de neve cobrem completamente o solo por longos períodos. A vegetação nessas encostas é escassa. Os pomares ou vinhedos exigem muros de arrimo ou taipas para evitar a erosão e manter aquele pouco de terra agricultável que uma vez levado pela erosão não há onde buscar. Há grandes extensões incultiváveis em virtude do solo pedregoso ou a inclinação da encosta muito pronunciada, das neves que perduram e quase emendam de um inverno com o outro.

Os habitantes da região que vivem fora das cidades, em sua maioria são pobres que residem em humildes residências, a maior parte delas construídas de pedra, algumas muito bem cortadas e muito bem sobrepostas.

Mais adiante vamos constatar como nossos imigrantes tiraram proveito do trabalho artesanal com a pedra, na construção.

Nesta região em que a vida do colono era dura e pesada, cheia de privações e muito trabalho braçal é que o nosso Governo Imperial foi fazer o primeiro recrutamento de colonos para o sul do país: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A partir de 1876, através de panfletos, conferências de enviados especiais, anúncios nos jornais, foi feita a divulgação, pintando a terra ao colono com esperanças de ser o dono do solo por ele trabalhado, coisa com a qual a maior parte dos colonos novos não podia nem sonhar.

Os conferencistas nem sempre foram honestos, exagerando pelo ouro e pedrarias que por toda a parte se recolhia em abundância, sem esforço de trabalho e sem muito suor. Até árvores auríferas havia e pérolas preciosas nas frutas, como nas ostras orientais.

O sonho da casa própria, de ser proprietário de suas terras. Tudo facilitado a preços minúsculos, com prazos intermináveis para saldar empréstimos e adiantamentos feitos pelo governo. Ninguém precisaria preocupar-se em pagar a viagem, pois o Governo patrocinaria tudo.

É evidente que a maioria absoluta não teria condições de atrever-se a tal aventura se tivesse que pagar sua própria viagem com dinheiro sonante.

Mas aquele pobre povo sonhava alto "Con il paese della cuccagna".

Ser proprietário, ter suas próprias terras férteis onde tudo poderia ser plantado e colhido com abundância.

E as saudades da Pátria Mãe, dos parentes, dos amigos que ficariam? Mesmo assim, compensaria.

Talvez a certeza ou, ao menos a esperança de um dia poder voltar para rever tudo. Voltar a passeio, pois o

dinheiro lhes parecia fácil na nova terra. E poder contar, poder falar, poder exibir-se como uma espécie de herói de dois mundos, tendo subido um degrau dentro da escala dos valores sociais.

O "Eldorado" dos portugueses agora se tornara "il paese della cuccagna", dos italianos.

Entre os italianos do Vêneto circulava uma grande euforia e a cada passo surgia mais um candidato que se dispunha a deixar tudo em seu Vêneto e buscar a aventura na América.

Lançar-se rumo ao desconhecido era assustador, mas as condições dos colonos do norte da Itália, também eram tão precárias que muito pouco teriam a perder.

A própria Itália passava por uma crise muito séria nesta época.

Era a política revolucionária, eram os impostos e taxas que extorquiam uma boa parcela das parcias rendas, eram os exploradores feudatários daquelas terras pedregosas e íngremes que mal produziam para poder pagar as rendas aos donos das terras. Lá o colono se sentia espoliado sem poder reagir, contra seu explorador, sem nunca ter a esperança de um dia ser proprietário do solo por ele trabalhado.

Este o grande sonho: SER PROPRIETÁRIO. Ser proprietário para derramar seu suor e lágrimas mais feliz, mais seguro e com a certeza de um dia poder vencer na vida.

A maioria das famílias que se aventuraram ao grande lance eram famílias novas, carregadas de crianças ou eram jovens ainda solteiros.

Desde que tivesse completado 18 anos, seria contemplado com os direitos que a lei lhe garantia, inclusive um lote de terras, desde que o pagasse nos termos da Lei. O prazo de pagamento lhe parecia fácil: seis anos com um de carência mais 7% de juros.

REGULAMENTO PARA AS COLÔNIAS DO ESTADO

Para que o leitor conheça as circunstâncias, condições e cláusulas a que foram submetidos os Imigrantes, vamos transcrever na íntegra a legislação pertinente.

DECRETO N. 3.784 (19.1.1867)**REGULAMENTO PARA AS COLONIAS DO ESTADO****CAPITULO I****FUNDAÇÃO DAS COLONIAS, DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E
CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE**

Art. 1º As colonias do Estado serão creadas por Decreto do Governo Imperial, com designação do respectivo nome e districto colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro do Governo.

Art. 2º Cada districto colonial deverá conter, pelo menos, em seu perimetro a área equivalente a um territorio de quatro leguas quadradas, ou metros 174.240,000 dividido, em lotes urbanos e ruraes, depois de fixada a localidade mais conveniente á séde da povoação.

Art. 3º Os engenheiros encarregados dos trabalhos concernentes á fundação das colonias, levantarão a sua planta geral, a qual conterá não só a designação dos lotes medidos e demarcados, o traço das estradas e pontes projectadas, rios e grandes corregos, e quaesquer disposições topographicas, como os terrenos reservados para a povoação, que, de acordo com o Director da colonia, houverem sido destinados para ruas, praças, logradouros publicos, igreja, escola, cemiterio, casa de administração, cadêa e outros edificios coloniaes. Destas plantas se tiraráõ tres cópias, uma para o archivo da colonia, outra para a Secretaria da Presidencia, e a terceira para a Directoria das terras publicas e colonisaçao.

Art. 4º Os lotes rusticos serão distribuidos em tres classes: os da 1^a terão uma área de 125.000 braças quadradas, ou 605.000 metros quadrados, os da 2^a de 62.500 braças quadradas, ou 302.500 metros quadrados, e os da 3^a de 31.250 braças quadradas, ou 151.250 metros quadrados, equivalentes a 1/2, 1/4 e 1/8 dos lotes de 250.000 braças quadradas, ou 1.210.000 metros quadrados, mencionados no art. 14 § 1º da Lei de 18 de Setembro de 1850.

Os lotes urbanos poderão ser divididos em diversas classes, podendo variar as frentes entre 10 e 20 braças, ou 22 e 44 metros, e os fundos entre 20 e 50 braças, ou 44 e 110 metros, conforme as disposições do terreno reservado para a povoação. Todos os lotes acima mencionados serão figurados na planta, da colonia com a competente numeração.

Art. 5º O preço da braça quadrada (4,84 metros quadrados), assim nos lotes rusticos, como nos urbanos, será arbitrado pelo Director, segundo a fertilidade, situação e mais circumstancias do terreno á vista do memorial descriptivo do engenheiro, e á medida que se forem descortinando as terras da colonia.

Este arbitramento poderá variar entre os limites de 2 a 8 réis para os lotes rusticos, e de 10 a 80 réis para os urbanos; devendo, depois de approvado pelo Presidente da Provincia, ser igualmente indicado na planta da colonia.

Art. 6º Os colonos, á sua chegada, poderão escolher livremente o lote, a que derem preferencia, pagando á vista o preço fixado segundo a respectiva classificação.

Para os que comprarem a prazo se addicionará, ao preço marcado 20%, e será o pagamento feito em cinco prestações iguaes, a contar do fim do segundo anno de seu estabelecimento.

O colono, porém, que pagar antes dos respectivos vencimentos terá um abatimento de 6%, correspondente ao total da prestação, ou prestações anticipadas.

Art. 7º Os filhos maiores de 18 annos terão direito á escolha de lotes com as mesmas condições, para se estabelecerem separadamente, quando assim o requererem.

Art. 8º Os lotes rusticos serão entregues com a medição e demarcação das respectivas frentes e fundos, e com uma picada de 10 a 20 braças ou 22 a 44 metros de extensão em cada uma das divisas lateraes indicadas por tres marcos. Nos mesmos lotes haverá uma área de 1.000 braças, ou 4.840 metros quadrados, de derrubada e uma casa provisoria com dimensões sufficientes para uma familia.

Art. 9º Haverá duas especies de titulos para os colonos, a saber: titulos provisorios, ou de designação de lotes, e titulos definitivos de propriedade, passados segundo os modelos annexos de nos 1 e 2.

Os primeiros, assignado pelo Director da colonia, serão dados aos colonos, que comprarem terras a prazo: os segundos, assignados pelo Presidente da Provincia, serão entregues áquelle que houverem saldado quanto deverem á Fazenda Nacional.

Os titulos, assim provisorios, como definitivos, serão entregues gratuitamente aos colonos dentro de tres mezes, contados do dia em que tomarem posse de seus lotes.

Art. 10. Na hypothese de compra a prazo o colono não poderá sujeitar a onus real de qualquer natureza que seja, nem as terras, nem as bemfeitorias nellas existentes, ficando umas e outras hypothecadas á Fazenda Nacional para pagamento de todas as quantias que, dever ao Estado, e das multas em que incorrer.

Fica entendido que não se comprehendem nesta disposição os casos de herança legitima ou testamentaria ou de legado, nos quaes passará a propriedade para o herdeiro ou legatario com o mesmo onus da hypotheca.

O titulo provisorio, de que trata o art. 9º, será registrado em um livro especial, aberto e rubricado pelo Director.

Art. 11. Os titulos definitivos conterão: 1º, a exacta descripção das confrontações do lote; 2º, as distancias e rumos das linhas divisorias com declaração da declinação da agulha; 3º, a superficie quadrada e os nomes dos hereos confrontantes; 4º, as condições e os onus, a que pelo presente regulamento ficão sujeitos os colonos

compradores.

Quando a configuração do lote não fôr regular, o engenheiro traçará sobre o titulo um pequeno mappa do mesmo, por elle assignado.

Art. 12. Todo o colono que dentro de dous annos, contados da data em que fôr empossado do lote comprado, não tiver nelle estabelecido morada habitual e cultura effectiva, perderá o direito ao mesmo lote, o qual, precedendo os competentes annuncios, será vendido em hasta publica.

Do producto da venda se deduzirá em primeiro lugar a importancia do que ao Estado estiver devendo o colono remisso, e em segundo lugar a de quaesquer outras dvidas provadas, a que esteja sujeito; e, se restar alguma quantia, será entregue ao dito colono, e, em sua ausencia, immediatamente recolhido á Thesouraria da Provincia.

A todo o tempo, e da mesma fórmâ, se procederá a respeito dos lotes de terras, rusticos ou urbanos, cujos possuidores deixarem em abandono por mais de dous annos.

CAPITULO II

ADMINISTRAÇÃO DAS COLONIAS

Art. 13. Nas colonias do Estado haverá uma junta composta de oito membros, a saber: o director, que a presidirá, o medico, e mais seis, escolhidos entre os colonos, que tenhão pago toda a sua dvida ao Estado.

Art. 14. Serão membros da primeira junta, os colonos que mais promptamente se tiverem exonerado de sua dvida; e, quando excederem de seis os individuos nesta condição, o Presidente da Provincia, sobre proposta do director, escolherá d'entre elles os que lhe parecerem mais habilitados.

As funcções desta junta provisoria duraráõ sómente um anno.

Art. 15. No fim deste periodo o director enviará ao Presidente da Provincia uma lista dos nomes de doze colonos,

em quem concorrão, além da referida condição, as de intelligencia e moralidade, acompanhando-a de todos os esclarecimentos que sirvão para motivar a preferencia na escolha dos seis membros da junta definitiva.

Art. 16. Esta junta será triennal, devendo o director, tres mezes antes de findar este prazo, fazer a competente proposta para a nova junta, que entrará em exercicio no primeiro dia do anno seguinte.

Art. 17. A junta poderá deliberar, achando-se presentes o seu Presidente e mais quatro membros.

Art. 18. Nos casos urgentes, quando se difficultem as reuniões da junta, ou a deliberação, por morosa, se torne prejudicial aos interesses da colonia, o director resolverá por si mesmo, manifestando as razões do seu proceder na primeira reunião da junta para serem transcriptas na acta respectiva.

Art. 19. Se da continuaçao das sessões da junta tambem resultar detimento á colonia, poderá o director suspendelas.

Art. 20. O director poderá ainda suspender a execução das deliberações da junta quando forem de encontro ás disposições do presente regulamento ou ás leis em vigor, ou finalmente damnosas á colonia.

Tanto neste caso, como nos previstos nos dous antecedentes artigos, dará imediatamente participação do seu procedimento ao Presidente da Provincia.

Art. 21. Se o Presidente da Provincia aprovar o acto, poderá, julgando conveniente, declarar dissolvida a junta, e mandar fazer nova proposta para nomeação de outra, depois de ter consultado o Governo Imperial.

Art. 22. Em quanto na colonia não existirem colonos em numero sufficiente, e nas supraditas condições, para a formação da junta, exercerá o director todas as funcções, que a ella competem.

Art. 23. À junta colonial compete deliberar sobre a distribuição da renda da colonia com applicação sómente aos seguintes objectos:

1º Construcçāo, reparos e concertos de edificios destinados ao culto, á instrucçāo e á administração, assim como de estradas e pontes.

2º Abertura de caminhos coloniaes, construcçāo de pontes provisorias e pontilhões, mediçāo de lotes, derrubadas, casas provisorias para recepçāo e estabelecimento de colonos.

3º Prestaçāo de auxilios ordinarios e adiantamentos aos colonos, conforme as disposições do presente regulamento, e ordens do Governo.

4º Acquisição de boas raças de animaes, mudas de plantas e sementes, bem como ensaios de cultura de certos generos de lavoura, que possāo melhor prosperar na colonia.

Art. 24. Compete outrosim á junta:

1º Deliberar sobre a organisaçāo do orçamento animal concernente aos objectos e serviços indicados no artigo antecedente, contemplando nelle as despezas da administração, e outras determinadas pelo Governo.

2º Resolver nos termos do presente Regulamento sobre a venda dos lotes de terras dos colonos que os deixarem sem beneficio e cultura effectiva, ou em abandono.

3º Resolver pela mesma fórmā sobre os casos, em que os colonos devāo ser admoestados, privados dos favores garantidos, ou excluidos do districto colonial.

Art. 25. Compõe-se a renda da colonia:

1º Das quantias com que o Governo Imperial concorrer para o seu custeio.

2º Do producto dos lotes.

3º Dos adiantamentos feitos aos colonos, e das multas, que lhes forem impostas.

4º Do desconto até 5%, que se fizer nos salarios dos trabalhadores, segundo o disposto no art. 35.

Art. 26. Compete ao Director, além das attribuições e obrigações mencionadas em outros artigos:

1º Superintender e dirigir todos os negocios e serviços da colonia.

2º Arrecadar toda a renda, e effectuar a sua

applicação, na fórmā deliberada pela junta.

3º Velar sobre a recepção, bom acolhimento e estabelecimento dos colonos recem-chegados.

4º Distribuir os lotes de terras, entregar os respectivos titulos, fazer effectivos os adiantamentos, auxilios e favores garantidos neste regulamento.

5º Empregar em trabalhos coloniaes, a salario, os que mais careção deste auxilio, e com preferencia os recem-chegados.

6º Fiscalizar a execução do presente regulamento, impondo aos seus subordinados as penas em que incorrerem.

7º Executar as decisões da junta.

8º Apresentar em tempo competente as contas da colonia, e os relatorios a seu cargo.

Art. 27. Nas colonias do Estado podem as partes autorizar os seus arbitros para julgarem, por equidade, as questões civeis, que se suscitem, independentemente das regras e fórmas de direito.

CAPITULO III

RECEPÇÃO E ESTABELECIMENTO DOS COLONOS

Art. 28. Cada colonia terá um edificio especial, onde se recolhão provisoriamente os colonos recem-chegados até receberem seus respectivos lotes.

Art. 29. Durante os primeiros dez dias de estada, os colonos, que o reclamarem, serão sustentados á custa dos cofres da colonia, debitando-se-lhes a importancia do adiantamento para ser reembolsado na fórmā do art. 6º.

Art. 30. No dia em que o colono entrar na posse do seu lote lhe entregará o Director, como auxilio gratuito para primeiro estabelecimento, a quantia de 20\$000; e ao que fôr chefe de familia um donativo igual por pessoa maior de 10 annos e menor de 50.

Art. 31. Os colonos terão direito a receber na mesma occasião as sementes mais necessarias para as primeiras

plantações destinadas ao seu sustento, e bem assim os Instrumentos agrarios de que precisarem; sendo o custo destes, bem como o da derrubada, casa provisoria, e de quaesquer adiantamentos, reunido ao preço das terras, para ser pago conjunctamente com este, e pela fórma já declarada.

Art. 32. Havendo trabalho na colonia, serão nelle empregados os colonos, que o quizerem nos primeiros seis meses.

Art. 33. O Director fará a distribuição dos serviços de maneira que a cada adulto de uma familia correspondão, pelo menos, 15 dias de salario por mez, ou 90 dias no semestre.

Para esta disposição computão-se douz menores por um adulto.

Art. 34. Tanto quanto fôr possivel, o serviço para os colonos recem-chegados consistirá na preparação da estrada em continuação de suas frentes, nas derrubadas, e construcção de casas provisorias, de fórma que haja sempre 20 a 50 lotes promptos para nelles se estabelecerem novos colonos.

Art. 35. Nas colonias, em que houver mais de 500 habitantes, se fará nos salarios dos colonos empregados em obras coloniaes um desconto nunca superior a 5%, que entrará como renda para os cofres respectivos, depois de approvado pelo Presidente da Provincia.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 36. O colono, que deixar de se occupar assiduamente em sua lavoura ou industria, será admoestado pelo Director, ou privado dos trabalhos e favores coloniaes, precedendo ordem da junta, se não se emendar.

Art. 37. O colono, que, por sua ociosidade e máos costumes, fôr pela junta reconhecido incorrigivel, deixará de pertencer ao regimen colonial e será excluido do respectivo distrito pelo Presidente da Provincia, se o julgar conveniente ao bem estar e aos interesses da colonia, procedendo-se a respeito do lote e bens que lhe pertencerem,

na fórmā do art. 12.

Art. 38. Os colonos, que tiverem de enviar qualquer quantia para fóra do paiz, poderão entregal-a ao Director, mediante recibo de sua importancia, com declaração da especie da moeda.

Art. 39. O Director entrará imediatamente com a quantia para a Thesouraria de Fazenda; dando todos os esclarecimentos relativos ao destino que deverá ter, a fim de que a remessa se faça pelo Governo ao cambio do dia, sem onus ou despeza alguma para os colonos.

Art. 40. Nas colonias, que d'ora em diante se fundarem, é expressamente prohibido, sob qualquer pretexto, a residencia de escravos.

Igualmente não poderão nas existentes estabelecer-se pessoas que levem escravos em sua companhia.

Art. 41. O Director apresentará semestralmente ao Presidente da Provincia um relatorio circunstanciado sobre o estado e desenvolvimento da colonia durante o semestre findo, de conformidade com o modelo nº 3; e annualmente o orçamento da receita e despeza do exercicio financeiro seguinte, organizado pela junta colonial.

Art. 42. De tres em tres meses prestará o mesmo Director contas na Thesouraria de Fazenda das despezas realizadas.

Art. 43. O Governo, quando julgar conveniente, fundará em algumas das colonias asylos agricolas para os menores de 18 annos, que forem orphãos, ou cujos pais, retirando-se da colonia, os tenham deixado ao desamparo.

Nestes asylos dará o Governo sustento, vestuario, curativo, e instrucção primaria e religiosa, cuidando ao mesmo tempo de industrial-los, conforme suas forças e idades, em trabalhos e officios mecanicos, que tiverem immediata relação com a agricultura.

Art. 44. As disposições deste regulamento serão extensivas ás colonias existentes em tudo que lhes for applicavel.

Art. 45. As instrucções especiaes para a execução do presente regulamento serão expedidas pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1867

Manoel Pinto de Souza Dantas.

COMENTÁRIOS AO DECRETO 3.784

Vale a pena discorrer um pouco à luz da realidade sobre a teoria imposta ao imigrante que não tinha como se posicionar a não ser submeter-se à risca para não perder os poucos direitos que lhe restavam, porque para retornar à Pátria de origem era praticamente impossível.

Art. 4º:"...Este (preço por braça quadrada), arbitrariamente poderá variar entre os limites de 2 a 8 reis para os lotes rústicos (rurais) e de 40 a 80 reis para os urbanos".

Nosso comentário será em torno dos lotes rurais (rústicos) que são os que nos interessam.

Para que uma família grande possa viver comodamente com seu trabalho artesanal em terras de média fertilidade para o plantio, para o gado: algumas vacas, para o leite, queijo e algum charque, alguns cavalos para o transporte e também para o trabalho, uma junta de boi para o carro de boi, alguns porcos para a banha, pois não havia qualquer outra espécie de gordura ou óleo, algumas galinhas para os ovos e para a canja ou macarronada e ainda uma reserva, que hoje designaríamos como "ecológica", mas que na época era uma reserva de recursos para a sobrevivência, pois dessa reserva de mata nativa se retirava a madeira para a construção das casas, era nessa reserva que se procurava a madeira para os moirões das cercas em redor de casa e para o gado, era ali que se buscava o pranchão para as pontes improvisadas, ali também catavam-se os cipós para as cordas necessárias ao gado, aos bois carreiros, a palheira que se utilizava para cobrir as casas também era colhido ali, as taquaras para os cestos, balaios e jequis também vinham dessa reserva de mata, enfim para tudo isto o colono necessitaria de um lote de 1^a classe, conforme a especificação do Decreto, isto é, que tivesse uma área de 60 hectares.

Mas tal lote avaliado "arbitrariamente", como diz o Decreto, entre 2 a 8 reis por braça quadrada, tal lote chegaria ao valor médio de 1.250\$000, isto é, na linguagem da época, um conto duzentos e

cinquenta mil réis.

Pe. Luigi Marzano, no capítulo III de seu livro, relata que o Diretor da Colônia pagava 11\$000 (onze mil reis) para o trabalho braçal mensal em abrir estradas.

Se tal dinheiro pudesse ser reservado exclusivamente para pagar o terreno, o colono levaria 114 meses ou nove anos e meio. Mas o que dizer se este dinheiro nem dava para a comida... pois, de início, era toda comprada.

Por todas as razões o colono optava por um lote menor, o de 2^a classe, isto é de 30 hectares, ou seja, a metade do acima especificado.

Sabemos, no entanto, que o colono tinha outros muitos gastos de absoluta necessidade, desde o alimento, o vestuário, ferramentas, utensílios domésticos. Sapatos, nem pensar, eram os tamanquinhos...

O livro "Siderópolis - Uma grande aventura" em seu capítulo: "Dorme, criança, dorme...", retrata bem as despesas na página "DEVE" e os créditos na página "HAVER" no livrinho de contas que cada um possuía em segunda via.

Catorze anos depois daquilo que é narrado por Pe. Marzano, isto é 1892 os preços já estavam melhorados ou inflacionados...

Em 1878 o salário mensal do trabalho braçal era de 11\$000 (onze mil reis). Em 1892 já chegava a ser pago na razão de pouco mais de um mil reis por dia.

O citado livro menciona o valor do lote: 600\$000 (seis centos mil reis).

Parece tratar-se de lote de 2^a classe, isto é, o de 30 hectares.

Dois machados, uma foice e uma enxada valiam 14\$500 (catorze mil e quinhentos reis).

Na média uma família dispendia de 25 a 30 mil reis pelas necessidades domésticas mais prementes, durante 15 dias. Isto, até a primeira colheita, quando começaria a comer seu próprio milho, feijão e arroz plantados e por ela, colhidos.

E aquela malfadada caderneta tinha lançado também a

viagem, com as despesas anexas.

Meu pai guardou nos arquivos domésticos uma lista de preços pagos por compras efetuadas no começo do século.

Nessa lista consta o valor de uma novilha 20\$000 (vinte mil reis), o preço de um cavalo 25\$000 (vinte e cinco mil reis).

Portanto o colono que tivesse 30 novilhas e pudesse vendê-las poderia quitar seu lote, mas onde arranjá-las e como arranjá-las.

Era comum nossos avós viajarem para São Joaquim, no alto da serra, onde a pecuária já estava muito desenvolvida, onde os serranos contratavam os serviços dos imigrantes italianos para construir "cercas de pedra", isto é, as célebres taipas de pedra. No alto da serra há centenas de quilômetros de tais taipas. Os italianos que vinham da região de Belluno na Itália eram entendidos no assunto e por isso seus serviços eram muito bem aceitos e "convenientemente" pagos. Por um mês de trabalho traziam uma novilha ou uma vaquinha cara, mas não havia outra forma de conseguir o leite e o queijinho tão necessários para as crianças e para a mesa de um italiano.

Tais idas e vindas de São Joaquim eram feitas a pé, por ser quase impossível a subida da serra com cavalos comuns.

A mula sobe até com uma bruaca cheia, mas o cavalo comum não sobe. Levavam três dias para ir e três para voltar com a vaquinha. As vacas descem bem esta trilha que ainda existe hoje, assim chamada subida da serra de Veneza. Por ela os índios subiam para trazer carregamentos de pinhão na época do pinhão maduro.

Mais adiante, voltaremos ao assunto desta trilha para São Joaquim.

Naqueles primórdios, a cabrinha também era solução com a vantagem de ser mais barata que fornecia o leite para as crianças.

Entre nós, meus irmãos mais velhos tomaram muito leite de cabrinhas, meus irmãos mais novos já subiram de categoria, tomavam leite de vaca.

Eu fui o último de meus irmãos a nascer em Urussanga

e quando eu tinha seis meses de idade meus pais se mudaram para Nova Veneza, onde as condições de vida para nossa família melhoraram. Eu ainda não tinha idade para tomar leite de cabra... minha mãe me amamentava.

Voltando ao assunto dos lotes. O prazo de pagamento dos mesmos seria de sete anos, caso não efetuasse o pagamento, perderia o seu lote.

Casos houve em que colonos tiveram que vender parte de seus lotes aos seus vizinhos para poder ser proprietário de uma gleba, ainda que bem menor. Houve também os que perderam tudo devido às circunstâncias adversas, como a doença, o roubo dos índios. Sobre este assunto voltaremos mais adiante. Tais colonos tiveram que viver como assalariados. E que pobres assalariados... sem terras... sem casa...

Em dois anos o colono deveria ter construída a sua casa e começado o trabalho de plantio, que podia ser feito depois das derrubadas e queimadas as coivaras, caso contrário perderia o lote. Havia entre os colonos muita solidariedade neste sentido. Houve casos em que colonos ficaram impossibilitados de trabalhar por longo tempo em virtude de grandes infecções provocadas por mordidas de cobra venenosa. Meu avô paterno perdeu um dedo da mão por causa de picada de uma jararaca.

Quanto à administração o Diretor da Colônia era o plenipotenciário da Junta que deveria existir.

O médico era membro nato, mas ele demorou muitos anos para existir.

O Padre que existiu bem antes do médico, não podia fazer parte da Junta e nem qualquer outra autoridade que não fosse um "colono quites com todos os seus débitos", escolhido pelo Diretor da Colônia. Em casos de dificuldades e por fim o Diretor tinha competência para dissolver qualquer sessão se, a seu critério, resultasse em prejuízo para a Colônia.

O mesmo Decreto fazia determinações sobre a recepção e estabelecimento. Os colonos seriam recebidos e hospedados provisoriamente num "edifício especial". "Especial" sim porque era um barraco coberto de palha. "Edifício", não, porque era um barracão, sem paredes, onde se dormia estirado

no chão.

O Decreto ainda se preocupa com os direitos dos colonos "em receber" 20\$000 (vinte mil reis) por pessoa maior de 18 anos, direitos de receber as sementes mais necessárias para as primeiras plantações, os instrumentos agrícolas de que necessitarem e outros objetos necessários, desde que sejam indenizados em seu custo reunido ao preço da terra, viagem, etc.

Nos primeiros seis meses os colonos recebem a promessa de trabalho, mas para a maior parte deles não havia tal trabalho prometido ou quando aparecia um dia era dividido por dois. Um colono trabalhava pela manhã e o outro trabalhava à tarde pela metade da diária. E estes salários já eram descontados em cinco por cento "para os cofres respectivos".

Apesar de nessa época do Decreto, 1867, estar ainda vigente a escravatura, era vedada a existência de escravos na Colônia.

Aliás, diga-se de passagem, a escravatura existente no Brasil chocou muito os colonos. Nos dias da libertação dos escravos apareceram alguns que perambularam pela Colônia. Foram muito bem acolhidos. Nessa época já havia colonos que tinham necessidades de uma mão de obra a mais e eles trabalharam assalariados morando na casa do próprio colono, comendo na mesma mesa.

O Decreto promete criar asilos agrícolas, mas até a presente data eles ainda não foram criados.

Quanto ao assunto pertinente à assistência no que se refere à saúde, escolas, religião, lazer, não há uma palavra no Decreto.

Mas, apesar dos pesares, se esse Decreto não existisse seria bem pior do que aquilo que foi. Seria uma escravatura total, com outro nome.

Perdoando aquilo que a Lei não fez, o resto foi muito bom...

OS PIONEIROS DE URUSSANGA

No mês de março de 1878, os pioneiros de Urussanga partiram da região do Vêneto, do Vale do Piave, de Belluno.

Todos deixaram perder-se nas saudades, seus parentes, seus amigos, suas cidades, a paisagem poética, as altas montanhas, as encostas íngremes e pedregosas e as águas do Piave marulhantes por entre as pedras e cristalinas como as lágrimas que rolam pela face...

De Treviso partiram de trem para a França no dia 27 do mesmo mês, passando por Paris foram até o Havre, porto Francês no Canal da Mancha.

No dia 02 de abril deixaram a França no Transatlântico "Saint Martin", aportando em Portugal e Pernambuco chegaram no Rio de Janeiro a 29 de abril.

Sem poder descer em terra efetuaram um transbordo para outro barco menor que os levou ao Desterro (Florianópolis).

Depois de longa espera de uns 10 a 12 dias tomaram pequenos barcos a vela que os conduziram a Laguna, depois de um dia de viagem, terminando assim a viagem marítima. Aí chegaram nos meados de maio de 1878.

Foi o pior trecho da viagem marítima, pois os pequenos barcos velejaram o dia inteiro a mercê das ondas, com as consequências óbvias do enjôo.

Em Laguna foram recebidos com euforia por alguns representantes da Companhia colonizadora.

Foi no jantar ocorrido à noite à luz de lampiões que todos apreciaram a abundância de "queijo ralado" posto à mesa em terrinas de barro cozido.

O queijo naquela hora iria bem. Era o primeiro sinal generoso da terra em que chegavam. E ali estava também a feijoada que nesta terra "della cuccagna" se come com queijo ralado, enquanto que na Pátria-Mãe se come com macarrão.

E cada qual ia comendo sua farinha de mandioca com feijoada sem dar-se por achado, até que um deles engasgou. Foi "queijo" demais, mas na falta do vinho a água resolveu. De Laguna em diante continuaram em pequenos barcos a remo (baleeiras) que atravessaram as lagoas e entraram

no rio Tubarão. Navegando o dia todo e toda a noite, chegaram em Morrinhos a uns três quilômetros da cidade de Tubarão, na tarde do dia seguinte.

As autoridades de Tubarão não permitiam a entrada dos Imigrantes na cidade. Receavam roubos saques ou coisas semelhantes. Nossos antepassados não foram muito bem cotados!

Morrinhos era um terminal de navegação de barcos maiores. Outros barcos de menor calado navegavam até o Poço Fundo na curva do rio pouco abaixo da atual ponte da BR 101, mas ali ficava bem defronte do povoado.

Em Morrinhos, nas imediações do atual monumento que indica o local de nascimento de Anita Garibaldi, havia um enorme telheiro construído para abrigar os tropeiros, que com suas tropas vinham do planalto descendo a serra do Rio do Rasto que nessa época já tinha mais de um século de existência. Esta estrada acompanhava um dos braços do rio Tubarão desde as suas nascentes, até os portos de Poço Fundo e Morrinhos.

Havia ali em Morrinhos uma certa infraestrutura, ainda que rústica para atender o viandante, mas para abrigar um grande grupo como o dos Imigrantes que chegavam deixava muito a desejar.

Ali em Tubarão os anfitriões contrataram todos os carros de boi que foi possível encontrar, e nem eram tantos, por ser objeto raro, para transportar as bagagens mais pesadas.

Umas dezenas de carros de bois com seus carreteiros sem terem esquecido o estoque de carvão e querosene para os mancais de madeira dos eixos, afim de fazê-los ringir, o tempo todo, a cantilena monótona.

Foram três dias de viagem a pé com as pequenas bagagens de mão e as crianças no colo.

O roteiro costumava partir circundando as pequenas montanhas de Morrinhos porque a região é pantanosa. Ao chegarem no ponto em que hoje a estrada inflete para Congonhas, enveredavam para o norte em direção do Poço Fundo do rio Tubarão, contornando, assim, a cidade de Tubarão. Tomavam a margem direita do rio Tubarão, passando por Pedrinhas até Pedras Grandes, onde provavelmente pernoitavam. Ali era o ponto final para os carros de boi.

A estrada de Morrinhos a Pedras Grandes era transitável para

carro de boi e pedestres, não tinha grandes acidentes, pois acompanhava sempre o rio Tubarão, uns 25 ou 26 quilômetros, sendo que no inicio havia uma extensão de vários quilômetros de pantanais onde os carros de boi atolavam com facilidade. Em Pedras Grandes mudou o esquema. Bagagens às costas e talvez alguns muares para ajudar. Ainda que os 291 colonos distribuídos nas imediações de Azambuja um ano antes tivessem recebido a incumbência de construir uma estrada carroçável até Pedras Grandes, ainda não estava em condições de tráfego de carros de boi.

A trilha que levava a Azambuja percorria as margens do rio do mesmo nome, num infernal sobe e desce, com muito mais "sobe" do que "desce" e sempre muito íngreme, até chegar em Azambuja e daí até o divisor das águas situado a alguns quilômetros de Rancho dos Bugres, por onde os Imigrantes, obrigatoriamente, teriam que passar. A distância de Morrinhos até Urussanga é de 56 quilômetros pelas estradas de hoje. Naquela época certamente deveriam ter mais uns 10, 12 ou até 15 quilômetros. Se a pousada do segundo dia foi em Azambuja a chegada em Urussanga teria sido à noite. Se tal pousada tiver sido em Rancho dos Bugres, o "sobe e desce" desse dia foi muito pesado.

Se num esforço de imaginação fôssemos capazes de nos colocar na situação real de um europeu que nunca em sua vida teve a oportunidade nem mesmo de ver uma floresta virgem como a nossa e, repentinamente, sentir-se dentro dela, entre aquelas árvores soberbamente viçosas e gigantescas envolvidas em liames de cipós, "barbas de velho", bromélias, parasitas e orquídeas, símios, pássaros, insetos, feras, serpentes peçonhentas, ouvindo sons até então nunca ouvidos e nem sequer imaginados, certamente deveria ser apavorante.

O Desembargador Vieira Ferreira, em seu livro "Azambuja e Urussanga", narra uma revolta dos Imigrantes destinados a Azambuja, em plena selva e a forma como os tratou para acalmar os ânimos. Ameaçou-os de entregá-los à própria sorte para voltarem à sua pátria de origem...

Reclamações havia até por causa da ragedeira dos carros de boi.

Para um carreteiro daquela época, ter um carro que não

rangesse, seria como hoje ter um automóvel sem rádio ou toca-fitas ou pior que isso.

O ringir faz parte do contexto e marca. Jamais esquecerei o ringir dos carros nas noites de chuva ou de inverno na minha infância a escutar por longas horas à distância o grupo de carros com seus diversos tons. Os carreteiros à noite procuram andar agrupados e durante o dia também.

No fim, aquilo entra no sangue. É a toada lenta e monótona como é lento e monótono o passo do boi. Para o carreteiro que viajava à noite e isto ocorria com freqüência porque o passo do boi é lento e se não aproveitar parte da noite a viagem não rende. A cantilena do ringir faz o carreteiro sentir-se acompanhado. É certo que um carro que ringe espanta a onça e é superstição que um carro que ringe espanta o "lobisomem" e outros fantasmas, mas como eles não existem, tudo bem.

Uns 65 quilômetros pelas estradas tortuosas de então, sem muito calor, muita sombra e até um pouco de frio à noite, pois o inverno vinha se aproximando. O alojamento noturno, o primeiro foi como o segundo estirar-se no chão e dormir a bom dormir por causa do cansaço. O terceiro pernoite foi em Urussanga no "Edifício Especial" como fala o Decreto.

A Chegada em Urussanga deu-se em fins de maio de 1878.

Os semblantes dos colonos já não eram tão serenos quanto nos dias anteriores. E com razão, sentiam-se como aprofundados num abismo sem saída. Quilômetros e quilômetros de matas virgens, sem paisagem que não fossem o sol, a lua e as estrelas, lá no alto. E o vizinho? O vizinho não existe. E a cidade? A cidade não existe para nós. Ao menos um povoado? O povoado também não existe. Você, você mesmo construirá o povoado, mas para isto deverá abater aqueles gigantescos troncos de árvores milenares.

Sentiam-se morrer sufocados, engolindo uma blasfêmia, expressando um arrependimento por terem tido a idéia de começar a aventura.

Agora não há outra alternativa, senão absorver o infortúnio e transformá-lo.

O estado de espírito daqueles pobres seres humanos que se sentiam ludibriados, decepcionados, desanimados, com vontade de gritar bem alto uma prece para obter um milagre, ou permanecer silenciosos derramando uma furtiva lágrima de um quase desespero, é impossível imaginar.

E as mulheres, ainda que mais franzinas, com seus filhos pequenos nos braços, tentando abrandar-lhes o choro, o frio, a fome, o berço. Uma caminhada daquele tamanho. Os ossos doidos, os músculos estressados, os pés machucados e até sangrando, e no íntimo uma prece: "...Signore pietà di noi"...

Mas agora estão aqui. Agora já são chegados. Agora não há mais volta. É necessário reagir, é preciso levantar a cabeça e enfrentar a situação. O fundo do poço é este, mais fundo é impossível. É importante subir à tona e sentir-se vitorioso desde esse momento, confiar em Deus e entregar-se em suas mãos, entregar-se à luta, entregar-se ao trabalho para sobreviver e vencer.

LA BALLATA DELL' IMIGRANTE

É sabido que todo o italiano é dado à música, ao canto popular. E com facilidade ele improvisa suas canções. Como os imigrantes, em sua quase totalidade eram agricultores, sem muita cultura, habituados a falar no seu dialeto regional, seus cantos também eram compostos nessa linguagem e assim os cantavam com suas próprias músicas que muito exprimiam de seus sentimentos de nostalgias, saudades e aspirações na nova terra a ser conquistada.

Vamos dar abaixo a letra de uma "Ballata" em duas versões e fazer um comentário em seguida:

1. Dall'Italia noi siam partiti,
Siam partiti con grande onore,
Quaranta giorni per nave a vapore (di machina e...)
Nel Brasile arrivati noi siam.

2. Giunti al fine alla terra promessa,
Siam sbarcati nell'emigrazione,
A noi italiani la prima canzone,
D'amore e grandezza ci fu.

3. Di mangiare ci dava abbastanza
Perché credeva riempirci la pancia
Con la minestra e l'acqua del fosso,
E per carne ci davano un osso.

4. Per dormire ci han dato un tavolo
Mentre faceva un freddo dal diavolo,
Senza coperte né materasso;
Per cuscino abbiamo avuto un sasso.

Poucos anos depois de aqui chegarem, já tinham feita uma paródia, envolvendo um pouco de amor próprio nas desventuras:

NOI SIAM PARTITI

1. Noi siam partiti del nostri paesi,
Noi siam partiti con grande onore

Con trenta giorni di forza (machina) e vapori
Nell'America noi siam arrivá.

2. Nell'America che siam arrivati
Non abbiamo trovato né paglia, né fieno.
Abbiam dormito sul suolo al sereno,
Come le bestie abbiam riposà.

3. E con la industria dei nostri italiani
E con lo sforzo dei nostri paesani
Nel frattempo de pochi anni
Abbiam formato paesi e città.

"La Ballata dell'Immigrante", fala em "quaranta giorni de nave a vapore", isto é, "quarenta dias de navio a vapor". A paródia que se segue já fala em "trenta giorni di forza e vapori", isto é, "trinta dias de força e vapores", ou ainda "trinta dias de máquina e vapor", "trem e vapor".

O primeiro contingente de imigrantes que se destinou a Urussanga viajou num bom transatlântico, o francês "Saint Martin" no qual não levaram mais do que 27 dias do Havre até o Rio de Janeiro. Até o Havre foram mais de 2.000Km de trem.

"...riempirci la pancia con la minestra...", já faz alusão à "feijoada para encher-nos a barriga", mas ali faltava o que o bom italiano não entendia, isto é o "vinho" que a "ballata" traduz por: "...l'acqua del fosso", "água do fosso" em lugar do vinho. E "...em vez de carne nos davam um osso". Era a feijoada feita com ossos descarnados no açoque, que na feijoada ainda se aproveitava pequenos fiapos de carne e o tutano para dar o gosto da gordura das medulas.

"Senza coperte né materasso", isto é, "sem cobertores e nem colchão", "enquanto fazia um frio do diabo", "por travesseiro tivemos uma pedra".

Na segunda versão há uma insistência ainda maior no que se refere à rusticidade e austeridade de acomodações domésticas. Acima a canção fala da falta de colchão para dormir. Agora já diz mais "...não encontramos nem palha e nem feno. Dormimos no solo, ao sereno, como os animais temos repousado".

A terceira estrofe não tem nada de modesto "abbiam for matto paesi e città", isto é, "...construimos povoados e cidades", e isto, é evidente, "...com o esforço da indústria de nossos italianos", numa clara alusão à São Paulo.

O folclore dos imigrantes foi muito rico, mas, infelizmente, vai se perdendo porque os descendentes, em sua maioria absoluta nem sequer entendem a língua que seus avós trouxeram de sua terra natal. As circunstâncias os obrigaram.

Bem lembro o rico repertório de meu pai que gostava de cantar e cantava bem, como gostava também de modular as toadas gostosas assobiando horas e horas quando no trabalho do campo entre suas plantações.

Dos filhos nenhum guardou qualquer repertório. Houve, sim um genro, de antepassados alemães, Aluim Michels, que com facilidade ainda hoje declina aquela linguagem em dialeto italiano, canta, como acompanha em violão ou órgão, aquelas canções tão distantes, bem como o grupo Spileri, Milanez e outros do Caravagio em Nova Veneza.

Nesta outra canção encontramos expresso o desejo que tinham de ser proprietários, possuidores de suas próprias terras e ao mesmo tempo faziam gozação da realidade dura e pesada que encontraram:

1. "In più, di diecimila,
I faceva un gran bacan
A partir per la Merica
Dal suol matovan.
2. I faceva un gran complot
E i ragionava insiem:
Quando sarem in Merica
Signori diventerem.
3. I siori porta sassi
Le siore porta malta
Chi vol andar in Merica
Che là i starà ben.

4. Noi italiani lavoratori
Allegri andiam nel Brasile
E voialtri, d'Italia signori
Lavoratelo il vostro badile.

Esta canção, feita "a facão" no dialeto "rapapé" até com um pouco de aportuguesamento das palavras, demonstra a decepção, incorporando-a a uma expressão e demonstração de alegria, até mesmo nessas circunstâncias.

Eis a tradução para quem não "maneja" bem o dialeto confuso da canção:

1. Em mais de dez mil,
Eles faziam uma grande bagunça,
Ao partir para a América,
do solo mantuano (de Mantua).
2. Eles faziam um grande complô
E discutiam entre si:
"Quando estivermos na América,
Senhores (proprietários) nos tornaremos.
3. Os senhores carregadores de pedras,
As senhoras carregadoras de massa (traço de pedreiro),
Quem quiser ir para a América
Que lá eles estarão bem.
4. Nós italianos trabalhadores
Alegres vamos para o Brasil,
Vós outros da Itália senhores,
Trabalhai na vossa pá"

DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES

O Desembargador Vieira Ferreira, no final de seu livro "Azambuja e Urussanga", acrescenta um "Excerto" de autoria de Jacinto Antônio de Mattos (Florianópolis, 1917) e nele há um dado que faz quebrar a cabeça. Quando se refere à colonização de Urussanga, ele afirma: "Os primeiros colonos, em número de 76 famílias, desembarcaram no porto de Passo do Gado a 16 de maio e no de Morrinhos a 19. Foram recolhidos aos ranchos de hospedagem de Urussanga a 28 e localizados em seus lotes a 12 de junho, tudo em 1878" (pg.100).

Tudo bem, tudo confere com os dados de outras fontes, mas o número de "76 famílias" perturba.

A bibliografia que aborda o assunto, infalivelmente cita a lista dos possíveis nomes que compuseram o primeiro contingente, no entanto há uma variante entre as duas fontes geralmente, citadas. Uma das fontes é o próprio Livro do Desembargador acima citado e a outra fonte é a "Enciclopédia dos Municípios" (Vol. XXXII).

Entre as duas fontes há variantes também nos nomes. Os nomes que mais conferem com os atuais são os da "Enciclopédia dos Municípios".

Entre os 49 sobrenomes de Imigrantes há somente três que me são desconhecidos. São eles: Canavisi, Fisi e Pinco.

Os sobrenomes, incluindo os colonos que foram fixados em Rancho dos Bugres são ao todo 49. Os nomes são ao todo 76.

Parece-me evidente que o número 76 se refere àquele número que teria direito de receber um lote, isto é, os maiores de 18 anos, como se expressa o Art. 7º do Decreto 3.784, que diz: "Os filhos maiores de 18 anos terão direito à escolha de lotes..." Literalmente, "os filhos" e não "as filhas".

Prosseguindo, transcrevo aqui a lista, segundo a versão da "Enciclopédia dos Municípios" (Vol. XXXII, pg. 392) que me parece a mais correta e farei o acréscimo dos nomes da outra versão acima citada, bem como uma avaliação e comentário sobre o assunto.

1. Barzan - Bortolo, Felicio, Francesco
2. Reco - Andrea
3. Bez - Pietro
4. Bonato - Gaetano
5. Bortoluzzi - Antônio, Celeste
6. Brunel - Antônio
7. Burigo - Ferdinando, Giovanni, Lorenzo, Luigi
8. Damian - Giovanni
9. De Betio - Giacomo e Giovanni
10. De Bona - Giacono, Martino
11. De Brida - Domenico, Francesco
12. De Costa - Antônio
13. De Costa - Giovani
14. Della Oidoro - Giuseppe
15. De Lorenzi - Agostino, Antônio
16. Canever de Lorenzi - Antônio
17. De Lorenzi - Caetano
18. Canever - Giovani
19. Cacelier de Lorenzi - Giovanni
20. Frol de Lorenzi - Giovani
21. De Nez - Pietro
22. De Pola - Giovani
23. Donadel - Luigi
24. Feltrin - Domenico, Caetano, Giacomo
25. Fisi - Bortolo
26. Fontanella - Natale
27. Lazzari - Marco
28. Magagnin - Luigi
29. Manarin - Antônio
30. Manarin - Felice
31. Berciano - Agostino
32. Mazzucco - Bernardo, Eugênio, Giacomo, Gioachino, Giovanni, Ignazio
33. Meneghel - Pietro
34. Possamai - Andrea
35. Pilon - Stefano
36. Finco - Andrea
37. Salvador - Giacomo, Luigi
38. Savi - Catarini, Celeste, Eugenio, Giacomo
39. Soada - Bernardo
40. Tezza - Giovanni
41. Tonet - Pietro
42. Tramontin - Giovanni Maria, Giovanni
43. Desiderio - Antonio

44. Zan - Domenico, Antonio

Em Rancho dos Bugres:

45. Comin - Domenico, Giacomo

46. Genovese - Pietro

47. Grandi - Giovanni, Vitorrio

48. Longo - Antonio, Giacomo

49. Romagna - Giovanni

Aqui estão 49 famílias com 76 homens maiores de 18 anos. Suponho que o primeiro nome que aparece depois do sobrenome é o chefe da Família, o seguinte e outros que haja depois do sobrenome são os filhos maiores que tinham o direito de se estabelecer por conta própria como se fossem uma família. E as mulheres, discriminadas como sempre...

A outra versão tem variantes a partir do nº 10 da lista acima, que é como segue:

Lista acima

- 16. Canever de Lorenzi - Antonio
- 17. De Lorenzi - Caetano
- 18. Canever - Giovanni
- 19. Cacelier de Lorenzi - Giovanni
- 20. Frol de Lorenzi - Giovanni
- 30. Manarin - Felice
- 31. Berciano - Agostino
- 32. Mazzucco - Bernardo, Eugenio

A outra versão

- Canavisi - Antonio
- Frol - Antônio
- Canceller - Bernardo, Felice
- Canavisi - Francesco
- Canavisi - Gaetano
- Canceller - Giovanni
- Frol - Olivo
- Marini - Felice
- Mazzuco - Agostino, Beniano, Bernardo, Eugenio, Giacomo

E qual seria o número total de Imigrantes na primeira parcela destinados a Urussanga? Podemos responder por cálculo aproximado, mas não em números absolutos.

É o seguinte o cálculo que faço.

Eram 49 famílias (maridos), outro tanto deveriam ser as esposas, ainda que pudesse haver algum viúvo, mas em contra-balanço poderia haver também alguma viúva. Portanto seriam 98, contando somente os casais. Os filhos maiores de 18 anos, totalizavam o número de 27. Para se chegar a este número, basta diminuir o número 49 do total que é 76, o que dá 27. Somados aos 98 acima, totaliza 125. As moças maiores de 18 anos, era um pouco inferior o número. Porque é sabido que para um jovem encontrar a sua noiva no início era um pouco difícil por falta de moças. Podemos supôr que fossem 25 moças, somadas ao número anterior chegamos a 150. Falta somar os adolescentes e crianças. Dariam dois para cada família, isto é, 98. Tudo somado chegaria a 248, no total, os Imigrantes pioneiros de Urussanga, ou arredondando para 250, seria um número aproximado.

Havia também casais novos que chegavam sem nenhum filho. Meus avós maternos chegaram com um só filho, em compensação meus bisavós paternos Baldessar chegaram com sete filhos, todos menores. Meus bisavós paternos Muttini vieram com três. Ângelo Baldessar veio acompanhado de três filhos.

O número de filhos maiores, solteiros era muito expressivo, pois esses moços não tinham alternativas em sua Pátria, pelo fato de andar às voltas com uma super-população de mais de 30.000.000 de habitantes.

Provavelmente, também não haveria muitos Imigrantes maiores de 50 anos, porque eram discriminados pelo artigo N° 30 do Decreto 3.748. Não tinham direitos sobre os lotes de terra e nem sobre os auxílios em dinheiro adiantado.

A partir dos primeiros dias depois de sua chegada os Imigrantes começaram a ser distribuídos nos lotes rústicos. Na maioria, as famílias preferiam lotes de 30 hectares afim de não elevar para muito alto seus débitos que deveriam

saldar, no máximo, em seis anos, em parcelas de seis partes iguais ou maiores em menos tempo, podendo abreviar o tempo de pagamento teriam direito a uma redução percentual.

Neste parcelamento estava incluído tudo: custos de viagem, utensílios domésticos, ferramentas, sementes, alimento para os primeiros meses, enquanto as colheitas ainda não tinham feito as devidas provisões.

O livro "Contributo alla Storia della presenza Italiana in Brasile", edição italiana, transcreve uma tabela de preços em 1877 para os Imigrantes do Rio Grande do Sul. É a seguinte:

Viagem e taxa de recrutamento	120\$000
Passeio pelo Rio de Janeiro	20\$000
Transporte do Rio a Porto Alegre	40\$000
Despesas de viagem por terra	20\$000
Doação em dinheiro na chegada	20\$000
Utensílios e ferramentas	20\$000
Sementes	20\$000
Lote de terreno rural (30 hectares)	150\$000
Subsídio para seis meses	<u>90\$000</u>
Total	500\$000

Pela lista de preços acima, parece-nos que os Imigrantes do Rio Grande do Sul foram privilegiados. Pelo que já vimos anteriormente relacionado numa caderneta de um Imigrante, os colonos de Nova Beluno receberam o terreno pagando 600\$000. Não especifica o tamanho do lote rural. Talvez seja o de 60 hectares, como também pode ser o de 30 hectares, pois esta era a opção preferencial dos Imigrantes.

O certo é que os débitos contraídos deixaram os Imigrantes assustados, angustiados e quase desesperados.

Eles começaram a entender que "se tinham metido num beco sem saída..."

Pe. Luigi Marzano diz em seu livro que os Imigrantes tiveram grandes dificuldades em pagar suas terras e outros compromissos que assumiram com o Governo "Os colonos mais interessados, com o trabalho indefeso e com a mais rigorosa e estreita economia, souberam em poucos

anos, pagar ao governo seu terreno e obter o título definitivo. Mas infelizmente nem todos se encontravam em tais condições... Os produtos da colônia, como milho, arroz, açúcar, aguardente, feijão e também os animais não são procurados pelo comércio. Por isso ou se consomem ou se estragam, sem que o colono possa tirar qualquer proveito, não havendo absolutamente exportação. Os tecidos, o sal, importados do estrangeiro, são vendidos pelo triplo do valor. Portanto é uma coisa que aperta o coração ver os filhos de nossos colonos, ainda mais se a família é numerosa, andar cobertos de poucos trapos ou semi-nus e todos sem calçados nos pés, que parecem todos mendigos. Pobrezinhos. Como podem prover o necessário à família quando muitos passam um ano inteiro sem ver um vintém? Às vezes acontece que nem mesmo oferecendo uma vaca podem conseguir um par de sapatos. E se acontecessem desgraças na família ou chegassem alguma doença? Não faltam para eles o alimento cotidiano, mas, se tratasse de voltar à pátria à próprias expensas (pois o Governo não financiava tal coisa), estou certo de não errar ao assegurar, que mesmo vendendo a colônia, casa, animais e ferramentas, nem um terço poderia conseguir o necessário para a viagem de volta".

E não havia com quem reclamar. Mais ainda ia se agravando este estado de coisas quanto mais recebiam informações sobre os preços dos produtos agrícolas que poderiam ser comercializados.

Eis alguns preços de produtos pagos ao produtor e o preço vigente na praça de Porto Alegre. Esses dados são do livro "Contributo alla Storia della Presenza Italiana in Brasile":

Um saco de 60Kg	Preço ao Produtor	Preço em Porto Alegre
Milho	0\$500	4-5\$000
Feijão	1\$500	7-8\$000
Centeio, trigo	1\$500	7\$000
Arroz	1\$200	7-8\$000

Estes os preços de alguns produtos, mas, apesar dos valores minúsculos, não havia quem os procurasse. Pensar em levá-los a Porto Alegre era uma utopia. Não havia estradas

e o meio de transporte terrestre único existente era o carro de boi. Pensar em levar tais produtos por via marítima teriam que ser transportados para Laguna. De lá teriam que navegar até o porto de Rio Grande para voltar pela Lagoa dos Patos.

Recentemente tive em mãos diversas Cadernetas de Conta Corrente dos Imigrantes fornecidas pela Companhia Colonizadora na Colônia de Nova Veneza em 1891.

Lá também o preço estipulado pelos lotes de 32.440 metros quadrados, ou seja, pouco mais de 32 hectares, era de 648\$800 (seiscentos e quarenta e oito mil e oitocentos reis) conferindo com o que dissemos acima em relação aos lotes de Urussanga, treze anos antes e em Nova Beluno nessa mesma época.

AS TERRAS

As terras eram medidas na linha de frente. Eram picadas abertas à foice ou facão, de tal maneira que os troncos mais grossos não eram abatidos.

Os "agrimensores", chefiados pelo Desembargador Joaquim Vieira Ferreira, mediam 275 metros de frente para os lotes de 30 hectares e 550 metros de frente para os lotes de 60 hectares.

Cada lote tinha uma picada lateral de 50 metros, também, balizada, que indicava a direção das confrontações com seu vizinho. Cada colono era informado que poderia aprofundar-se 1.100 metros floresta adentro a partir da linha de frente, pois a 1.100 metros a terra já pertencia a outro colono da outra linha de frente situada a 2.200 metros.

O Imigrante era levado pela picada e nela lhe era mostrado o piquete de onde começava a sua propriedade e outro, onde terminava.

As palavras que acompanhavam o gesto de entrega era o mesmo: "...Esta é sua propriedade. Pode tomar posse. Pode derrubar a floresta, pode construir a sua casa. Pode plantar, colher..."

Os imigrantes não sabiam sequer como derrubar árvores numa floresta.

Fora-lhes prometido um "mestre", mas ficou na promessa. Como começar?

Jamais esses colonos derrubaram uma árvore em sua vida. E a derrubada é uma arte que se não for posta em prática com capricho a árvore esmaga seu derrubador como aconteceu em Rio Salto, onde uns vizinhos de Marco Mariot, tio de minha mãe, nos primeiros dias, sepultaram aquele que derrubou as árvores e não soube evitar que ela caísse sobre si mesmo e o matasse.

Nas florestas do sul de Santa Catarina havia árvores gigantescas de copadas enormes, envolvidas em inúmeros liames de cipós pendentes por todos os lados, cipós esses que fazem a árvore que cai, pender para o lado onde não se espera.

A mata nessa região é muito viçosa. Ela se compõe de patamares: as copadas lá no alto a mais de 35 metros de altura que fecham a entrada da luz solar. O segundo patamar é de pequenas árvores de folhas grandes como o caeté de diversas espécies, as palheiras, utilizada na cobertura das primeiras casas, bromélias, begônias, ortigas, taquaras, criciúmas e um sem número de outras que nunca chegam a ganhar as alturas. A vegetação é tão espessa que a vista não penetra mais do que alguns metros. Por essa razão o procedimento da derrubada é antes limpar o terreno de todas essas plantas baixas que impedem o trânsito e a visão. É o que se diz: "brocar a mata", antes da derrubada das árvores maiores.

E os originais habitantes dessas matas? A começar pelos índios, as feras, os símios, os pássaros, os insetos. Tudo eram problemas à parte.

As terras de Urussanga que foram distribuídas aos imigrantes eram acentuadamente montanhosas e pedregosas, o que dificultava ainda mais o seu cultivo, a começar pela derrubada e terminar pela colheita.

Os imigrantes se sentiram jogados à sorte, nesses abismos desconhecidos e nunca imaginados, cheios de perigos e incógnitas.

Que fazer? Esta espécie de aventura não tinha retorno para os nossos antepassados. Não havia outra solução que não fosse fazer-se coragem e jogar-se à realidade, como quem não tem outra escolha, custe o que custar...

Vou descrever a chegada da família Mariot, avós e tios da minha mãe, meus bisavôs.

Eles receberam lotes rurais no Rio Salto. Foi uma dessas linhas de frente que no estilo de picadas ia na direção de Rio Caeté e Rio Deserto.

Todo o viandante que vai de Urussanga para Rio Caeté, depois de andar uns três quilômetros chega ao Rio Salto. À direita, em meia encosta vê uma casa com paredes de pedra trabalhada. Hoje está quase abandonada, mas continua ali. Pois esta foi a casa de Marco Mariot.

Ao chegar ao Rio Salto com os colonizadores,

desembargador Joaquim Vieira Ferreira e seus companheiros, os Mariot, com suas famílias, depois de receberem seus lotes ficaram perplexos e entenderam que naquela noite deveria ser ali a pousada e ali permaneceriam em definitivo.

E agora? Era preciso agir porque a noite se aproximava.

Enquanto as mulheres e crianças ali permaneceram, os homens andaram algumas centenas de metros pela margem do Rio Salto acima. Ao voltar o fizeram um pouco mais em direção da encosta.

Encontraram algumas pedras muito grandes e uma delas com uma solapa avantajada, em direção à baixada das margens do Rio Salto. Pensaram que ali poderiam dar abrigo ao menos às crianças em caso de chuva.

Não entendendo do assunto de que as pedras normalmente são o esconderijo das cobras venenosas como as jararacas e cascavéis, arrumaram ali a pousada por aquela noite e algumas sucessivas. Com algumas ferramentas que traziam, melhoraram aquela solapa,plainando o terreno e limpando ao derredor. Forraram o chão com folhas de caeté que ali perto do Rio Salto havia em abundância. E ali tornou-se verídica a versão do canto, que faz cantar sem mentir: "...Non abbiam trovato né paglia, né fieno. Abbiam dormito sul suolo al sereno. Come le bestie abbiam riposà" (Não encontramos nem palha e nem feno, Dormimos sobre a terra ao sereno. Como as feras repousamos). Ali recolhidas duas famílias com seus filhos. E ali uma criança, atônita, mal entendendo o que acontecia, chorosa balbucia: "...mamma andemo a casa..." (mamãe vamos para casa) E a mãe consolando a criança: "Agora a nossa casa é aqui, mas papai e mamãe vão fazer uma casa para nós".

Improvisaram alguma coisa para comer numa panela ao fogo dependurada por uma vara em duas forquilhas. Era o anoitecer do primeiro dia "nel paese della cuccagna".

Eis senão quando ouviram o pipilar de pintinhos. Nesse momento no rosto dos adultos brilhou um sorriso. "São pintinhos. Há galinhas por aqui. Se há galinhas é porque há

gente morando por aqui". E lá foram os dois à procura das galinhas. Nada acharam. Os pipilos não se repetiram e voltaram desapontados.

Cansados e abatidos dormiram o sono da insônia e pesadelo.

Bem antes de clarear o dia, os pintinhos voltaram apiar. Agora sim é mais fácil procurá-los. Realmente eram pintinhos, mas as galinhas eram diferentes. Não eram galinhas civilizadas, eram macacos silvestres com seus filhotes, que ali se empoleiravam diariamente para dormir à beira do rio.

E agora, como começar?

Era necessário abrir uma clareira, abatendo as árvores. Com todo o cuidado o trabalho começou.

Dentro de poucos dias, antes mesmo de poder queimar a coivara, já havia alguns canteiros com hortaliças semeadas.

Esta primeira providência seria a forma mais rápida de economizar, podendo alimentar-se, ao menos em parte, com produtos não comprados.

Entre as primeiras medidas a tomar seria a de construir uma casinha, bem que modesta, mas que desse melhores condições do que a solapa da pedra das primeiras noites.

Primeiro seria aquela mesma solapa com um alpendre cercado de troncos sobrepostos, à guisa de paredes de forma quadrangular coberto com folhas de uma pequena palmeira muito comum na região que simplesmente é chamada "palheira".

As mulheres, com muito zelo e carinho, aos poucos foram dando aparência de residência àquelas "coisas" improvisadas, no sopé da encosta, junto ao Rio Salto.

Este local, hoje é entroncamento de estradas que modificaram o panorama da paisagem inicial, junto à ponte de rio Salto. Há, hoje, algumas casas de primeira qualidade. Vivendas agrestes de gente que tem dinheiro, mas o rio Salto ainda lá está, sempre com menos água, deslizando em saltos (daí seu nome) entre as pedras.

A pedra da solapa, primeira morada de meus bisavós Mariot, estava localizada pouco acima do entroncamento da

estrada de Rio América com a estrada de Rio Caeté.

Infelizmente um cortador de pedras não soube respeitar um momento histórico e transformou o grande rochedo em pedras de alicerce de casas.

Estou bem lembrado que ao passar por ali a cavalo há uns 35 anos, vi a pedra demolida em boa parte com blocos quadrados espalhados ao redor. Fiquei triste. A solapa já não existia. A primeira residência de alguns de meus antepassados já deixara de existir...

SISTEMA MONETÁRIO DO IMIGRANTE

Pelo que se viu até o presente, conclui-se que o Imigrante deu início à sua presença na nova terra, partindo da estaca zero absoluto.

Simplesmente foi jogado no meio de uma floresta e ali esquecido, entregue à sua própria sorte, nas condições mais adversas.

Começar por onde? São tantas as prioridades! Como proceder para começar com segurança, para que aquela gigantesca árvore não viesse colhê-lo em sua queda? E assim, cortar fatalmente a caminhada ao dar o primeiro passo! E houve tais acidentes e se repetiram.

Atormentado pelo peso da grande empreitada a levar de vencida o Imigrante se sentia sufocado, asfixiado naquele abismo de desolação.

Não tinha sequer um telheiro para poder abrigar-se com sua mulher, com suas crianças que não entendiam o que estava o correndo...

Nunca havia pensado anteriormente que deveria transformar-se em construtor de seu próprio teto. Como em nada disso fosse exímio na arte, resolveu o seu problema da forma mais precária e rústica que se possa imaginar.

Houve, sem dúvida, entre os próprios Imigrantes, uma intercolaboração, efetuando seus primeiros trabalhos em série, onde um era o parceiro do outro nos projetos e nos trabalhos de construção.

E as famílias lá ficavam aglomeradas entre as gigantescas raízes das árvores ou na solapa de alguma pedra até poder oferecer um telhado improvisado com folhas, dentro de 4 tapumes de vegetação que inicialmente foi a casa residencial.

Instrumentos de trabalho podiam ser adquiridos por financiamento, mas somente os absolutamente necessários: machado, foice, facão, enxada, picareta, pá, martelo, serrote e quase nada mais além disso.

Em Criciúma, uma turma de Imigrantes pioneiros só puderam adquirir uma machadinha, porque outra coisa não havia.

Imaginemo-nos no meio de uma floresta, acompanhados de uma família com crianças pequenas, ouvindo uma voz inexorável que aponta um piquete, dizendo: "Desta estaca até a próxima, lhe pertence. A partir de agora a sua residência é aqui. Pode construir a sua casa e cultivar as terras..."

Parece até que construir uma casa e abrir um guarda chuva, é a mesma coisa.

A empreitada é árdua para ser cumprida com um único instrumento de trabalho: uma machadinha.

E os pregos? Como obtê-los?

Aprenderam a fazê-los de madeira no estilo de brocas de cerne das madeiras mais duras.

Os utensílios domésticos, em boa parte as donas de casa os trouxeram em suas canastras, mas não lhes foi possível trazer um fogão, que de início não foi outra coisa senão uma fogueira dentro de casa, sem chaminé, que em poucos dias enegreceu de fuligem as paredes e o teto ameaçando incêndio à toda centelha que subia com as chamas. E quantos não perderam a sua casa por essa razão. E isto fez com que aprendessem a construir a cozinha separada do resto da residência.

Ali na floresta não havia casas comerciais, não havia suprimentos, não havia escolas, hospitais, igrejas, etc. E ali estavam também os bolsos vazios, tendo que esperar a próxima colheita no inicio do próximo ano, para obter alguns mil réis, se é que tivesse a ventura de encontrar alguém para comprar sua produção. Os Imigrantes eram de modestas posses, pobres desde as suas origens.

O dinheiro, mesmo no meio de uma floresta, mais hoje, mais amanhã pode ser convertido em algum bem de consumo.

Mas até mesmo esse "metal" tão necessário e procurado, apresenta suas dificuldades. Como chamá-lo? Como subdividir os valores? Como somá-lo?

E quantos houve que se deram mal nessas operações, quando manipuladas por espertalhões e mal-intencionados.

Precisariam de alguém que lhes ministrasse um "Curso Sobre o Sistema Financeiro". À mingua de professores sobre

assuntos financeiros, eles mesmos se arranjavam a seu modo para poderem entender-se, de acordo com seus padrões de conhecimento e manipulação monetária.

Vamos a uma digressão para entendermos melhor o que se passou.

Vem de longínquas eras a cunhagem da moeda "Ducato". Foi o Doge de Veneza Giovanni Dandolo em 1284 que emitiu as moedas de prata de 23,40 gramas para todo o seu território ducal. Posteriormente houve também moedas (ducados) de ouro, de maior valor. A moeda do Duque Giovanni Dandolo, tinha numa face a efígie de São João (seu protetor e de todo o território de Veneza), e na outra face da moeda, estava impressa a imagem da flor de lis (lírio).

Tal moeda chamada ducado, veio passando de geração em geração, atravessando os séculos e as fronteiras, mas a flor de lis sempre acompanhou o ducado, que finalmente passou a se chamar "Fiorino" (florzinha), por causa do lírio, nome esse oficializado pelo próprio Doge de Veneza.

Leopoldo II, Grã-duque de Toscana, cunhou esta moeda em 1826 que também lhe deu o nome de "Fiorino", dividido em 100 "quattrini" e 1/2 e 1/4 de fiorino. Toscana emitiu seu último fiorino em 1859 que continuou em circulação até o final do século passado, quando os Imigrantes partiram da Itália.

No Reino Lombardo-Vêneto, também circulou o Fiorino.

Dai se explica o porque de nossos Imigrantes terem batizado o nosso mil réis pelo nome de Fiorino ou simplesmente Fiorin (Era a florzinha - flor de lis- de Giovanni Dandolo, Doge de Veneza).

Outra palavra que entrou na linguagem dos Imigrantes foi "quattrini", como sinônimo de dinheiro ou "schei" (skei).

O "Ventin" era o vocábulo usado para significar o nosso Vintém, pois vintém vem da palavra vinte (português) e ventin da palavra venti (italiano).

E o sistema Monetário dos Imigrantes não saiu do "Fiorino" e do "ventin", porque o "conto" (mil réis), era tão difícil de alcançar que nem teve correspondente na

linguagem do Imigrante.

As moedas de cobre e bronze do Brasil, tiveram cunhagens em valores de 10, 20, 37, 40, 75 e 80 réis, mas as que se mantiveram em circulação até as primeiras décadas deste século, foram as moedas de 10, 20 e 40 réis. A moeda que teve nome foi a de 20 réis. Era o "vintém" em nossa linguagem e "ventin" na linguagem do Imigrante. Para designar os 40 réis, dizia-se simplesmente "dois vinténs". E os 10 réis eram o "meio vintém".

E quanto ao valor, foi comparável aos nossos centavos. Os réis também desvalorizavam, mas não tão rapidamente quanto a moeda atual.

Há um ditado, na terrível linguagem do dialeto bergamasco que diz que, para uma refeição são necessários: "Ire de pà, tre de ì e tre de codeghi" (três de pão, três de vinho, três de salame), subentende-se "vinténs", isto é, três vinténs de pão, três vinténs de vinho e três vinténs de salame, o necessário e suficiente para o viandante matar a sua fome de maneira bem frugal. Era o valor da refeição: 180 réis.

As moedas de 20 e 40 réis foram cunhadas até 1912, mas as de 10 réis somente até 1870.

A moeda de 10 réis, no início do século era uma moeda rara, até porque, com ele não se podia comprar nada ou quase nada, no entanto não saiu de circulação. Os menores preços partiam de um vintém, mas duas moedas de 10 réis também somavam um vintém.

Mais uma digressão para ilustrar.

Em 1946 ou 47, numa de minhas visitas de férias ao Con. Luiz Gili, então Pároco de Urussanga, eu o encontrei fazendo limpeza e pondo em ordem um depósito. Con. Gili, ali encontrou uma lata de querosene quase cheia de moedas de cobre e bronze. Não sabia o que fazer e ofereceu-me a lata de moedas, lembrando que um ferreiro que soubesse fundir, poderia delas fabricar diversas utilidades. Eu tenho um irmão, Arno Baldessar, que na época trabalhava numa ferraria e fabricava instrumentos agrícolas à semelhança de Betiol

em Urussanga. Levei as moedas, apesar de seu peso. Meu irmão usou uma parte para fundir mancais.

E eu, que na época despertava para a numismática, guardei um saquinho de três quilos que eu posso ainda hoje, como parte de minha modesta coleção de moedas. Agora tive a curiosidade de contá-las. São, ao todo, 313 moedas, assim distribuídas, segundo os valores: 167 de 40 réis, 143 de vinte réis (o vintém) e 3 de 10 réis. Vê-se nisso que a moeda de 10 réis já estava muito rara, pois sua cunhagem foi suspensa muito antes do que as de 20 e 40 réis.

E porque Con. Gili teria um estoque tão grande de moedas de cobre?

É que quando as moedas menores de 100 réis foram tiradas de circulação, o povo que vinha à Missa nos domingos ia dando de oferta na coleta que habitualmente se faz.

Como o Banco do Brasil só tinha agência em Florianópolis, ali ficaram as moedas sem poder serem trocadas, até que se desvalorizaram, de tal maneira que não valiam o espaço que ocupavam.

MODUS VIVENDI DOS IMIGRANTES

Os imigrantes, acreditando nas palavras de seus recrutadores, estavam certos de encontrar terras de grande fertilidade, onde nada lhes poderia faltar.

A maior parte dos imigrantes do sul de Santa Catarina procediam do Vêneto onde a região, em sua grande extensão é montanhosa, pedregosa, pouco fértil onde o trabalho de agricultura é muito difícil.

Na realidade, Azambuja, Pedras Grandes, Urussanga, Siderópolis (Nova Beluno), Treviso, Jordão, boa parte de Nova Veneza são regiões montanhosas, ainda que suas montanhas não sejam tão pedregosas e íngremes como as do Vêneto. Mesmo havendo pedras sobre o terreno, ainda há entre elas, terra cultivável, mas que exige muito mais trabalho e fadigas. Necessariamente o trabalho terá que ser braçal, sem mesmo o concurso da tração animal na maior parte das terras cultivadas. Portanto a terra que nossos Imigrantes receberam não foi de boa qualidade, nem quanto à fertilidade, nem quanto à topografia, nem quanto à existência do elemento pedra. Todos são fatores que tornam a vida do colono bem mais dura, sacrificada e penosa. E isto não só ao que se refere à cultura agrícola, mas também quanto ao transporte dos produtos, desde a colheita, até a comercialização por estradas cheias de sobe e desce, riachos torrentosos que com as chuvas se tornavam intransponíveis, muita pedra dificultando o tráfego dos carros de bois e zorras.

A CASA RESIDENCIAL

Era o problema número um a resolver. A primeira foi a casa improvisada. Antes de tudo um telheiro. A região era rica em "palheira", uma pequena palmeira de folha rija e larga. Podia ser colhida e cortada em seu pedúnculo longo de tal maneira que fosse possível amarrá-las de três em três a uma vara, formando um lance de telhado. Superpostos tais lances a começar de baixo para cima formava um telhado de todo impermeável.

Assim a cobertura estava pronta para proteger de chuva.

Em três ou quatro pessoas é possível fazer um telhado de 15 a 20 metros quadrados num dia. E a corda para amarrar tais feixes de folhas? Era o cipó ou a embira. Embira era uma fibra vegetal produzida na entrecasca de certas árvores, sobretudo de regiões mais úmidas. A embira economizou grandes quantidades de barbantes e cordas. Todo o colono mantinha estoque para as necessidades domésticas.

O telhado exige uma certa estrutura que é relativamente fácil de montar, já que a madeira retilínea e fina se encontra em quantidade na mata dessas regiões de que tratamos.

Para fechar as paredes havia diversos expedientes.

Um deles, o mais simples era o de "pau a pique".

Consistia em varas postas em pé, uma ao lado da outra de tal maneira que pudesse fechar o espaço. Às vezes eram usadas achas de madeira ou içara (palmeira muito alta e fina, também chamada palmito, por ser dela que se extrai a parte comestível da ponta). Tais paredes quando compostas de varas ou achas entrecruzadas eram calafetadas com barro ou mistura de barro com fibras para tornar mais resistente. Este processo elimina as frestas por onde o frio penetra.

Outro expediente utilizado, mas bem mais demorado era cortar troncos e superpô-los horizontalmente, cuidando de escarvar as duas faces de contato, para garantir o equilíbrio e eliminar as frestas. Era uma casa mais reforçada, que dava mais tranquilidade contra o inimigo número um, chamado: onça.

Diga-se, de passagem, que a onça neste sentido sempre foi injustiçada, pois ela não ataca uma pessoa e nem penetra numa residência habitada, mas o nosso Imigrante não conhecia essas delicadezas da onça. Só temiam suas reforçadas garras e mandíbulas.

Depois de ter algum abrigo improvisado, o imigrante começava a instalar-se um pouco melhor, de acordo com seu espírito inventivo, criatividade e habilidades profissionais.

Geralmente era escolhido um ponto nas proximidades de um curso d'água e, se possível em terreno descendente, para ter um porão nos fundos, pensando na adega para o vinho.

Nesses casos o porão era construído em paredes de pedra. Nisto os Imigrantes eram especialistas, verdadeiros artistas, pelas práticas em sua Pátria-mãe. Houve quem construisse casas inteiras em pedras trabalhadas de forma impecável. Ainda há casas desse tipo em Urussanga, como a de Marco Mariot em Rio Salto, a de Antonio Copetti, em Rio Deserto, a de Ignazio Barzan de Rio Palmeiras, a Igreja de São Gervásio e Protásio de Rio Maior.

Aos poucos os colonos se equiparam com grandes serras braçais acionadas por dois serradores num andaime. Um serrador permanecia sobre o andaime em que estava a madeira a ser serrada e o outro (preferivelmente de olhos fechados), em baixo do andaime. Era a mais rudimentar serraria para a fabricação de tábuas e madeiramentos. Convivi com esse tipo de trabalho insano, em que os colonos adotavam este estilo de trabalho por não ter dinheiro para adquirir algumas dúzias de tábuas para construir suas casas.

No fim do dia se contabilizava uma ou duas dúzias de tábuas de três a quatro metros de comprimento, dependendo da madeira mais dura ou mais mole.

Para uma boa casa eram necessárias umas vinte dúzias de tais tábuas.

Terminadas as tábuas preparavam-se as colunas e madeirame mais pesado. Para o telhado utilizava-se madeira roliça, mais fina e as achas de içara, que também chamavam simplesmente "ripas".

A madeira grossa para a armação geralmente era "falquejada" com machado, para dar-lhe forma quadrada. Isto era feito lá no mato onde a madeira era cortada, porque seria mais leve para transportá-la.

Foi trabalhando neste tipo de serviço que os índios flecharam Giovanni Baldessar, meu tio avô, no dia 10 de fevereiro de 1883.

A cobertura era feita de achas de madeira rachada, "le scandole" (aduelas), no estilo de pequenas e finas tábuas sobrepostas.

Meus pais, em 1922-23, construiram uma casa por estes

processos em Rio Deserto. Eu nasci nessa casa. Dizia meu pai que em Rio Deserto não havia casa melhor do que a nossa, por eles construída. No ano seguinte a família se mudou para Nova Veneza, interior do Município. A família Marcon comprou a propriedade dos Baldessar, demoliu a casa, transportou-a e a reconstruiu em Rio Caeté. Esta casa existe ainda hoje, à esquerda de quem entra no povoado, vindo de Urussanga. Essas madeiras foram serradas por meu pai e minha mãe há 70 anos.

A ÁGUA

A água era um elemento importante e essencial que devia existir em abundância perto de casa, tanto para as necessidades domésticas como para os animais. Procurava-se um rio, um córrego, uma nascente.

Era ali que se buscava a água para matar a sede, para os alimentos, para lavar a roupa, para banhar-se, para uso dos animais domésticos.

Para beber não podia ser qualquer espécie de água.

As nascentes eram procuradas e mediante canaletas feitas com a haste dos palmitos (palmeira fina e comprida), dividida ao meio e escarvada ou taquaras, a água corrente era conduzida por declive até perto ou dentro da casa.

Esta água corrente sempre era fresca e de agradável sabor. Traziam de longe tais águas, pois em terrenos montanhosos era fácil encontrar o declive suficiente.

O uso do poço também era adotado onde o terreno não fosse muito pedregoso. Em menos de 10 metros de profundidade se encontrava água abundante e boa. A água de poço era retirada por balde amarrado em corda e esta, amarrada a um molinete que com sua manivela enrolava a corda no eixo trazendo o balde cheio d'água.

MÓVEIS DOMÉSTICOS

Os colonos fabricavam seus toscos móveis.

As mesas, na impossibilidade de ter tábuas, eram feitas de varas retilíneas amarradas uma ao lado da outra. Aos poucos foi possível dar faces planas a um grosso tronco sobre mochos de madeira ou pedra. Os bancos compridos eram troncos falquejados na face superior.

As camas eram simples estrados de madeira sobre os quais eram colocados os grossos colchões de palha. A palha mais usada era a da espiga de milho esfiapada em finas tiras.

Armários não havia. Havia baús, caixotes e caixas e muitos cabides feitos em madeira. Ali era guardado tudo, até o dinheiro de um ano para outro. Em baixo do colchão era o lugar preferido e que se tornou proverbial.

Aos poucos, nos dias chuvosos, dentro de casa a arte ia se afirmando em tecer cadeiras, com cipós, vimes. Fazer chapéus de palha, móveis entalhados, cestos, balaios e jequis de taquara.

Os couros dos animais abatidos e feras serviam de tapete, serviam para fazer cordas, laços, malas, bainhas para o facão, chapéus, capas para proteger da chuva.

O FOGÃO

Era um quadrado de madeira cheio de barro. Sobre este barro fazia-se o fogo e as panelas eram dependuradas em correntes de elos grandes. Nesses elos, mediante uns ganchos eram colocadas as panelas mais próximas ou mais distantes do fogo, de acordo com as necessidades. Só podia funcionar uma panela de cada vez, a não ser que uma segunda panela ou frigideira estivesse diretamente sobre as brasas. Ou era a panela da polenta ou era a da minestra. A carne, se houvesse era cozinhada com a feijoada. A "fritaia", como é rápida, era frita, enquanto a polenta esfriava.

Para economizar o fósforo que era difícil adquiri-lo, procurava-se deixar o braseiro coberto de cinza para o dia seguinte.

Quem fumasse não gastava um fósforo para acender seu palheiro ou cachimbo, mas ia ao fogão buscar uma brasa com um pequeno tenaz feito de arame grosso.

Depois descobriu-se uma espécie de pedra de sílex, que percutida com uma lâmina de aço dava abundantes faíscas, que caindo sobre algodão queimado ateava o fogo. Havia dispositivos próprios para isso. Eram pequenos recipientes com tampa para o algodão queimado e eram pedaços de lima para percutir a pedra e a pedra era colhida entre os seixos de um córrego ou rio qualquer. Era o isqueiro primitivo, da idade da pedra, a pederneira.

E isto significava a economia de um fósforo... o que ajudava até para pagar as prestações dos débitos, incluindo o terreno.

A ALIMENTAÇÃO

Os imigrantes adotaram como base de alimento a minestra, isto é, feijão com arroz e carne cozidos numa só panela. Na falta da carne a minestra era temperada com "lardo" (toicinho de porco), cebolinha, salsa e outros temperos. O toicinho era um ingrediente culinário imprescindível que era guardado salgado em peças quadradas, pendurado num local ventilado e fresco. Uma peça podia durar meses sem estragar-se. Era utilizado também para temperar verduras.

A polenta era outro alimento fácil e barato. Era a farinha de milho que substituiu a farinha de trigo, muito difícil de conseguir, uma vez que o trigo não se dá com o clima da região.

A polenta era consumida, basicamente, com o queijo "in natura" ou com a "fritaia" de queijo com ovos. O salame era outro acompanhante da polenta. Este também era consumido "in natura", quando mais velho, já curtido ou, quando feito recentemente, frito com ovos, à semelhança do queijo.

O macarrão ficava mais para os dias festivos e domingos. Era na qualidade de canja, com frango "caipira" ou como "pasta asciutta", com os ingredientes que acompanham, mais o frango ensopado e o vinho "perché l'acqua fa male..." (porque a água faz mal...)

O pão de trigo dependia sempre de conseguir a farinha que não era barata e nem fácil de encontrar, mas aprendeu-se logo a fazer pão de farinha de milho misturada à batata e cará ralados. Era adotado mais pelos Imigrantes alemães, mas os italianos também usavam.

Outros alimentos haviam, mas dependia sempre de encontrar e ter condições de comprar os ingredientes. Nunca esqueci a especialidade de minha mãe em preparar um bacalhau, difícil de encontrar, mas aparecia de quando em vez.

As verduras e legumes eram produzidos e consumidos em boa quantidade. Eram principalmente "radici", alface, repolho, couve "pomodoro" (tomate) rúcula, pimentão e outros.

O aipim, a batata inglesa, que os italianos chamavam batata italiana, a batata doce, o cará, o inhame, abóbora, pepino, cebola, alho, milho verde e frutas havia sempre em abundância.

Todas as famílias se acostumaram desde o começo a ter uma boa horta e um pomar com seu parreiral. Por isso as crianças cresciam com saúde e sem passar fome. Frutas sempre havia, como as laranjas, bergamotas, limas, pêssegos, peras, ameixas, nêsporas, amoras, moranguinhos, uvas, bananas, mamões, etc.

As refeições principais eram três.

Pela manhã muito cedo, antes de clarear o dia, já estavam de pé. Faziam o café e o tomavam sem comer algo. O café, por eles plantado e por eles também era torrado no "brustolino" e era moído em pequenas máquinas manuais, quando não no pilão.

Depois de tomado o café, tratavam dos animais domésticos, tiravam o leite se tivessem vacas ou cabras. Este último, geralmente, era o serviço da dona de casa, com alguma criança que ajudava.

Em seguida iam para o trabalho do campo. Era o pai com seus filhos que já pudesse fazer alguma coisa, como manejar a enxada. Isto ocorria pelos sete anos, ou antes. A mãe ficava em casa para preparar o almoço das 8,00hs., que ela mesma levava ao local do trabalho numa cesta, embrulhada numa toalha para não esfriar.

Depois deste almoço reiniciavam de imediato o trabalho. Não havia descanso. E então a mãe também ali ficava. E o neném, porque as mães "sempre" tinham um neném, também vinha, a menos que em casa pudesse ficar uma criança de quatro ou cinco anos para embalar o neném quando chorasse e dar-lhe a chupar um bico feito com um paninho cheio de açúcar amarrado, por que bico mesmo não havia.

Pouco antes de meio dia a mãe voltava para casa para preparar o jantar que era servido ao meio dia.

Depois do jantar se descansava um pouco e havia mesmo o costume de uma sesta para o papai, porque a mamãe tinha que levar a louça e as panelas. Pelas 14hs, já estavam todos no trabalho novamente e se levava algo para comer em meia tarde. E o neném também ia e lá era deitado sobre um pelego à sombra de um guarda-chuva. Às vezes um irmãozinho fazia guarda ou simplesmente o cachorro que ali permanecia deitado ao lado do bebê e a mãe ia amamentá-lo nas horas devidas.

E agora um incidente curioso que vale a pena contar.

Certo dia, meu pai, minha mãe e todos nós irmãos que já éramos em oito, fomos para o trabalho de plantar arroz, nos fundos do terreno, um quilômetro de distância. O bebê também foi, era o "Tavinho". Como sempre ficou sobre um pelego embaixo de um guarda-chuva e certamente eu devia ser o guarda, mas um tanto relapso, ali junto ao bebê ficava também o cesto que tinha vindo com o lanche da tarde. O trabalho do fim do dia terminava quando já escuro. Nesse momento era dada a ordem de término do serviço. Batiam-se as enxadas e cada qual já sabia o que fazer, levar alguma coisa para casa: uma abóbora, uma melancia, um melão, um feixe de lenha, as sementes que sobraram e os objetos trazidos, etc.

Todos partiram meio dispersos. Ao chegar em casa constatou-se que faltava um. Era o "Tavinho", o bebê que ficara esquecido por equívoco, pois minha mãe que quis trazer uma carga maior recomendou à minha irmã Luiza que levasse o neném. Ela não escutou. Apavorada a mãe mandou a Luiza e Luiz meus irmãos de 9 e 8 anos correndo para buscar o menino.

Ao chegarem no local encontraram a criança dormindo

sob o guarda-chuva, ao lado do cesto do lanche e o cachorro deitado ao lado da criança.

Depois desta digressão voltamos ao assunto da alimentação.

À noite, enquanto se tratavam os animais à luz de lamparinas, a mãe terminava a minestra para a ceia.

A mesa sempre era grande. O pai sentava na cabeceira, a mãe ao seu lado e junto dela os filhos menores e pelo outro lado os filhos maiores por ordem de idade. Os pais ajudavam a servir os menores.

Quando o número de comensais chegou a 14: pai, mãe e 12 irmãos, se não havia mais um ou dois empregados, passou-se a utilizar duas mesas: a dos grandes e a dos pequenos. Lembro-me bem do dia em que meu pai me passou a "grande".

Depois da ceia a mãe lavava as louças e só Luiza ajudava, porque os homens não podiam meter-se no trabalho de mulheres... no entanto as mulheres iam para o campo para o trabalho dos homens...

Depois de tudo pronto, faziam-se as orações da noite, depois das quais as crianças iam dormir e os maiores ficavam para a recitação do Terço do Rosário e mais uma fila de orações e ladainha de Nossa Senhora que meu pai sabia tudo de cor, mas pasmem, na língua latina. Todas as orações que nós aprendemos na infância foram em latim. Em português eu as aprendi na escola.

A ILUMINAÇÃO DOMÉSTICA

A iluminação sempre foi um problema para o Imigrante e sua família.

Eram utilizadas lamparinas. Inicialmente, garrafas com um pavio que queimava gordura. Depois começou a chegar o querosene em caixas de madeira com duas latas de 20 litros cada uma. Já se começou a fabricar as lamparinas nas ferrarias.

Eram feitas em folha de flandres, algumas até artísticas, mais altas ou mais baixas, mas todas elas

poluiam o ambiente com sua fumaça preta que exalavam e como eram malcheirosas. As narinas pretejavam com a fuligem que se respirava. A luz das lamparinas não resistia nada ao vento. E depois de apagadas ao vento, para acendê-las era um problema, pois o fósforo, se é que se tinha, também se apagava.

Mais tarde, chegaram os lampiões com redomas de vidro, que invariavelmente ficavam pretas por dentro, o que impedia passagem da luz.

Se num acidente ocorresse derramar querosene, de imediato era coberto com cinza para secar e ser varrido. Receio de provocar incêndio.

Quando se tinha afazeres externos que necessitassem de luz, utilizava-se o "facho". Era um archote de taquaras secas rachadas ou canas de milho batidas que davam boa luz e quando de bambú era até durável. Utiliza-se muito à noite para pescar de azagaia ou arpão. De tal maneira este tipo de facho era usado quando se queria pescar à noite nesse estilo de pesca, simplesmente se dizia: "Nós vamos fachiar esta noite", isto é, pescar de facho.

Pela década de 1930, chegou a "febre" dos dinamos de corrente contínua que só serviam para fornecer luz. Nem os rádios podiam ser alimentados por este tipo de luz. Lá em casa se instalou um desses dinamos. Ele fornecia luz para cinco famílias. Era tocado a água e para isso foi necessário fazer uma canalização própria, inclusive, com um túnel subterrâneo. Era tão engenhosa a instalação, que meu mano Arno, responsável pelo dinamo o fazia ligar e desligar automaticamente. Era uma limpeza.

O CAFÉ

Inicialmente o café era comprado em grão que a dona da casa torrava no "brustolin". Este brustolin era uma peça cilíndrica de latão atravessado por um ferro munido de pequenas pás com uma manivela na ponta a um metro do cilindro, para fazê-lo girar.

Havia no cilindro uma abertura pela qual se punha os grãos de café e depois era fechada. Posto ao fogo, fazia-se girar as pás internas para movimentar os grãos, até chegar ao ponto que se percebia pelo odor que exalava. Depois era moído no "mansenin". O processo de fazer o café é o mesmo de sempre, com água quente e açúcar. Os italianos gostavam de acrescentar um pouco de grasper ou qualquer outra cachaça.

Em pouco tempo os Imigrantes já não compravam o café, porque o colhiam de seus pequenos cafezais de fundo de quintal que produziam muito bem. Era necessário proteger o pé de café da geada do inverno que sempre, naquele tempo era rigoroso e por isso o plantavam sob árvores mais altas e dali colhiam o "café da sombra" que é de qualidade superior ao café produzido exposto ao sol.

O MILHO

Era a cultura principal do Imigrante, assim que ele chegou. Plantava-se também o arroz e, em menor escala, o centeio e o trigo.

Cultivava-se também o aipim, a mandioca, a batata doce e a batata inglesa, inhame, abóbora, morango, melancia, melão e outros.

O aipim era consumido cozido na água. Havia diversas espécies um melhor do que o outro. A mandioca não podia ser consumida como o aipim, é amarga e crua é até venenosa. Era melhor do que o aipim para fazer a farinha de mandioca que se comia com o feijão ou em pirão. A mandioca era ótima para tratar o gado, sobretudo as vacas leiteiras, mas tinham que ser habituados aos poucos, porque, caso contrário lhes faria mal e poderia até matar o gado quando ingerisse quantidade grande sem estar habituado. Os porcos também se davam bem com a mandioca.

De todos os produtos, os que se poderia pensar em comercializar eram os cereais, somente, mas mesmo assim não era fácil encontrar um comprador e quando aparecia um

comprador, era ele e somente ele que fazia o preço e oferecia as condições de pagamento que sempre era a prazo, quando não fosse um "calote".

Acima já falamos dos preços aos produtores e os preços na praça de Porto Alegre.

Quando o colono encontrava quem lhe comprasse alguma coisa, fosse por que preço fosse, ele vendia porque era a única maneira de contabilizar algum dinheiro para poder fazer face aos seus compromissos financeiros que anualmente venciam e que ele não podia atrasar. Guardava uma pequena parte para o consumo doméstico e seus animais. A maior parte das vezes boa parte da colheita era perdida nos paióis porque carunchava.

O trigo que teria o melhor preço, não se dava bem com a terra e o clima, e por isso pouco rendia. Alguns colonos plantavam para o próprio consumo. Moíam o trigo nas mesmas atafonas que moíam o milho.

O arroz e o feijão, era mais fácil vendê-los ainda que fosse mais difícil produzi-los. O milho sempre teve pouca aceitação no comércio daqueles anos. O milho só começou a ter comércio depois que se começou com a ração balanceada para o gado e as grandes criações de frango e outras aves domésticas, o que se deu depois da segunda guerra mundial, mas mesmo assim sempre com preços muito devassados em relação ao trabalho e mão de obra artesanal da preparação dos terrenos, plantio, limpeza da planta ao crescer e colheita.

O comércio sempre impôs seus preços contra os quais o colono nunca pôde fazer nada.

Como o milho sobrava, em boa parte era perdido pois o caruncho agia livremente. Não havia os defensivos para combater este pequeno inseto tão pernicioso. O que sobrasse do milho era utilizado no trato dos animais domésticos, principalmente na engorda do porco, quando seria muito mais fácil e barato engordar o porco com batata doce cozida em grandes tachos. Havia também o expediente de engordar o porco com batata, mas no final da engorda, para dar mais consistência ao toicinho e melhor gosto à carne, tratava-se o suíno com milho.

Para se obter o polvilho, processava-se a mandioca ralada antes de torrar a farinha ou de outra maneira se obtinha o polvilho da araruta que fornecia polvilho de melhor qualidade, mas era mais trabalhoso. Nunca, ninguém plantava araruta para comercializar sua fécula, mas era para o próprio uso doméstico.

O AÇÚCAR

Felizmente, no Brasil dá muito bem uma variedade grande de cana. De todas, pode-se extrair o açúcar. Algumas espécies dão um açúcar de melhor qualidade, outras dão açúcar inferior. Umas rendem mais, outras rendem menos. Umas crescem e desenvolvem melhor e são mais ou menos exigentes quanto à fertilidade e umidade do solo.

Dentro dessas condições, o colono escolhia a cana que lhe dava mais vantagem.

Ainda que se utilizasse a cana de açúcar, também, para suprir o alimento aos animais no inverno, pois a geada secava as pastagens, as melhores espécies eram reservadas para o fabrico do açúcar.

O engenho de açúcar era algo muito simples.

Um cilindro central de uns 50 ou mais centímetros de diâmetro e outro tanto de altura, de madeira consistente, ipê era o melhor, com uma "engrenagem rústica" no alto do cilindro feita de peças reforçadas de madeira engastada, com um pino de bronze no pé, onde rodava sobre um mancal de bronze também ou de pedra polida. Este cilindro central tinha uma haste reforçada que lá no alto era encaixada noutra parte do cambão que descia até a altura do pescoço do boi onde estava a canga com canzis afim de brochar o boi ao pescoço.

O cilindro central, com sua engrenagem gigante, movimentava os outros dois cilindros em sentido contrário um do outro e isto facilitava a ida e volta da cana e bagaço que assim era duplamente espremido. O caldo caía no côncavo da peça suporte dos cilindros que tinha um furo pelo qual a

garapa escorria para dentro das canaletas ou encanamentos que por baixo do chão escorria para os grandes depósitos que eram construídos em madeira como pipas ou gamelões ou canoas talhadas em grandes e grossos troncos de madeira apropriada.

No engenho de nossa família, quando meu pai comprou a propriedade de Jerônimo Michels havia duas "canoas", feitas com a finalidade de receber a garapa que, certamente, comportavam mais de uma tonelada de garapa de cada uma.

A garapa era levada ao grande caldeirão que ia fervendo horas e horas afim de fazer evaporar a água e chegar ao melado que por sua vez, ao esfriar, cristalizava em forma de açúcar úmido. De cem litros de garapa se obtém 15kg de açúcar.

Durante todo o tempo em que a garapa fervia no tacho era necessário estar alguém para "spiumar", eliminando assim a espuma com as impurezas.

Depois de cristalizado o açúcar era depositado em jacás onde escorria. O melado era recolhido, pois seria depois alambicado para o feitio da melhor cachaça. Assim que parasse de escorrer o açúcar era levado ao sol onde secava em tabuleiros ou sobre grandes peças de pano. Uma vez seco era ensacado, armazenado ou comercializado.

Quantas vezes fui escalado para cuidar que as galinhas não subissem ao tabuleiro para adocicar seu bico. Meus bolsos estavam permanentemente açucarados pela quantidade de açúcar que eu "armazenava" para meu consumo particular durante o dia. Creio que aquilo deve ter-me ajudado a construir uma complexão robusta como alguns de meus irmãos.

Os vizinhos que não possuíam engenho de açúcar, traziam uma certa quantidade de cana necessária para suprir as suas necessidades domésticas. O serviço era cobrado em uma determinada parte do açúcar pronto.

Não era difícil comercializar o açúcar, mas sempre em pequenas quantidades. Era um tipo de atividade difícil, complicado, "melento" e cheio de enxames de abelhas por todos os lados quando não fosse a formiga. Por esses motivos o fabrico do açúcar ficava quase só para o uso doméstico, da vizinhança e parentes.

O ARROZ

Já falamos um pouco, mas merece um adendo.

Para produzir melhor devia ser plantado em terras úmidas e até mesmo alagadas, com pequena lâmina d'água.

A colheita era feita manualmente com pequena foice, "segheta", de cabo curto. Os segadores o depositavam em "manípulos", suspensos entre a própria soca do arroz cortado. Terminado o serviço de cortar era processado o de recolher os manípulos em feixes amarrados que postos às costas eram levados para a eira onde era depositado com as espigas para o alto num círculo com uns 10 metros de diâmetro. No centro havia um moirão firmemente fincado no chão. Sobre este curioso tapete eram conduzidos alguns cavalos que com seu andar em trote sempre em redor, iam despencando o arroz de seus cachos.

Para que os cavalos não perdessem a direção de trotear em círculo, eram amarrados por corda ao moirão central que tinha um dispositivo para a corda não enrolar no moirão. Os cavalos aos poucos se acostumavam a este tipo de trabalho que mesmo soltos eles trabalhavam a contento, até deixar todo o arroz "trilhado".

Depois este arroz, separado da palha era joeirado com a pá ao vento e se não houvesse vento, o serviço não podia ser feito. Finalmente peneirado nas cirandas feitas de fibras vegetais ou taquara.

O arroz que fosse para o comércio era ensacado em sacos de 60Kg e guardado até aparecer a oportunidade de um comerciante adquiri-lo, pelo seu preço. Era obrigação do produtor levar o arroz ao destino em carros de bois até o depósito do comprador. Às vezes as viagens eram longas que exigiam dias e noites nas estradas difíceis e cheias de atoleiros. Eram os carreteiros em caravana, com seus carros chiando suas cantilenas tristes noite adentro.

O arroz destinado ao consumo era guardado em grandes caixotes, donde era retirado aos poucos para ser "pilado" ao pilão ou no monjolo.

O monjolo era o descascador de arroz mais moderno que os Imigrantes e seus filhos tinham para dar condições a que o arroz pudesse ser consumido.

Era um artefato que constava de uma haste reforçada posta em balanço num eixo que atravessava a haste. Numa extremidade da haste havia uma espécie de martelo muito grande de bico comprido. Na outra extremidade a haste terminava num recipiente cavado na madeira, como se fosse uma gamela. Este recipiente recebia a água que vinha por calhas. Quando o recipiente estava cheio de água, pesava mais do que a outra ponta em que estava instalado o martelão e com isso o balanço fazia o recipiente baixar até lá embaixo onde, pela inclinação, a água escorria toda e com isso o lado do martelo ficava mais pesado o que obrigava o outro balanço de volta. Neste balanço o martelo dava uma pancada no arroz colocado dentro do pilão.

Essa manobra era repetida lenta e pacientemente tantas vezes quantas se deixasse a água escorrer. Depois de um dia de idas e vindas o arroz estava pilado e muito bem pilado, porque este sistema deixa o arroz inteiro.

Certo dia minha mãe me encarregou do serviço, e tinha certa pressa. Eu era um menino de poucos anos. Cedo fui ao monjolo com o arroz.

"Programei" as manobras do monjolo, como hoje se programa um computador e calculei que em determinada hora tudo estaria pronto para joeirar o arroz com a peneira.

Passado o tempo calculado, voltei ao monjolo e qual não foi a minha surpresa ao ver uma paçoca de penas e sangue misturado ao arroz. Um franguinho em frangalhos dentro do pilão. De qualquer maneira deve ter-se introduzido, talvez tenha deixado a porta entreaberta, mas o dito frango pulou para dentro do pilão para comer o arroz e recebeu a pancada do martelão nas costas e dali em diante sempre mais outra, até que eu cheguei.

Ainda bem que a missão que recebi partiu de minha mãe, pois ela nunca bateu em seus filhos. O máximo que ela fazia era dizer: "Vou contar para o teu pai", mas era ameaça, depois esquecia.

A UVA E O VINHO

Naquela época, pensar em um italiano e não pensar em seu vinho era uma anomalia.

Os historiadores da imigração sempre contam que os italianos quando vieram se preveniram, trazendo consigo os sarmentos de suas parreiras e os traziam com todo o cuidado envoltos em musgo úmido.

Até aqui tudo certo, mas a história continua. As espécies de parreiras do Vêneto não se deram no Brasil.

Não sei por que caminhos, mas o governo francês mandou sarmentos de outra variedade de uvas que passou a se chamar simplesmente "uva francesa".

Ainda hoje se encontra em Urussanga raros exemplares de parreiras dessa espécie. É mais um capricho do que uma vantagem. A uva francesa não é das melhores para o vinho. É ótima para o paladar como uva de mesa, é muito tenra e doce. E por ser tenra e doce, os primeiros a procurá-la ao amadurecer são os marimbondos e abelhas. Onde há um pé de uva francesa madura, há um enxame de abelhas e marimbondos e até os morcegos a apreciam...

O Governo Imperial se interessou pelo caso e fez chegar em Urussanga uma variedade ainda hoje conhecida por uva Isabel. Esta Isabel é a Princesa Regente que por diversas vezes governou o Império em períodos não muito longos. Era o Imperador Dom Pedro II que já se sentia mal na corte e por isso viajava em longas ausências. É a mesma Princesa Isabel que aboliu a escravatura.

Esta espécie de uva Isabel, ainda hoje é cultivada em Urussanga e é considerada uma das melhores espécies para a região de Urussanga.

O certo é que todo o Imigrante e também os filhos deles tinham seu pequeno ou grande parreiral. Eles mesmos faziam seu próprio vinho de consumo doméstico e quem o fizesse em maior quantidade o comercializava. O comércio do vinho não era dos piores.

Para isso tinham adegas, geralmente um porão de pedra

nos fundos e embaixo da casa residencial ou em lugar à parte quando se tratava de uma produção em escala comercial.

O esmagamento da uva era feito com os pés. Tanto para esmagar como para fermentar, utilizavam-se recipientes de madeira feitos a modo de grandes gamelões. Depois de fermentar, passavam o vinho para as tinas ou barris, quando não para os garrafões, pois os tinham até com 50 litros de capacidade.

O colono que tivesse que vender seu vinho, também enfrentava sérios problemas, em procurar os compradores e transportá-lo.

Lembro sempre meu tio Pedro Trevisol de Rio Caeté que, anualmente, passava em nossa casa em São Bento Baixo (Nova Veneza) com seu carro de boi com uma pipa de 600 ou 800 litros de vinho que ia procurar vendê-lo em Meleiro, Jacinto Machado (Volta Grande) ou Timbé. Eram alguns dias de viagem para voltar com alguns mil reis no bolso.

GADO E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Ao chegar os Imigrantes não encontraram nenhuma espécie de gado. No entanto descobriram logo que em São Joaquim, os serranos ofereciam uma novilha por um mês de trabalho em construir taipas (cercas de pedra) para o gado em seus campos.

A novilha era de preço elevado, porque, além do trabalho de um mês, havia ainda a distância a percorrer a pé por uns três ou mais dias, enfrentando os perigos daquelas picadas cheias de índios que iam se recostando sempre perto dos Costões da Serra do Mar. A viagem também consumia seis e oito dias entre ida e volta. Isto era feito em grupos. Quando uma turma voltava, já vinha com serviços contratados para outra turma com o mesmo ou outros fazendeiros. Nossos antepassados construíram centenas de quilômetros de taipas, serviço iniciado pelos escravos. O Imigrante era especialista em trabalhos com a pedra.

Desta maneira também eram adquiridos os cavalos e bestas de carga.

Aos poucos foram entrando as ovelhas e cabras.

A cabra era para fornecer o leite para as crianças

para quem ainda não possuísse uma vaquinha leiteira. As ovelhas forneciam a lã para os acolchoados de inverno e os pelegos para a montaria.

Os bois, necessários para o trabalho na tração do arado e carro de boi, carretão, carpideira, zorra, etc., aos poucos vinham dos bezerros que iam crescendo.

Aliás, houve tentativa de criar gado em Urussanga, mas não deu certo.

O que deu mais certo, foi a criação de suínos para ter a banha, o toucinho, o salame, a carne, o sabão.

Logo no início, em Pedras Grandes houve uma fábrica de produtos suínos que não teve muito sucesso e se acabou.

A uva e os cereais é que tiveram mais sucesso no trabalho de agricultura.

As aves domésticas sempre existiram ao redor das casas das famílias, ainda que tivessem que pagar um custo elevado pela rapina da parte dos bichos silvestres, como a onça, jaguatirica, gato do mato, gambá, guará, raposa, etc. os lagartos comiam os ovos e os gaviões comiam os pintos.

Eram as galinhas para os ovos e a sua carne que era freqüente à mesa.

Eram os gansos para aproveitar suas penas para os cobertores de inverno. Eram os patos, marrecos, angolistas, perus e outros que ofereciam uma opção variada para as refeições.

Todas essas aves viviam soltas ao redor da casa durante o dia. No fim da tarde, antes de se recolherem ao galinheiro recebiam o acréscimo de uma ração de milho.

Falei no galinheiro. Era necessário para proteger as aves dos animais predadores acima mencionados que à noite rondavam à procura de alimento.

O galinheiro devia ser fechado e muito bem fechado à noite.

Os cães e os gatos também eram indispensáveis. Uns para defender a casa das feras e animais nocivos e outros para dizimar os ratos que destruíam o milho colhido e armazenado nos paióis.

Não era raro encontrar animais selvagens domesticados, bem como certas aves que viviam misturadas às galinhas.

O FUMO

As dívidas registradas em caderneta e os prazos de pagamento que em cada dia se tornavam mais curtos, obrigavam os imigrantes a procurar todas as maneiras de produzir dinheiro e economizar.

Naquele tempo, para o homem, era questão de honra fumar ou, para quem não tivesse esse hábito se utilizava do rapé. Havia também mulheres que fumavam, ainda que muito raras.

Era quase um desprestígio para uma mulher o consumo do fumo. E não era um artigo fácil de encontrar, e quando havia, era vendido a muito bom preço.

De início os fumadores adotaram o uso do cachimbo, pois não era fácil a palha antes da primeira safra de milho. O cachimbo era feito de qualquer maneira, de barro cozido, de castanhas de algum fruto silvestre e nele era embutido um canudinho de taquara.

Assim que a semente de fumo chegou à colônia, alguns colonos mais afoitos se lançaram à nova experiência, sem nada conhecer sobre o assunto.

A minúscula semente do fumo que mais se assemelha a um pó, era semeada em canteiros de terra fina e muito bem adubada. Procedia-se à irrigação diária. Quando a muda atingia o porte de quatro ou cinco folhinhas era transplantada para o roçado. Era plantada em "carreiras" de 1,20m. por um lado de 70 centímetros por outro.

Rapidamente o fumo cresce e suas folhas se tornam grandes até atingir 60 centímetros de comprimento e 30 de largura.

As primeiras folhas junto ao solo são podadas. Na altura de 80 centímetros a um metro, aproximadamente, a planta é despontada e são retirados os brotos que se multiplicam em cada uma das folhas. Este processo deve ser repetido umas três vezes até a época da colheita, porque cada folha vai formando sempre, de novo, mais um broto. É uma espécie de poda para favorecer o crescimento das folhas.

Quando as folhas adquirem uma coloração amarelada e granulada com consistência rija está em tempo de ser colhido. Ao serem recolhidas as folhas são sobrepostas em pacotes e amontoadas no carro de boi que ali está pronto para o transporte.

No carro de boi são feitas pilhas muito altas, pois é um artigo relativamente leve comparado ao volume. Para que esta montanha de folhas não viesse a desmoronar no transporte, uma ou duas crianças eram deitadas sobre as folhas lá no alto, afim de segurar a carga.

Numa dessas viagens o carro virou comigo e meu irmão Olindo lá no alto. Ficamos sepultados em baixo da carga que, felizmente, era macia e leve e por isso sem maiores consequências.

Em casa essas folhas de fumo eram suspensas de três em três em estaleiros feitos rente aos alpendres dos telhados dos paióis. Havia também o estaleiro em posição perpendicular com face dupla.

Ali as folhas permaneciam até cinco dias, dependendo do tempo mais quente, mais frio, mais úmido ou mais ventilado.

Quando adquiriam a cor amarelada e se tornavam macias, estava no tempo de retirá-las do estaleiro, amontoando-as novamente afim de passar folha por folha afim de "destalá-las", isto é, tirar o talo central da folha.

Uma vez retirado o talo, as folhas são novamente amontoadas, dobradas, com a parte lisa para fora, e classificadas em duas categorias: "bonito" e "feio". Assim amontoado o fumo resulta em uma parte de "bonito" e duas ou até três partes de "feio".

Em longas mesas são estendidas essas folhas, de tal maneira que uma ponta da folha se sobreponha à outra. É uma folha do pacote "bonito" que vai por baixo, afim de dar melhor aparência externa depois de pronto.

Sobrepostas três folhas, na média, o fumo é enrolado em corda da grossura de um cabo de vassoura.

Depois de feitas três cordas, novamente são enroladas sobre si mesmas de tal modo que resulta numa corda da grossura de uma garrafa. Em seguida esta corda grossa é

enrolada num pau roliço para isso preparado.

Essas três cordas são, depois, emendadas sucessivamente até atingir o comprimento, aproximado, de 35 a 40 metros. Assim o rolo terá de peso uns 30 quilos, fácil de manejar.

Desta maneira o rolo é exposto ao sol que o faz fermentar e o faz perder a umidade. De inicio até mais de uma vez por dia um rolo é transferido para outro rolo, afim de que a parte resguardada fique exposta e vice-versa.

Este processo era feito na "máquina" de virar o fumo. Este pomposo nome de máquina era um artefato que possibilitava colocar o rolo de fumo de tal maneira que girasse em torno do seu próprio eixo que geralmente era afixado junto a um esteio do piaol para lhe dar condições de agüentar o peso e não oscilar nas rotações. Por um lado, a máquina tinha um mancal onde era introduzido o pino do rolo, por outro lado tinha uma abertura com a respectiva broca para impedir que o rolo caísse ao chão ao rodar.

Essa peça inteira tinha duas rotações: uma sobre si mesma no eixo do suporte e outra sobre o rolo de fumo, que deve poder desenrolar a corda afim de passar para o outro rolo. Toda a corda do rolo de fumo, ao passar de um rolo para o outro é levemente apertado pela máquina que roda por impulso manual de um ajudante naquele trabalho. Este aperto faz com que a umidade das folhas, aos poucos liberte o fumo que vai ficando seco e em condições de queimar quando é fumado pelo fumante

Até aqui descrevi a metade da dita máquina que está presa a um firme suporte. A outra metade consta de um cavalete feito de tal maneira que o rolo de fumo possa rodar sobre si mesmo afim de poder transferir o fumo de um rolo para outro.

O processo de fazer rodar o rolo era por manivela manual do próprio operador do serviço.

Por essa razão, a peça de madeira do rolo de fumo termina, por um lado em forma quadrangular afim de poder encaixar a manivela, que imprime o movimento de rotação.

O fumo para ficar "bom", deve ficar exposto ao sol ao

máximo. Se for temporada de chuva, já não é bom para quem produz fumo.

Depois de manipular o fumo nesse processo cansativo, enjoativo, pesado e sujo durante uns 50 dias é deixado em repouso. Em seguida está em condições de ser comercializado.

O comércio é certo quando não há muita concorrência. Nesse caso vale a lei da oferta e procura e o preço baixa para a sorte do consumidor e azar do produtor. O fumo tem uma vantagem sobre outros produtos que pode ser estocado sem prejuízo da qualidade. Nesse caso é empalhado com esmero e capricho com palha da espiga de milho que o conserva impermeável de um ano para outro, quando ele se torna de 1ª categoria e por isso é o primeiro comercializado, antes da safra nova.

Naquela época dos imigrantes, era muito difícil vender o fumo por atacado, a menos que fosse vendido com largos prazos de pagamento. Nesse caso o comprador, como um dos intermediários o venderia num parcelamento menor às pequenas casas comerciais ao longo das estradas das diversas colônias, no planalto para o serrano, onde o fumo não cresce ou à beira-mar para o pescador açoriano. Estes botecos, por sua vez o venderiam no último varejo.

O fumo, apesar de trabalhoso e nojento dava bons resultados financeiros.

Quem trabalha no fumo tem odor (ou fedor) de fumo o tempo todo. As folhas emitem uma nicotina pegajosa, melenta, mal-cheirosa que adere em tudo o que encostar nelas. A roupa se torna grossa, as mãos ficam cobertas por uma grossa camada de uma substância insolúvel na água. Haja sabão para lavar as mãos e a roupa...

Havia famílias, que, à mingua de espaço nos paióis faziam os estaleiros e todo o trabalho do fumo na própria casa de moradia.

Era um sofrimento de cheirar fumo as vinte e quatro horas do dia, mesmo durante o sono, o que era, sem dúvida, prejudicial à saúde, sobretudo das crianças, cujo organismo não suporta tais doses de nicotina pelo ar que respiravam e pelo contato no trabalho diurno.

Este tipo de trabalho era extenuante, porque se estendia noite adentro à luz de precárias lamparinas de querosene, por ser um tipo de trabalho que não admite adiar, sob pena de perder o produto. E para não "perder" o tempo rezava-se o terço enquanto uma criança ou outra ia pegando no sono ali mesmo pelo chão que alguém juntava para levá-la a dormir.

Ano após ano, se repetia a dose que não tinha alternativa...

OUTROS SUPRIMENTOS E FONTES DE RENDA

Ajudavam muito na alimentação, os frutos silvestres e as carnes de animais selvagens como a anta, o caititu, cateto, veado, paca, tatú, cotia, quati, macaco, bugio e outros. Havia ainda as aves que habitavam as matas em abundância, como o macuco, jacutinga, aracuã, uru, saracura, jacupemba, perdiz, jacu, patos selvagens, marrecos, pombos e mais uma variedade grande de pássaros menores que também são caçados com bodoques para as passarinhas.

De início todas essas aves não se assustavam com os tiros ou melhor, não fugiam do local em que estavam empoleiradas em bandos. Podia-se matá-las todas ou quase todas.

Contava meu pai que certo dia foi caçar e encontrou um bando de jacus empoleirados na mesma árvore. Foi atirando, procurando economizar o chumbo que trazia: Derrubou cinco e se dispunha a voltar com as aves dependuradas numa vara sobre os ombros, quando encontrou mais um chumbo no bolso. Fez uma carga e derrubou o último, deixando o resto do bando ali bastante alvoraçado.

Um couro de onça valia mais do que muitos sacos de milho. Os couros dos animais selvagens em geral eram bem vendidos ou utilizados como tapete à beira da cama. O ajoujo, couro que amarra uma junta de bois pela ponta dos chifres furados, o mais forte, o mais durável era o couro do tamanduá, aquela tira das costas.

Os peixes eram muito abundantes, ainda que não muito

grandes. Os mais consumidos eram a traíra, o jundiá, o cascudo, badejo, lambari ou piava, cará, sarda e outros. O peixe era abundante e fácil de pescá-lo, fosse de anzol, de tarrafa ou de jequi e até mesmo de arpão.

Há anos passados, num domingo à tarde, sai a passeio de carona com meu irmão Olindo. Ao passar em frente a uma antiga moradia, construída em pedra, no alto da subida da estrada que vai de Nova Veneza a São Bento Alto e São Pedro, no fim do atual perímetro urbano, vimos um casal de velhinhos sentados em frente da casa, desfrutando a sombra da tarde e o belo panorama da cidade.

Meu irmão me chamou a atenção e me informou que era "Toni" Gava, tocaio e amigo de meu pai. Estacionamos ali e nos dirigimos a eles para cumprimentá-los e conversar um pouco.

Ficaram muito contentes. Toni Gava e Toni Baldessar, quando mais jovens trabalharam juntos em diversas oportunidades.

Certo dia estavam à beira do rio São Bento, contou-nos Toni Gava, trabalhando. Só tinham farinha de milho para jantar. Ao findar do dia tomaram seus anzóis e foram pescar alguma traíra no rio onde havia muitas e grandes. Lançaram seus anzóis. De imediato as traíras comeram a isca do anzol de Toni Gava e comeram o anzol de Toni Baldessar.

Continuando a conversa, Toni Gava dizia que meu pai, na falta de outro anzol para substituir, tomou uma minhoca e a amarrou à linha que sobrara. Jogou-a na água e puxou em seguida com uma enorme traíra que mordeu e não soltou a minhoca amarrada. E concluiu Toni Gava: "Teu pai então disse: de agora em diante eu não vou mais pescar com anzol..." "Si non è vero è bene trovato"!... É por conta de Toni Gava. O certo é que à noite a polenta estava acompanhada de um peixe frito.

As bananeiras também ofereciam bons lucros, sobretudo quando alguém se aventurava a ir de carro de boi até Lauro Müller com uma carga de bananas para os mineiros. Mais tarde a partir de 1917 os mineiros estavam também ali em Rio Deserto. A banana produzia muito bem, mas não tinha o consumo suficiente para toda a produção, nem mesmo depois de começarem os trabalhos das minas de carvão em Rio Deserto e

Rio América.

AS ESTRADAS

No fim do século passado, o sul do Estado de Santa Catarina, continuava isolado de sua Capital. Quem quisesse lá chegar ou de lá vir, teria que adotar o transporte marítimo de Laguna para o norte, mas até Laguna era um intrincado expediente de viagem a cavalo e de canoa.

Em 1773 foi construída a estrada do Rio do Rasto, mas unicamente para ser trafegada pelos tropeiros com suas mulas de carga e bons cavalos ou a pé. Esta estrada também dava acesso a Laguna, aproveitando em parte o rio Tubarão.

Em 1880 iniciou-se a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina que 4 anos depois já ligava Imbituba a Lauro Müller, com 128Km. de extensão.

Em 1919 foi construído o ramal da mesma estrada que possibilitava transportar o carvão das minerações de Rio Deserto e Rio América. O carvão de Rio América era transportado através de uma teleférica de 4 quilômetros para Rio Deserto.

Se a estrada de ferro chegou cedo, as estradas de rodagem se fizeram esperar ainda, por muitos anos.

Em 1930, ainda, não havia estradas confiáveis para se ir de Urussanga a Florianópolis. O que havia eram picadas, feitas a facão ou a foice sobre o solo natural, sem terraplanagem. Eram trilhas improvisadas. As árvores maiores não eram derrubadas, eram contornadas. Aos poucos as trilhas mais freqüentadas se tornaram estradas de carros de bois. Eram muito acidentadas, cheias de "sobe e desce", atoleiros, passagens difíceis nos cursos d'água que sempre eram vadeados, pois pontes não havia, também porque se houvesse, as fortes enxurradas as destruiriam. Eram florestas e mais florestas, intermináveis para atravessar, sem recursos de qualquer espécie.

Em 1916, entrou o primeiro carro em Criciúma, adquirido por Marco Rovaris que foi o primeiro Prefeito daquele Município. Diga-se, de passagem, exerceu seu mandato sem receber qualquer remuneração.

Começa que o caminhão enfrentou uma verdadeira

odisseia para chegar até Criciúma. Marco Rovaris, em troca de umas terras que o Governo do Estado lhe concedeu, tentou construir e melhorar algumas estradas nas quais o caminhão pudesse trafegar. A luta foi insana e Marco Rovaris se deu por vencido. O caminhão ficou parado. Hoje está no Museu histórico de Laguna.

Em Urussanga a primeira bomba de gasolina ainda deve estar na mente de pessoas mais idosas lá residentes. Instalada bem no começo da praça principal, foi inaugurada em 1930.

Como me referi acima, o cabo teleférico que transportava o carvão de Rio América para Rio Deserto, foi instalado em 1928, mas transportava unicamente o carvão nas suas "vagonetas", adrede preparadas. Essas vagonetas passavam por sobre as cabeças dos Baldessar que residiam em Rio Deserto.

Havia, pois um trem, uma teleférica para o carvão, mas não havia ainda uma estrada de rodagem trafegável nem em 1930.

O que os Imigrantes andaram a pé com cargas nas costas, a cavalo ou de carro de boi dia e noite pelas estradas sombrias das altas matas, subindo e descendo montanhas, atravessando pantanais, já fugiu da memória da população de hoje que reclama quando o asfalto não está em boas condições.

No inicio do século já existia a subida da serra de Nova Veneza acompanhando as águas do Rio São Bento que tem suas cabeceiras no alto da serra nas propriedades de Joaquim Alano, Vieira, Palma, Cacetari. Um filho desta família Cacetari, casado com a filha de Olívio Mariot, foi Prefeito em Urussanga, recentemente. Prova que os Cacetari freqüentavam a praça de Urussanga por causa de seu comércio que descia da serra com os tropeiros.

A subida da serra a qual me referi, nem pode ser chamada de estrada. É um carreiro que, por vezes, se parece mais com uma escadaria desarrumada em seus degraus.

Certa vez, por volta de 1943, de férias, levei um colega a subir a serra de Nova Veneza. Era ele Luiz Soares de Lima, um nordestino e mais uma turma de estudantes de filosofia: Hercílio Capeler, Antônio Destro, Valério

Zanelato, Herval Fontanela e, talvez, mais algum outro. Deixamos os cavalos nas Três Pedras e subimos a pé, sem muita pressa. Depois de três horas de esforço, chegamos lá no alto. Luiz Soares de Lima, visivelmente cansado e contrariado, esticou seu olhar serra abaixo e disse: "isto nunca foi estrada". E eu que o convidara lhe respondi: "Veja bem, eu nunca falei 'estrada', falei sempre em "subida da serra".

Mas seja como for, o certo é que esta "subida" ou "descida" era uma via de comunicação para o comércio entre os moradores do planalto e os do litoral que os serranos chamavam com desprezo "os barrigas-verdes", porque eles se consideravam "gaúchos" de raça superior, ainda que a divisa entre os dois estados fosse um pouco mais para o sul.

Por ali trafegaram as tropas de mulas por mais de um século. Por ali descem ainda hoje tropas de gado clandestino para o abate fora do controle do fisco. Por ali descem tropas de porcos magros que são engordados pelos colonos da região de São Bento Baixo e Forquilhinha.

Certamente por ali, e, talvez muito antes do começo deste século subiam e desciam os índios em busca do pinhão da serra que era muito consumido por eles e talvez os índios da serra, para pescar nas águas salgadas do "grande lago", o mar.

As tropas de gado as quais me referi, por vezes, perdem uma rês que cai num abismo, quebra uma perna entre as pedras, mas o serrano não perde a rês. Carneia-a ali mesmo. Salga sua carne e a leva para o comércio como charque.

Subi esta serra, pela primeira vez em 1942 para levar minha irmã Josefina para o colégio em São Joaquim, meu irmão Otávio também ia conosco. Levei dois dias de cavalgada para chegar lá e mais dois para o regresso. Meu cavalo não voltou, morreu na viagem, ainda bem que foi na volta quando nos sobrava um cavalo.

E a última vez que subi nesta serra foi em 1991, subi a pé, como sempre, porque de outra maneira não é possível. Tal subida não melhorou em nada. Depois de três horas de muito suor, chega-se lá no alto, onde os ares são outros e

a vista se estende à distância até às brancas praias do mar, onde certamente, estava localizada a sesmaria e fazenda do Cap. Manoel de Souza Porto em 1774. A gente se sente com vontade de voar, sobrevoar aquelas planícies lá de baixo. A gente sente vontade de voltar ao passado para avaliar mais de perto tudo o que uma geração viveu penando agruras na rusticidade da vida dos desbravadores, dos pioneiros. Foram os heróis da planície agreste e selvagem, tentando vencer mesmo que ameaçados de sobreviver.

VESTIMENTAS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

De início, os colonos vestiam aquilo que tinham trazido da Itália e utilizavam os resumidos utensílios que com eles vieram encaixotados. Eram as panelas, as louças, os talheres.

Assim que chegaram, verificaram o que lhes era necessário para o amanho da terra, para as derrubadas, para construir suas casas, para preparar seus próprios caminhos naquela região pronunciadamente acidentada. Para isto, podiam adquirir para pagar dentro de seis anos, com mais de um de carência. Tudo era somado ao financiamento da viagem, das terras, dos alimentos, das sementes e outras utilidades. Cada qual tinha uma caderneta em mão com seus débitos registrados e a companhia Colonizadora mantinha uma cópia da mesma.

O que podia ser improvisado, evidentemente, não era comprado, mas, como se diz, "quebrava o galho". As vassouras, por exemplo, eram feitas com maços de palha de palmeiras, ou simplesmente da pequena árvore que recebeu o nome de "vassoura", do cacho filamentoso das flores do coqueiro e outros expedientes, até que eles próprios plantaram a semente de uma gramínea que em suas folhas se parece com o milho, mas só produz pequenos grãos no penacho, à semelhança do sorgo. Era assim chamada vassoura de palha e que era bastante resistente apropriada para o serviço de limpeza. Esse tipo de vassoura durou até em nossos dias, em certos lugares do interior.

As roupas trazidas pelos colonos foram se desgastando, bem como os objetos de uso doméstico, até mesmo porque muitos colonos premidos

pela necessidade transformaram parte de seus haveres utilizáveis para que não lhes faltasse o que comer.

Diz Pe. Marzano em seu livro: "Quem ainda possuía algum dinheiro trazido da Itália, conseguia sobreviver mais ou menos confortavelmente. Os outros, em vez, sofriam e deviam privar-se até das coisas mais caras. Por isso vendiam relógios, lençóis, roupa branca, tachos de cobre, instrumentos de trabalho, tudo, enfim que não era de extrema necessidade para conseguir alimento para a família". (Pg. 59)

Penalizados mais ainda, estavam aqueles que eram surpreendidos por doenças e contratempos, como o roubo ou outro incidente. Dos primeiros produtos, ainda que matassem a fome, era quase impossível vender as sobras.

O alimento, por sua vez era muito frugal. Assim que tiveram a possibilidade de colher o cereal principal que era o milho, este era a base do alimento. Era consumido verde, durante algum tempo, e depois de secar, havia o problema da moagem. Não havia ainda as atafonas, moinhos de pedras gigantescas que rodando sobre o milho, por processo mecânico, movidos à força hidráulica, faziam a farinha.

O milho, então era cozinhado até amolecer e assim o consumiam, à semelhança da nossa canjica de hoje, só que não possuíam os ingredientes para os temperos. O milho também era socado no pilão e, assim, transformado numa espécie de farinha e daí partiram para a polenta que é a maneira mais fácil de transformá-la em alimento.

Algo para acompanhar nessas refeições monótonas, era a carne da caça que era capturada em mondéus ou arapucas, pois armas de caça não tinham. Inventaram também aquilo que chamaram de "bodoques", isto é, um arco próprio para atirar pedrinhas e assim derrubar os pássaros menores.

"Os tecidos, diz Pe. Marzano, o sal, os instrumentos de trabalho, os utensílios de casa, até os pregos e agulhas de costurar, são importados do estrangeiro e são vendidos pelo triplo do valor.

"Portanto, é coisa que aperta o coração ver os filhos de nossos colonos, ainda mais se a família é numerosa, cobertos de poucos trapos ou semi-nús, e todos sem calçados

nos pés, que parecem todos mendigos. Pobrezinhos! Como podem prover o necessário à família, quando muitos passam o ano inteiro sem ver um vinté? Às vezes acontece que nem mesmo oferecendo uma vaca podem conseguir um par de sapatos! E se acontecem desgraças na família, ou chegassem alguma doença? Em tais casos dolorosos, angustiados, não poderiam fazer mais que abandonar-se à Divina Providência!".

"O futuro melhoramento não devem esperá-lo do Governo ou de outros. Eles mesmos devem procurá-lo com o trabalho, com a união, com a economia". (pg. 182, 183)

Nos primeiros anos, os colonos saíam desesperados para todas as direções à procura de trabalho nas entre-safras.

O pouco trabalho que a Companhia Colonizadora podia oferecer era disputadíssimo, e a maior parte dos colonos nunca teve a chance de receber alguns mil réis em tais serviços que se resumiam em abrir picadas ou estradas muito precárias. A Companhia, de boa vontade, dentro de suas possibilidades chegava a dividir a jornada de trabalho entre dois trabalhadores para dividir os poucos réis que faziam jus no fim do dia.

Os colonos, aos poucos foram se informando da existência provável de trabalho na região centro norte do Estado, onde os imigrantes alemães da região de Blumenau e Joinville, já mais antigos no Brasil, ofereciam mão de obra.

Grandes grupos viajavam semanas inteiras para chegarem ao Rio do Peixe, onde havia trabalho na ferrovia que atravessava o estado. Outros grupos ainda que se aventuravam a procurar serviço na ferrovia que liga Porto União ao Porto de São Francisco. Houve grupos que viajaram até a Argentina à procura de trabalho. Tudo isto premidos pela absoluta necessidade de sobreviver.

Meu avô paterno e seus dois irmãos, trabalharam, na construção da ponte sobre o Rio Maruim, entre Palhoça e São José tal ponte toda de pedra, existe e serve ao tráfego ainda hoje.

Meu avô materno e seu grupo, trabalhou na construção de obras de arte nas estradas do Rio Grande do Sul ou nos trabalhos de cantaria em geral.

Meu tio Cesar Mariot tinha seu grupo que saia nas mais diversas direções e trabalhou muito na estrada da Serra da Rocinha que liga o sul de Santa Catarina com o Planalto.

Meu pai, componente de um grupo, trabalhou na construção da estrada de ferro de Curitiba a Paranaguá.

Eis a musiquinha que inventaram para a velha cozinheira, magricela e sempre disposta para o trabalho:

"E la povera leggera	(E a pobre magricela
Sempre ciuca	Sempre bêbada
E mai malá	E nunca doente
Ci faceva da mangiar	Nos fazia de comer
Con la pipa in bocca	Com o cachimbo na boca
Con le scarpe in man	Com o sapato na mão
Camminava sempre avanti	Caminhava sempre adiante
Senza farsi aspettar"	Sem fazer-se esperar)

Em 1880 foi um ano sorridente para os colonos de Urussanga que tão longe tinham que ir para buscar trabalho. Tiveram início as obras da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina que ligaria Imbituba a Lauro Müller e mais tarde a Urussanga e Criciúma e Araranguá.

Foram quatro anos de bons rendimentos para todas as famílias que puderam mandar alguns dos seus para este tipo de trabalho. Meu avô paterno e seus irmãos, inclusive o Giovani que os índios mataram mais tarde, trabalharam na Ponte da Cabeçuda, em Laranjeiras.

Enfim deixavam mulheres e crianças, indefesas lá dentro da mata, numa pobre casinha, entregues à própria sorte. Sabiam que deixavam seus entes mais caros, mas era precisamente por eles, para mantê-los, no mínimo, vivos, que os deixavam expostos a todos os perigos, inclusive à morte por doença, pelos ataques dos selvagens, mas pensavam: morrer por morrer é preciso tentar lançar-se à última esperança.

Alguns meses, ou muitos e longos meses depois, antes da época do plantio dos cereais, voltavam felizes, trazendo algum suprimento a mais, algumas fazendas, objetos mais necessários e algum dinheiro, que,

economizado, era reservado para pagar a prestação anual dos débitos.

Pietro Baldessar, casado com Tereza Mariot, irmão mais velho de meu avô já tinha uma dezena de filhos. Quatro filhos e seis filhas. Morava no ponto mais alto do Rio Deserto, vizinho de meu avô. Ambos tinham uma área de terra de média fertilidade, mas eram pedregosas e extremamente accidentadas. Ambos viviam em dificuldades financeiras. Os cereais que produziam tinham pouco comércio. Os compromissos financeiros cresciam com a família que crescia. Estas foram as razões que os levaram e partir para longe à procura de trabalho. Os trabalhos nos quais se engajaram foi sobretudo na construção de estradas de ferro, de rodagem, pontes e obras de cantaria.

Ficavam fora, habitualmente, o período após a colheita: fevereiro ou março, até o começo da época do plantio: setembro ou outubro. Houve grupos que perambularam até a Argentina à procura de serviço, andando a pé pelas trilhas através das florestas. Gastavam seus sapatos, mas eles os fabricavam de couros e panos, em viagem. Muitas vezes os pais levavam seus filhos, desde que fossem adolescentes. Assim meu pai, jovem adolescente, se engajou num grupo como cozinheiro.

Dizia-me, meu pai, que pela manhã não se tomava café, mas chimarrão com leite quente.

Todos viviam numa premência cruel de produzir dinheiro para saldar os compromissos financeiros da numerosa família.

Pietro Baldessar, certa ocasião partiu com um pequeno grupo, para os trabalhos da estrada de ferro de Porto União a São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina e levou consigo seu filho Giacomim de 16 anos. Nessa época eles levavam seus instrumentos de trabalho, alimentos e roupas nas brucanas de algumas mulas, mas eles andavam a pé, percorrendo uma média de 25 a 30 Km por dia. Era sempre tempo de inverno, portanto, fazia frio, o percurso, em grande parte, era através do Planalto, onde o frio é mais intenso. Levavam 15 a 20 dias para chegar ao local do trabalho nessa estrada de ferro.

Depois de alguns meses Pietro achou conveniente regressar para ver a situação da família e encaminhar o serviço do plantio dos cereais. Deixou seu filho Giacomim e recomendou ao Chefe do serviço que olhasse por ele. Partiu tranquilo.

Depois de longa jornada encontrou os seus, todos bem.

Vendo que os filhos, em casa, já tinham encaminhado

todo o serviço de plantio, regressou para os trabalhos da estrada de ferro. A odisseia das viagens anteriores se repetiu. Chegando ao destino, cansado e abatido saiu à procura de seu filho Giacomim. Tinha pressa em lhe transmitir as notícias de sua mãe Teresa Brigida Mariot e seus nove irmãos.

Atônitos seus colegas de trabalho permaneceram calados. Pietro entendeu que uma fatalidade devia ter ocorrido.

Só tinham uma sepultura para mostrar e lá na cruz ainda se lia: "Aqui jaz Giacomim Baldessar"... Uma oferenda em libação à gigantesca missão de vencer o infortúnio, a pobreza e salvaguardar a honra da família.

A um coração de pai curtido pela desventura e sofrimento, pelos trabalhos e fadigas, vinha acrescentar mais uma agrura atroz somada a um sentimento de culpa por ter deixado seu filho só e tão distante.

Com Pietro Baldessar aconteceu de não encontrar seu filho lá no longínquo lugar de trabalho, mas era muito mais comum o chefe de uma família, retornar depois de longos meses ou até mais de um ano e não encontrar algum ou alguns de seus entes queridos.

E qual a tranqüilidade de um pai, de um marido, sabendo que seus filhos, sua esposa a todo momento poderiam estar em dificuldades e vice-versa os filhos e a esposa nem sequer podendo imaginar as dificuldades e privações do chefe da família que se aventurava a andar por um mundo distante e desconhecido.

Cada dia que se passava na cabeça de todos esses sofredores era mais um evento na ladainha interminável de desencantos em face de tudo aquilo que lhes havia sido prometido.

Hoje o mundo chora no meio da fortuna, porque se houvesse o trabalho e a consciência do cumprimento do dever como ocorreu com nossos antepassados e a sabedoria de empenhar-se por todos os modos e meios para corresponder à missão que coube a ele cumprir, haveria de entender que por pior que seja a situação de hoje, houve épocas em que tudo

foi muito pior e nem por isso houve o fracasso.

Era um compromisso sagrado. Era questão de honra saldar os débitos contraídos perante a Companhia Colonizadora.

Vezeis houve, em que ao voltarem tiveram a dolorosa surpresa de um ente querido ausente, porque a doença, a serpente peçonhenta ou algum outro incidente fatal o levou. Que fazer? Alguma lágrima furtiva e só!

Roupas feitas não havia nessa época. Então as mulheres que puderam trazer da Itália sua máquina de costura, se arvoravam em costureiras e faziam as peças do vestuário numa verdadeira intercolaboração de préstimos trocados, porque dinheiro não havia.

Cortavam os tecidos sobre peças de uso de cada um. Costuravam as calças, as saias, as camisas de riscadão grosseiro ou de mescla azul ou caqui, pois duravam mais no trabalho grosseiro e silvestre.

Ao rasgarem, eram costuradas, recebiam remendos sobre remendos, e isto qualquer mulher fazia em trabalho manual com sua agulha e linha.

Sapato pronto não havia no comércio. Éramos obrigados a recorrer a Checo, o sapateiro pioneiro de Nova Veneza, que fazia sapatos sob medida. Checo Cirimbelli é o pai de Aquilino Cirimbelli, que foi seu sucessor, mas com prateleiras cheias de sapatos prontos. Era ele o responsável pelo Coral da Matriz São Marcos, e como gostava de cantar. Aquilino é pai de Ademar, meu afilhado que na infância foi um assombro de memória e hoje é excepcional pela sua inteligência e capacidade.

Sapato era um artigo desconhecido, ou melhor, era um artigo fora de uso. As crianças não conheciam sequer um chinelo, nem um tamanquinho. E daí surgiam outros problemas. Eram os bichos de pé tão comuns, que por vezes provocavam infecções perigosas. Daí também as lombrigas, contra as quais era difícil o remédio, até que apareceu um vermífugo que tinha todas as qualidades de mal-cheiroso, horrível no gosto enjoado que causava vômitos. A mãe quando ministrava tal remédio, tapava o nariz de criança, para que ao menos não sentisse seu cheiro e em seguida lhe dava um gole de café forte. E era tomado em jejum.

Eu me lembro quando fui contemplado com o primeiro par de tamanquinhos, nem sabia andar com eles, sobretudo se fosse uma caminhada mais longa.

Eu já freqüentava a escola, e ainda andava descalço. Nos invernos chuvosos, quando o gelo se quebrava em cristais pontiagudos, chegava a sangrar os pés, pois encarangados se tornam anestesiados, não se percebendo que estão se ferindo, mas não queria usar os tamanquinhos, também porque com pés encarangados, não ficavam nos pés ou atolavam no barro e lá ficavam.

Quando o vento minuano batia frio, a gente se esgueirava à beira da vegetação, à beira da estrada.

Em casa, à noite, o aquecimento era ao redor de um braseiro, para isto preparado ou ao redor de fogão aberto. Em função disto, ao anoitecer o trabalho da petizada era recolher lenha para a noite.

Não se tinha uma blusa, um casaco. A única peça que mudava, era a camisa de pelúcia em lugar daquela de riscadinho.

Tudo isto começou a melhorar para nós no findar da década de 1920, porque em 1928 meu pai terminou de pagar a última prestação das terras compradas de Jerônimo Michels em São Bento Baixo, em 1924.

Nessa época, meus pais iam anualmente a Laguna, fazer compras. Iam até Criciúma a cavalo e lá o deixavam no Berto Mondo que era parentado. Lá tomavam o trem. Em Laguna morava a irmã de minha mãe, tia Dusolina Mariot, casada com Arcângelo Bianchini. Lá pernoitavam. Durante o dia percorriam o comércio, comprando tudo o que podiam, pelo dinheiro que levavam, para o ano inteiro.

Lembro-me bem que numa dessas viagens, meus pais trouxeram um grande relógio de parede, pois lá em casa, até essa data o relógio era o sol e quando ele se sumia atrás das nuvens os horários tumultuavam as refeições.

Eu não entendia do que se tratava. Um relógio!... Só me lembro que, quando meu pai o pôs em movimento e que bateu as horas, eu tirei o chapéu porque me haviam ensinado que

quando o sino tocava as Ave-Marias, a gente tinha que tirar o chapéu em sinal de respeito...

Enquanto meu pai punha o relógio na parede, minha mãe, certamente preocupada com as roupas de todos por um ano inteiro, disse: "Melhor seria se tivéssemos comprado uma peça de fazenda em seu lugar..." Este relógio, com mais de sessenta anos de uso, funciona e muito bem, ainda hoje.

Todos tínhamos uma muda de roupa melhor, que usávamos para ir à Missa nos domingos. Nos domingos, os maiores com meu pai e minha mãe, todos encilhavam seus cavalos e iam à missa a cavalo. Os menores de 10 anos, iam a pé, levando seus sapatos nas mãos. Caminhávamos 9 quilômetros para ir e outros 9 para voltar. Ao chegar na igreja de Nova Veneza, havia uma bica de água nos fundos, onde a gente lavava os pés e punha os sapatos. Depois da Missa, a gente descalçava os sapatos para caminhar sobre o pó da estrada que era tão quente, que a gente procurava os lugares laterais cobertos de capim, ou se arriscava a chegar em casa com bolhas nos pés. Meu pai, quase sempre levava um dos menores na garupa do seu cavalo, e minha mãe levava um no colo. Minha mãe era uma ótima amazona, mas mesmo assim, um dia o cavalo muito fogoso, a derrubou, mas não se feriu, e nem levava criança no colo.

Sapato, eu usei pela primeira vez, quando fiz a primeira comunhão, aos 8 anos.

Como disse acima, para nossa família a época de "apertar cintos", foi terminando lá por 1928, quando as terras estavam pagas.

Na década de 1930, já éramos donos de um gerador de luz elétrica de corrente contínua (não servia para movimentar qualquer motor elétrico) e o primeiro rádio, também entrou para dentro de casa nessa época.

É uma beleza viver na folga de apertos e penúrias, se bem que a austeridade de vida continuasse de acordo com os tempos que a gente vivia.

Sempre digo que nós tivemos o privilégio de viver desde os hábitos da "idade da pedra", até a idade da técnica eletrônica, avançada quanto hoje ela está.

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Há uns 4 ou 5 anos eu acompanhava o agrônomo Edir Pola, meu sobrinho, nos campos de soja do Mato Grosso do Sul. Ali estávamos a ver gigantescas máquinas lavrando aquelas terras, enquanto eu media a faixa de terra que uma delas lavrava em cada giro, e eram sete metros e meio, a máquina se aproximou, Edir fez sinal ao operador para que parasse. Subimos à cabina de operação. Ali havia ar condicionado, música por toca fita e telefone para falar com o patrão... Essa mesma máquina tem os assessorios de lavrar, de gradear a terra, de plantar, de espalhar os adubos, os defensivos e de colher. Isto se chama implemento agrícola.

Em 1958 eu já andava interessado pelas origens da família Mariot e Baldessar.

Certo dia eu estava em Longarone, na Itália à procura de meus antepassados Mariot. Não foi fácil entrar em contato. Alguns de nome Mariot tinham vagas notícias de certos Mariot que tinham partido para a América, mas não se consideravam parentes. Não estava sendo muito bem-sucedido. Fui à Comuna do Sindaco (Prefeitura). O Sindaco, muito prestativo se colocou à disposição. Ele mesmo em sua "machina" (automóvel) saiu comigo. Passamos o Piave e lá resolvemos fazer um turismo a pé, subindo uma íngreme estradinha, toda irregular por entre as pedras. Queríamos lá do alto descortinar a paisagem da pequena cidade de Longarone.

Olhando para cima o Prefeito me chamou a atenção e apontando para o alto informou-me que aquela velhinha que vinha descendo com uma "gerla" nas costas era Mariot. Esperamo-la na curva, onde haveria mais espaço para a passagem já que ela vinha com uma carga nas costas. Ao chegar, adientei-me para cumprimentá-la e lhe perguntei em seguida: "Vovó como é o seu nome?" Ela me respondeu um pouco assustada: "Meu nome é Lucia Mariot". Prossegui de imediato: "...giusto il nome de mia nonna" (precisamente o nome de minha avó). Realmente, minha avó materna se chamava Lucia Mariot.

Pedi-lhe que me permitisse fotografá-la. Recusou-se e saiu andando, morro abaixo, com a sua "gerla" às costas.

Mas o que é "gerla"?

É um implemento agrícola da idade da pedra ou da idade da pobreza. Essa tal de "gerla" veio com os imigrantes porque as terras que cultivavam eram de difícil acesso. Outro implemento mais moderno se chamava carro de boi... ou zorra (slitta), mas ou porque faltavam os bois ou faltava o carro ou ambos a "gerla" era o substitutivo fácil. "Gerla" nunca recebeu um nome em português.

Era uma espécie de balaião com fundo de madeira, uma peça arredondada do tamanho de uma panela grande. Partindo desse fundo era tecido um balaião com tiras de taquara ou cipó, cuidando de alargá-lo sempre mais para o alto até atingir a boca de uns 70 centímetros de diâmetro e outro tanto de altura, cuidando também de lhe dar uma face plana para poder adaptar-se às costas, pois nas costas não havia almofadas para amenizar os nós e rugosidades de tal implemento agrícola. Duas correias de couro ou embira para os ombros lhe davam condições de transporte morro acima e morro abaixo. Esta tal "gerla" era o implemento mais solicitado nas colheitas de terrenos acidentados ou por entre pedras, ou tocos.

Em certos terrenos mais planos, onde já tinham sido arrancados os tocos, podia-se usar um implemento mais moderno. Era o arado. De início, os primeiros arados eram peças improvisadas de madeira. Não que não houvesse para comprar, o comércio de Tubarão já oferecia arados, mas não havia dinheiro para comprá-los.

Havia até um implemento para capinar o capim por entre as plantações, puxado por um boi ou por um cavalo, chamado "Carpideira" e não capinadeira. Por isso o cereal era plantado com espaçamentos regulares para poder passar com esse implemento.

O carretão era o implemento próprio para tracionar as toras de madeira. Havia o de dois eixos ou o de reboque.

Havia ainda os implementos manuais conhecidos:

machado, foice, machadinha, enxada, picareta, pá, gadanha (falcino), "rastelo" (ancinho).

Havia os implementos para o trabalho com madeira: serrote (para os pequenos serviços), traçador (para cortar troncos), a serra de diversos formatos (para fazer tábuas manualmente). Estes últimos dois eram acionados por duas pessoas: marido e mulher...

Havia ainda os implementos do marceneiro, do ferreiro, do pedreiro, etc., porque um pouco de tudo isto o Imigrante devia ser e para isso devia ter seus próprios instrumentos.

Mas o implemento mais usado eram os ombros, eram as costas. Sacos cheios de cereais, farinha, batatinha, cebola, etc. Feixes de arroz, feixes de cana, feixes de lenha, etc.

Não eram propriamente os implementos da idade da pedra porque havia implementos de madeira, de taquara, de cipó, de couro de boi, de chifre, de barro e também de pedra...

E a força motriz eram os músculos, os braços, as pernas, os ombros, as costas.

Hoje tudo é mais fácil porque a todos esses implementos somou-se o combustível e a máquina, a força hidráulica transformada em energia, o computador, a eletrônica a serviço.

E o lapso de tempo foi relativamente curto para se passar de um extremo ao outro. Hoje ainda vivem muitas pessoas que partiram dos implementos mais rudimentares para chegar aos mais sofisticados.

Pobres, muito pobres, coitados aqueles que começaram com o implemento número um, a "gerla" e morreram com ela nas costas...

E entre nossos Imigrantes, ainda houve muitos.

O TRANSPORTE

Na época da Imigração, o transporte era efetuado pelo carro de boi do qual falamos acima ou, já nos referimos, pelas tropas de mulas com suas bruacas escanchadas em suas cangalhas.

Ambos os tipos de transporte, eram muito morosos. O boi lento, mas forte, ajoujado ao seu par com a canga no cangote, preso aos canzis, caminhava um dia inteiro e noite adentro até a madrugada, transportando até uma tonelada de mercadorias em seu carro que ringia a cantilena monótona e nostálgica para espantar fantasmas imaginários e onças de verdade.

Para cargas mais rústicas e pesadas, eram usados os carretões com duas juntas de bois, se fosse preciso.

O carretão era simplicíssimo. Eram os cambões, um que ia ao pescoço dos bois e o outro que ligava os dois eixos, os rodados com os respectivos eixos e quatro rodas baixas e reforçadas de madeira inteiriça. Com o carretão, eram transportados enormes troncos de madeira para a serraria. Havia também o carretão com um eixo. Nesse caso, a madeira era arrastada na ponta traseira.

Para as colheitas nas encostas, utilizava-se também a zorra, uma espécie de trenó que deslizava sobre pranchas de madeira, quando não, os cereais das encostas eram transportados nas costas em balaios trançados de taquara silvestre com fundo de madeira, que dispunha de duas tiras de couro para pô-las aos ombros. Era a "gerla" que nunca recebeu um nome em português, pois é bem diferente do balaião comum que não tem fundo de madeira e nem tiras de couro para transportar nos ombros.

As carroças não vingaram entre os Imigrantes do Sul de Santa Catarina.

Pequenas carrocinhas de um só cavalo, eram utilizadas nas cidades para pequenos e rápidos fretes.

A charrete de rodas grandes, com molejo no eixo, tracionada por um só cavalo era utilizada para transportar três ou quatro pessoas ou pequenas cargas.

O transporte mais rústico, primitivo e muito usado, eram as "tropas", às quais já nos referimos. O número de

muares que compunham uma tropa variava muito, desde duas ou três mulas até quinze ou vinte. Para conduzi-las, havia dois ou três tropeiros (peões) e o patrão ou filho do patrão que vinha fazer os negócios no comércio dos povoados por onde passavam.

À frente da tropa, viajava a "madrinha" ou "égua madrinheira". Geralmente era uma velha égua de cincerro atado ao pescoço que fazia soar continuamente sua campainha desafinada. O som do cincerro mantém as mulas agrupadas em torno da madrinha.

E porque uma égua velha. Ela conhece os caminhos. Um animal tem uma memória muito mais viva do que uma pessoa. Em se tratando de voltar para a querência não há perigo que ele se engane. A madrinha nunca leva carga. Ela vai livre e desimpedida para estar bem à vontade. O tropeiro pode errar o caminho, mas sua madrinha não erra, e por isso ela sempre está à frente da tropa.

E como alimentar todos esses animais? Esta espécie de muares é muito frugal. Comem qualquer coisa e comem muito menos do que os cavalos. Enquanto viaja lentamente pelos caminhos quase fechados de gramíneas por ambos os lados, a mula vai comendo o tempo todo. Há certos comerciantes que tem mangueirões cercados para as tropas passarem a noite, ou até um dia inteiro quando os negócios são demorados.

As pousadas dos tropeiros e suas tropas, sempre se dão onde há um lugar próprio para a descarga e guarda das bruacas e cangalhas. São amplos telheiros, para poder lidar com os animais, mesmo durante uma chuva, com alguns compartimentos onde os tropeiros podem pousar sobre seus próprios arreios e fazer a sua comida em suas próprias panelas.

E o que transportavam essas tropas?

Da serra vinha um charque muito bom. Notava-se a diferença entre o charque do litoral e aquele que vinha do planalto.

Traziam grande quantidade de queijo. O queijo serrano é de qualidade muito superior ao da costa marítima.

Na época do pinhão, traziam-no em quantidade. Era

muito procurado pelos colonos. Traziam trigo em grão, batata inglesa e as frutas da serra: maçã, pera, ameixas, pêssegos, etc.

Os tropeiros com suas tropas de mulas, enfrentavam toda sorte de dificuldades. Estradas que seriam impossíveis para cavalos, a mula enfrenta com grande vantagem. São as íngrimes subidas, são os caminhos de pedras que a mula vence com facilidade. É um animal mais forte e resistente do que o cavalo. É menor e mais leve do que ele, e por isso o alimento também é mais fácil. Tem os cascos pequenos e a pino e por isso não escorrega em estradas barrentas, nas subidas e descidas. Sobe barrancos com facilidade e sabe escolher o melhor caminho nas descidas perigosas.

Enfim é um ótimo meio de transporte onde não há estradas ou elas ainda são precárias.

CORREIO, TELEGRÁFO E TELEFONE

Simplesmente nada disto havia em Urussanga quando chegaram os primeiros Imigrantes. O ponto mais próximo para esses três meios de comunicação era Tubarão. De lá ou para lá, era trazido pelos meios de comunicação disponíveis: de carro de boi, a cavalo ou a pé.

Com a estrada de ferro, tudo isto começou a existir, mas funcionava muito precariamente. Era difícil uma mensagem por telefone. O telégrafo era mais simples e confiável, mas era muito caro para o bolso do Imigrante.

A carta era a forma mais fácil, mais barata para se corresponder, também para a Europa.

LOBISOMEN E OUTROS FANTASMAS

Em meus tempos de criança, era um assunto corriqueiro e que assustava não somente as crianças, senão também os adultos, principalmente quando eram obrigados a viajar ou percorrer florestas em horas adiantadas da noite.

Qual a origem de tais crendices e superstições?

Era a insegurança, era a floresta, eram as feras, eram os índios.

Qualquer movimento, qualquer ruído à noite, tinha uma conotação do outro mundo. Assim os olhos viam mais do que a realidade. Os ouvidos ouviam além dos ruídos e sons reais. A imaginação subia até o impossível e o irreal.

Nas conversas, o exagero era comum. Quem repetia "em cada conto, aumentava um ponto". Enfim o medo criou tudo isto e isto se tornou a doutrina mais autêntica e irrefutável.

O lobisomem e as almas penadas, eram o assunto comum das noites de vigília no trabalho doméstico. É curioso que as bruxas, o Saci Pererê, a mula sem cabeça e outros não tiveram "projeção" nesse tempo.

O lobisomem, na mente do povo, tinha o corpo de gente e a cabeça de cachorro. Eu o imaginava sempre de boca aberta arreganhando os dentes, de orelhas em pé, procurando agredir.

Para mim, ou para nós irmãos, havia uma agravante na história do lobisomem. Como é que ele se originava?

Havia diversas versões. Era um homem que sofria uma mutação e "virava" lobisomem. E à pergunta: em que circunstâncias isto ocorria, explicava-se que uma família que tivesse sete filhos do sexo masculino, sem nenhuma mulher entre os sete irmãos, um deles era o lobisomem. Um deles em circunstâncias não bem definidas, à noite "virava" lobisomem e só retornava ao normal antes de amanhecer o dia ou ao receber algum ferimento. O lobisomem não morria por ferimentos, por mais graves que fossem.

Para nós, o que apavorava mais, é que se dá o caso de sete irmãos sem nenhuma mulher no meio. Eu tenho cinco irmãs, mas nenhuma delas está entre os sete irmãos homens. A mais velha é uma mulher, Luiza Cornélia e as mais novas também, são quatro irmãs: Gelma, Josefina, Yolanda e Lúcia Maria.

Os irmãos são o Luiz, Pedro, Fioravante, Arno, Quinto, Olindo e Otávio, sem nenhuma mulher no meio. Segundo a crendice, um deveria ser o lobisomem. Qual deles? Uns diziam que seria o mais velho, não sou eu. Outros diziam que seria o mais novo, não sou eu. Outros ainda diziam

ser o do meio, não sou eu. E com isso eu me consolava e me tranqüilizava, mas havia também a versão que poderia ser qualquer um dos sete. Isso me deixava intranquilo e assustado, mas ainda havia os que diziam que para "virar" lobisomem, deveria ser "gente grande" e não criança. Ainda bem... Eu pensava assim comigo: "Por enquanto eu ainda sou muito pequeno" E assim dava tempo ao tempo, mas quando olhava para meus irmãos mais velhos eu ficava duvidoso e amedrontado. "Será que já estão em condições?..."

Contava-se que nas noites escuras, nos caminhos que cortavam as matas, vinha o lobisomem e saltava na garupa do cavalo para agarrar o cavaleiro.

A solução neste caso seria dar de rédeas ao cavalo em disparada total até fazer o lobisomem cair.

As crianças e os jovens se apavoravam quando, por necessidade, tinham que percorrer estradas ou picadas sombrias, varadouros pantanosos à noite. Era o lugar preferido do lobisomem e outros fantasmas. Os vaus de rios ou seus poços e remansos eram lugares preferidos dos fantasmas e assombrações. Eram seres que apareciam cobertos de sudários brancos. Era a alma penada que arrastava correntes. Era o "boitatá", uma enorme cobra de fogo" que perseguia o viandante noturno.

A assombração caminhava sobre as águas ou se fixava à margem num barranco para apreciar a lenta passagem de um cavalo pelo vau do rio. Estas assombrações eram menos agressivas do que o lobisomem, mas assustavam os viajantes. Havia os que juravam ter visto tais fenômenos. Muitas vezes as vítimas de tais sustos voltavam durante o dia para o local, a fim de verificar se havia algo de estranho naquele ponto. Às vezes constatavam a presença de uma folha de bananeira mais vistosa, uma moita que sobressaía ou outra vegetação que se destacava pelas formas e pelo colorido.

O meu medo a esse respeito, só foi desaparecendo com os esclarecimentos que fui recebendo durante meus estudos de seminário.

Cheguei à conclusão e à convicção que lobisomem, fantasma e assombração não existem, e Satanás não está aí,

afim de brincar de assustar alguém.

Deus e o anjo da guarda, aí estão para nos proteger.

Acima, falei dos varadouros através de regiões pantanosas que são férteis em fenômenos como os acima tratados.

Sobre o "boitatá" eu tenho uma história curiosa acontecida comigo.

Em língua Guarani "boitatá", significa cobra de fogo.

Em 1946, jovem estudante de Teologia, aos 22 anos de idade, em férias, eu estava em Rio Pinheiros, acompanhando o Arcebispo de Florianópolis em Visita Pastoral. Eu era seu secretário "ad hoc". Rio Pinheiros distava de São Ludgero uns 8 a 10 quilômetros.

De repente, surgiu a necessidade de alguém ter que ir a São Ludgero e retornar ainda naquela noite. Eram 10hs da noite. A estrada naquela época era muito precária. Atravessava trechos de mata, capoeirões, muita subida e descida, muito barranco pelos lados e de vez em quando um rio por perto ao longo da estrada.

Como eu não tinha meu cavalo ali, estava solto no potreiro, fui a um boteco que ali ainda estava aberto, em frente do qual havia um cavalo encilhado, amarrado. Entrei no boteco. Ali estava o balonista a escutar as "lorotas" de um bêbado. Ao entrar, perguntei se era deles o cavalo amarrado ali fora. A resposta se fez ouvir de imediato: "É meu, Sr. Vigário, se o Sr. precisa dele pode levar, que eu espero..." Expliquei-lhe que eu precisava ir a São Ludgero ainda naquela noite, mas voltaria em seguida.

Já andava quase pelas onze horas quando parti. Ao montar no cavalo, percebi que se tratava de um ótimo cavalo de sangue e voluntarioso. Minha viagem seria rápida, bastava soltar as rédeas...

E assim, eu ia indo noite adentro melhor do que eu esperava, mas eis senão quando, na marcha rápida do bom cavalo, depois de descer uma íngreme ladeira numa curva da estrada que contornava um pequeno charco, se levanta uma bola de fogo que subiu rápida a alguns metros de altura, projetando minha sombra e a do cavalo contra o barranco e

lá em cima nas árvores.

O cavalo deu um salto lateral sobre o barranco. Por nada que não perco as rédeas e o equilíbrio. O tombo, certamente, seria de consequências graves, mas reequilibrei-me e em seguida tudo se desvaneceu. Era o "boitatá", uma realidade com um nome um pouco fantasiado. Cientificamente se chama gás metano em combustão ou na linguagem popular "fogo fátuo". Naquela idade eu tinha competência de entender explicar o que houve na realidade.

O gás metano é resultado da decomposição de matérias orgânicas. Nos charcos é comum acontecer isto que acabo de contar. Para quem não tem a explicação científica é mais um argumento em favor da assombração ou "boitatá".

Depois de refeito do susto, tudo continuou bem. Fiquei imaginando o que teria acontecido se eu tivesse caído do cavalo. Sem dúvida, um cavalo fogoso como aquele, teria disparado de volta perdendo os arreios pela estrada e eu teria ficado a pé ou quem sabe, ferido, até sem poder locomover-me. Na minha volta de São Ludgero, foi difícil fazer o cavalo passar por aí. Bufava, mas acabou passando e depois de passar disparou, mas pude segurá-lo.

SAÚDE

O Plano de Colonização do nosso governo imperial, não previu nada em relação ao item "saúde" para o colonizador, como não atendeu a muitos outros itens, que aos poucos vamos tratando.

Eram centenas de milhares de pessoas jogadas nas mais recônditas paragens no meio das florestas intermináveis, sem vias de comunicação, entregues à própria sorte para o que "desse e viesse"... Algumas dezenas de milhares dessas pessoas viveram o problema em sua própria carne no sul do estado de Santa Catarina: Azambuja, Pedras Grandes, Rancho dos Bugres, Treze de Maio, Urussanga, Rio Caeté, Rio Deserto, Rio América, Rio Salto, Rio Palmeira, Santa Ana, Morro da Figueira, São Gervásio e Protásio, Rio Galo, Acioli

de Vasconcelos, Criciúma, Belvedere, Montagnon, Madonna Dei Campi, Madonna Della Salute, Nova Belluno, Rio Fiorita, Rio Manin, Rio Morosin, Nova Treviso, Palermo, Vale dos Magos, Rio Maina, Santa Luzia, São Martinho, Nova Veneza, Caravagio, Picadão, São Pedro, São José, São Bento, Rio Cedro, Vila Maria, São Francisco, Costão da Serra, Meleiro, Voltas Grandes, Turvo, Rio Pinheiros, Grão Pará, Rio Pio, Rio Carvão, etc.

Por melhores que sejam as condições de saúde de uma pessoa, ela sempre está sujeita a doenças, sobretudo quando tal pessoa tem que se submeter ao trabalho pesado, extenuante, como foi a construção da própria casa com parcós recursos, a derrubada da mata, o destocamento e o preparo do terreno para o plantio.

Dois anos depois da chegada dos primeiros, em 1880, em Rio Carvão passou uma peste que até hoje, não se sabe ao certo o que teria sido.

O certo é que a angústia entrou nos lares. Febres muito altas, sem saber o porque, sem ter o que administrar para ajudar o doente. Eram noites mal dormidas ao pé da cama, quando a cama, muitas vezes, era o próprio chão batido da casa improvisada, onde além do frio do inverno, vinha por acréscimo o frio da febre, o frio da peste. E de quando em quando a notícia de mais um que partia e que, por solidariedade, devia ser acompanhado ao cemitério. Rio Carvão teve que ampliar o cemitério junto à sua igreja improvisada porque Rio Carvão ainda não possuía sua igreja definitiva.

Foram dezenas as vítimas entre os adultos e mais ainda entre as crianças. Uma vez tendo penetrado na família, quase todos os membros eram atingidos pela febre.

E agora, que fazer?

Os remédios nessa época, ainda não tinham encontrado os caminhos de Rio Carvão.

Remédios caseiros não havia ainda, senão aqueles que, eventualmente, algum imigrante trouxe. A flora nativa não era conhecida.

Médicos, farmacêuticos, nada disso havia, nem mesmo o

curandeiro. O pajé era uma figura que atuava exclusivamente entre os índios.

Os pioneiros de Rio Deserto chegaram em fins de 1879 e entre eles meus bisavós paternos, Antônio e Ana, com sete filhos menores e mais um irmão de 66 anos com sue mulher também idosa: Giovanni (cego) e Giovana. A peste foi a recepção... e se ela bater à porta do miserô rancho em que moravam aglomerados e mal abrigados?...

Diariamente, à noite, a família se recomendava a Deus em longas orações, entre as quais o rosário e inúmeras invocações de santos como "Santo Antônio, San Giovani, San Roco e San Fermo" (este último nem consta do catálogo dos santos) que meu pai herdou, num processo de transferência de costumes que perdurou até o fim da vida dele.

Felizmente a peste não conseguiu subir até lá no alto da propriedade dos Baldessar, nas cabeceiras do Rio Deserto.

Mas lá fora em Rio Carvão, a peste dominava. Repetiam-se as novenas de oração pública, as procissões, os cânticos implorando a proteção de Deus.

Em conjunto a comunidade se comprometeu a procurar um Padre a fim de celebrar uma Missa anual de ação de graças caso a peste acabasse.

E assim aconteceu. O que não foi fácil, foi encontrar o Padre para cumprir a promessa.

Hoje, bem mais de um século após o fim da peste, a Missa de ação de graças ainda é celebrada ano após ano na Capela de Rio Carvão.

A peste passou e nunca mais voltou, mas as doenças comuns batiam à porta a toda a hora.

Aos poucos foram entrando em uso os remédios caseiros da flora nativa.

Os remédios de farmácia existentes podiam ser contados nos dedos de uma mão. Era o óleo de ricino, purgativo, vendido em garrafinhas verdes, compridas e finas como uma vela de estearina. O "sal amargo" também purgativo tinha a mesma finalidade do anterior. A emulsão de Scott era um fortificante para as crianças que disputavam, apesar de seu gosto enjoativo. Brigava-se quando tomado em grupo, distribuído pela

mãe quando a colher do outro estava mais cheia do que a da gente. Havia um comprimido para dor. Era a cafiaspirina da Bayer, nada além disso, senão a cachaça que era remédio de valor universal, às vezes tomada misturada ao café ou outros chás.

Em 29 dias meus avós paternos: Luigi e Luigia perderam seus 4 filhos menores. Foi bem depois da peste de 1880.

Um morreu de uma "suposta" meningite.

O segundo morreu de "tosse comprida".

O terceiro morreu de uma infecção no despontar, tardivamente, seus primeiros dentinhos.

E o último, que apenas engatinhava, conseguiu subir no local em que a mãe costumava lavar roupas, um grande gamelão onde escorria permanentemente a água da bica. Caindo ali, sem ter quem o socorresse, pois seus irmãozinhos maiores, seus tutelares morreram em série... morreu afogado. Tudo isto em 29 dias... Quantos tios meus que não entraram na história da colonização por falta de recursos no atendimento à saúde.

Meu avô paterno Luigi, teve problemas sérios de reumatismo ciático, que ele curou a seu modo com banhos muito quentes, durante uma longa temporada. Disto, teve sequelas que o obrigaram a andar de bengala o resto da vida.

Este mesmo avô, foi mordido por uma cobra venenosa. Na falta total de outros recursos, utilizaram os caseiros de acordo com a crença popular. Nisto entrava o alho, a cachaça, o querosene e outras mandingas.

A serpente peçonhenta lhe picou o dedo médio da mão esquerda, quando arrancava uma erva daninha de sob um tronco.

Antes de tudo, lhe foi aplicado um torniquete tão apertado no antebraço, que lhe deixou uma cicatriz que nunca desapareceu.

E os remédios? E agora Luigi?...

Acima já fiz uma referência sobre o querosene como combustível para a iluminação doméstica nas lamparinas.

O querosene era importado em latas de 20 litros, que, por sua vez, vinham embaladas em caixas de madeira de duas em duas latas. Para aproveitar as latas como recipientes e as caixas como guarda volumes, era assim que os colonos

compravam o querosene.

Meu avô mergulhou a mão mordida numa dessas latas de querosene e assim, mesmo durante o sono, permaneceu por 40 dias, quando o dedo mordido caiu necrosado e o toco cicatrizou na falange.

Eis aí o "soro anti-ofídico" dos nossos imigrantes...

A primeira mulher desse meu avô, de nome Margarida Mariot, morreu de parto ao lhe nascer a primeira filha que recebeu o nome de Margarida Baldessar, e que mais tarde casou com Pedro Amboni. Não se faça confusão com o nome de minha mãe que também é Margarida Mariot, mas se trata de outra pessoa. Minha mãe já é nascida no Brasil. Mais adiante voltarei ao assunto.¹

Meu avô Luigi morreu de pneumonia, poucos dias depois de ter apanhado uma chuva muito forte, depois de estar suado no trabalho de preparar a terra para plantar.

Meus avós maternos Pietro Mariot e Lúcia Olivier chegaram em Urussanga em 11 de abril de 1892. Seis dias depois nasceu-lhe o filho Cesar Mariot.²

Como toda a mulher grávida dos últimos dias, Lúcia teria merecido especial atenção e cuidados médicos.

É claro que nada disso ocorreu. Quando chegados em Laguna, tiveram que deixar o barco a vela que os trouxera do Desterro (Florianópolis) numa viagem muito agitada pelas ondas revoltas. Lúcia saiu com seu marido Pietro a fim de procurar algum socorro que em Laguna já podia existir, afim de prevenir a viagem que ainda estava por continuar de Laguna até Morrinhos (Tubarão), e a partir daí, a pé, por mais de 60 Km., passando por Pedras Grandes, Azambuja, Rancho dos Bugres, até Urussanga.

Minha avó Lúcia se sentiu tão mal, que deitou no chão da rua para aliviar-se. Saiu uma senhora que ali morava e a convidou para entrar em sua casa afim de se deitar um pouco e descansar. Ela agradeceu à gentil senhora que pouco depois voltou e lhe trouxe um travesseiro para descansar a cabeça.

A viagem dessa minha avó de Laguna a Urussanga, só Deus sabe como deve ter sido. Em Urussanga, deve ter sido bem acolhida, pois lá já encontraram meu bisavô materno Matteo Ignazio Mariot, seu filho Marco, bem como Matteo, Madalena o Giovani Mariot (Longo), e também as

filhas: Teresa, Valentina e Margherita.³

Vieram pouco mais de dois anos antes e se estabeleceram em Rio Salto, como acima já falei. Ali nasceu Cesar Mariot em 11.04.1882.

Meus avós maternos, depois vieram estabelecer-se pertinho da cidade de Urussanga no Morro do Peraro, mas o topógrafo Sirim lhes conseguiu um terreno mais para dentro da cidade onde hoje mora Bruno Mariot e sua família.

Pois bem, ali, dentro da cidade, minha tia Tereza morreu aos 17.04.1903, com 17 anos de idade, por infecção causada por um prego no pé.

Catarina Donadel, casada com Olivio Mariot morreu de infecção causada por uma espinha no rosto.

Houve muitos casos de morte causados por acidentes na derrubada das matas e muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse a quem recorrer para prestar socorro aos acidentados.

As referências acima poderiam multiplicar-se se pudéssemos vasculhar os incidentes particulares de cada família. O que relatei é o que sei da tradição verbal transmitida por meus avós e meus pais.

O médico, ao qual se poderia recorrer, morava em Tubarão, entre 50 a 100 quilômetros de estradas ou picadas, dependendo da localização dos diversos núcleos mais distantes ou mais próximos. O médico não se pejava de pedir até dois contos pela viagem como relata o Pe. Luigi Marzano em seu livro. Este preço significa três ou quatro vezes o valor do terreno comprado pelo Imigrante e que lhe parecia caro e difícil de pagar nos seis anos exigidos pelo governo imperial.

Quando o doente adulto era levado para o hospital, viajava deitado sobre um colchão de palha no carro de boi. Um carro de boi, mesmo andando um bom pedaço da noite, não anda mais do que 30 quilômetros por dia. E que dizer de um doente exposto ao sol do verão durante o dia ou exposto ao frio das noites geladas do inverno?

O primeiro médico de Urussanga, do qual sempre se ouviu dizer que atendeu a região das colônias dos Imigrantes a contento de todos, foi o Dr. Victorio Giacone. Montava seu

fogoso cavalo e fazia longas viagens também para atender os menos afortunados. Mas isto ocorreu somente por volta de 1925.

Nova Veneza, sob o comando de Michele Napoli, foi mais afortunada, pois o Dr. Carlos Gorini, em 1914 já era residente em Nova Veneza, exatamente na esquina da rua que dá acesso ao atual Hospital São Marcos que na época era a residência de Michele Napoli. Sua esposa era formada em obstetrícia. Com a ajuda de Pe. Michele Giacca e a Comunidade Paroquial, conseguiu-se transformar o palacete residencial de Michele Napoli em Hospital.

Quando alguém não podia pagar os serviços de Dr. Carlos Gorini, ele se contentava em receber um frango, um repolho, uma abobrinha, uma melancia ou outra coisa qualquer, ou mesmo nada. Nunca deixou de atender o pobre. Neste mesmo caminho, continuou seu filho Dr. Dino Gorini.

Nova Veneza, também foi brindada por outro elemento de grande valia em muitos aspectos. Foi o Dr. Cesar Tibaldeschi. Era um homem polivalente e se ocupava em atividades das mais diversas e com competência. Ele não veio da Itália, propriamente para exercer a medicina, mas como tinha feito estudos neste setor numa universidade da Itália, de muito valeu ao povo de Nova Veneza sua atenção para a saúde de quem o procurasse. Ele chegou ao Brasil em 1924. Não permaneceu por muitos anos, mas sua memória ainda não se apagou da mente de todos quantos foram aquinhoados pela sua atenção e competência, sem nunca ter interferido nos assuntos que não fossem de sua competência. Em 1931 retornou à Itália, onde exerceu a medicina.

Por tudo isto que ficou explícito acima, chegamos à conclusão que os Imigrantes e seus filhos ficaram por quatro décadas sem poder contar com a presença de algum profissional da saúde.

Quantas dores, quantos sofrimentos e angústias sufocados nas lágrimas e nas preces, quando alguém não podia contar com os recursos da medicina para salvar da morte um ente querido. Só Deus sabe o que nossos primeiros colonos suportaram de aflição e desespero neste "paese della cuccagna"...

ESCOLAS

Até o fim do século passado, o governo brasileiro não tinha criado uma só escola em toda a região colonizada do sul de Santa Catarina.

Em 1899 o cônsul italiano Gherardo Pio Savoia, visitou as colônias e ficou alarmado pela situação tão precária dos imigrantes e a falta total de escolas.

Ele mesmo conseguiu subsídios do governo italiano, e influiu junto ao governo brasileiro para a implantação e manutenção das primeiras escolas para os filhos dos Imigrantes. É claro que se tratava de escolas primárias para a alfabetização das crianças.

Aos poucos, nas duas ou três primeiras décadas do século XX, as "Escolas Mistas" que abrangiam até o terceiro ano primário foram sendo criadas, ainda que a falta de professores se fizesse notar e por essa razão, às vezes eram nomeados professores incompetentes que pouco podiam ensinar.

Em 1924, o governo italiano comissiona um cidadão de nome Cesar Tibaldeschi como Inspetor das Escolas Italianas. Fixou residência em Nova Veneza e de lá partia em visita a todas as escolas italianas de todo o sul do Estado de Santa Catarina. Também não eram tantas.

Dr. Cesar Tibaldeschi era um homem inteligente, criativo, de uma visão ampla, empolgado por construir e implantar...

Muito amigo e colaborador de grande valia do Con. Miguel Giacca. Viviam em perfeita consonância e mútuo apoio.

Ele, certa vez, definiu Michele Napoli como sendo um homem "de alma vulcânica, cheia de sonhos e grandes aspirações..." Exatamente isto poderíamos dizer de Tibaldeschi, acrescentando que era dotado de virtudes excepcionais, de um critério equilibrado, correto, senso de responsabilidade, bondade, dedicação e religiosidade.

Dr. Tibaldeschi, deu vida às escolas de Nova Veneza, de Urussanga, de Criciúma. Seus professores, ainda hoje são lembrados. Ele mesmo se detinha nas pequenas coisas, com simplicidade e modéstia. Quem não lembra seus escoteiros, chefiados por ele mesmo e sempre acompanhados nos

convescotes, acampamentos e marchas. Ainda hoje vivem alguns de seus escoteiros.

Até aqui, tratei das escolas oficiais, aquelas que encontraram apoio no governo, seja brasileiro, seja italiano ou da Paróquia, desde o início da existência de tais Paróquias.

Mas o que ocorreu antes disso, antes da visita do cônsul Gherardo Pio Savoia, antes da existência das Paróquias, antes de Dr. Cesar Tibaldeschi, isto não está escrito nos livros.

Nos primeiros 25 anos depois dos pioneiros, o assunto não foi posto em pauta pelos responsáveis da colonização, como aliás, todos os outros setores, este também ficou totalmente omissos. Os Imigrantes por sua vez sentiam a falta. Viam seus filhos crescerem sem ter sequer, os rudimentos que os pudessem retirar do número dos analfabetos.

Entre os Imigrantes, havia analfabetos, mas a grande maioria tinha cursado algum tipo de escola que lhes deu a possibilidade de utilizar-se da escrita, leitura e primeiras operações matemáticas.

Meus bisavós Antônio e Anna, vieram alfabetizados. Meus Bisavós maternos, Matteo Ignácio Mariot e Anna Fontanella, bem como meus avós maternos Pietro Mariot e Lúcia Olivier também vieram alfabetizados.

Meus avós paternos Luigi e Luigia, vieram muito crianças (13 e 6 anos), meu pai Antônio e minha mãe Margarida Mariot nasceram no Brasil. Todos eles sabiam ler, mas não sabiam escrever, a não ser desenhar seu próprio nome.

Meu pai era assinante de um jornal semanário "La Squilla" (o eco), que mais tarde se tornou bilingüe sob o nome de "A Imprensa" e por fim passou ao texto exclusivamente em português. Meu pai, ao voltar da Missa dominical, à qual não faltava, nem minha mãe e os filhos maiores de 10 anos, trazia seu jornal e à tarde de domingo, sentado na varanda da casa lia seu jornal. Minha mãe, tinha seu livro de orações com letras muito grandes, próprio para quem lê mal ou é fraco de vista.

E onde eles aprenderam a ler? Meu pai freqüentou um professor particular juntamente com alguns companheiros de sua idade por alguns meses em Rio Caeté. Para vir à escola, percorria 3 quilômetros, morro abaixo e para voltar outro tanto morro acima. Minha mãe não teve que

andar tanto, porque morava em Urussanga, hoje rua Cesar Mariot, mas ali também teve que recorrer à aulas particulares durante um curto período.

A partir de 1930, é que as Escolas Mistas do Governo começaram de verdade. Quase todos os povoados tinham sua escolinha, ainda que o professor, muitas vezes, não tivesse mais estudos que os improvisados na escola particular e na escola da vida...

Para estudar algo além do terceiro ano do grau primário só era possível para quem tivesse recursos no sentido de internar os filhos, longe de casa.

Em 1924, toda a nossa família deixou o Rio Deserto e se transferiu para São Bento Baixo a 9 quilômetros de Nova Veneza.

Meus irmãos mais velhos, Luiza Cornélia e Luiz, freqüentavam a escola em Nova Veneza. Lá iam os dois diariamente montados num só cavalo. E isto era muito comum. Até três crianças iam engarupadas no mesmo cavalo.

Em 1914 foi construída uma nova igreja, de alvenaria, em São Bento Baixo. Era a Igreja de São João Batista, mais tarde substituída por outra maior e que hoje é Paróquia. A igreja anterior, sobre uma lomba que hoje é propriedade dos filhos de Matias Michels, se tornou escola e ali estudaram seus três anos de escola todos os meus irmãos a partir do Pedro. Por volta de 1930 foi construída uma escola nova, de alvenaria, no local em que ainda hoje funciona a Escola Básica de São Bento Baixo. A escola antiga que antes de ser escola foi igreja foi posta em leilão e meu pai a arrematou por 200\$000 (duzentos mil réis). Foi desmanchada e transportada para a nossa residência como um paiol de reserva e estrebaria para o gado de leite. Ainda existe hoje, na residência do Olindo, meu irmão.

Ali em São Bento Baixo, a partir de 1933, freqüentei meus três anos de escola primária, como meus irmãos. Não havia cursos maiores a não ser em Tubarão, Laguna ou Florianópolis.

No término dos meus três anos de escola, me deu vontade de acompanhar meu irmão Pedro para o Seminário de Azambuja

em Brusque. Eu queria ser Padre. Nossos pais não impediram o desejo vocacional de meu irmão Pedro e o meu. Gastávamos uma nota preta, com dois no internato. Meu irmão Pedro foi ao Seminário três anos antes do que eu. Sua viagem teve que ser por navio de Laguna a Florianópolis, pois não existia estrada ainda naquele ano de 1933. Em 1936 quando eu fui, já conseguimos chegar lá por terra, num caminhão amontoados como carga durante dois dias, além do trem até Pedras Grandes. Empurramos o caminhão nos atoleiros, esperamos que os rios cheios baixassem o nível da água, andamos a pé nos pontos mais complicados da estrada para que o caminhão não atolasse, etc, etc.

Em 1942, abriu um curso, assim chamado "Complementar" em São Joaquim da Serra. Meus pais decidiram internar lá minha irmã Josefina.

Eu, que estava de férias, e meu irmão menor Otávio, fomos escalados para acompanhar Josefina para o Colégio.

A viagem só podia ser feita a cavalo, não havia outra maneira por falta total de estradas.

São Joaquim é uma cidade do Planalto Serrano a 1520 metros de altitude, a cidade mais alta do Brasil.

Cada um em seu cavalo, com a bagagem distribuída, partimos na madrugada de um dia de fevereiro de 1942.

A subida da serra é algo que não é possível descrever. É um carreiro ascendente que em quatro quilômetros sobe mais de mil metros. Essa trilha entre rochedos e pedras de todos os formatos e tamanhos, formando degraus desarrumados, quase sempre vai acompanhando as cataratas do rio São Bento que tem suas nascentes no alto da serra. A mata sempre acompanha toda a subida a não ser em certas encostas de pedra nua de proporções gigantescas e que escorrem água permanentemente. Há tranqueiras de árvores que caem, ou de barreiras que deslizam. O tropeiro que mais transita por aí, sempre vem prevenido com um machado para abrir caminho entre os galhos ou o tronco das árvores caídas. É evidente que nesse percurso o cavaleiro deve andar a pé, puxando sua montaria. Minha montaria, uma égua, ótima para viagens longas, pelo seu

andar de marcha macia e uniforme, que passara o ano todo descansando no potreiro, esperando minha volta de férias, pois cada um de meus irmãos maiores (não de idade, mas de tamanho) tinha o cavalo de seu próprio uso, esta minha égua foi a primeira e única a entregar os pontos.

Banhada em suor, meneava a cabeça num sinal característico de que está com sede. Eu usava um chapéu de fibra, muito em uso na época para o viajante, tipo capacete com abas um pouco maiores. Cada vez que isto acontecia, eu tinha que descer por entre pedras e vasta vegetação até o ribeirão lá em baixo, e voltar trazendo a água para o animal sedento. Depois de beber, andava mais um pouco. Este processo, tive que repeti-lo uma meia dúzia de vezes. Depois de duras penas, chegamos no planalto com algumas horas de atraso. Dali em diante, tudo parecia ir bem naquele dia.

Prosseguimos pela trilha única e por isso, sem receio de se perder. É um corredor largo que de ambos os lados, ou tem cercas ou tem taipas de pedra. Todos nós passávamos ali pela primeira vez, a não ser o cavalo "Estrelinho" de meu irmão que já transitara anteriormente e por isso ele ia à frente.

Chegamos no começo da noite no local do pouso. Minha montaria não estava bem. Não estava habituada ao esforço de uma viagem dessa categoria, depois de passar um ano sem exercícios de viagens.

Sendo assim, no dia seguinte resolvemos partir mais cedo, antes de clarear o dia. Era um dia de neblina fechada, o que é muito comum no planalto, mas mesmo assim, íamos lentamente por entre as pedras e arbustos. O cavalo, à noite, enxerga melhor que a gente. Então o jeito é deixá-lo à vontade para que possa escolher o caminho.

Ao chegar num certo ponto, os cavalos pararam. Não queriam prosseguir, bufavam. Meu mano Otávio ia à frente, minha irmã no meio e eu atrás de todos.

Nesse momento eu me adiantei, de arma em punho. Não se podia ver nada em virtude da escuridão da madrugada e da densa neblina. Insisti com minha égua cansada, procurei penetrar na escuridão e percebi no alto a uns três metros, algo esbranquiçado que se movia. Coisa estranha, que

para qualquer medroso seria nada menos do que a assombração em pessoa...

Pronto para reagir, caso houvesse qualquer movimento em minha direção, quando distingui a cabeça de um touro no outro lado da taipa, sobre um pequeno barranco.

Tudo voltou ao normal e continuamos a viagem que foi interrompida ao meio dia para o nosso "almoço". Fizemos um foguinho para assar nosso salame e alguns pinhões, pois essa é a época do pinhão que tanto apreciávamos nesse tempo. Os cavalos pastavam, mas a minha égua ficou de pé, imóvel, sem reagir. Era mau sinal.

Chegamos em São Joaquim ao anoitecer. Soltamos nossos animais num pequeno curral e dormimos sobre nossos próprios arreios.

No dia seguinte, deixamos nossa irmã Josefina no colégio com sua bagagem, e nos preparamos para iniciar a viagem de madrugada no dia seguinte.

Minha montaria iria viajar de leve, pois minha irmã ficara. Mas mesmo assim percebemos que não seria fácil fazê-la chegar em casa. Assim mesmo viajamos, pois em casa nos esperariam no dia seguinte.

E na volta nos perdemos. Eu ia à frente puxando a égua doente e meu mano vinha tangendo a égua que por vezes não queria andar. Lembro que em dado momento, meu cavalo fez menção de tomar determinada estrada num cruzamento e eu não o deixei. Ele estava certo... Verdade é que tomamos um caminho bem mais longo, mas muito melhor, sobretudo na descida da serra.

Percebi o erro, ou, ao menos desconfiei do erro, e por isso interpelei um tropeiro que vinha ao nosso encontro: "Esta estrada leva para a boca da serra?..." "É, sim senhor", foi a resposta. Prossegui tranqüilo, ainda que meu irmão menor também notasse, mas confiamos na informação do serrano. A expressão "boca da serra", significa o começo, a descida da estrada da serra.

Eu até que achava bom, porque acompanhávamos um riacho que me possibilitava buscar água fácil para a égua doente que bebia como se fosse um poço sem fundo. Devia estar com febre... E este riacho que na vinda não existia? Talvez

fosse outro caminho que também nos levaria à "boca da serra".

Na última vez que repeti o pedido de informação aos diversos tropeiros que encontramos durante o dia, ele repetiu: "...é, sim senhor, e está logo ali..." e apontou. Ao achar o lugar estranho para a "boca da serra" que eu conhecia, perguntei mais: "...mas que serra é esta?" "É a serra do Rio do Rasto", respondeu. Realmente era a "boca da serra", só que não era a "boca da serra da Veneza", mas a "poca da serra do Rio do Rasto". Esta estrada da serra do Rio do Rasto também se chama "serra do doze", por ter doze quilômetros de descida e que leva a Lauro Müller. Com pequenas variantes, esta estrada foi aproveitada e cimentada pelo governo do Estado por volta de 1985.

Descemos a serra, com certo receio de não chegar em baixo antes do escurecer ou mesmo sem poder chegar em baixo, dependendo do comportamento da égua doente. Chegou a cair diversas vezes e com dificuldade conseguimos fazer com que levantasse.

Já era escuro quando chegamos no primeiro morador nas imediações de Novo Horizonte. Ali ficamos. Soltamos os cavalos no curral, e dormimos sobre nossos próprios arreios.

No dia seguinte, encontramos dois cavalos pastando normalmente, mas a que estava doente não saiu do lugar em que a soltamos. Estava entorpecida, sem poder sair do lugar. A custo, conseguimos fazê-la andar e continuamos a viagem cabresteando-a.

Deixamos a estrada de Lauro Müller, passamos por Barro Branco e Palermo. Em Palermo, bem em frente à igreja, o animal doente caiu e não havia maneira de fazê-la levantar. Depois de deixá-la descansar, conseguimos e prosseguimos a viagem para Nova Treviso. Morando lá, nós tínhamos um tio, Emílio Savi, filho de Celeste Savi, aquele que em Rancho dos Bugres, foi o pioneiro em montar uma atafona para fazer farinha de milho, em 1880, um ano depois de chegar como Imigrante.

Nossos tios Emílio e Aneta, moravam à beira da estrada que acompanha o rio Mãe Luzia para o Jordão. A residência estava sobre uma bela elevação à direita da estrada, onde havia abundância de árvores frutíferas e donde se

descortinava uma bela paisagem. Hoje aquele lugar é irreconhecível, porque a tal máquina Marion, passou por lá afim de catar o carvão, assim chamado "de céu aberto". Esta máquina trabalhou nessa região mais de vinte anos, e alterou todo o panorama de Nova Beluno, Rio Fiorita, Rio Pio, Rio Manin, Rio Morosim e Nova Treviso. Era a maior máquina no gênero existente na América do Sul. Sua caçamba suspendia 36 toneladas de pedra para depositá-la até a 150 metros de distância e 75 metros de altura. Onde ela passava, deixava a topografia totalmente alterada e assim deixou toda aquela área que hoje é totalmente inútil para qualquer espécie de uso. Pois bem, meus tios moravam onde hoje está esta "ruína".

Em casa de nossos tios, deixamos o animal doente e continuamos a viagem, passando por Jordão, Santo Antônio e Nova Veneza.

A partir de Treviso podíamos andar um pouco mais rápido, porque os outros cavalos estavam muito bem. Enfrentamos uma tempestade de raios, coriscos e trovões, mas não paramos. Abrigamo-nos com nossas palas impermeáveis e enfrentamos a ventania com chuva. Chegamos em casa já tarde da noite. Estranharam que um animal não estava conosco. Explicamos e tudo bem.

Três dias depois, meu irmão Fioravante foi buscar a égua que ficara em Nova Treviso. Ao chegar em casa, do tio Emílio, os urubus já tinham feito um banquete com a égua que morreu ainda naquele dia em que a deixamos.

Este é um exemplo do preço que se devia pagar pela ausência dos recursos necessários para a sobrevivência e para a educação dos filhos, na falta de escolas.

Em seguida, o Colégio das Irmãs Beneditinas em Nova Veneza, criou o curso que minha irmã teve que fazer em São Joaquim. Minhas duas irmãs mais novas, Yolanda e Lúcia Maria, se internaram no Colégio dessas Irmãs, afim de fazer aí o curso que Josefina fez em São Joaquim.

Meus irmãos, exceto o Pedro que estudou no seminário cinco anos, não tiveram outro estudo senão o primário, por falta total de outro curso escolar mais avançado.

Lembrando tudo isto, por vezes, fico alarmado pelas modernas reclamações quanto ao ensino e às obrigações do Governo em fornecê-lo gratuito para quem mora na mesma cidade em que se encontra a escola.

Quantos e quantos, ainda hoje, são obrigados a se internar, ou formar repúblicas de alunos que vivem longe, na agricultura, no trabalho do campo.

Nossos Imigrantes não esmoreceram, nem por isso, mas enfrentaram a situação. E hoje seus filhos, netos e bisnetos têm melhores condições do que aquelas que eles obtiveram.

INDÚSTRIAS

"La Ballata del Immigrante", diz em sua última estrofe:

"E con la industria dei nostri italiani,
E con lo sforzo dei nostri paesani,
Nel frattempo de pochi anni,
Abbiam formato paesi e città".

(E com a indústria de nossos italianos, e com o esforço dos nossos moradores, no entre-tempo de poucos anos, temos construído povoados e cidades).

É uma clara alusão, primordialmente, a São Paulo, tanto à Capital como a algumas cidades do interior, também porque foi o Estado que recebeu um número incomparavelmente maior de Imigrantes do que Santa Catarina. O Rio Grande do Sul também se espelha nesses versos.

Em Santa Catarina, as condições foram bem mais adversas para os Imigrantes. Eles ficaram por assim dizer "encurralados", limitados pelos meios de comunicação, sem acesso aos centros de abastecimento dos bens de consumo e escoamento da produção. Tudo se tornou difícil, tanto para a ida como para a volta... E por essa mesma razão os produtos eram subestimados em seus preços.

Eu ainda recordo, de minha infância, quando meu pai saía com um carro de boi carregado de toucinho de porco, porque o resto do porco ninguém queria, para vender o toucinho na fábrica de banha, por cinco mil réis a arroba.

E a Fábrica de Produtos Suínos não se movia no sentido de transportar o produto. Cada colono devia procurar com seus próprios meios o transporte nos carros de boi que noite e dia percorriam aquelas estradas difíceis e lamacentas.

E os pagamentos sempre a prazo, a longo prazo e em parcelas, quando não era pelo sistema de trocas, quando nem sempre as trocas interessavam tanto quanto o dinheiro sonante para poder fazer face aos compromissos financeiros dos débitos assumidos com a Companhia Colonizadora.

A carne do porco não tinha comércio, por isso o colono fazia o salame, distribuía aos vizinhos, fazia sabão. Em

parte, se guardava cozida, mergulhada na banha ou salgada, seca ao sol. Cinco mil réis à arroba correspondem a pouco mais de três vinténs ao quilo. Era o preço do toicinho, bem vendido...

A industrialização nas colônias foi lenta, mas mesmo assim os Imigrantes não ficaram inertes.

Ainda não tinham completado o seu primeiro aniversário de chegada em Rancho dos Bugres, em abril de 1879 Ferdinando, Giovanni e Celeste Savi inauguraram a primeira atafona ou moinho para fazer farinha de milho e de trigo.

Celeste Savi, é o pai de meu tio Emílio, casado com Anneta Mariot, portanto o assunto é de casa.

Em Azambuja o governo mandara construir uma atafona tocada a boi, cuja mó veio do Rio de Janeiro. Não funcionava a contento, além de distar uns 20, 25 ou até 30 quilômetros dos diversos núcleos de colonização.

Não é difícil imaginar alguém determinado a permanecer ali naquele abismo de florestas, ouvindo o marulhar das águas de um riacho escachoante próximo à precária residência. Era preciso quebrar a cabeça para encontrar uma saída razoável, em vistas à sobrevivência, em vistas ao futuro da família.

A família Savi, como boa parte das famílias vindas do Vêneto, convivia com a arte da cantaria, não só para fabricar cântaros, senão para manusear a arte do ponteiro e do cinzel de acordo com o próprio engenho e arte e vai dando forma à pedra até que ela se transforme no objeto em vista.

Vale aqui lembrar Michelangelo Buonarroti, o grande escultor.

Quando tinha 18 anos, sentiu-se impulsionado pelo grande desejo de imprimir no mármore as imagens que lhe iam na fantasia. Mas não tinha sequer um "ducado" (Fiorino) no bolso, e sabia que um bloco de mármore custaria muitos ducados.

Certo dia viu um grande bloco de mármore jogado num terreno abandonado. Informado de que tal bloco tinha sido refugado por exímios escultores, por considerá-lo impraticável para a arte da escultura, Michelangelo interessou-se e foi saber dos proprietários. Realmente,

diziam os entendidos, esse mármore não se presta para o trabalho de um escultor. Pediu e recebeu o bloco.

Pois bem, foi nesse bloco abandonado pelos peritos, que Michelangelo, depois de três anos de trabalho, imprimiu a sua célebre "Pietà", cujo original hoje se vê à esquerda da entrada da Basílica de São Pedro em Roma. E quem quiservê-la numa bela cópia em mármore sintético, pode entrar na Igreja matriz de Urussanga, à esquerda de quem entra há de poder apreciar a arte de Michelangelo num bloco de mármore rejeitado.

Os irmãos Savi, exímios na arte de cantaria, pensando que na nova terra poderiam ser úteis, trouxeram consigo seus principais instrumentos de trabalho em suas canastras. Era pouca coisa: Brocas, talhadeiras, ponteiros, cinzéis, martelos, etc.

Lá em Azambuja, eles tinham visto o moinho tocado a boi, mas eles não tinham boi. Lá em Azambuja o Governo lhes tinha mandado a mó vinda do Rio de Janeiro, mas eles não tinham nenhum "fiorino" de sobra no bolso para comprá-la e se o tivessem não teriam como trazê-la. Lá em Azambuja eles viram correias para as transmissões de polia em polia. Eles não tinham tais correias. Lá em Azambuja eles tinham visto belos eixos de ferro roliço, mas eles não tinham ferro.

Os Savi foram procurando substitutivos, um após outro.

O boi que eles não tinham, poderia ser substituído pela força hidráulica do regato que murmurava na frente de sua residência e tinha muito bom declive.

De passagem, os primeiros exemplares de gado entraram em Urussanga, num verdadeiro desfile, sob aplausos. Foi em 1881.

A mó poderia ser cortada e cinzelada por eles mesmos numa pedra de granito que ali em Rancho dos Bugres e Urussanga há em tanta quantidade e de boa qualidade para tais serviços, desde que o perito saiba procurar.

As correias poderiam ser substituídas pelas engrenagens de madeira e eixos de madeira.

Feitos os estudos e com os resultados gravados na cabeça, porque papel não havia, começaram o trabalho. Havia quem trabalhasse na adutora da

água, uma vala escavada na terra e por entre as pedras, de tal maneira que a água pudesse correr livremente em declive. Fez-se um pequeno açude para melhor poder captar a água e manter uma reserva. Um tronco de proporções avantajadas serviria de eixo para o rodão com suas gavetas feitas de tal maneira que pudessem captar a água que imprimia o movimento a todo o conjunto. Em lugar de polias eram rodas dentadas, com engrenagens de madeira que iam transmitindo os movimentos até o eixo vertical que imprimia o movimento de rotação à mó.

Ao artista de cantaria, com suas brocas, ponteiros e cincéis, coube a parte mais difícil e complicada. Deveria dar a forma precisa à mó para que a rotação fosse regular e equilibrada.

Abril de 1879, tudo pronto, tudo montado, tudo abrigado sob uma cobertura rústica de palha, foi dada a partida. Tudo funcionou com perfeição. E a mó não parava de rodar, e as águas não paravam de rolar e sempre havia mais milho esperando a vez e mais e mais... Um mil réis para moer um saco de milho, mais barato do que em Azambuja e se alguém não tivesse o "fiorino" necessário no bolso, mesmo assim seria atendido descontando o valor em farinha.

No ano seguinte Giovanni Salvador e Andrea Tramontini investiram 100\$000 (cem mil réis), muito trabalho e muito suor. Eles também inauguraram mais um moinho no mesmo rio, perto de Celeste Savi porque ele não dava conta do recado. Salvador e Tramontini acrescentaram à atafona, um engenho de cana de açúcar e alambique para a fabricação da aguardente.

Ainda em 1880, na praça de Urussanga uma sociedade entre Antônio Boca, Eugênio Nalboni e Ferdinando Betiol, instalaram uma atafona e ferraria. Mais tarde Betiol se tornou o único proprietário e começou a fabricar ferramentas agrícolas, como já referimos acima. Tornou-se tão afamado pela boa qualidade de suas ferramentas que bastava ao comprador ver a marca gravada num simples "B", para não duvidar que estava comprando algo de primeira classe. Foi ele o primeiro a instalar um malho mecânico (um martelão de algumas dezenas de quilos), afim de poder desdobrar os aços de melhor qualidade.

Neste mesmo ano surgiu a atafona do Mazzucco em Rio

Maior e outras nos anos seguintes em Rio Caeté, Rio América, Rio Palmeiras, etc.

Em Criciúma um grupo de pessoas foi a Rancho dos Bugres afim de buscar uma mó de moinho que veio rodando, puxada a braço, subindo e descendo morros por aquelas trilhas improvisadas. Nada menos do que 25 quilômetros de estradas da pior qualidade.

Em Urussanga tentaram uma cooperativa que prestou bons serviços, mas não pôde se manter. Quatro anos depois fechava as portas, para o desgosto de todos.

Silvio Zanette tentou uma fábrica de laticínios, depois optou por uma fábrica de produtos suíños, sediada em Pedras Grandes que já era estação da estrada de Ferro. Deu bons resultados no que se refere à produção de banha e por isso a fábrica só comprava o toucinho. Da carne se fazia o salame, ou carne salgada e seca, dos miúdos fazia-se o sabão. Em seu livro, Pe. Marzano se refere à falta de saúde dos colonos porque ingeriam muita carne de porco. Eis aí a razão. Uma vez que a fábrica só comprava o toucinho, o restante era consumido a domicílio com prejuízo da própria saúde.

Começaram a aparecer as serrarias, pois a madeira era fácil e tinha um bom mercado. Era necessária uma força hidráulica bem maior do que para movimentar uma mó de moinho.

Arcângelo Bianchini, meu tio, casado com Dusolina Mariot, enveredou para este ramo. Viajou para o Rio de Janeiro em companhia de Silvio Zanette, onde cada qual tratou de seus interesses. Um procurava comércio para sua madeira, outro para a sua banha. Bianchini fez ótimos negócios com madeiras que ele embarcava via Lauro Müller, Laguna, Rio.

Arcângelo Bianchini viu a possibilidade para uma indústria de óleo de amendoim. Instalou uma segunda usina hidráulica mais moderna do que a primeira onde funcionaria mais uma serraria e a fábrica de óleo de amendoim.

Apesar de sua luta, não teve bons resultados e por isso trocou Treviso por Laguna, onde foi residir. Lá construiu uma fábrica de móveis, onde consumia a madeira serrada em Treviso. Em Laguna trabalhou na urbanização da cidade, modernização do Porto de Laguna e outros serviços próprios para um engenheiro construtor. Quantas vezes o visitei, sempre

o encontrei ocupado e preocupado com seus afazeres que indicavam sua visão avançada para o seu tempo. Era um pouco mais novo que meu avô.

Todos os povoados iam copiando as indústrias pioneiras: atafonas, serrarias, ferrarias, sapatarias, selarias, curtumes, geradores de luz, fábricas de produtos suínos, cantinas de vinho, engenhos de açúcar, engenhos de farinha de mandioca. Falando em farinha de mandioca, nunca esqueci o engenho do Alexandrinho. Assim era conhecido "Alexandrinho", primava pela qualidade do produto de uma farinha fina, amarelinha e gostosa, fazia a melhor farinha da área das sanganas. Ele tinha seu engenho na Sanga do Engenho, em Santa Rosa. E quantas vezes fui até lá, buscar mais um saquinho de farinha do Alexandrinho.

Urussanga merece especial destaque no que se refere à indústria do vinho.

O pioneiro nesse ramo foi Giuseppe Caruso seguido de Lourenço Cadorin, ambos com suas cantinas perto uma da outra em Urussanga.

Domingo Fontanella da família de minha bisavó materna também se dedicou à fabricação do vinho. Antônio Ferraro teve sua cantina. Ignazio Barzan em Rio Palmeira, também se esmerou na arte do vinho. Vittorio Bez Batti e Pietro Damiani, padrinho de minha mãe, ambos tiveram suas cantinas em Urussanga, bem como Pietro Mariot meu avô materno com "La Cantina Del Nono", herdada por Amabile Mariot Damiani, casada com Hedi Damiani.

Havia ainda os produtos artesanais do assim chamado, vinho colonial que comercializavam seu vinho, entre eles, meus parentes de Rio Caeté, Rio Deserto: Trevisol, Sartor, Muttini, Baldessar, Copeti, Mariot de Rio Salto e muitos outros.

O cultivo da videira sofreu muito com o advento da mineração do carvão.

Os ácidos, sobretudo, sulfúrico emanado da pirita, um resíduo do carvão, atingiu muito o crescimento da parreira e produção de uva nos parreirais.

Toda esta diversificação industrial primária ajudou muito o Imigrante, mas convenhamos, se não tivesse sido descoberto o carvão mineral em Lauro Müller, Rio Deserto,

Rio América, Santa Ana e mais tarde em Criciúma, Rio Maina, Siderópolis, Treviso e adjacências, o sul do Estado de Santa Catarina não seria hoje aquilo que é.

Criciúma tomou a dianteira e hoje é um verdadeiro centro industrial, com indústrias de ponta em pleno andamento e desenvolvimento e ao seu redor convivem e se desenvolvem todas aquelas áreas colonizadas pelos Imigrantes do findar do século passado e começo deste.

Uma digressão, novamente. Poucos dias antes de escrever o que está acima, fui a Rancho dos Bugres para poder rever o que há muitos anos não via. Surpreendeu-me ver a bela igreja de alvenaria branca lá no alto da elevação, mas tive saudades da primitiva igreja de Rancho dos Bugres feita de pedra.

Fui também à antiga residência de Celeste Savi que hoje pertence à Família Damiani Menegás.

É o seguinte: Celeste Savi casou com Vicenza de Bona Marchetti. Celeste morreu novo e deixou seis filhos, entre eles meu tio Emílio Savi. A viúva Vicenza casou com Marco Damiani. Este casal teve três filhas: Dominga, Celestina e Fiorenza. Esta Fiorenza ainda vive e lá está feliz e alegre, muito espontânea. Fui ver a 1ª atafona dos Imigrantes de Urussanga, mas não existe mais nada. O antigo açudezinho remendado a cimento ficou quase escondido por outro maior que represa a água donde parte um tubo de dez polegadas que ajuda no fornecimento de água potável para Urussanga. O local da antiga atafona está ocupado por uma mansão de um "paulista", como fui informado e nada mais se pode ver que lembre a história do passado.

Onde mora a família Menegás e Fiorenza ainda existe uma casa, nos fundos, cujas madeiras foram serradas por Celeste Savi.

Aos poucos as lembranças do passado vão se apagando, porque não são conservadas as obras do mesmo passado.

QUANTOS ERAM?

Quantos eram os imigrantes?

É uma pergunta que todos fazem. O que é certo é que não houve, na história da colonização do Brasil, uma época em que tantos imigrantes tivessem chegado ao País em tão poucos anos.

Outra resposta, igualmente difícil, seria quantificar e localizar por Colônias implantadas nas diversas regiões.

Buscando dados sobre este assunto ficamos restritos aos imigrantes italianos dos meados do século passado até a primeira metade deste século XX.

Vamos delinear os períodos de imigração, utilizando dados do IBGE.

Em um século, partindo de 1856 até 1955, o número de imigrantes italianos chegados ao Brasil é de 1.594.435 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco).

A partir dos anos 1876, vamos colocar lado a lado os dados do IBGE com os dados de uma fonte italiana e a partir de 1901, vamos dar também os números dos repatriados de volta para a Itália ou emigrados para outras regiões de outros Países das Américas.

Constatamos que o forte da imigração se deu de 1876 a 1915. Mas ainda que num fluxo menor tal fato se deu com certa expressão por todo o século.

O quadro numérico que segue nos dará em termos comparativos o que ocorreu por quinquênios:

Quinquênios	I B G E	Fonte Italiana	Repatriados
1856 - 1860			
1861 - 1865	3.023		
1866 - 1870	1.900		
1871 - 1875	4.610		
1876 - 1880	55.419	18.612	
1881 - 1885	62.724	41.857	
1886 - 1890	232.339	173.695	
1891 - 1895	378.143	329.904	
1896 - 1900	300.616	250.320	
1901 - 1905	135.167	200.103	92.209
1906 - 1910	80.719	103.258	77.511
1911 - 1915	106.906	107.422	56.695
1916 - 1920	27.104	18.462	11.065
1921 - 1925	61.585	48.526	20.476
1926 - 1930	39.498	27.066	16.745
1931 - 1935	11.623	7.455	6.053
1936 - 1940	8.928	5.041	3.023
1941 - 1945	267		109
1946 - 1950	22.474	25.366	6.893
1951 - 1955	61.388	62.009	14.067
TOTAL	1.594.435	1.419.096	304.846

A seguir, um resumo estatístico segundo uma fonte italiana, do livro: "Contributo alla Storia della Presenza Italiana in Brasile".

Os números não conferem, nem se aproximam. Em seguida a relação da fonte italiana que dá também a versão das estatísticas brasileiras e a diferença.

Decênios	Dados/Itália	Dados/Brasil	Diferença
1861 - 1870	4.923		
1871 - 1880	60.029		
1881 - 1890	295.063	215.192	+ 79.871
1891 - 1900	678.761	580.224	+ 98.537
1901 - 1910	215.886	303.361	- 87.475
1911 - 1920	135.010	125.884	+ 8.126
TOTAL	1.398.672	1.224.661	

Porque esta diferença?

A diferença é para maior, isto é, o Brasil em seus dados estatísticos dá cifras mais altas a não ser no decênio de 1901-1910 a diferença é para menor e muito menor.

Qual a explicação a dar?

Ou houve clandestinos que embarcaram na Itália, mas admitir um tão grande número de clandestinos seria um exagero.

Outra explicação é que tenham sido incluídos pelas estatísticas brasileiras, também imigrantes da Argentina ou Uruguai.

Mais uma terceira explicação seria, as estatísticas brasileiras terem incluído também imigrantes de outras procedências, como da Polônia, da Alemanha, Rússia e outros países, pois quem observa as listas de passageiros entregues pelo Comandante do navio às autoridades brasileiras na hora do desembarque entre os contingentes de italianos, sempre há mais alguns imigrantes de outros países. Esta me parece a explicação mais plausível.

Se atendermos à imigração no sul do Estado de Santa Catarina, o período forte foi de 1876-1915, mas isto não ocorreu somente em Santa Catarina. Ocorreu o mesmo em todos os Estados que receberam imigrantes.

Neste período acima mencionado, entraram no Brasil 1.594.435, mas retornaram à Pátria de origem, 304.846 de acordo com a primeira estatística, acima transcrita, mas a segunda estatística acima transcrita também, não confere com a primeira. A primeira tem um número bem maior.

Mais abaixo, vou tratar da imprecisão desses dados, por tudo o que consegui pesquisar no Arquivo Histórico Nacional.

O Estado que recebeu maior número de imigrantes foi São Paulo. Este número total por Estado parece difícil, senão impossível de contabilizar. Mas, certissimamente, São Paulo sozinho recebeu um número muitíssimo maior do que todos os outros estados juntos.

Rio Grande do Sul também recebeu mais imigrantes italianos do que Santa Catarina.

O maior número e em maiores proporções, os descontentes que retornaram, foi, sem dúvida, de São Paulo, também porque os imigrantes foram iludidos. Sonhavam em ter suas propriedades, suas terras, seus campos agricultáveis, e de repente se defrontam com o trabalho braçal de diaristas, sob as ordens de patrões que estavam acostumados a lidar com escravos. Eram os fazendeiros do café que não queriam trabalhadores livres, mas trabalhadores escravos.

Assim, em 100 anos de imigração, ou seja, de 1856-1955, segundo estatísticas do IBGE, foram 1.594.435 os imigrantes italianos no Brasil.

O IBGE contabiliza 304.846 os que partiram, mas não especifica se voltaram para a Itália, ou foram para a Argentina, Estados Unidos ou outros países.

Este fluxo de retorno às origens ou à procura de outras terras em outros países, começou um certo tempo após o auge da imigração.

E porque isso? Certamente foi porque, de início, não tinham condições de enfrentar as despesas de viagem, já que a volta não era financiada como a vinda.

Sempre de acordo com os números do IBGE, no período de 100 anos, voltaram ou procuraram outros países 304.846, senque há estatísticas de outras procedências que elevam este número até ultrapassar meio milhão.

O saldo positivo de imigrantes que permaneceram no Brasil certamente anda em torno de um milhão.

Desde há mais tempo, eu tive o desejo de ir ao Arquivo Histórico Nacional, afim de fazer pesquisas referentes à imigração. Não sabia, no entanto, como proceder para chegar até lá. Seria difícil, seria possível, haveria condições para mim? Animei-me e fui. Cheguei lá sem saber como começar. Apresentei-me e qual não foi minha surpresa em ser tão gentilmente atendido por todos. Os funcionários são de um padrão de 1^a ordem: atenciosos, disponíveis, prestativos em grau superlativo.

Percebi logo que o Arquivo Histórico guarda uma riqueza vastíssima de documentos de alto valor para a história do Brasil.

ARQUIVO HISTÓRICO

Dando início às minhas pesquisas, desde logo pude constatar como o registro dos imigrantes que chegavam era feito de maneira muito incompleta e desatenta.

Se os atuais funcionários que lá nos atendem são impecáveis no cumprimento de seus deveres, não se pode dizer o mesmo dos atendentes dos imigrantes do século passado.

Se tudo tivesse sido feito corretamente, hoje a gente teria muito mais detalhes a respeito da história que investigamos.

Os Livros de registro dos Imigrantes são "Livrões" de 60 x 44 centímetros, com 250 folhas ou 500 páginas com 53 linhas cada página.

O registro é feito em toda a largura das duas páginas do livro aberto, onde constam 20 itens em 20 colunas:

1. Número de cadastro - Nunca preenchido
2. Número Geral - É preenchido, ainda que só a última unidade
3. N° de famílias - Quase sempre em branco
4. Pessoas da família - Quase sempre em branco
5. Sem família - Sempre em branco
6. Sexos: masculino - Quase sempre em branco
7. Sexos: Feminino - Quase sempre em branco
8. Nome - Preenchido - com muitas incorreções
9. Idade - Quase sempre em branco
10. Estado civil - Quase sempre em branco
11. Religião - Em branco
12. Profissão - Quase sempre em branco
13. Nação - Em branco
14. Navio em que veio- No alto da página dá o nome e às vezes com "
15. Dia em que chegou - Em branco
16. Procedência - Dá o nome do porto donde o navio partiu e não a pessoa
17. Dia em que saiu - Em branco
18. Navio em que seguiu - Em branco
19. Colônia a que se destinou - Em branco. As vezes diz: "Portos do Sul".
20. Observações: Em branco.

No item nº 12, quando há algo escrito, então se lê: "Sem emprego" ou "jornaleiro".

No item nº 8, os nomes são massacrados. Meu sobrenome aparece como "Baldeça". No alfabeto italiano não existe cedilha. Logo em baixo aparece o nome repetido "Baldeza". Giovanni aparece assim: "Jeovane". O alfabeto italiano não tem "J". Encontra-se Thereza, Catherina, Cattarina, Gracia, Jordano, Joano, quando deveria ser Teresia, Caterina, Grazia, Giordano, Giovanni.

O meu sobrenome é um festival de variantes:

- | | | | |
|-----------------|----------------|----------------|--------------|
| 1. Baldessera | 2. Baldissari | 3. Baldassari | 4. Baldeça |
| 5. Baldessari | 6. Baldicera | 7. Baldicerra | 8. Baldaso |
| 9. Baldessarini | 10. Baldissare | 11. Baldesson | 12. Baldeza |
| 13. Baldassar | 14. Baldassare | 15. Baldissera | 16. Baldassa |

E o meu sobrenome correto: BALDESSAR, não o encontrei.

Na lista de passageiros do navio "La France", que partiu de Nápoles em 14.09.1879 e aportou em Marselha, constam os nomes de meus bisavós paternos e filhos, bem como do irmão mais velho de meu bisavô e mulher. Este era cego e a lista faz esta observação. Entre os filhos de meus bisavós não consta o nome de um deles, o Pietro. Pensei que fosse um simples esquecimento e por isso recorri à tia Amabile que é filha dele e ainda vive na Içara.

Quando lhe disse que o nome do pai dela não consta da lista de passageiros em que vieram meus bisavós e sua família ela foi rápida em me responder e disse: "...mas não podia estar porque ele veio três meses mais tarde, pois estava doente de tifo, internado no hospital..." Isto me esclareceu tudo.

As listas de passageiros dos navios feitas pelos respectivos comandantes não tinham tantos itens quantos descrevi acima, mas geralmente são bem-feitas, em letras até desenhadas, com letras grossas e uniformes. É um trabalho bem feito e por essa razão merecem confiança.

Com o testemunho da própria filha tudo ficou esclarecido e de fácil compreensão.

Pietro, com tifo, estava hospitalizado.

Foi um imprevisto de última hora, mas como tudo estava preparado, todos partiram, mas o Pietro ficou para incorporar-se à outra leva de Imigrantes com os quais viria para o Brasil: Angelo (33) e Joanna (33) Baldessar (Baldassa), com os filhos: Santa (9), Giordano (Jordano) (7), Celeste (2) e Pietro (5), que na realidade tinha 15 anos e não 5 como está escrito.

Do Livro Matrícula do Arquivo Nacional eu copiei manualmente muitos dados e relações de Imigrantes. Inadvertidamente copiei também o de Angelo e Giovanna Baldessar e somente depois revendo meus apontamentos identifiquei o Pietro de cinco anos com o Pietro de 15 anos, irmão de meu avô, que veio "três meses" mais tarde, disse-me tia Amabile. Na realidade Pietro desembarcou no rio no dia 13.12.79 e meus bisavós com a sua família chegaram no dia 04.10.79. Na realidade Pietro chegou no Rio dois meses e nove dias depois de meus bisavós, mas Pietro poderia ter-se demorado mais tempo entre Rio de Janeiro e Urussanga. Nesse caso os "três meses" de que a tia Amabile me informou são reais.

A família de Angelo e Giovanna com Pietro "de reboque" viajaram no navio alemão Frederic Wilhelm partindo do porto de Gênova.

O Livro de Matricula diz que o destino deles seriam os "Portos do Sul".

Há um incidente curioso no que se refere a Pietro enquanto estava hospitalizado, que tia Amabile me contou e ela ouviu de seu próprio pai. Um suposto "enfermeiro" lhe teria trazido um remédio líquido para tomá-lo. Pietro se recursou a tomar tal remédio, como o "enfermeiro" insistisse ele o jogou contra a parede onde ficou uma mancha preta e que depois constataram tratar-se de um veneno.

Quem teria interesse em matá-lo?

O que é certo é que o tifo provoca febres muito altas. Não seria algo criado em estado de delírio?

Seja como for a família que já residia em Rio Deserto, certamente, preocupada, recebeu seu filho Pietro restabelecido da terrível doença que para a época muitas e muitas vezes era fatal.

Na página que segue transcrevo exatamente como se encontra na Fl. 20 do Livro Matrícula dos Imigrantes.

Relatório de Imigrantes do L.1, do Registro de Imigrantes do
Arquivo Histórico Nacional:

Nº	N O M E	Id.	E.Civ.	Chegada	Partida	Destino	L.	Fls
	VAPOR "LA FRANCE"							
4337	Antonio Baldeça	56	Solt.	04.10.79	11.10.79	R.Gr.Sul	1	20
4338	Giovanni "	56	"	"	"	"	"	"
4339	Giovanna "	57	Viúva	"	"	"	"	"
4340	Maria "	45	"	"	"	"	"	"
4341	Joanno Baldezá	6	Solt.	"	"	"	"	"
4342	Luigi "	14	"	"	"	"	"	"
4343	Thereza "	12	"	"	"	"	"	"
4344	Anna "	9	"	"	"	"	"	"
4345	Nicoletto "	7	"	"	"	"	"	"
	Catharina "	1	"	"	"	"	"	"
	VAPOR "SORATA"							
4631	Mattio Mariot	60	Solt.	07.11.79	11.11.79	S.Cat.	1	25
4632	Marco	17	"	"	"	"	"	"
4633	Mattio	25	Cas.	"	"	"	"	"
4634	Madalena	22	"	"	"	"	"	"
4635	Giovanni	2	Solt.	"	"	"	"	"
	VAPOR "PAMPA"							
4779	Maria Billo	30	Solt.	01.12.79	14.12.79	R.Gr.Sul	1	28
	VAPOR "Fr.WILHELM"							
5673	Baldassá Ângelo	33	Cas.	13.12.79	14.12.79	Port.S.	1	45
5674	" Joanna	33	"	"	"	"	"	"
5675	" Santa	9	Solt.	"	"	"	"	"
5676	" Jordano	7	"	"	"	"	"	"
5677	" Celeste	2	"	"	"	"	"	"
5678	" Pietro	5	"	"	"	"	"	"

Esta relação é copiada ao pé da letra do Livro de Registro de Imigrantes do Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro, que era feita no porto de desembarque.

Note-se que o último do quadro é Pietro, que se atrasou por estar hospitalizado. Sua idade 5 anos deveria ser 15 anos.

A partida se entende a partida do Rio de Janeiro para o destino.

A família de meu bisavô materno veio dispersa em três datas diferentes.⁴ Matteo Ignazio Mariot (60 anos), viajou no "Sorata", partindo de Liverpool na Inglaterra.⁵ Com ele vieram seu filho Marco (17) e as filhas Teresa (15), que mais tarde casou com Pietro Baldessar, Valentina (13), que veio a casar-se com Henrique Lenzi e Margherita que casou com Luigi Baldessar, meu avô, que morreu de parto.⁶

Na relação da lista de passageiros constam mais três nomes Mariot, mas na realidade eles são da família Longo, que devem ter gostado do nome porque o adotaram até hoje. Não são parentes. Estes são: Matteo Mariot (25), sua esposa Madalena (22) e o filho Giovanni (2). Este grupo chegou no porto do Rio de Janeiro aos 7 de novembro de 1879, um mês depois da chegada dos Baldessar. Seus nomes não constam da lista de passageiros e por isso foram acrescentados no verso da última folha, mas não constam os nomes das filhas.⁷

Em 11 de abril de 1882, chegou em Urussanga o restante da família, menos Giosuè que veio mais tarde noutra viagem. Neste grupo veio também minha bisavó Anna Fontanella Mariot (56), meu avô Pietro Mariot (34), minha avó Lucia Olivier Mariot (26) e a filha Marieta (3). Cesar Mariot nasceu seis dias depois da chegada. Nessa viagem veio ainda Giovanni Mariot (28).⁸ Giosuè (17.1.1857) veio depois.⁹

Toda a família Mariot, inicialmente, fixou residência em Rio Salto, inclusive os Mariot (Longo). Mais tarde Pietro e Lucia, meus avós, graças à ajuda do topógrafo Sirim foram morar em Urussanga. Sua casa de pau a pique, coberta de palha, foi exatamente onde se encontra hoje a Escola Básica Barão do Rio Branco. Por motivo de uma enchente que alagou sua casa obrigou-o a recostar-se mais para o alto na elevação em frente, onde morou meu tio Cesar e Amabile e hoje mora Bruno e Carlota Mariot com a família. Ali nasceu minha mãe Margarida.

Minha bisavó Anna, depois de ficar viúva também veio morar na casa de seu filho Pietro.

Aos 92 anos de idade minha bisavó resolveu fazer uma visita à sua filha Valentina que residia em Nova Prata, RS e lá veio a falecer e foi sepultada no jazigo da família Lenzi.

Boa parte da família Mariot ainda hoje permanece em Urussanga e outra parte emigrou pelo sul do País.

DA LISTA DE PASSAGEIROS DO NAVIO "LA FRANCE"

N.	NOME	ID.	PROF.	CHEGADA	PARTIDA
41	Muttini Alissandro	36	Sem prof.	4.10.1879	14.10.9?
42	" Antonia	26	" "	"	"
43	" Luigia	6	" "	"	"
44	" Domenica	3	" "	"	"
45	" Maria	1	" "	"	"
46	Baldassare Giovanni (Cego)	66	Cas.S, Prof	"	"
47	" Giovanna	60	" " "	"	"
48	" Antonio -Casado	54	Sem prof.	"	"
49	" Anna -Casada	47	" "	"	"
50	" Giovanni -Solt	16	" "	"	"
	Este seria o lugar de Pietro que não consta na lista				
51	" Luigi	13	" "	"	"
52	" Teresa	12	" "	"	"
53	" Anna	9	" "	"	"
54	" Nicola	6	" "	"	"
55	" Catherina	1	" "	"	"

Estas listas oferecem dados mais precisos, mas é totalmente impossível precisar o destino dos Imigrantes. Alguns contingentes tem anotado que desembarcaram em Desterro, em Porto Alegre, em Santos ou no Espírito Santo.

Uma anotação na contra-capa da lista do navio "Sorata" em que viajou meu bisavô materno, informa: "Destino: Colônia Azambuja" e na realidade não foram destinados a Azambuja, mas a Urussanga.

Na contra-capa da relação acima está o seguinte registro: "Recebi uma lista com 392 passageiros de 3ª classe, sendo 379 italianos, 1 alemão, 3 turcos, 1 suíço, 6 franceses e 2 norte americanos. 04.10.1879. (Ass) J.B.Boon. Saúde dos passageiros: Boa. Queixas dos passageiros: Não há. Mortalidade durante a viagem: Não houve".

OS DONOS DA TERRA

Não pretendo entrar no mérito da questão sobre as origens e parentesco dos grupos tribais entre si, Tupis Guaranis, Tapuias, Aimorés, Xoklens ou Chocagens. Nossos Imigrantes, os denominavam Botocudos, porque usavam um botoque no lábio inferior ou atravessando o septo nasal ou ainda o lóbulo das orelhas.

Ou simplesmente os chamavam de "Bulgheri". Tentou-se dar a esta palavra uma procedência etimológica da outra palavra "balgaro", isto é, da Bulgária. Parece-me uma viagem muito longa, ir buscar esta origem tão distante, pois nada tem a ver um assunto com o outro. Eu diria que foi, simplesmente, a corruptela da conhecida palavra "Bugre". Bugres eram índios de uma tribo que vivia no Oeste de Santa Catarina e sudeste do Paraná, nas regiões dos rios Iguaçu, Peperiúgaçu e Uruguai. Era uma palavra muito em uso no sul do País e os italianos italianizaram a palavra a seu modo, massacrando um pouco a palavra original: Bugres = "Bulgheri" ou então "Botocudi".

Santa Catarina era uma região pouco povoada de índios. O Visconde de Taunay, que foi Governador, por um curto lapso de tempo, em Santa Catarina, em seu livro "Em Santa Catarina Colonial", fala em 100.000 índios na região sulina do Brasil, incluindo São Paulo, Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul.

A superfície da região sulina soma 824.621Km quadrados. Nela havia, aproximadamente, 100.000 índios. Nessa mesma proporção a área colonizada pelos Imigrantes teria 226 índios, porque são 1.811Km. quadrados, compreendendo os municípios de Urussanga, Siderópolis (Beluno), Morro da Fumaça, Criciúma, Nova Veneza e Içara. No Centro e Norte do País a população indígena era mais densa. Motivo? O clima: a região é fria para quem não usa agasalho.

O norte de Santa Catarina foi colonizado antes da região sul e com isso os índios se sentiram enxotados para o sul.

Nessa região, sabemos que a topografia à beira mar, é de planícies, em seguida começa uma região montanhosa de montanhas não muito altas, mas facilmente acessíveis e

cultiváveis. A uns 50 ou 60 quilômetros da praia corre a cordilheira da Serra do Mar que tem um degrau de mais de 1000 metros de altitude e que não tem acesso a não ser em algumas trilhas muito difíceis de percorrer. Isto se chamava "Costão da Serra". Lá no Planalto, os donos das terras eram outros, e os pecuaristas já lá estavam acossando o índio. Para os índios do Litoral, não havia outra alternativa que não fosse recostar-se contra o Costão da serra que vai desde Araranguá até o Grão-Pará e Serra do Tabuleiro, onde a área de terra do litoral se torna mais estreita.

Quando o governo brasileiro entendeu de colonizar, implantando o colono imigrante, a região, por assim dizer, estava "inchada" de selvícolas, acossados por todos os lados.

Oe início, os índios receberam bem os imigrantes e os trataram bem e a recíproca também é verdadeira. Houve uma convivência pacífica na qual os índios merecem nota mais alta pelo comportamento fraterno, pois eram os legítimos donos das terras que estavam sendo invadidas.

Este comportamento pacífico do índio, nos faz ficar boquiabertos de pasmo e admiração, pois ninguém de nós se comportaria tão pacífico se visse sua propriedade sendo invadida. Os índios, mesmo os Botocudos, não permitiam a invasão de suas terras por outras tribos, no entanto, quando chegou o imigrante, o comportamento foi outro e que beneficiou o lado do invasor que se sentia sempre mais encorajado de avançar mais um pouco. Se nos fixarmos bem nos mapas, e pensarmos nas colônias que foram sendo fundadas, verificamos que os índios foram sendo recostados no Costão da Serra, numa frente progressiva que começou na região de Tubarão. Pedras Grandes, Azambuja, Urussanga Baixa, Acioli de Vasconcelos (Cocal), Treze de Maio, Criciúma, Rio Palmeiras, Rio Maior, Rio Salto, Rio América, Rio Caeté, Rio Deserto, Belvedere, Beluno (Siderópolis), Treviso, Rio Fiorita, Rio Morosin, Rio Pio, Nova Veneza, Jordão, Rio São Bento, Rio Cedro...

E pronto, os índios estavam "emplastrados" no Costão da Serra. Parece claro que em algum tempo, eles haveriam de reagir.

Em nossos dias, todos nós, mais conscientizados, nos questionamos profundamente, e estarrecidos, como poderia o Governo, simplesmente, ignorar a presença dos índios para assentar colonos europeus? É super-pôr à terra, dois domínios. Dois donos. Infalivelmente em algum tempo começaria a luta pela posse do mais forte e a prática de longa data, fazia prever que o mais forte e, portanto, o vencedor seria aquele intruso que viria de fora...

O índio, por sua vez, sabia que aos poucos deveria abandonar seu "habitat", em procura de outro. Já estava habituado. Mas para ele também, não seria muito fácil, porque os diversos grupos tribais também tinham suas áreas reservadas e que não podiam ser invadidas.

De início, o índio se aproximava curioso e se sentia recompensado com algum brinde que o imigrante lhe oferecia.

A família de meus bisavós paternos, Antônio e Anna, adquiriu quatro lotes rurais, ou seja, 120 hectares, em Rio Deserto.

Rio Deserto é um córrego que de um salto, qualquer pessoa o atravessa.

É afluente do rio Caeté. Pouco antes de passar na ponte do Rio Caeté, ao lado da Capela de Santo Antônio, na estrada que vai de Urussanga a Siderópolis, o Rio Deserto tem a sua confluência com o Caeté, à direita de quem vai para Siderópolis, nas terras de Trevisol e Piloto.

Quem sobe o Rio Deserto, pela estrada que serpenteia em meia encosta, depois de andar de 3 a 5 quilômetros está nas terras que foram adquiridas por meus bisavós, onde moraram meus avós até a segunda metade deste século.

Meu pais e meus irmãos mais velhos, também moraram ali num desses lotes, pouco mais acima, até 1924. Eu nasci ali.

Ao chegar onde era a casa dos Baldessar, que hoje não existe, pois quem adquiriu aquela propriedade, por volta de 1960, de meu tio Mário que foi morar no Oeste do Paraná, a derrubou e transportou. Um pormenor, aquela viga que Giovanni estava falquejando quando foi atingido pela mortífera flecha uns 80 anos atrás, ainda estava boa e foi

utilizada na construção de outra casa noutro lugar. Ao chegar nesse lugar, um longo trecho da estrada vai acompanhado por um paredão pelo lado direito de quem sobe. O paredão é um degrau de pedra com uns 30 metros de altura. É inacessível, ainda que houvesse uma espécie de escada na própria rocha que dava acesso quase nos fundos da casa dos Baldessar.

Este paredão se tornou célebre para a família, e mais adiante vamos ver o porquê.

Pois bem, lá no alto do paredão, o terreno cultivável continua em vasta extensão, formando quase uma planície.

Ali as terras eram de diversas famílias, mas parte delas eram da família Baldessar que extremava com os Muttini (parentes), imigrantes da mesma turma de outubro de 1879.

Ali, naquele alto, havia uma maloca indígena, bem povoada, em terras dos Baldessar ou, pelo contrário, os Baldessar tinham um terreno dentro do terreno dos índios, pois eles eram os primeiros donos, e quando meus bisavós efetuaram o pagamento dos lotes, não foi aos índios que eles pagaram, mas foi ao Governo, como se ele fosse o dono. Foi uma curiosa transação, o pagamento não foi para o dono das terras...

Como disse ali havia uma maloca indígena.

Eu usei o termo "maloca". Permitam-me explicar o significado, para não inflacionar o termo. Aprendi com a minha convivência com os índios, nos meus anos de Amazônia, porque os dicionários ainda não sabem que "Mal" é uma palavra que significa: "sagrado", inviolável, respeitável, venerável. "Oca", todos nós sabemos que significa "casa" moradia, lar.

O nosso lar deveria poder chamar-se "maloca", isto é, casa sagrada...

Voltando da digressão. Lá, naquele alto, havia uma maloca dos botocudos.

A família Baldessar nunca os molestou. Pelo contrário, mantinham boas relações.

Meu pai tocava bem a gaitinha de boca e os índios crianças ou jovens como ele, se divertiam ao ouvi-lo e queriam ouvi-lo sempre mais.

Quando os trabalhos da roça aumentavam, bastava alguém

subir o paredão e bater na maloca dos índios. Eles, prontamente, vinham trabalhar o dia inteiro, em troca de gêneros alimentícios, produzidas na própria roça.

Era festa grande quando se lhes oferecia um pote de vinho e mais ainda, quando a oferta era uma garrafa de graspera.

Meu pai, quando jovem, os acompanhava na caça. A arma preferida pelos índios na caça era a zarabatana.

Zarabatana era um tubo comprido até três metros. Numa das extremidades tinha uma embocadura própria para facilitar o sopro. Utilizavam-se setas finas como o palito de comer arroz do japonês, um pouco mais compridas. Cada setinha tinha um tufo de algodão silvestre na ponta traseira, que lhe dá melhores condições de impulso quando se dá o sopro. Dizia meu pai que uma setinha dessas atravessava seis folhas de caeté sobrepostas.

Pois bem, com essa arma, eles caçavam até o tateto, paca, capivara e anta. E como? É que a ponta da seta leva curare, altamente entorpecente. O curare era posto na seta somente pelo pajé. Ninguém podia manuseá-lo a não ser ele, que também o mantinha guardado.

O animal que recebe uma dessas setas, alguns instantes depois de recebê-la, cai e fica imóvel, enquanto o caçador pode abater outros e mais outros, quantos forem necessários, porque o grupo, se há diversos reunidos, não se assusta, pois não faz estampido. Num bando de tatetos, o índio escolhe e raramente abate uma fêmea. Se o animal não for sangrado em seguida, ele readquire o uso dos sentidos, levanta-se e foge, a menos que a dose seja excessivamente alta.

A zarabatana era utilizada também para abater aves.

O peixe era pescado com arco e flecha. A flecha da pesca era garnecida de um dispositivo próprio de tal maneira que a ponta da flecha de osso com arpão, pelo impacto, se soltava da haste onde estava enrolada a linha que prendia a ponta à haste. Como a haste da flecha é leve, flutua na água e indica onde está o peixe arpoado que é recolhido com uma vara munida de um gancho. Recolhe-se a haste na qual está amarrada a linha com o arpão e o peixe. O arpão é montado,

a linha é enrolada e a flecha é usada sempre de novo.

As flechas usadas nas guerras não eram envenenadas e os índios não conheciam a "Convenção de Genebra"...

Quem hoje visita o local em que se encontrava a maloca, no alto do paredão, ainda acha, facilmente, pontas de flechas e outros artefatos do artesanato e cerâmica indígena.

Para se poder chegar lá em cima com um carro de boi, era necessário fazer uma volta muito grande. Para os pedestres, como falei, havia uma espécie de escada, obra dos índios e por eles, também, utilizada. Era mais fácil fazer descer os cereais por cordas do que fazer a volta com o carro de boi.

Os botocudos também tinham seus machados de pedra, tinham suas lanças, tacapés e bordunas.

Eram muito hábeis em fazer cestos e balaios com a taquara silvestre, rachada em tiras finas, muitas vezes pintadas e entremeadas de diversas cores muito vivas.

Faziam também o jequi ou cacuri para pescar, ambos tecidos com a taquara silvestre rachada. O cipó também era utilizado nessas artes dos cestos. Tinham cordas muito resistentes feitas com fibras de diversas árvores chamadas embiras, mas a cordinha mais forte e que nunca era muito grossa, eram os barbantes feitos de fibra de folhas de tucum. Estes barbantes eram utilizados nos arcos e nas varas de pesca, quando começaram a usar os anzóis dos imigrantes.

A cerâmica era uma arte ainda bastante primitiva, mas fabricavam seus potes e panelas, até de proporções muito grandes para as reservas de água potável, caxiri e cauim.

Suas malocas eram grandes e nelas habitavam diversas famílias, até meia dúzia ou mais, até 30 pessoas na média.

A maloca era fechada de palha. Nessa região havia uma pequena palmeira, que foi batizada por nome "palheira", porque fornecia palha para as coberturas e que os índios utilizavam também nas paredes. Era uma folha larga e rija. Quando se cobria algo, eram sobrepostas três ou quatro folhas e amarradas pelo caule de tal maneira que ficavam bem fixas e firmes no lugar, sem perigo do vento carregar. A

maloca nunca tinha janelas. Tinha duas ou três portas. Lá dentro havia tabiques que separavam as diversas residências das respectivas famílias, na média de meia dúzia, onde estavam armadas as redes de dormir. No centro estava o estrado mais alto para a fogueira dos alimentos e do aquecimento. A fogueira sempre estava acesa, pois lá pelo alto estavam pensas as carnes de animais e peixes que deviam ser defumadas para poderem conservar-se, uma vez que eles não conheciam o sal para conservar as carnes. Lá também dependuravam os cachos de banana para amadurecer mais rapidamente.

As redes eram tecidas com fibras das embiras e havia também a rede de tucum. De tucum era a rede considerada de primeira qualidade e de pequeno volume, de fácil transporte. Havia redes tecidas sem nós e que se tornavam mais cômodas e macias.

Nossos botocudos, não usavam roupas e nem cobertores, se bem que por vezes eram utilizadas peles de animais para aquecer as crianças. Os adultos se mantinham aquecidos pelo fogo, nas noites de inverno.

As famílias não eram muito numerosas. Nunca uma mulher tinha duas crianças pequenas, a menos que fossem gêmeas. Antes que uma criança pudesse se governar sozinha, a mulher não engravidava novamente. Raramente o número de filhos ultrapassava os três. Quando uma mulher tinha que fazer caminhadas com uma criança, ela a transportava nas costas, suspensa por uma tira de fibra tecida, sobre sua fronte e que para trás se alargava numa espécie de ninho côncavo.

O trabalho doméstico e de seus parcós cultivos de mandioca, banana e pouca coisa além disso era feito pelas mulheres. Aos homens se reservavam os trabalhos de caça, pesca e a guerra. Cuidavam de suas armas e ornamentos de próprio uso e nada mais.

A mandioca era a base da alimentação do índio que a consumia, como farinha que ele fazia ralando a mandioca sobre um tabuleiro munido de minúsculas pedrinhas coladas por resinas insolúveis na água. Consumia a mandioca também cozida, assada, ou fazia o beijú de tamanho muito grande e o secavam ao sol sobre os telhados das malocas, depois de seco

o beijú podia ser guardado por muitos dias. Faziam também o pão de mandioca que não era outra coisa, senão uma bola de pirão, um pouco mais consistente, assado na casca e guardado, muitas vezes, enrolado em folhas e enterrado. Durava meses sem estragar-se. No tempo da abundância, os índios enterravam tais "pães" em lugares estratégicos por onde passavam em suas excursões e caçadas para que, passando por ali, pudesse fazer suas refeições de viagem.

Sobre a mandioca, que o índio chama de "manioca", há uma lenda muito bonita que é contada entre eles.

Numa maloca, certo dia, nasceu uma menina linda, linda, de rosto branquinho, branquinho. A mãe lhe pôs o nome de "Maní". Maní era visitada por toda a gente da tribo, porque todos queriam ver o rosto de Maní que era tão bonito. Quanto mais Maní crescia, mais bonita ficava, sua fama se espalhou e até de outras tribos, vinham visitantes para ver Maní. E Maní continuava crescendo, deslumbrando sempre mais toda a gente, por causa da beleza de seu rostinho branco. Mas um dia, Maní adoeceu e morreu. A mãe a sepultou no pátio, em frente à sua maloca. Mas o sol batia forte sobre a sepultura de Maní. Então a mãe plantou uma árvore sobre a sepultura de Maní para que, crescendo suas folhas lhe fizessem sombra. Esta árvore cresceu rapidamente e se tornou a casa de Maní, porque lhe fazia sombra, a mãe chamava aquela árvore de "Casa de Maní" ou em sua língua, "Maní-oca" = manioca. Certo dia, a mãe de Maní arrancou a árvore que já se tornara grande demais, para substituí-la por outra nova. Ao arrancar a árvore, percebeu que tinha umas raízes muito grossas e branquinhas, branquinhas como o rosto de Maní. Manioca que nós transformamos em mandioca.

O índio, quando tinha, comia muito. Quando não tinha passava fome.

A refeição, uma por dia, quando tinha o que comer, nunca era reservada. Comiam todos os presentes até acabar. Fora disso eram as frutas silvestres, as carnes, o peixe defumado. Quando a fome batesse, cada qual procurava resolver o seu problema ou ficavam todos mascando certos vegetais que lhes enganavam o estômago e que geralmente eram entorpecentes.

Como todos os índios, os botocudos também tinham seus

folclores, cerimônias, comemorações.

Tinham um respeito e medo muito grande de um ente superior que se manifestava nos trovões e relâmpagos, do que tinham verdadeiro pavor. E daí se explica o terrível pavor que tinham de um tiro de espingarda.

Temiam os fantasmas e não andavam à noite, por um apavorante medo supersticioso de seres maléficos que perambulavam nas trevas. Mesmo em viagem, quando chegava a noite, reuniam-se em grupo e ali permaneciam dormindo em suas redes. Não podiam andar para não fomentar a agressividade dos espíritos maus que vagavam pelas matas.

Como disse acima, estes índios receberam bem os imigrantes.

Apreciavam demais os instrumentos de ferro, os objetos de uso dos colonos.

Aos poucos, eles foram conseguindo para seu uso um machado, um serrrote, uma faca, uma enxada, uma panela, etc.

Tudo parecia estar correndo bem, mas certamente os "donos da terra", já começavam a perceber que, na realidade, os donos eram outros...

As matas eram abatidas.

Os caçadores matavam seus animais e pássaros.

Os pescadores freqüentavam seus rios e pescavam seus peixes.

E assim, a comida do índio foi escasseando e a fome era uma constante. Suas crianças esperavam inutilmente algo que seu pai lhes pudesse trazer no findar do dia ou que sua mãe tivesse para lhes dar de suas parcias reservas.

Era necessário reagir, mas como?

Já se passavam cinco anos desde que os imigrantes pioneiros começaram a trabalhar em suas terras e eliminar seus meios de subsistência.

O conselho dos anciãos que o cacique convocava antes de tomar alguma decisão, certamente se reuniu e deve ter decidido tomar medidas para ferir o invasor, afim de lhe impôr um basta...

ESTADO DE BELIGERÂNCIA

Meus bisavós paternos, Antônio e Anna, com seus filhos, todos menores, mais um irmão mais velho que ele, casado e cego, construíram uma casa provisória, com paredes de madeira grossa, uma tora deitada sobre a outra, por base e pau a pique duplo acima da altura das janelas. O chão era calçado com pedra bruta. Nessa arte, eles eram especialistas. Telhado coberto de palheira. Divisórias de palha também.

Eles chegaram em Rio Deserto em outubro de 1879.

A primeira atividade foi a derrubada inicial, afim de abrir uma clareira e poder construir a casa e fazer um quintal. Nesse ano, não puderam plantar muita coisa, porque já passava da época. De 1880 - 1881 derrubaram muito mato, queimaram as coivaras e plantaram por entre os troncos e tocos encarvoados. Colheram uma boa colheita, mas como todos, quase não conseguiram vender dos seus produtos. Do ano 1881 - 1882, já foi bem melhor e no final da colheita de 1882, resolveram iniciar os trabalhos de construção de uma casa melhor, mais ampla, com adega ou porão de pedra e sobre ela, a casa para dormir. Pois segundo o costume da época, a cozinha era uma casa à parte, ligada por um passadiço coberto. Essa casa haveria de durar e servir como moradia até 1960, quando meu tio Mário e Helena a venderam e o comprador a derrubou para aproveitar sua madeira em outro lugar.

Quase todo o milho colhido, resolveram pôr mãos à obra para construir a mencionada casa.

Giovanni, o filho mais velho, que nessa época contava com 19 anos, recebeu a incumbência de preparar as madeiras, juntamente com seu pai e mais Luigi (meu avô) de 16 anos, Pietro de 17 ou 18, que eram irmãos de Giovanni. Já cortadas as árvores na medida certa para construir uma casa de 10x8 metros, era necessário dar-lhes a forma quadrada para poder servir de ponto de apoio para pregar as tábuas. Isto se fazia com o machado num trabalho que era dito: "falquejar", não com faca, mas com machado.

Meu bisavô Antônio, estava mais embaixo com Luigi e

Pietro para o serviço de serra, pois todas as tábuas deviam ser serradas a mão com um grande serrote. Este serviço era feito sobre um andaime, onde era postada a madeira a ser serrada. Um serrador ficava sobre a madeira a ser serrada e o outro ficava por baixo do andaime, recebendo toda a serragem de cima nos olhos...

Giovanni tomou seu machado e andou uns 100 metros em direção da estrada que subia ao lado do paredão. Sei exatamente o lugar em que se deu o fato. Ali chegado bem perto do paredão, pôs-se a "falquejar" uma canela de uns 40 centímetros de diâmetro para deixá-la quadrada em toda a sua extensão de 10 metros.

Ia bem no serviço, quando ouve alguém o chamou, perguntando: "Giovanni, dove sei tu"? (João, onde estás tu).

Ele se ergueu da posição inclinado em que estava e no mesmo instante foi atingido por uma flecha sobre o lado direito, na altura do fígado.

A flecha apontou no outro lado, mas não chegou a perfurar a pele.

Teve forças para bradar por socorro, quando seu pai e seus dois irmãos vieram correndo, afim de socorrê-lo. Encontraram-no sentado sobre a madeira que estava falquejando, com uma mancha de sangue na camisa e a flecha sobre a mancha de sangue. Ajudaram-no a andar até em casa a uns 100 metros.

Ali verificaram que o caso era mais grave do que parecia.

Giovanni, entre gemidos, ainda descreveu o que aconteceu e que não percebeu a presença de ninguém a não ser um leve barulho de fuga rápida na direção do paredão.

E agora? Arrancar a flecha? Sabiam que ela é feita com arpões. Empurrá-la para frente e tentaram fazê-lo, mas seria necessário perfurar a pele do outro lado, o que também não seria fácil, pois as flechas dos índios nunca tinham fio aguçado para cortar, a não ser no impacto. A haste da flecha não suportaria tal esforço, pois as hastes das flechas sempre são penacho de uma espécie de cana selvagem ou tiririca gigante que dá à beira da água e que é muito leve, mas muito frágil.

Se quebrasse a haste, seria mais complicado ainda. Pensaram em cortar a pele do outro lado, mas ninguém podia garantir que seria possível alcançar a ponta da flecha sem hemorragia. Por fim o próprio Giovanni resolveu puxar a flecha que veio trazendo um pedaço de fígado nos arpões. A hemorragia interna não parou. 24 horas depois, Giovanni entregava sua alma a Deus, depois de três anos de suores "nel paese della cuccagna".

Esta morte, surpreendeu a todos.

E tudo ia tão bem, pacificamente.

E agora, porque esse fim trágico e extremo.

Era a primeira vítima. Era o dia 10 de fevereiro de 1883, três anos e três meses depois da chegada dos Baldessar em Rio Deserto.

COMENTÁRIOS SOBRE ESTE INCIDENTE

Os relatores do fato, não são muito exatos quanto aos detalhes do que ocorreu.

Pe. Luigi Marzano, em seu livro citado, traduzido por Pe. João Leonir Dall'Alba, somente relata que o fato se teria dado em 1889, quando na realidade se deu em 1883. Parece tratar-se de um erro de imprensa, pois em seguida ele relata fatos ocorridos nos dois anos seguintes de 1884 e 85. Diz ainda o mesmo livro na mesma página, que Giovanni estaria medindo a grossura de uma majestosa árvore, há ainda quem fale em cubar o volume da mencionada árvore. Ele estava "falquejando" a machado, uma canela já derrubada anteriormente. Esta madeira veio a ser uma das quatro vigas da armação da casa, que depois de pronta deve ter tido a grossura de 25x25 centímetros, ou mais, pois ainda que a tenha visto mais de uma vez, nunca a medi. Não eram os quatro irmãos Baldessar, era o pai Antônio e os dois irmãos mais moços que [socorreram] Giovanni, pois Nicola não era mais que um menino de 9 anos de idade. Dizem alguns narradores do fato, que Giovanni teria sido levado para a casa mais próxima. Não, ele foi levado para a sua própria casa a uns 100 metros do local do incidente.

A flecha não era envenenada. Não era hábito dos índios jogarem flechas envenenadas contra seres humanos, nem na

guerra. Giovanni morreu de hemorragia interna.

O livro "Siderópolis", historia o fato com um precedente que explicaria a razão que levaram os índios a decidir pela morte de Giovanni, mas que parece não ter consistência, pois nunca tal coisa foi comentada na tradição da família. Teria sido como narra o livro "Siderópolis" um acidente involuntário que Giovanni teria praticado ao jogar uma grossa pedra para dentro da mata que veio a acertar a cabeça da índia Guarací, jovem esposa de Caapora. A índia morreu e Guarací no dia seguinte, depois de consultar o conselho tribal, resolveu vingar a morte de Guarací matando Giovanni.

Poderia explicar este fato isolado, mas como se explicariam as mortes que se sucederam a seguir. Tais vítimas não tinham nada a ver com o caso, se é que fosse verdadeiro.

De acordo com esta narrativa, Giovanni se teria dirigido para junto de um alto rochedo, onde o índio subiu. Certamente se refere ao paredão de pedra que tem uns 30 metros de altura, mas o índio não subiu porque naquele ponto não há por onde subir.

Na realidade, pelo que se depreende das informações do próprio Giovanni, o índio veio de cima e não desceu. Jogou a flecha lá do alto e como Giovanni não devia estar em boa posição, inclinado com seu machado a falar, o índio o chamou para que apresentasse uma posição mais favorável.

O índio sabe que uma flecha dificilmente penetra no crânio, então ele não joga a flecha na cabeça e também não a joga no tórax para atingir o coração, porque uma costela poderia barrar a entrada da flecha. Por outro lado, o índio sabe que o fígado também é vital e fácil de ser atingido pela perfuração da flecha, mesmo que não tenha a ponta tão açoitada.

Os primeiros suspeitos, naturalmente, foram os índios residentes lá na chapada do paredão, ainda mais que eles, poucos dias depois já não estavam lá. Tinham abandonado a maloca, ainda que algum tempo depois voltaram ou alguns anos depois, não sei ao certo, mas o certo é que voltaram.

E agora as cautelas eram redobradas.

Os descontentamentos eram sempre maiores. Gente que

morava isolada, já procurou sair de suas lúgubres paragens no meio da mata, entre montanhas e vales.

Ainda que se quebrasse a cabeça em pensar numa solução, ela não vinha, e as mortes se repetiam. O nervosismo, o medo, o desespero, a angústia, crescia de dia para dia.

...E AS MORTES SE REPETIAM...

A tragédia repetia-se pouco tempo depois e com requintes de barbarismo e maldade. Foi na família de Gaetano de Brida. O "Serviço Secreto" dos índios que já mencionei, deve ter informado que o marido estava ausente. Em casa, somente a mulher com três crianças, uma das quais um bebê. Percebendo o alarido do grupo que se aproximava, pois esta era a maneira do ataque em grupo, a pobre mulher deixa seu filho bebê que dormia dentro de um baú e toma as outras crianças nos braços e sai às carreiras para a casa de seu vizinho mais próximo, Giovanni Benedet, um velho de 86 anos. Ao ser informado, tomou de sua espingarda, daquelas de encher pela boca, que nunca se sabe se está carregada ou não, mas julgando que estivesse, aplica-lhe a espoleta, que era o detonador da pólvora da carga, e sai cheio de coragem aos gritos, ameaçando de morte os "canalhas". Os índios que já conheciam o perigo das armas e vendo uma delas nas mãos do velho que vinha ao longe, correram em desabalada fuga, tendo deixado a casa depredada, carregando o que puderam, pois o grupo era grande. Ao entrar na casa, o pobre velho ficou estarrecido em ver o bebê de cabeça esfacelada, estirado no chão. Os índios o tinham encontrado, pois sabiam que no baú estava a roupa e cobertores para o seu próximo inverno. Roubaram tudo o que havia dentro dele, e a criança massacrada. Depois de ter trazido a triste notícia à mãe da infortunada criança, tomou da vareta para certificar-se se a arma estava ou não carregada. Pois ela não estava. Mas mesmo assim, só em ver a espingarda, os índios se puseram em fuga.

Nessa época, era muito comum os maridos irem trabalhar na construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina que começou em 1880 e em cinco anos deixaram pronto o ramal que vai a Lauro Müller.

Gaetano de Brida morava em Rio Salto a poucos

quilômetros de Rio Deserto.

Logo depois, em junho do mesmo ano, a tragédia se abateu sobre a família Spricigo em Rio América. Enquanto o chefe da família derrubava a sua cuivara, uma flecha inesperada lhe transpassou o corpo, morrendo quase em seguida. Rio América também é limítrofe de Rio Deserto.

Em 24 de abril do ano seguinte, chegou a vez da família Pilon. Enquanto dois irmãos trabalhavam com o "traçador" (serrote grande manuseado por duas pessoas), um deles, Giacomo, recebeu uma flecha nas costas, morrendo poucas horas mais tarde. A família Pilon era de Rio Maior, um pouco mais afastada das outras famílias vítimas.

E, finalmente em junho de 1884, a última vítima dessa série, foi Antônio Zanelato. A flecha o atravessou e morreu no próprio local em que foi ferido. A família Zanelato também era residente no Rio Deserto.

Rio Deserto, de quando em vez, era aquinhoadado por tais coisas. Já também foi o palco principal dos grandes roubos na agricultura. Entre as terras dos Zanelato e Baldessar onde corre o riacho Rio Deserto, havia somente o próprio rio.

Por aí vemos que todas as mortes, com exceção da família Pilon de Rio Maior, foram todas muito próximas uma da outra.

A maloca do alto do paredão nas terras dos Baldessar, está situada no centro geográfico desses acontecimentos repetidos nos anos de 1883 e 1884.

Dai é que veio a suspeita de que a maloca do alto do paredão, teria sido a protagonista dos homicídios.

Outro argumento era o de que a maloca do alto do paredão fora desativada nos primeiros dias depois da morte de Giovanni Baldessar, ainda que mais tarde, são sei quantos dias depois, os índios tivessem voltado a esta mesma maloca que lá permaneceu intocada. Poderiam ter partido, simplesmente, por medo de uma represália, sendo eles os mais próximos para se proceder à lei do talião, do "olho por olho, dente por dente..."

Nunca houve qualquer indício que pudesse vir a comprovar a suspeita.

Ninguém poderia emitir uma queixa contra os índios da

maloca do paredão, mas ninguém sabe se algum aventureiro não teria procedido mal com eles, e eles se vingaram dessa maneira. Mas então, teriam voltado mais tarde? E, depois de ter voltado ali permaneceram ainda por longos anos, sem nunca ter dado motivo de queixa por seu comportamento.

Qual a razão de uma reação tão violenta da parte dos índios.

Nesse contexto, a história de Guaraci e Caapora parece ter procedência, mas na minha opinião, não tem consistência, até porque, como é que este fato poderia ter chegado ao conhecimento das vítimas ou de seus parentes?

O que pode ter ocorrido, por trás das sombras, a gente não conhece.

Sabe-se que havia aventureiros que andavam por lá sem eira e nem beira. Viviam de biscates de serviços e caças. Um couro de uma onça em bom estado, valia o preço de duas vacas de leite. Nessas incursões, tais aventureiros não economizavam chumbo contra os índios.

Tais elementos tinham um comportamento deplorável no que se refere ao tratamento de índios e indias.

O certo é que aconteceram estas mortes entre os imigrantes, e quantas teriam acontecido entre os índios?

Podia ter ocorrido também que nessa época, chegou à saturação, o desgosto daqueles que sentiam suas terras invadidas, seus suprimentos de caça consumidos, a pesca e a coleta de frutos silvestres esgotados.

Tudo isto fazia pensar, mas ninguém encontrava uma solução nessa hora.

OUTRA VERSÃO

A "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", aborda também e descreve resumidamente alguns desses incidentes que divergem um pouco da versão do Pe. Marzano. Vou transcrever o texto da referida Enciclopédia, para que o leitor possa fazer um estudo comparativo: "Nos primeiros tempos, o Bugre Carijó (Botocudo), olhava com espanto e admiração para o Imigrante. O seu modo de trabalhar, de derrubar o mato, de amanhar a terra, de semear os cereais, suas ferramentas seu jeito de

alimentar-se e a forma de viver em sociedade. Tudo lhe era tão estranho, como se viessessem indivíduos de outros planetas e se instalassem na terra com seus usos e costumes. Entretanto, chegou o dia, em que ele percebeu que o colono era um intruso que perturbava seu vagar incessante pelas florestas e suas caçadas de ariscos animais e de aves de plumagem colorida.

Começaram as hostilidades.

Os colonos em certa ocasião, se reuniram afim de rezarem o terço, e os Dezan compareceram, deixando em casa apenas uma velha octogenária e uma criancinha; a certa altura, ela pressentiu que os selvícolas se aproximavam, devido aos latidos dos cães, tendo a feliz idéia, de às pressas guardar a criancinha dentro de uma "arca de Imigrantes", fechando-a a seguir. Os índios, após destruírem o que encontraram em seu caminho, mataram a velhinha; não conseguindo, porém, abrir a canastra, em virtude de os vizinhos se aproximarem dando tiros para o ar, pondo-os em fuga. A criancinha foi retirada do baú e ainda vive já velha, para as bandas de Pedras Grandes". (A Enciclopédia dos Municípios foi publicada na década de 1950).

Continua a mesma citação: "De outra feita, foi Giacomo Bez Fontana que, com seus filhos derrubavam a mata virgem, afim de preparam o terreno para o plantio, quando foi flechado, tendo a flecha atingido a caixa de rapé, de tampa de metal, desviando-se.

Na encosta do morro em Rio Deserto, armaram os Baldessar (o nome está escrito corretamente!), o estaleiro e para ele rolaram uma tora de canela; um deles subiu certa vez, em cima de um rolo e o outro postou-se pelo lado de baixo, para desdobrá-lo em tábuas. A certa altura, o que serrava na parte de cima, recebeu uma flechada no peito, que lhe causou a morte instantânea. Deste fato originou-se a conhecida caçada de bugres feita pelos irmãos Baldessar e seus vizinhos, que resultou na destruição de vários aldeamentos e na morte de muitos bugres.

O Pe. Luiz Semitile tentou infrutiferamente domesticar os cariós de Urussanga. Outras agressões de menos importância se sucederam, demonstrando que a floresta era pequena, para abrigar duas civilizações

tão diversas." (Vol. XXXII, pg. 393)

O que esta Enciclopédia atribui à família [Dezan], Pe. Marzano, atribui à família de Brida. A tradição de nossa família também atribui este fato à família de Brida. Inúmeras vezes este fato era relembrado em conversas domésticas.

No entanto a versão do Pe. Marzano é que a criança do baú foi trucidada, enquanto a versão da Enciclopédia, afirma o contrário e que tal criança ainda vivia na década de 1950 "pelas bandas de Pedras Grandes". Segundo a tradição de nossa família, esta criança (da família de Brida), de fato não morreu, porque a "canastra" foi fechada a chave pela mãe que fugiu, correndo levando consigo a chave da canastra. Nisto nossa tradição coincide com a versão da Enciclopédia. A "octogenária" da qual a Enciclopédia fala, não existe na versão de nossa tradição familiar e nem na versão de Pe. Marzano.

O relato que a Enciclopédia faz dos detalhes de circunstância da morte de Giovanni Baldessar é muito impreciso. Giovanni não estava no estaleiro de serrar. Lá estavam meu bisavô Antônio e seu filho Luigi (meu avô) com 16 anos e ainda Pietro de 17 anos. Giovanni não recebeu a flechada no peito, mas no lado direito, no vazio entre as costelas e o quadril, sobre o fígado.

A Enciclopédia fala em toras de canela. Realmente a tora que Giovanni estava falquejando era de canela. Disto não se segue a morte instantânea. Giovanni morreu no dia seguinte depois de extraída a flecha que trouxe um pedaço de fígado nos arpões.

Diz a enciclopédia que deste fato se originou a "conhecida caçada de bugres feita pelos irmãos Baldessar e seus vizinhos". Essa "caçada de bugres", não foi, propriamente uma consequência do fato que deu a morte a Giovanni, pois a caçada aconteceu 11 anos depois, quando Nicola, irmão de Pietro e Luigi tinha 19 anos, e nessa ocasião da morte de seu irmão Giovanni, ele tinha somente 8 anos. Nicola tomou parte na caçada.

Os anos mais terríveis vividos pelos Imigrantes foram de 1883 - 1885, mas depois disso houve escaramuças da parte dos índios que surgiam das florestas inesperadamente em

momentos mais propícios para eles, deixando por vezes saldos em mortes de ambas as partes, mas sobretudo entre os índios, nas novas colônias que iam sendo implantadas.

O ROUBO PRATICADO PELOS ÍNDIOS

Aos poucos, os índios sentiram a premência da situação precária no que se referia a seus suprimentos para matar a sua fome e a de seus filhos, porque índio também tem filhos que pedem comida a seus pais e não entendem quando não há. Tudo ia diminuindo, e não diminuía nem tanto pela derrubada das matas que relativamente, ao que permanecia não teria dizimado tão rapidamente os meios de subsistência dos nativos. O que foi roubado ao índio em matéria de animais e aves silvestres, foi muito mais por mão de obra do caçador, do que do agricultor. Os colonos também premidos pelas economias austeras para poderem pagar suas terras e outros compromissos, também contribuíram. A caça e a pesca davam ao colono uma vantagem financeira muito grande, não só pelo consumo da carne, mas a venda dos couros que tinham um comércio muito bom e garantido.

Seus cereais, não tinham comércio, ou quando conseguiam vender alguma coisa, a lei da oferta e procura não existia e nem o diálogo sobre preços e mercadorias. A oferta era uma só, sem contra-oferta, sem discussão. O comprador era soberano, impunha o preço que bem queria.

Havia índios, que também iam à casa dos colonos para oferecer seus serviços em troca de gêneros, mas nem sempre o índio encontrava serviço para trocar por alimento.

Aos poucos, o selvícola mais afoito entrava nas roças mais afastadas e ia subtraindo aqui e acolá alguma espiga de milho, alguma abóbora, algum pé de mandioca que em Santa Catarina se chama aipim.

Ao mesmo tempo, o índio ia migrando em direção ao Costão da Serra do Mar ou em direção norte, onde a densidade populacional não era tão grande.

Os índios que roubavam por atacado, vinham de longe, em grupos muito numerosos. Eram roubos organizados, promovidos pelo "Serviço Secreto". Vinham na hora certa, no dia certo em que o arroz estaria

maduro, mas ainda não colhido, na roça certa. Os grandes roubos eram feitos tarde da noite, pela madrugada, de tal maneira que o início da viagem de fuga se desse aos primeiros albores do dia que vinha despontando.

Por que assim?

O índio tem um medo supersticioso de andar na mata à noite, porque nela perambulam os espíritos maléficos. No entanto, não tinham medo de andar em lugares desmatados, porque a mata prende estes espíritos ao seu "habitat".

Antônio Copeti e Madalena Boécio Copeti, moravam em Rio Deserto. Antônio Copeti era uma figura marcante e original. Meu pai o chamava de tio, não sei porque. Antônio Copeti, cortava o bigode, cortava a barba do queixo, mas deixava crescer e cultivava as suíças e toda a barba lateral do rosto.

Contava meu pai que, quando criança, brincando, ele se dependurava nas longas suíças, para a alegria do velho tio.

Antônio Copeti morreu em 1921, mas Madalena viveu até 1941. Eu a conheci. Ela morreu aos 92 anos de idade.

Aí, por volta de 1889, Antônio Copeti subiu a serra para pôr-se ao serviço de um fazendeiro de São Joaquim, na construção de taipas, isto é, cercas de pedra nos campos de gado.

Um mês de trabalho lhe dava o direito de trazer uma novilha ou uma vaquinha de leite.

O "serviço secreto" dos índios, cientes do fato da ausência do dono da casa, resolveu colher uma roça de arroz que já estava quase no ponto de colher.

Madalena estava em casa sozinha, com algumas crianças, de repente se acorda. Percebe o bruxulear de luzes e vozes. Vai à janela e vê um espetáculo de nada menos que 22 archotes de fogo que iluminavam o serviço de outros tantos índios que rapidamente iam espigando o arroz e o colocavam nos seus recipientes feitos de couro de animais ou em balaios.

Madalena, sem ter a quem recorrer, ali ficou entreolhando pela janela, pedindo a Deus que tudo aquilo terminasse em paz.

O espetáculo continuou até terminarem de colher as últimas espigas, quando já amanhecia o dia. E os índios

davam mostras de total tranqüilidade e segurança, sem temer algo que pudesse acontecer. Depois de tudo pronto, partiram com suas pesadas cargas, um total certamente de vinte sacos de arroz que seria o necessário para o consumo da família e mais um pouco para vender no comércio e fazer alguns vinténs.

Quando despareceu o último índio, Madalena agradeceu a Deus e chamou seus filhos que dormiam.

Esta roça de arroz estava plantada numa encosta acima do paredão, a uns 400 metros da casa da moradia de Bepi Zanin. O paredão ali já não tem a mesma altura que tem nas terras dos Baldessar, é mais baixo.

Passo a relatar outro roubo por atacado, transcrevendo o que Vitório Brolesi me contou há poucos dias. A vítima do roubo foi seu pai e um vizinho.

Seu pai, Andrea Brolesi, veio da Itália com 05 anos entre os pioneiros. Estabeleceu-se em Rio Caeté. Um dos primeiros atuais moradores na estrada que partindo da ponte de Rio Caeté, na estrada de Siderópolis, vai à estação da Estrada de Ferro de Urussanga, à esquerda de quem vai, mas suas terras atravessam a estrada. Na mesma noite, roubaram na casa de Vitório Brolesi, em Rio Caeté. Roubaram na Casa de Agostin Brolesi, em Rio Caeté Alto. E roubaram na casa de Jacomo de Felipe em Rio Deserto.

Sabiam que no Montagnon havia três malocas. Desconfiaram. Alguns mais corajosos, acompanhados de Natal Coral que era o agrônomo que medira todas aquelas terras e por isso conhecia todos os trilhos e todas as malocas, resolveram ir até lá, com intenções pacíficas, porque normalmente os índios recebiam bem os colonos.

Os índios desconfiaram, devem ter percebido que os colonos estavam chegando e se evadiram antes que chegassem.

Os colonos levaram consigo algumas armas, porque não sabiam como seriam recebidos.

Certamente os índios desconfiaram que seriam visitados, pois aquele era o dia próprio do colono sair para as suas caçadas, era um domingo.

Os índios devem ter posto observadores avançados que

com seus assobios imitando pássaros, transmitiam avisos à longa distância.

Quando os colonos chegaram na primeira maloca, não encontraram mais ninguém. A maloca estava totalmente vazia. Contaram 32 balaios cheios de milho ainda verde, abóboras e alguma coisa de mandioca, melancias e melões. Já tinham tido tempo de descascar uma parte do milho e deviam tê-lo cozido na água e ali estavam algumas panelas de ferro (certamente roubadas) cheias de água ainda quente, mas vazias. Retiraram o milho cozido e o levaram em algum balao para algum lugar.

Os colonos nem quiseram trazer de volta seu milho, pois ainda não estava no ponto para colher. Era bom de assar ou cozinar. E por que os índios queriam tanto milho verde? É do milho verde que sai o melhor caxiri ou saúim. Deviam ter alguma festa em vista e assim, aí já tinham meio caminho andado.

Havia no Montagnon, três malocas, mas nem foram até as outras duas malocas. Queriam certificar-se da origem dos ladrões. Resolveram voltar, mas por outro caminho. Eis senão quando perceberam a presença de um bando de jacutingas. Como tinham ali algumas espingardas resolveram derrubar algumas jacutingas para o jantar, ou para o almoço do dia seguinte e assim compensar um pouco o milho roubado.

Soaram alguns tiros ao mesmo tempo e qual não foi a surpresa maior de uma gritaria em alarido desesperador se precipitando em todas as direções em morro abaixo. Cautelosamente se dirigiram para o local onde encontraram ainda, alguns balaios com milho cozido, com algumas espigas ainda intactas e outras caídas pelo chão. Naturalmente devem ter pensado que a saraivada foi sobre eles e como eles são terrivelmente assustados pelos tiros de espingarda, sumiram em desabalada fuga...

Este roubo, feito em Rio Caeté e Rio Deserto, veio parar no Montagnon.

A estrada conhecida tinha um percurso de mais de 10 quilômetros, tendo que passar pelas cabeceiras do Rio Deserto. Talvez os índios conhecessem outra trilha, mais curta, mas então muito mais íngreme e como teriam subido por

ela carregados com balaios tão grandes.

Eles faziam percursos incomparavelmente maiores com o fruto dos roubos por atacado.

E roubos semelhantes, creio que quase cada uma das famílias poderia contar a respeito de si mesmos, dos vizinhos, parentes, sobretudo para quem morasse em Rio Caeté, Rio Deserto, Belvedere e Montagnon.

S.O.S

BRADO DE SOCORRO

Os anos de 1883 - 1885 foram anos de luto, de lágrimas, de sofrimentos, de sustos, de pavor, de fuga.

Os donos da terra sentiram que estavam perdendo o que lhes dava o necessário suprimento para mantê-los vivos.

Para quem, hoje, aborda este assunto para refletir, chega à conclusão que o selvícola não era ninguém, não existia para o governo e por isso não lhe era reservado direito algum.

Para as instituições governamentais, o selvagem não tinha maior importância do que uma árvore, uma fera, um animal comum.

Se uma árvore atrapalha a vida ou os planos da gente, ela simplesmente é abatida. Se uma fera punha em risco a segurança, ela devia ser afastada ou eliminada. Se o selvícola atrapalhasse, devia ser suprimido, devia ser enxotado, deveria desaparecer de qualquer modo.

Esta era a filosofia vigente.

Como a situação urgisse e não encontrando uma solução por própria conta, os colonos lançaram um brado de socorro ao governo. Ele que os trouxe como imigrantes, o governo dê a solução conveniente.

O governo, sempre agindo com parcimônia em matéria de solucionar problemas para o imigrante, desta vez também, remeteu para Urussanga uma meia dúzia de soldados da Polícia Militar que mais perambularam pelas ruas do povoado de Urussanga do que nos postos de atrito e presença dos índios para suas rapinas.

Essa presença em nada diminuiu toda a sorte de incursões, de assaltos às casas com grande alarido, roubos de cereais, animais domésticos, ferramentas, utensílios de cozinha, etc.

Quem morasse mais afastado e isolado, não se sentia com coragem de lá continuar. Abandonava tudo para chegar mais perto de um parente, amigo ou conhecido, mais perto de um povoado.

Depois de tantos sacrifícios, depois de tantas economias, depois de ter pago todos os seus compromissos com o governo, depois de ser o proprietário oficial das terras, pelas escrituras postas em suas mãos, depois de tudo isto ter que abandonar tudo para um novo começo seria pesado, duro demais para um pobre sofredor. Ter que se mudar com seus pertences, seus animais domésticos que já iam crescendo, ter que parar tudo, sem poder continuar a cultivar e produzir seus próprios alimentos em suas terras...

Tudo isso fazia o colono entrar em clima de desespero, de frustração e revolta. Mas tudo isto devia ser sacrificado para poder salvar a própria vida e a de sua família.

Estes soldados lá permaneceram por três anos, mas de nada valeu a sua presença.

Pe. Marzano comenta este assunto em seu livro, e diz que a presença dos soldados foi considerada negativa e por isso os fizeram partir.

Os selvícolas, por sua vez, que, evidentemente sofriam represálias, aos poucos iam se recostando contra o Costão da Serra do Mar desde Araranguá até o Grão Pará. Mas mesmo distantes, de suas malocas partiam sempre em maior número em verdadeiras expedições para a prática da rapina, para depredar as casas e propriedades dos colonos.

De 1883 em diante, o clima que os selvagens criaram era de insegurança total por todos os lados.

Como a presença dos soldados não deu efeito, tentou-se a pacificação pelos contatos.

Vivia em Curitiba um padre franciscano de nome Fr. Luiz De Semitile. Ele já tinha experiência em assuntos de pacificação de tribos selvagens. Veio por volta de 1885. Trouxe consigo cinco pequenos índios de três a cinco anos a quem se atribuiu os nomes de Juçara, Japiim,

Açaí, Flecha Curta e Tucano.

Pe. Semetile andou pelas matas à cata dos índios que nessa época eram muito arredios. Em todas as suas andanças, acompanhado pelas crianças indígenas nunca nada encontrou, se bem que com crianças tão pequenas, não pudesse percorrer grandes distâncias.

Suas malogradas tentativas se prolongaram por três anos consecutivos. Nenhum resultado. Mais uma frustração.

Tanto Pe. Semetile, como os soldados que o governo lhes mandou, não resultaram em alguma vantagem. Tanto um como os outros partiram na mesma época.

A situação perdurava, a insegurança aumentava.

O roubo em grande escala, de certa maneira era explicado, porque na mesma proporção em que os colonos cresciam em seus cultivos agrícolas, os índios perdiam o seu poder de subsistência pela penúria de suprimentos na selva nativa que era a única fonte de alimentos para eles.

Apesar do desmatamento que cada família se obrigava a fazer para cultivar a terra, a proporção da mata que permanecia, não teria diminuído tanto a caça, a pesca e a coleta de frutos se os próprios colonos não buscassem, também, avidamente, os mesmos suprimentos para as suas mesas que, por sua vez, não viviam em grande fartura.

Os colonos sentiam-se injustiçados porque eram roubados em suas propriedades e os índios da mesma maneira sentiam-se injustiçados porque iam perdendo progressivamente seu potencial de suprimentos.

Ambos os lados viviam desamparados, sem terem a quem recorrer, sem terem quem os protegesse, ainda que o colono tivesse um respaldo que era o governo.

O governo por sua vez inoperante neste aspecto, só via o problema por um lado, o lado do colono, e ignorava totalmente o outro lado.

Já transcorriam os primeiros anos da década de 1890 a crise entre colonos e selvagens continuava, o pânico era uma constante.

O governo autoriza a formação de grandes grupos

armados para a repressão organizada contra o índio, pois a doutrina vigente era esta - o extermínio do índio, como se ele fosse o invasor.

Criou-se a doutrina e a mentalidade de que o índio devia ser eliminado a qualquer preço, devia ser apagada do mapa a sua presença. Ele era perigoso, prejudicial. Era impossível tolerá-lo.

A convivência entre selvícola e colono estava fora de cogitação por ser totalmente impossível, inimaginável.

Os grandes grupos armados se criaram com todo o apoio do governo.

A comunidade sentia que a guerra estava declarada. Não havia como voltar atrás.

Pe. Marzano, em seu livro, transcreve a decisão da comunidade: "Entraremos na floresta, procuraremos os ranchos dos índios e obrigá-los-emos a retirar-se para o interior".

Mas esse "interior" estava se acabando, era o Costão da Serra que lá no planalto tinha outros donos, também em conflito, eram os índios e os pecuaristas, os assim chamados serranos.

A teoria era fácil, mas o "retirar-se para o interior" era uma realidade impossível.

Seria a mesma coisa que os índios também tomassem uma decisão: "Obrigá-los-emos a retirar-se para o mar...", mas o mar é dos peixes...

Foi feita uma convocação geral, não muito democrática e que o Pe. Marzano publicou em língua portuguesa, em seu livro de língua italiana: "Nomes dos colonos moradores no Distrito de Urussanga, ex-colônia Azambuja, que se obrigam a entrar no mato, junto a outros colonos, por fim de afugentar os indígenas, os quais vão infestando esta Colônia. Aquele que não puder pagará uma quantia, e quem não quiser será multado" (Pg. 79 da tradução).

Este é o texto da convocação, mas vamos continuar a citação na continuação desse mesmo assunto em pauta do citado livro: "Bem 260 homens responderam ao convite, firmando o apelo. Pediu-se autorização ao governo que não

só lha concedeu, mas ainda enviou-lhe um homem prático da floresta e alguns soldados para ajudar na empresa. Realizou-se uma assembléia geral. Fez-se a distribuição de pólvora e chumbo. Leu-se o regulamento da convocação. Marcou-se o dia fixado. Que patriotismo. Uns ocupavam-se em adquirir armas, outros em fundir chumbo de caça em balas maiores, outros ainda em afiar espadas e longos facões. Outros, finalmente, ocupavam-se em preparar a reserva de munições de boca e de guerra.

Chegado o dia estabelecido, todos se juntaram, de manhã cedo, na praça de Urussanga, armados até os dentes, carregados de alforjes e sacolas.

"Tal era o entusiasmo, que vendo-os, ter-se-ia pensado serem autênticos garibaldinos". (Pág. 79).

Pe. Marzano, exclama com entusiasmo. "Que patriotismo!" E assim pensavam todos. A guerra estava declarada, era preciso partir para a luta de vida ou morte.

Mas ninguém contou que neste entretempo de preparação o "serviço secreto" dos índios funcionou e muito bem. A prova está na continuação da citação do livro do Pe. Marzano: "O improvisado Batalhão moveu-se para as localidades mais freqüentadas pelos selvagens. Mas ou porque os selvagens pressentiram tal assalto, ou porque avisados por fiéis sentinelas avançados, o fato é que não se pôde nem assaltá-los, nem mesmovê-los de longe.

No Rio Caeté (o texto traduzido escreve Rio Goethe) encontraram vestígios recentes, fogo ainda aceso, mas não puderam alcançá-los. Boa parte do Batalhão visto que suas investigações eram inúteis, voltou para casa. Outros, em vez, uns quarenta mais corajosos, avançaram sempre mais para o norte, até chegarem ao Rio Mãe Luzia, precisamente onde hoje surge a Colônia de Nova Treviso, mas ainda sem resultado. Assim mesmo persuadidos que a própria tentativa e os poucos tiros disparados tinham sido suficientes para afastar os selvagens, convencidos mesmo do seu desaparecimento, retiraram-se quietos para casa. Há quem pense que não encontraram os selvagens porque eram em número grande e que com sua algazarra se faziam ouvir demais, sendo por isso que os índios se retiraram.

O fato é que poucos meses depois, entraram na mata duas companhias de corajosos, uma composta de 12 e outra de 8 pessoas.

A primeira avançou sobre as colinas entre Orleans e Grão Pará, e tendo encontrado os selvagens, perseguiram-nos tomando-lhes todas as armas e carregando três crianças indígenas.

A outra companhia, depois de dois dias de investigação encontrou um grande número de selvagens a uns vinte quilômetros ao norte de Urussanga. Destroçaram-nos, trazendo feixes de flechas, arcos e duas crianças". (Pag.79 e 81).

Até 260 cavaleiros, um batalhão de cavalaria pela mata, por aquelas estreitas trilhas. Imagine-se a algazarra. Todos prontos para o que desse e viesse. Todos imbuidos de estarem no desempenho de seus mais sagrados deveres de defender a sua família, sua propriedade, sem ter outra alternativa.

Bem armados, bem equipados, bem montados, bem aprovisionados por aqueles que foram "multados" e que não foram poucos. Uns por medo, outros por falta de um cavalo, outros ainda por falta de uma arma.

E o governo ajudou a supri-los, ajudou a guiá-los.

Seriam todos eles "bugreiros"? Seria simplesmente a caça do índio para subjugá-lo ou seria uma questão de vida e morte, de sobrevivência?

Sem dúvida o termo "bugreiro" não pode ser aplicado a eles. Bugreiros eram os escravagistas que infestavam o território nacional para poder fornecer escravos aos fazendeiros de São Paulo e Pernambuco, sobretudo, pois estava proibida por Lei a importação de escravos. Estes eram os autênticos "bugreiros".

Pe. Marzano descreve como fracassada a missão do "batalhão" de cavaleiros, no entanto ele se refere ao fato de "poucos meses depois entraram na mata duas companhias de corajosos, uma composta de 12 e outra de 8 pessoas".

Diz ainda Pe. Marzano que uma dessas companhias se dirigiu na direção de Orleans e Grão Pará e a outra "depois de dois dias de investigações encontrou grande número de selvagens a uns 20 quilômetros

ao norte de Urussanga. Destroçou-os, trazendo feixes de flechas, arcos e duas crianças".

Creio que não há dúvida que Pe. Marzano se refere ao fato que eu passo a descrever. Pe. Marzano resume o fato com pouca precisão e não acerta nos detalhes.

Este fato ocorreu quase seis anos antes de Pe. Marzano chegar a Urussanga. Ele chegou em Urussanga nos últimos dias de dezembro de 1899 e o fato acima descrito se deu no começo de 1894. Pe. Marzano escreveu seu livro em 1903, dez anos depois.

Antes de iniciar o relato detalhado do fato acima mencionado, quero ainda deter-me em pintar o panorama geral da situação.

PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO

Urussanga e sua redondeza, foi certamente, uma das regiões que mais dificuldades teve com os selvícolas.

Até 1883 tudo transcorreu muito bem, sem incidentes, entre selvícolas e colonizadores.

Os anos de 1883 - 85 foram anos sangrentos para os colonos. Não temos informações se o foram para os índios. A meu ver, penso que sim e muito pior para os índios, só que os fatos não são conhecidos, pois o caçador, o aventureiro ao ver o índio não tinha dúvida em exercer a pontaria do seu "pica-pau"...

Nos anos seguintes, os índios se tornaram exímos ladrões de cereais, produtos agrícolas em geral, animais domésticos, ferramentas, utensílios de cozinha, até roupas e cobertores, apesar de eles andarem nus, as roupas eram utilizadas para o aquecimento nos invernos que nessa região sempre foram rigorosos e de muita geada.

Quando roubavam por atacado, o faziam de madrugada, perto do amanhecer.

Adotaram também o expediente da intimidação. Um grupo numeroso de índios saía da floresta em alaridos característicos, jogando flechas por todos os lados e para dentro das casas, quando estivessem abertas. Feita a incursão se retiravam para a mata, cessando a algazarra, mas deixando o saldo de um susto muito grande e os nervos à flor da pele.

Os índios por sua vez, tentavam recostar-se mais para longe, até o Costão da Serra e quando suas escaramuças ou roubos vinham em grandes bandos de guerreiros fartamente armados de flechas. As crianças e mulheres não se envolviam nesta espécie de encrencas...

Em 1891, começou a colonização de Nova Veneza pelos agentes da Sociedade Ângelo Fiorita e Cia que mais tarde se tornou a Companhia Metropolitana, com sede no Rio de Janeiro e comandada por Michele Napoli que morou em Nova Veneza desde o início de sua colonização.

Desde logo, Michele Napoli atraiu para os seus serviços Natal Coral que era agrimensor. Ele morava em Rio Caeté, nos fundos da atual residência da família Trevisol, meus primos. Algumas velhas laranjeiras ainda indicam o local de sua residência.

Nova Veneza precisava de um demarcador de terras para a distribuição dos lotes rurais. Natal era condecedor da arte, pois nisso trabalhara desde o início de sua chegada da Itália em 1882. Ao chegar, tinha 26 anos. Casou-se em seguida com Maria de Faveri e não com Baldessar, como alguns historiadores escrevem. Convidado por Michele Napoli, transferiu sua residência para Nova Veneza, por volta de 1890 ou 91.

Ele não tomou parte na composição do "batalhão", formado para reprimir os índios. Não se sentiu convocado, pois morava em Nova Veneza.

Meu bisavô já contava com 69 anos, também não fez parte do dito "batalhão", mas dois Baldessar representaram a família, foi Pietro e Luigi, meu avô. Nicola não foi aceito por ser menor de idade, ainda não tinha completado os 18 anos.

Michele Napoli era informado pelo seu agrimensor da situação dos índios e colonos, no mútuo relacionamento e comportamento.

Os incidentes se repetiam e o mal-estar entre os colonos recém-instalados em Nova Veneza, Jordão, Rio Fiorita e Nova Treviso se pronunciava sempre mais alto.

Michele Napoli, percebia e sentia que os índios vinham se aglomerando em seus domínios, que a Companhia Metropolitana ia distribuindo em lotes rurais aos imigrantes que chegavam. Até o Rio São Bento já se sentia a alteração, Rio Cedro e Costão da Serra.

É nesta região que está uma trilha de acesso ao Planalto que eu já descrevi e que percorri algumas vezes. Os colonos que subiam em demanda de trabalho em troca de uma rês, inúmeras vezes perceberam que estavam sendo acompanhados e importunados pelos índios. Contavam os imigrantes que na subida ouviam, repetidas vezes, vozes e entre elas de quando em vez uma voz forte que repetia a palavra "Gioan", isto é, "Giovanni" (abreviado), como quem está lembrando a primeira vítima dos índios. Esta palavra repetida, soava mal nos ouvidos dos colonos que subiam ou desciam a serra de Nova Veneza.

Os colonos de Nova Veneza também pagaram um preço alto pelos roubos, depredações e incursões para amedrontar, e até mortes houve.

Michele Napoli percebia que era necessário tomar medidas urgentes para que a sua Companhia Metropolitana não fosse prejudicada na distribuição de terras.

Já que o "batalhão" não teve os efeitos desejados, seria necessário pensar em outra coisa. Michele Napoli fez a cabeça de Natal Coral para que procurasse alguns homens de coragem e organizasse pequenos grupos.

Aproveitando a embalada do "batalhão" fracassado, Napoli esteve presente para fazer a cabeça dos responsáveis em Urussanga, afim de lançar mais uma escaramuça em proporções mais modestas, afim de tentar êxito nos intentos de reprimir os índios.

Seriam duas "companhias de corajosos", como diz Pe. Marzano, não de cavalaria, mas de infantaria. Seria mais fácil manter o silêncio e a cautela nas aproximações.

Tudo de acordo com os planos de Michele Napoli. E, desta vez, não iria fracassar, pensava ele.

PROEZA ARRISCADA

O que passo a descrever em seguida, não é fruto de informações colhidas de alguma bibliografia, mas faço a transcrição das memórias da tradição da família que viveu, sentiu na própria carne, sofreu e derramou seu sangue na

luta que foi armada pelos órgãos colonizadores do governo, na qual foram lançados os imigrantes.

Ainda que todos os livros que tratam da fundação de Urussanga e Colônias adjacentes, tratem também do assunto em pauta, infelizmente não o fazem com fidelidade nos detalhes e nem lhe dão qualquer tipo de suporte ético por causa do desfecho que teve.

Quem organizou a "proeza", não foi, propriamente o Natal Coral e nem foram os Baldessar que se sentiam feridos de longa data, e nenhum dos outros participantes da mesma aventura perigosa, mas foi Michele Napoli e as autoridades constituídas do Distrito de Urussanga.

Michele Napoli sentia que os índios estavam sendo encurrallados para dentro de sua área e ameaçando o plano de colonização da Companhia Metropolitana.

Era urgente dar um basta de algum modo.

Napoli sabia que Natal Coral, o agrimensor da Companhia, conhecia as assim chamadas "linhas" ou picadas de demarcação, desde Urussanga, Rio Caeté, Rio Deserto (onde morou certo tempo), Montagnon, Beluno, São Martinho, Nova Veneza, Jordão, Nova Treviso, Palermo, Costão da Serra, etc.

Michele Napoli, fazia todas as promessas para que os grupos assumissem a arriscada missão, inclusive, o pagamento de uma taxa por índio morto. A oferta por índio morto, não foi dois mil reis, mas foi cinqüenta mil reis por cabeça. Cinqüenta mil reis era uma quantia respeitável. Uma vaquinha de leite ainda não chegava a esse preço, a menos que fosse de qualidade superior.

O comprovante da morte dos índios, seriam suas orelhas que deveriam ser trazidas e mostradas a ele, o responsável pelo empreendimento e pelo respectivo pagamento.

A fotografia que quase todos os livros mostram sobre o assunto, consta de 10 pessoas. Realmente eram 10: Natal Coral, Luigi Baldessar, Nicola Baldessar, Pietro Baldessar (três irmãos, Luigi é meu avô, todos irmãos de Giovanni Baldessar a primeira vítima), Bepi Contessi, Frescia, Dalla Vechia e dois da família Fuglierini e Copeti.

Natal Coral era casado, tinha 37 anos e seu filho mais velho de nome Vitório tinha 11 anos, Luigi Baldessar tinha 26 anos, casado em segundas núpcias com Luigia Muttini, tinha um filho de um ano, era Antônio, meu pai. Pietro ia completar 28 anos, seu filho mais velho andava pelos 10 anos. Nicola era solteiro, tinha 19 anos.

A respeito dos outros não sei dar pormenores.

As armas de que dispunham, era a espingarda de carregar pela boca do cano, isto é, o "pica-pau". Somente Natal Coral, o agrimensor de Michele Napoli, a muito custo conseguiu dele emprestada uma espingarda de fogo central, isto é, era carregada pela culatra com cartuchos de pólvora e chumbo de caça. Dizia Natal que o Napoli não lhe queria emprestar a espingarda, pois era de estimação e rara. Esse modelo de fogo central, ainda não havia por Urussanga.

Em Urussanga, como já falei, as autoridades ofereceram todo o apoio, sobretudo no que se referia à munição, e creio que algumas armas também, ainda que eu saiba que meu avô levou a arma da família que eu conheci e utilizei quando mais jovem para a caça, uma vez que foi transformada em arma de fogo central.

Pe. Marzano faz referência à ajuda e ao apoio do governo, que para o primeiro "batalhão" "enviou-lhes um homem guia, prático da floresta... "Fez-se distribuição de pólvora e chumbo" (Pág. 79).

Além da espingarda, cada qual levava um facão e sua ração de comida: polenta "brustolada" (sapecada ao fogo), queijo, lingüiça, sal, açúcar, café em pó, farinha de mandioca, uma caneca e uma colher de cada um e duas panelas. Farnel muito simples, pouco peso para enfrentar a caminhada.

Esperaram alguns dias para que se repetisse um daqueles roubos por atacado. E não se fez esperar. O grupo de índios era grande. Roubaram muito milho, mandioca e abóboras.

Napoli foi avisado da partida, pois prometera esperá-los na volta em Urussanga.

Partiram no amanhecer de um dia dos primeiros meses do começo do ano de 1894. Não era difícil seguir a trilha aberta por aquele grande

número de índios com grandes cargas nas costas.

Subiram pelas margens do córrego Rio Deserto, em direção às suas nascentes. Subiram o Montagnon até nas proximidades de Belvedere e de lá infletiram um pouco para a direita. Continuaram a caminhada num sobe e desce muito repetido. Caminhando sempre muito cautelosos, sem pressa e com o máximo de silêncio, nunca agrupados, mas também nunca distanciados uns dos outros. Em qualquer ruído suspeito, todos se protegiam e um avançava com todo o cuidado até certificar-se que não havia nada de anormal.

Pousaram na primeira noite ao lado da trilha, sob suas capas de chuva. Até ali nenhum indício de presença de índios. No dia seguinte prosseguiram sempre com o mesmo cuidado. Já estavam ultrapassando as montanhas de Nova Treviso, sempre pela floresta. Quase não podiam entender de os índios terem vindo de tão longe para roubar.

Chegaram a pôr em dúvida se ainda valeria a pena prosseguir.

Ali por perto, em Treviso, já havia plantações, mas porque teriam ido os selvagens até Rio Caeté para buscar aqueles cereais?

Fizeram a segunda pousada. Sabedores de que o índio não anda à noite, cautelosos e atentos, até dormirem tranqüilos.

Ao chegar no final deste terceiro dia, chuviscava quando de repente, começaram a perceber um murmúrio de vozes muito distantes. Foram se aproximando lentamente e com segurança, esgueirados, pondo toda a atenção na topografia do local, na maloca e nas suas entradas, suas portas.

Havia duas casas, uma fechada com paredes de palha, com três portas e outra somente com cobertura. Esta é a casa que, normalmente, os índios usam para o seu trabalho artesanal durante o dia. À noite todos se transferem para a maloca que é fechada, e que tem a fogueira central, os tabiques das diversas famílias com suas redes de dormir.

Lá dentro da maloca, todos estavam em festa. Era a alegria da volta com uma carga recheada de suprimentos. Certa algazarra característica de uma comemoração. Todos estavam abrigados do lado de

dentro, pois fora continuava o chuvisco.

Feito o estudo do terreno nas adjacências, antes que escurecesse totalmente, o grupo dos dez permaneceu reunido a certa distância da maloca, aguardando que a noite avançasse um pouco mais.

Em torno à maloca, havia uma clareira em forma circular. A maloca estava construída na orla da mata pelo lado de um córrego.

Tendo sido dividido o grupo em três outros menores e por sua vez, cada um desses grupos destinados a uma porta, dirigiram-se aos lugares determinados. O sinal seria dado por um fósforo aceso por um deles de um grupo e que os outros deveriam responder com seu fósforo aceso também.

Este seria o momento do ataque.

Antes de se separarem ainda, tomaram um compromisso de que se alguém fugisse da refrega poderia ser alvejado pelo próprio companheiro.

Tudo acertado, se separaram para os lugares próximos às três portas, mas sem sair do meio da vegetação.

As trevas estavam tomando conta do ambiente e a chuvinha continuava.

O ATAQUE

No interior da maloca, a festa continuava, mas aos poucos o alarido foi se acalmando até o total silêncio. Nem foi tão longa a espera.

Depois de um certo tempo, bastante prolongado, chegou o momento.

Natal Coral, o mais velho e constituído como o responsável pelo início da refrega, achou que o momento era oportuno.

Três em cada porta e mais um de reserva. A ordem era ir pé ante pé até alcançar a porta, aguardar um pouco e ao ouvir o primeiro tiro, todos os três da porta dariam a sua descarga, depois retirar-se-iam para dar lugar ao segundo disparo em série e, sem perda de tempo, o terceiro enquanto cada qual agiria rápido para carregar sua arma novamente.

O estardalhaço foi total e de uma reação inesperada.

Nenhum índio saiu pelas portas. Os atacantes não deveriam entrar na maloca, esta era a ordem para não ser atingido até pelos próprios companheiros e pelos tiros. A confusão começou lá dentro. Se algum índio saísse pelas portas devia ser agredido com arma branca. Escutava-se uma pancadaria em que os próprios índios se agrediam mutuamente. Certamente, mal acordados, certamente bêbados ou muito alcoolizados não atinavam com o que faziam.

Ouvia-se uma voz que tentava impôr calma, mas ninguém atendia. Os gritos lancinantes, os gemidos, os choros das crianças, correrias por todos os lados, mas ninguém se aventurava a sair pelas portas.

Os atacantes ficaram estarrecidos, cessaram com a fuzilaria e ficaram boquiabertos, aguardando o desfecho. Os gemidos tomaram conta do interior da maloca, tudo parecia ir para o fim, quando alguns índios ainda se jogaram em desabalada fuga por uma das portas. Pietro saiu em perseguição, no encalço de um deles. Na corrida por entre os troncos, Pietro esbarrou numa árvore que lhe abalou dois dentes e lhe fez espurrar sangue do nariz. Mesmo assim não esmoreceu e nem desanimou da perseguição. O índio, de um salto, tenta ganhar o barranco do outro lado do riacho. Quando estava quase ganhando a parada eis que o arbusto no qual o índio se agarra se arrancou. Despencou lá do alto e cá em baixo Pietro o esperava com sua faca. De um golpe o prostrou. Era aquele de faixa atravessada (o cacique), que Pietro vinha dizendo que queria enfrentar.

Outros dois conseguiram evadir-se na escuridão da mata, feridos pelo sangue que na manhã seguinte se viu em suas trilhas.

No final, quando os gemidos foram cessando, os atacantes resolveram entrar com lamparinas acesas para deparar-se com um espetáculo estarrecedor. O sangue lavava o chão da maloca. Alguns que ainda quiseram reagir, foram prostrados. Fora disso, não havia um que não estivesse gravemente ferido e sangrando muito, ou como a maioria, morto.

Quando ali estavam sem poder sequer trocar uma palavra, eis que Luigi percebe que alguém se agarra à sua bota por trás. Volta-se e vê

uma criança engatinhando, e que novamente agarra a sua bota. Agarrada ali, firmemente ficou até que Luigi a tomou em seus braços e dali não quis mais desgrudar-se. Na célebre foto ela aparece nos braços de Luigi, meu avô.

Mais outras três crianças estavam vivas e sem ferimentos. É que estavam em suas redes por cima das outras e sem poder descer, ou por medo lá ficaram e se salvaram da pancadaria que não poupou ninguém. Os tacapes, bordunas e lanças, não alcançaram essas crianças e nem os tiros desfechados pelos atacantes.

As crianças foram acolhidas e bem tratadas. Ainda que acuadas, mais tarde pegaram no sono e dormiram até o amanhecer.

Aquela noite, foi uma noite de vigília e sustos. Ninguém dormiu.

Pela madrugada, quase ao clarear do dia, ouviu-se um acuar de cães e passos de alguém em fuga. Deveriam ser os caçadores da maloca que voltavam da caça. Mas em seguida seguiu-se o silêncio, só interrompido do canto dos pássaros que iam despertando de seus poleiros.

Com a luz clara do dia, a catástrofe que se abateu sobre aqueles índios apareceu em toda a sua nitidez. A cena era macabra, sangüinária, horripilante. Cadáveres sobre cadáveres mutilados, ensanguentados.

Mas aí, nada mais havia a fazer senão levar a prova da matança pedida por Michele Napoli. Animaram-se, pois, e se puseram a cortar todas as orelhas que foram sendo colocadas dentro de uma manga de paletó de um deles. A manga estava amarrada no punho. Depois de cheia, foi posto sal para que as orelhas não apodrecessem e o paletó vinha nas costas de um deles porque ainda chuviscava. Essa manga recebeu as 62 orelhas decepadas para serem apresentadas ao Napoli.

O grupo trouxe de volta um feixe de flechas, arcos e lanças, objetos do artesanato indígena, dois balaios para mostrar a força desses índios no transporte desses balaios cheios de milho, durante três dias de viagem.

Trouxeram também, 4 crianças, uma de colo que é aquela que se agarrou à bota de Luigi, uma menina de 4 anos, um menino de uns 7 ou 8

anos e uma adolescente de uns 15 anos.

Esta jovem começou bem a viagem, andou durante o dia todo sem problema algum.

No dia seguinte o Nicola externou seu pensamento aos companheiros a respeito da jovem índia. Pretendia casar-se com ela depois de "civilizada".

Isto caiu como uma bomba entre os companheiros, e seus irmãos. Era sobretudo Luigi que não admitia de maneira alguma que seu irmão se casasse com uma selvagem, daquela raça que matara seu irmão Giovanni.

Na mente de muitos imigrantes, índio não era gente, era simplesmente um selvagem.

Aproveitando um momento de desatenção de Nicola, Luigi solta a jovem índia. Uma vez solta, ela saiu correndo até desaparecer na trilha.

Pensavam todos que estivesse em liberdade, mas eis que algumas horas depois o grupo foi alcançado por alguns caçadores que lhes contaram o que aconteceu.

A menina solta ia correndo pela trilha, quando percebeu os caçadores embrenhou-se na mata e se escondeu. Os caçadores perceberam o vulto que se esgueirava por entre a vegetação. Cercaram-na e quando um deles chegou em posição de tiro, atirou e somente depois é que se aperceberam tratar-se de uma menina.

Em toda a viagem de volta, que durou mais três dias, não houve outro incidente, senão o acima descrito e que causou uma grande altercação entre Luigi e Nicola. Daí surgiu entre ambos um duradouro desentendimento que perdurou durante longos anos.

O mais surpreendente disto tudo é que este grupo dos dez, voltou sem ter sofrido qualquer espécie de ferimento, a não ser a cabeçada de Pietro na árvore, em perseguição àquele "de faixa atravessada".

A CHEGADA

Não sendo necessária tanta precaução, quanto na ida o grupo chegou em Rio Caeté, antes do meio dia do 3º dia de viagem.

Ao passarem por Belvedere, já foram homenageados e foram servidos por apreciado copo de vinho de alguém que quis demonstrar-lhes o reconhecimento pela aventura coberta de êxito. Desceram a estradinha serpenteante do Montagnon, entraram no vale do Rio Deserto onde eles mesmos se anunciaram dando alguns tiros para o ar, afim de chamar a atenção. Aos poucos, alguns colonos foram se ajuntando aos "bravos" que voltavam vitoriosos. Em Rio Deserto o número já "engarrafava" a estradinha. E vieram chegando sempre mais até chegar em Rio Caeté. Ali na pracinha, em frente à igreja de Santo Antônio, que naquele tempo já existia, foi feita a comemoração maior.

Todos queriam saber detalhes, todos queriam cumprimentar os "homens corajosos", que encontraram os índios e os desbarataram.

E os que não queriam admitir o sucesso do empreendimento, mal podiam acreditar no "sucesso" pelos troféus.

Quantas incursões fracassadas, inclusive as do "batalhão de cavalaria" e esta com êxito total, segundo o modo de avaliar naquela emergência.

As perguntas se multiplicavam. Como foi? Onde foi? Eram muitos? Foi difícil o combate? E vocês não tiveram ferimentos? Como foi possível tal coisa de saírem ilesos? Como é que se explica? Os índios não estavam armados?

Foi Deus quem os protegeu! Foi Deus quem os trouxe vivos de volta! Deus atendeu este povo sofredor! Eram as expressões que se ouvia...

Podia parecer inacreditável, mas ali estavam as provas, ali estavam os troféus, que todos curiosos iam manuseando, guardando uma certa reserva naquela manga cheia de orelhas.

A notícia se divulgou rapidamente e sempre chegavam mais alguns correndo ou montados em seus cavalos. Queriam constatar com seus próprios olhos a veracidade de tudo o que já se comentava. Aquilo era quase um tumulto, porque todos queriam chegar mais perto, todos queriam ver os pequenos índios, sobretudo o menorzinho que passava de colo em colo e todos lhe davam demonstrações de carinho: "poveretto, per carità..."

Depois de serenadas as homenagens de boas vindas e depois de mais um bom vinho, aos poucos foram se dispersando

e os "heróis" puderam ir até seus lares, pois moravam todos pelas imediações. Tinham pressa de chegar em casa afim de tranqüilizar os familiares e descansar um pouco da longa refrega e difícil empreitada.

A casa dos Baldessar festejou em ver os três irmãos de volta sãos e salvos. Só Pietro vinha de beiços inchados, mas nada mais além disso.

As crianças não entendiam bem o que estava acontecendo. Meu pai de 2 anos, era uma dessas crianças.

Luigi trazia consigo a criança de colo que foi bem recebida por todos. Ela, por sua vez tão pequena, parecia assustada, mas não reagia. Aos poucos foi se integrando e aceitando o novo ambiente.

No dia seguinte, partiram cedo para Urussanga. Naturalmente todos arranjaram uma montaria para fazer aquele percurso de mais de 8 quilômetros. Combinaram encontrar-se na praça de Rio Caeté, donde partiriam em caravana, levando todos os troféus e vestindo uma roupinha um pouco melhor também, aquela que aparece na fotografia que todos os livros publicam.

Pelas curvas da estrada, havia grupos de pessoas que vinham ver os "heróis" passarem. E eles não poupavam demonstrações de alegria com o detonar de suas armas de vez em quando. Por esta estrada, também houve um grande número de acompanhantes, cavaleiros e pedestres. Queriam ver o desfecho e queriam informar-se melhor do que tinha acontecido.

Lá em Urussanga, deveriam prestar contas da missão que receberam oficialmente.

Lá estava também Michele Napoli que lhes havia prometido vir recebê-los na volta.

Como em Rio Caeté, as perguntas se repetiam. Todos queriam saber de pormenores, de detalhes. Como é que foi, como é que não foi?

Todos apreciaram demais os troféus e olhavam com admiração para as três crianças indígenas. Todos queriam ter no colo o indiozinho menor. Também eles eram festejados.

Quando apresentaram a Michele Napoli a manga cheia de orelhas, ele olhou espantado e estarrecido. Seu semblante manifestou uma expressão de nojo. Não apreciou a oferta.

Mandou buscar um recipiente, no qual derramou as orelhas, e dizendo que já cheiravam mal, mandou enterrá-las ali mesmo no fundo do quintal, depois de tê-las contado, na presença de todos os curiosos. Eram 62 orelhas.

As autoridades ali presentes agradeceram a este grupo de homens corajosos e Michele Napoli lhes garantiu que sempre que o desejasse encontrariam trabalho a seu serviço. É evidente que a promessa de 50\$000 (cinquenta mil réis) por cada índio morto, ficou na promessa. Não receberam um só vintém.

E assim ficou. Napoli não cumpriu a sua primeira promessa e a segunda que lhes garantia trabalho, sobretudo nas entre-safras, também foi muito mal cumprida e quando cumprida muito mal paga...

Os serviços de Napoli eram sempre da pior espécie. Trabalharam algum tempo em serviços de cantaria. Era um trabalho pesado, para o qual não dispunham de ferramentas adequadas. Eram paredões, como aquele que acompanha a subida, pelo lado esquerdo de quem sobe, até o Hospital São Marcos, que na época era a casa de Michele Napoli. Meus avós trabalharam ali e em muitos outros lugares, construindo bueiros, taipas e paredões.

Luigi Girardi, nosso vizinho em São Bento Baixo, que trabalhou com meus avós, repetia: "...abbiam mangiato una montagna de polenta e niente più..." (comemos uma montanha de polenta e nada mais...)

O grupo dos dez, antes de se dispersar tirou uma fotografia, onde aparecem os dez componentes do grupo, os três pequenos índios, o menor dos quais nos braços de Luigi, meu avô, aparecem ainda os troféus: Arcos, flechas, lanças, as espingardas "pica-pau" e dois balaios que foram trazidos para mostrar o quanto estes índios eram fortes, pois transportavam esses balaios cheios de milho por dias inteiros.

Esta fotografia se tornou tão conhecida que quase toda a família tinha um exemplar. Eu me acostumei a vê-la desde a minha infância.

Depois da missão cumprida, a "companhia de homens corajosos" se desfez. Como nunca tinham se ocupado antes disso, a caça dos índios, nem depois disso, jamais fizeram qualquer outro tipo de repressão que

pudesse envolver a morte de qualquer outro índio. O que eles se decidiram a fazer foi pelas insistências de autoridades, particularmente Michele Napoli e a própria população de Rio Caeté, Rio Deserto, Rio Carvão, Rio América e Rio Salto. Era esta a área mais vulnerável e que além das vítimas sacrificadas pelos índios, sofria o maior número de "roubos por atacado" e assaltos às casas de família, afim de roubar os objetos domésticos.

Os componentes do grupo dos dez era composto de moradores dessa área, menos Natal Coral que morava em Nova Veneza, nessa época, ainda que tivesse morado em Rio Deserto, assim que chegou da Itália, em 1882.

Este incidente, bárbaro, sem dúvida, foi o que solucionou a situação de beligerância entre os índios e os colonos de Urussanga. E começou um período de paz.

CONSEQÜÊNCIAS E COMENTÁRIOS DESTE EPISÓDIO

A partir desta data, cessaram aqueles roubos por atacado, aquelas incursões de índios que saíam das matas em grandes alaridos para assustar, depredar e roubar dentro de casa.

Somente oito anos depois, houve um incidente no Rio Manin, entre Jordão e Treviso na família de Luiz Amboni onde os índios feriram o próprio Luiz, sua Mulher Madalena e sua filha mais velha, enquanto outras três crianças se salvaram escondidas em baixo de uma cama agarradas à imagem de Nossa Senhora da Pompeia. Madalena veio a falecer, Luiz e sua filha depois de uma longa convalescença se restabeleceram.

Pe. Marzano aborda este assunto e comenta assim: "tinham passado oito longos anos desde que não mais se tinha visto os terríveis e implacáveis nossos inimigos, os selvagens. Tanto é verdade, que já se vivia seguro de que se tinham internado na floresta. Eis, em vez, que novamente apareceram".

No dia 24 de outubro de 1902 se deu este fato, como é narrado pelo Pe. Marzano e como é conhecido na tradição da família, pois Luiz Amboni é tio de Pedro Amboni que é meu

tio e morou por muito tempo no Costão da Serra de São Bento.

Se diminuirmos 8 anos de 1902 vai dar a data de 1894, data em que se deu esse incidente da hecatombe de Palermo.

Na realidade foram anos de bonança, os que sucederam.

Consta da tradição da família que a incursão se deu depois de um roubo de milho colhido na roça. Portanto começo do ano, pois o milho é colhido nos primeiros meses do ano. E muitas vezes era roubado como milho verde para o cauim e para comê-lo cozido na água ou assado.

A nota de convocação do Batalhão dos 260 homens, diz "Nomes dos colonos moradores no Distrito de Urussanga..." Ora, Urussanga foi elevada a Distrito em 3 de junho de 1891, pelo Decr.nº 84. Outro dado é a idade de Nicola, que ainda não tinha completado os 18 anos para inscrever-se no Batalhão dos 260 homens. Pe. João Leonir Dall'Alba em seu livro "Pioneiros na Terra dos Condes", coloca a data da formação do "batalhão dos 260 homens" em 1892, mas penso que erra colocando-o em Nova Veneza. Na realidade foi em Urussanga e no meu modo de pensar a data do dito "batalhão" foi em 1893. Depois do grande "batalhão", diz Pe. Marzano, houve outro de "uns quarenta mais corajosos que avançaram... até Nova Treviso..." (pg. 79). Só depois disso "poucos meses depois entraram na mata duas companhias de corajosos..." (idem) E uma dessas "companhias" é a que se dirigiu para Palermo. Nessa oportunidade Nicola já andava pelos 19 anos. Para mim este é um dado muito preciso que vem confirmar outros dados de que a incursão de Palermo foi em 1894.

O local exato da hecatombe, ninguém sabe, pois nunca e ninguém voltou ao local para fazer qualquer espécie de coisa. E nem havia interesse para isso.

O fato em si não merece nenhum elogio, pelo contrário, ainda que tenha sido praticado numa emergência que era considerada de beligerância de ambos os lados.

Diz Pe. Marzano: "... já se vivia seguro de que se tinham internado na floresta". Mal sabia Pe. Marzano que a floresta também se acabava por ali. Daí em diante era o Costão da Serra inacessível e lá no Planalto, os donos eram

outros e que viviam na mesma luta de vida e morte.

Em conversa com meu avô, quando eu ainda cursava a Filosofia, quando abordava este assunto, percebia como ele também detestava o fato ocorrido há tantos anos. Ele respondia às perguntas ainda que laconicamente e lembro bem desta frase: "No l'è stata giusta quella roba che abbiam fatto..." (Não foi correta aquela coisa que nós fizemos). Disse-me ainda meu avô, em certa ocasião, que ele não tinha uma convicção de que os índios fossem gente como nós, pensava que poderia ser um símio de melhor qualidade.

Para quem reflete nas circunstâncias do caso, parece impossível concluir com um desfecho como ocorreu na realidade.

Dizia meu avô. Nós nem sequer entramos na maloca. A carnificina foi praticada por eles em clima de desespero. "... noi, soltanto abbiam dato le schioppettate..." (nós somente atiramos...) Esses tiros foram dados das três portas para dentro da maloca. Certamente devem ter atingido uns quantos, mas não todos.

Qual foi o número de índios mortos?

A versão na minha cabeça não se prende ao número de mortos, mas ao número de orelhas.

Poucos dias antes de escrever essas linhas, em companhia de meu irmão Pedro, visitei meu tio Mário Baldessar, casado com Helena Bez Bati, e que moram em Campo Mourão no Paraná. Lá abordando o assunto, procurei confirmar o número "de orelhas". Eram 62 orelhas. Ora cada um de nós tem duas orelhas, portanto seriam 31 os mortos. Parece evidente a conclusão, à primeira vista. No entanto, para provar que eram 31 os mortos, não teria sido necessário trazer 62 orelhas, bastava trazer 31 orelhas do lado direito ou 31 orelhas do lado esquerdo, pois a orelha da direita não se aplica na esquerda e vice-versa. Paire, pois a dúvida.

Por outro lado, numa maloca, normalmente, viviam 5 ou 6 famílias. As famílias dos indígenas eram pequenas, de cinco ou seis pessoas no máximo.

De acordo com o que relatei acima, o grupo dos dez,

na madrugada do dia que seguiu a hecatombe, ouviu o ruído de gente que se aproximava e cães que ladavam. Era mais gente que compunha o efetivo da maloca que voltava da caça ou eram índios que vinham de passagem pela trilha.

Dois índios fugiram, com certeza, por uma das portas. Não podia ter fugido mais algum furando as palhas da parede da maloca, nos fundos onde mais se aproximava da mata?

Outra pergunta. Todos esses índios mortos eram pertencentes a esta mesma maloca ou havia um grupo de outra maloca que acompanharam no roubo e que ali pousaram, para continuar na caminhada, no dia seguinte?

Apesar de tantas possibilidades para uma conclusão sobre o número, a meu ver, foram 31 mortos na maloca. A menina morta no caminho não se conta porque suas orelhas não vieram. Com ela seriam 32 os mortos.

Outra pergunta. E porque os atacantes não sofreram nenhum arranhão, sequer? "Abbiam dato soltanto le schioppettate..." É que eles ficaram do lado de fora. Na balbúrdia interna é que se deram as mortes, além daquelas, cujos tiros perpetraram.

E porque os índios não fugiram porta afora?

Pensando bem, acordar com estampidos daquela ordem, dentro de casa, deve ser algo de ensurdecedor. A espingarda "pica-pau" detona com um estampido muito mais violento do que a espingarda de fogo central comum de hoje. Por outro lado, o índio tinha um pavor supersticioso, enorme do detonar de uma espingarda. Além disto, têm um medo muito grande de caminhar pela mata à noite, pois pensam que ela está repleta de espíritos maléficos que por ela perambulam.

De mais a mais, os tiros vinham de fora. Quantos estariam lá fora?

Certamente o "serviço secreto" já os tinha informado do "batalhão de cavalaria" de 260 homens, que poderia estar todo, lá fora, à espera.

Outro elemento que deve ter influido no resultado da hecatombe, foi com certeza, o caxirí ou cauim ingerido para comemorar. Pietro, teria alcançado e teria dado conta do cacique se estivesse bom da cabeça?

Pe. Marzano diz em seu livro: "A outra companhia, depois de dois dias (foram três) encontrou grande número de selvagens, a uns 20 quilômetros ao norte de Urussanga (quase ao norte). Destroçaram-nos, trazendo feixes de flechas (não foi tanto assim), arcos e duas (três) crianças". Pe. Marzano não é muito exato nos detalhes. Ele escreveu isto nove anos depois de ter acontecido, foi quase 6 anos antes da chegada dele ao Brasil, no entanto fala no "grande número de selvagens".

Estes índios tinham cães consigo, mas tinham saído para a caça com os caçadores que chegaram pela madrugada. Se eles estivessem em casa teriam salvo a maloca inteira, não teria sido possível o ataque de surpresa, pois a maloca sempre se encontra numa clareira limpa e os cães teriam percebido a chegada dos atacantes.

NATAL CORAL

Tanto se tem falado de Natal Coral, que ele merece um capítulo à parte, para defender um pouco seu nome e sua honra.

Feita uma pesquisa no Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro, encontrei o nome Natal Cora, certamente, é erro de escrita ou de ouvido. Não tenho dúvida sobre sua identidade. A idade corresponde. Tinha 26 anos ao chegar ao Brasil.

Embarcou no Vapor Poiton em Nápoles, que tinha por destino Buenos Aires, com escalas em Marselha e Rio de Janeiro. No Rio, desembarcou e tomou outro navio com destino a Desterro e dali noutro barco veio a Laguna, como todos os nossos imigrantes.

Chegou em Urussanga no começo de 1882. Fixou residência perto da confluência do rio Deserto e Caeté, vizinho das terras de Pedro Trevisol, meu tio. O local de sua casa ainda está marcado por vetustas laranjeiras.

Ao chegar casou-se com Maria de Faveri. Espalhou-se uma versão que chegou a ser escrita que a mulher dele seria da família Baldessar e por isso teria comprado a briga entre os índios e Baldessar, por causa da morte de Giovanni.

Não é correta esta versão.

Ele teve, isso sim, dois filhos casados com mulheres da família Baldessar. São eles Nicola, casado com Josefina, meus padrinhos, e Giusepim casado com Amabile, padrinhos de minha irmã Gelma. Giusepim era o filho mais moço e por essa razão ficou morando com os pais.

Vittorio, seu filho mais velho nasceu a 26 de dezembro de 1882, por ordem de idade os filhos de Natal Coral e Maria de Faveri Coral são: Vittório, Ângelo, Nicola, este nascido em 10 de janeiro de 1887, Angelina, Antônio, Fioravante, Américo, Maria, Luiz, Paulo e Giusepim.

Natal Coral estava em todas, diríamos hoje. Era muito conhecido, era muito alegre, simpático e serviçal, amigo de todos. Sempre tinha tempo e atenções para os outros.

Quando não se tinha a quem recorrer, recorria-se a Natal Coral.

Porque?

Ele era agrimensor. Não sei se desempenhou esta função assim que chegou em Urussanga, mas uns anos depois ele era o agrimensor oficial da Companhia Metropolitana do poderoso Michele Napoli.

Ele conhecia todas as picadas e trilhas da floresta.

Não que ele fosse um caçador, um "bugreiro", como se tem dito. Era porque na função de agrimensor, trabalhando para a Companhia Colonizadora media todas as terras, fazia, com sua turma e percorria todas as picadas. Conhecia todas as malocas dos índios e se dava bem com eles. Deles recebia ótima colaboração e orientação no que se referia à localização e acidentes topográficos. Sua turma tinha sempre algum indígena que acompanhava os trabalhos de medição e abertura de picadas. Era bem relacionado com os donos da mata. Além da picada para o trânsito, cada lote rural tinha, de ambos os lados uma picada de 50 metros, devidamente piqueteada, para dar a direção das confrontações entre vizinhos.

Este tipo de trabalho exigia muita mão de obra braçal, rústica. O índio se prestava bem para este tipo de serviço, por estar no seu habitat. Como os índios conheciam bem a

região, eles lhe eram muito úteis.

Mesmo no período dos grandes roubos organizados por parte dos índios, Natal tinha seus auxiliares indígenas que nada tinham a ver com tais roubos ou se tinham, eles se comportavam como se não tivessem.

Na época do massacre de Palermo, a maloca sediada nas terras dos Baldessar estava ativada e os índios mantinham bom relacionamento com os Baldessar e seus vizinhos. Eles viviam quase que exclusivamente dos gêneros fornecidos pelos colonos, mas para terem direito a isso, eles trabalhavam em trabalhos braçais, a serviço dos colonos que pagavam com gêneros alimentícios.

Quando a Companhia Metropolitana, sob o Comando de Michele Napoli, começou a colonização de Nova Veneza em 1891, Napoli levou Natal Coral para o serviço de medição de terras em Nova Veneza.

Em Nova Veneza, a moradia mais bem localizada, era sem dúvida, a de Michele Napoli, que todos sabemos, hoje é o Hospital São Marcos, ainda que tenha sido ampliado quando Con. Michele Giacca lhe deu este destino.

A segunda moradia, mais bem localizada, era a de Natal Coral, no outro lado do Rio Luzia, que divide a cidade.

Quem sobe a estrada que leva a São Pedro e ao Costão da Serra, ao chegar na bifurcação da estrada de São Bento Alto, pouco mais adiante, à direita, em meia altura da encosta estava a branca moradia que pertenceu a Natal Coral e depois ao seu filho Giusepim Coral, casado com Amabile Baldessar.

Se Michele Napoli e Natal Coral, tivessem um binóculo, poderiam comunicar-se por gestos das janelas de suas próprias casas. A distância entre as duas moradias deve ser na ordem de dois quilômetros. Um do lado esquerdo do rio e outro do lado direito, ambos em meia encosta de duas montanhas.

Natal era conchedor de todos os caminhos e conchedor também da localização das malocas mais próximas. Quando a suspeita dos roubos tinha reais fundamentos sobre quem o teria praticado, os prejudicados se organizavam para ir ao local onde suspeitavam que estivesse o roubo para resarcir-

se do que fosse possível. Nessas missões, Natal muitas vezes era convidado, e ele sempre muito prestativo, não deixava de acompanhar, sempre que pudesse. Por essa razão quase sempre tais incursões eram feitas aos domingos, quando Natal não tinha que estar com sua turma a medir terras.

A tática era sempre a mesma. Ao chegar perto da maloca, davam uma saraivada de tiros e faziam uma certa algazarra para serem percebidos.

Se os índios se sentiam culpados, infalivelmente se embrenhavam na mata escondidos, dando assim a oportunidade aos colonos de reaverem aquilo que lhes tinha sido roubado. Caso contrário confraternizavam com os índios e para isso levavam umas garrafas de grappa que os índios apreciavam sobremaneira satisfeitos. E assim se despediam pacificamente.

O livro "Sideropolis", aborda o assunto e diz: "Cada vez que Baldassar ou Coral, retornavam aos povoados, empunhavam o troféu... sacolas repletas de orelhas de bugres" (Pg. 154).

Em primeiro lugar, Baldassar não existe, mas se for Baldessar, devo dizer que é uma ressupina inverdade.

Os Baldessar e Coral se meteram numa aventura e só. E se o fizeram, foi por espírito de solidariedade e altruísmo. Expuseram suas vidas para resolver um problema numa hora em que se vivia uma guerra declarada, que urgia chegar a um fim.

Quem escreveu, deve pensar um pouco que "orelha de bugre" não se encontra em qualquer lugar. Geralmente elas estão presas a uma cabeça que também pensa em se defender. Baldessar e Coral não estão isentos de levar uma ou mais flechas mortíferas como Giovanni levou e bastou para prostrá-lo.

O livro "Prisioneiro da Montanha" de Fidelis Dalcin Barbosa, tem um capítulo especial sobre o assunto "Bugreiros", como aliás outros livros, também tratam deste mesmo assunto, usando essa mesma palavra. Lá também aparece o Nicola Baldassar. Esse também não existe, mas existiu sim o Nicola Baldessar, o Luigi Baldessar e o Pietro Baldessar, que nunca foram "terríveis bugreiros, audaciosos caçadores" de índios.

Tal figura de um profissional "bugreiro" não existiu em Urussanga ou entre os imigrantes. "Bugreiro" era a figura

do escravagista profissional que punha a preço os selvagens capturados, para substituir o braço escravo que já não podia ser importado da África em virtude da proibição legal do governo brasileiro e dos governos europeus.

Eu sei quem foram estes homens, porque os conheci e conheço a tradição de família que não esconde o único incidente no qual tomaram parte e o relataram até nos seus detalhes. Esse capítulo do livro citado, arranja uma "mala de orelhas". Há livros que falam em sacos de orelhas, como aquele em que o "bugreiro" exibe um saco de orelhas sendo derramada em praça pública.

RAPTO DA MULHER DE NATAL CORAL

A bibliografia existente, conta tão certo quanto um dogma, o rapto de Maria de Faveri Coral, como vingança ou represália dos índios pelo massacre de Palermo.

Diz a lenda, é assim que se expressa o livro citado no capítulo anterior, que está na boca do povo, como se fosse verdade que Maria de Faveri Coral teria sido raptada e depois de certo tempo voltou por própria conta com uma criança, filho de índio e grávida de outro. As versões vão desde aquele que afirma que Maria teria ficado três meses até aqueles que estendem o período do cativeiro até dois anos, ou mais, porque cheguei a ouvir que Maria teria voltado trazendo uma criança nos braços e outra pela mão.

Na família de Natal Coral, havia dois de seus filhos que ostentavam sua vasta cabeleira preta, enquanto que os outros tinham um cabelo castanho escuro. Só isto levou a opinião dos que acreditaram na lenda que estes dois de cabelos pretos seriam os filhos de Maria com algum índio. E já deram os nomes aos mestiços: Vittorio e Nicola Coral.

Nicola Coral é meu Padrinho de crisma e eu o chamava de tio, porque era casado com Josefina Baldessar. Morava em São Bento Alto, quase no Costão.

Vittorio morava numa enorme casa de dois andares no sopé do morro Redondo em Rio Cedro. Mas acontece que entre Nicola, mais moço e

Vittorio, o mais velho dos filhos de Natal, havia um outro de nome Angelo que também morou em São Bento Alto, depois de casar, mais tarde foi morar no Meleiro. Este não tinha cabelos negros, mas castanhos. Digo isto porque bastaria omitir a informação para acrescentar mais um aos dois filhos de índios que Maria teria trazido da floresta.

Dizem os defensores da lenda, que Maria mandava recados escritos em cascas de árvores transportados pelas águas do rio. Enfim, isto seria prosaico ou até poético se fosse possível e por fim, Maria voltou sozinha, por conta própria.

Se isto pudesse ser verdade, Rio Caeté, Rio Carvão, Rio América e Rio Salto, se teriam levantado em pé de guerra para buscar aquela que mandava recadinhos flutuando pelas águas dos rios.

Os defensores da lenda, dizem que o rapto se deu em represália pela hecatombe de Palermo. Ora a hecatombe de Palermo se deu em 1894, quando Nicola Baldessar tinha 19 anos de idade. O fato de ele ter 19 anos de idade, valeu uma altercação muito grande, porque não queriam deixá-lo ir por ser muito jovem. Mas por insistência dele junto ao pai, finalmente o deixaram partir com seus outros dois irmãos.

Ora, meu tio e padrinho Nicola Coral nasceu em 10 de novembro de 1887, portanto tinha 07 anos de idade quando seu pai Natal partiu para a matança de Palermo e Vittorio, cuja data de nascimento é 26 de dezembro de 1982, portanto tinha a idade de 11 anos. Tudo isto concorre para provar que Maria de Faveri Coral não foi raptada por represália da caçada dos índios.

Se Maria de Faveri foi raptada em represália à matança de Palermo, deveria ter sido em 1894 ou depois, como é que seus filhos Vittorio e Nicola teriam nascido no cativeiro se já eram meninos de 11 e 7 anos respectivamente?

A lenda, é uma lenda mal inventada, sem cálculos matemáticos corretos.

De mais a mais, há ainda hoje dezenas e dezenas de netos de Natal Coral que ainda poderiam informar. Só Nicola, meu tio e padrinho, teve 15 filhos. Posso dar os nomes de todos eles, por ordem de idade: Helena, Leonel, Fioravante,

Artur, Júlio, Mário (falecido pouco depois de nascer), outro Mário, Tereza, Maria, Irene, Antônio, Olívia, Dionísio, Nivaldo e João. Mas Natal teve onze filhos: Vitorio, Ângelo, Angelina, Antônio, Fioravante, Américo, Maria, Luiz, Paulo, Giusepim, e todos eles têm famílias grandes. Poderiam ser ótimas fontes de informações.

De mais a mais, Amábile Baldessar Coral, casada com Giusepim, que conviveu com Natal e Maria, pois coube a Giusepim permanecer com os pais, vive ainda hoje em Içara, com mais de 92 anos de idade. É lúcida e conversa bem.

Há poucos dias, antes de escrever o que estou escrevendo, fiz mais uma visita a esta minha tia Amábile e pedi especialmente, que me falasse de Natal, seu sogro e de Maria de Faveri Coral sua sogra, já que ela conviveu com os mesmos no mesmo lar, sob o mesmo teto por longos e longos anos.

Uma palavra de Amábile que eu não esqueci foi: "Ele vivia de coração na mão" (di cuore in mano). Não negava nunca nada a ninguém. Se ele tinha, ele dava. Se ele podia fazer algo pelos outros, ele o fazia, mesmo que custasse para ele.

E da "noninha" Maria, minha tia Amábile, na última visita que lhe fiz, dizia-me: "...não sei, não sei porque inventaram esta história de ter sido roubada pelos índios... Não é verdade, porque eu a conheci, desde quando eu era menina, dizia tia Amábile".

Maria de Faveri Coral deve ter falecido entre 1923 e 1924. Natal Coral, morreu moço, em 1901, com 45 anos de idade. Seu filho mais velho Vittorio assumiu as funções do pai, pois já adquirira prática, tendo acompanhado o pai nesse serviço, por diversos anos. O aparelho de medir, o teodolito, está exposto no Museu Histórico de Nova Veneza, inaugurado recentemente no Centenário, doado por um filho de Vittorio. Vittorio já tinha 19 anos quando morreu seu pai.

Natal Coral sempre foi uma pessoa muito bem relacionada, de muita liderança e muito prestígio.

Apesar de ter morrido com pouca idade Natal Coral permaneceu na memória de todos, ele fez parte importante na história da colonização. Sempre foi considerado um homem honrado, de bom procedimento, um homem que fez falta ao

morrer.

Natal Coral morou em Rio Caeté ou Rio Deserto, pois as terras dele abrangiam a confluência dos dois Rios, não mais de oito anos, mas lá deixou uma lembrança indelével. Na época da expedição contra os índios em Palermo, ele já morava em Nova Veneza. Em Nova Veneza, ele vivia muito ligado a Michele Napoli, o poderoso diretor da Companhia Metropolitana e esta foi mais uma razão para colocá-lo em evidência. Tais pessoas andam na boca do povo e seus feitos se prestam para criar mitos e lendas.

NOVA VENEZA

Nasci em Urussanga, Rio Deserto.

Cresci em Nova Veneza, São Bento Baixo.

Sinto laços que me prendem a ambas as terras de origem e me orgulho, e delas me ufano.

Eu tinha seis meses de idade, quando em maio de 1924, meus pais se mudaram de Rio Deserto para São Bento Baixo.

Viagem de 18 horas em dois carros de boi e um cavalo.

Eis aí todos os haveres de uma família de oito pessoas. Além dos trens de uso, vinham também os alimentos por mais seis meses, até a colheita da seguinte plantação.

A despedida foi de madrugada, bem antes do dia clarear. A chegada foi à noite bem depois do dia escurecer.

E um de meus irmãos chorava e repetia: "Mãe, vamos para casa..."

Ele ainda não entendia que a nossa casa a partir daquela data seria ali.

De certa feita, ao andar em Rio Deserto com meu pai em visita aos parentes que lá ficaram e ainda lá estão, perguntei: "Pai, que foi que lhe fez tomar a decisão de deixar isto aqui e ir para São Bento Baixo?" "Foi Deus que me mandou, disse meu pai, como é que eu podia ter criado vocês aqui no meio dessas pirambeiras?".

São Bento Baixo além de ter seus terrenos totalmente planos, tem as terras mais férteis do estado, como vamos ouvir repetido, mais adiante.

A partir de 1924 nossa família Baldessar e Mariot se incorporava à comunidade Veneziana, no entanto 33 anos antes chegaram os pioneiros, a quem devemos render homenagens.

Como para todos os pioneiros, para os de Nova Veneza, também não houve ninguém para fazer-lhes uma recepção, como aconteceu para todos os que vieram depois, inclusive à nossa família.

Foi graças à Lei Glicério que Nova Veneza foi colonizada.

Caso esse Deputado Federal Francisco Glicério não tivesse feito o projeto de lei para a aprovação do plenário da Câmara Federal e posterior sanção presidencial, Nova

Veneza, Beluno, Treviso, Jordão, S. Bento, S. Martinho, Rio Maina, Cedro teriam esperado mais alguns longos anos para receber os primeiros sinais da civilização em seu regaço pelo braço do colonizador.

Ângelo Fiorita criou sua própria Companhia Colonizadora e teve do governo a concessão de 30.000 hectares de terra na parte sul e oeste de Urussanga.

Vale a pena transcrever integralmente um documento divulgado largamente na Itália a título de propaganda e convite aos imigrantes.

Pe. Marzano o transcreve em seu livro, sob o título:

COLÔNIA NOVA VENEZA

"Esta colônia recém-fundada no vale do Araranguá, no Estado de Santa Catarina, está situada a poucas léguas da sede do Município de Araranguá e é limítrofe das florescentes colônias italianas de Criciúma, Accioli, Urussanga, Azambuja e Armazém. Com terrenos banhados pelo supracitado Rio, pelo Mãe-Luzia e por uma infinidade de outros pequenos cursos de água muito pescosos, são universalmente reconhecidos como sendo os melhores do Estado, seja pela fertilidade do solo, seja pela suavidade do clima. Estão ainda recobertos por florestas virgens e só a madeira basta para pagar o terreno. Encontram-se neles muitos minérios, grande quantidade de árvores medicinais e há caça abundante de antas (tapir) tatetes, veados, lontras, pacas, coatis, lebres, tatus e os voláteis mais preciosos do Brasil.

Esta grande colônia, que não contará com menos de 2.000 famílias, terá uma bela igreja administrada por um padre italiano, com escola para ambos os sexos, uma farmácia e uma enfermaria, além de um cômodo abrigo destinado aos imigrantes.

Em Nova Veneza, além da agricultura, florescerão as indústrias. Os produtos da terra terão todas as transformações. Os grãos tornar-se-ão boa farinha, graças a um moinho. As uvas serão transformadas em ótimos vinhos, graças a um estabelecimento enológico, a cana de açúcar em açúcar e aguardente. Uma serraria a vapor tornará possível

a utilização da imensa quantidade de madeira, etc.

A empresa, como é fácil revelar do presente projeto, propõe-se ajudar o colono da maneira mais apropriada, para da prosperidade dele, tirar a própria. Ser-lhe-á de guia, de conselho, de conforto, desde o dia que o acolhe, até torná-lo independente. Acompanhá-lo-á passo por passo, até fazer dele um pequeno proprietário. Facilitar-lhe-á a existência fundando indústrias para beneficiar e utilizar seus produtos, promovendo casas comerciais e sempre novas indústrias. Numa palavra tornar-lhe-á a separação da pátria menos penosa e a vida, a mais feliz possível.

CONDIÇÕES

OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA

1 - Os colonos gozarão, por lei, de passagem gratuita da Europa até a colônia, onde serão hospedados e alimentados em abrigo especialmente construído, por conta da empresa, até tomar posse do lote que se lhe destina.

2 - Terão direito a um lote de terra todos os colonos cuja idade não seja menor de dezoito anos nem maior de sessenta anos.

3 - Cada lote, demarcado e numerado, terá área variando entre 15 e 30 hectares, segundo a natureza da terra e da força ativa da família a quem será destinado.

a) O valor dos lotes urbanos, isto é, os situados na sede da colônia, é de oitenta mil réis por hectare.

b) O valor dos lotes rurais, fora da sede da colônia, variará entre dezoito mil réis e vinte e cinco mil réis o hectare, segundo a natureza e a colonização da terra.

7 - O colono, apossando-se do lote, receberá um título provisório, onde estarão expressas todas as presentes condições e será assinado pelo diretor da colônia. Receberá também uma caderneta de conta corrente junto à administração da colônia. Nela serão anotados:

a) o valor do terreno;

- b) o custo da casa;
- c) o preço das ferramentas, dos animais, das sementes, e também dos auxílios que poderá ter necessidade;
- d) os pagamentos feitos pelos colonos até saldar a dívida total.

8 - Logo que o colono estiver quite com a administração da colônia, mediante o saldo de toda e qualquer dívida, receberá o título definitivo com o respectivo recibo a ser trocado pelo título provisório.

OBRIGAÇÕES DO COLONO

9 - O colono será obrigado a pagar sua dívida com a empresa mediante a prestação de um terço de todas as rendas anuais, qualquer que seja o ramo de agricultura ou indústria a que se dedique, estando compreendidas nisto também, criação de gado e os trabalhos manuais.

10 - A empresa candidata-se a comprar todas as colheitas do colono ao preço do mercado mais próximo, sendo ele obrigado a preferi-la quando não haja oferta de preço maior.

11 - À empresa reserva-se o direito, quando ache conveniente, de exigir do colono o pagamento do lote e dos demais créditos no tempo e no modo contemplados no artigo 24 do decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, isto é, com prazo de dez anos, em prestações anuais, a principiar do primeiro dia do segundo ano do prazo, com juros de 7% ao ano.

12 - O colono que após um mês da posse do terreno não inicia a cultivação sem apresentar justificativa, perderá "de iure", o direito ao próprio lote.

13 - Se o colono abandonar o lote antes do pagamento total, não terá direito a indenização de espécie alguma.

14 - O colono não pode transferir, permutar, vender, alugar, hipotecar ou ceder o usufruto, sem antes obter autorização especial do diretor. Tal autorização deve constar em documento oficial.

15 - O colono, para efeito dos parágrafos 9, 10 e 12,

deverá prestar contas exatas das colheitas. É obrigado a transportar os produtos, ou pagar em dinheiro a prestação da terça parte ânua, para a localidade indicada pelo diretor, nos dias e horas para isso prefixadas.

16 - A administração tem o direito de fazer observar e fiscalizar os trabalhos agrícolas e as colheitas do colono. Quando este descuidar do trabalho sem motivos justificáveis, ou subtrair no todo, ou em parte a colheita a administração poderá ressarcir-se, valendo-se dos meios legais mais oportunos.

17 - O colono não poderá opor-se à abertura de estradas no seu lote, ou, à execução de qualquer outra obra considerada de utilidade pública.

III - DISPOSIÇÕES GERAIS

18 - O colono que quiser pagar o lote no ato da compra gozará do desconto de 7%.

19 - Os lotes urbanos serão vendidos a dinheiro e poderão ser adquiridos por cidadãos de qualquer nacionalidade e proveniência.

20 - Todos os anos serão concedidos dois prêmios, a critério do diretor, para os dois colonos que durante o ano se tenham distinguido por boa conduta e diligência nos trabalhos de lote.

Colônia de Nova Veneza, 1º de janeiro de 1891.

Diretor-Chefe
Michele Napoli
Empresa Ângelo Fiorita e Cia

Antes de chegarem os primeiros imigrantes, a empresa Ângelo Fiorita e Cia, vendeu seus direitos de colonizar os trinta mil hectares à Companhia Metropolitana, que manteve o mesmo diretor, e que ainda hoje existe, voltada para a exploração do minério no subsolo dessa mesma área.

NOSSO COMENTÁRIO

Ninguém pode negar que Michele Napoli era um homem de visão. Um empreendedor de coragem, um idealista poderoso e capaz, mas tão esperto quanto a raposa. O documento acima foi publicado em língua italiana, fartamente difundido no norte da Itália: Treviso, Belluno, Bergamo, Pádua, Mântua em 1891.

Deve-se convir que é surpreendentemente detalhado nas informações, ainda que faça promessas mirabolantes, o que, aliás, era normal entre os agentes em recrutar imigrantes. É evidente que o recrutamento rendia aos interessados.

A meta era transportar para o Brasil tantas famílias que pudessem, de inicio preencher os 30.000 hectares, dos quais a Companhia Metropolitana de Colonização era concessionária. Segundo o documento cada propriedade teria entre 15 a 30 hectares, portanto seriam necessárias mais de 1.000 famílias para preencher a demanda, ou seja, de 5.000 a 6.000 pessoas.

Acima, eu já me referi a este assunto. Uma família, no seu trabalho artesanal de agricultura, para produzir e viver comodamente, precisa ao menos de 60 hectares ou digo melhor, naquela época, precisaria de 60 hectares. Hoje, graças aos resultados de pesquisa da EMBRAPA que aumentou a produtividade agrícola em três vezes, o lote rural para uma família poderia ser reduzido para os 20 hectares, a não ser nos casos dos hortigranjeiros que hoje sobrevivem em áreas minúsculas, mas na época da colonização não havia quem comprasse coisa alguma produzida na horta, porque todos tinham a sua, mesmo nos perímetros urbanos.

O documento se refere a "infinidades de outros pequenos cursos d'água muito piscosos". Realmente, seria difícil, muito difícil encontrar outra região tão entrecortada de pequenos rios quanto Nova Veneza. Quem quisesse ir de Nova Veneza a Vila Maria a uns 20Km em direção oeste teria que atravessar nada menos do que 7 rios e qualquer um deles, naquele tempo, depois de uma enxurrada interromperia o trânsito. Quem vai para São Bento Baixo, 10Km, teria que atravessar seis rios. É a serra do mar que emoldura a paisagem com altitudes até de 1.500 metros. Lá estão as nascentes desses rios de águas cristalinas e

pedras de basalto roliças de tanto rodar nas cachoeiras e que dão o "habitat" ideal para os peixes. Os rios são, realmente muito píscosos. Minha experiência desde a infância o comprova.

Refere-se ainda "aos terrenos como sendo os melhores do Estado". Isto é verdade quanto aos terrenos que acompanham os rios Mãe Luzia, São Bento e Cedro, abaixo da região onde está implantada a cidade de Nova Veneza, isto é, nas planícies que ali começam. Esta região de terras super férteis se estende para o sul, até se encontrar com os terrenos arenosos de Araranguá e Sombrio ou os pântanos de argila na região das sangas.

O documento promete instalar duas mil famílias. Sendo assim cada família teria a modesta área de 15 hectares, o que não daria condições de sobrevivência aos moradores.

A região, talvez metade da área ou mais, abrangida pelos 30.000 hectares, é montanhosa e os terrenos pouco férteis ou muito íngremes, de tal maneira que dificulta o amanho das terras para a agricultura, ainda que possa ser melhor utilizada para a pecuária. No entanto uma pequena área não permite a sobrevivência de uma família que se dedique exclusivamente à pecuária. A pecuária exige áreas muito grandes.

A "bela Igreja" prometida, de início não era tão bela. Era de madeira, localizada à direita da estrada que leva ao atual Hospital São Marcos, que na época era o palácio de Michele Napoli, na altura da última curva, antes de chegar ao alto. A padroeira era Santa Catarina.

Quando eu morava em Nova Veneza como pároco, em 1952, certo dia o farmacêutico Honório Berti, que tinha a sua farmácia em frente ao atual Museu Histórico, esteve na minha casa paroquial a fim de me consultar como devia proceder com uma velha imagem que ele guardava, lá nos fundos de um depósito, desde a época em que foi construída a primeira parte da atual Igreja Matriz, portanto 1916. Achei melhor ir ver pessoalmente a imagem, antes de dar a minha opinião sobre o destino da velha imagem de madeira.

Qual não foi a minha surpresa em dar com o busto de uma bela e artística imagem da, assim chamada, Padroeira da

primeira igreja de Nova Veneza. Apresentava rachaduras, mas com o rosto perfeito. Levei a imagem para a casa paroquial. Pouco tempo depois a Arquidiocese de Florianópolis criou o Museu Arquidiocesano, anexo ao Seminário Menor de Azambuja, em Brusque. Nessa ocasião, a Cúria de Florianópolis fez uma circular a todo o clero, solicitando o interesse dos padres no sentido de preservar e recolher no supracitado museu objetos de valor histórico ou artístico. Foi aí que eu encontrei a solução para a imagem de Santa Catarina. Hoje ela está fazendo parte do acervo histórico daquele Museu Arquidiocesano.

Depois de ter a imagem em minha casa, procurei ir às origens da mesma. Conseguir obter versões diversas nos detalhes, mas o principal da história conferia e me parecia verossímil e é a seguinte:

A igrejinha de madeira lá estava no alto do morro do palacete de Napoli, mas não tinha qualquer imagem e nem tinha qualquer invocação patronal.

De certa feita, alguém de Nova Veneza esteve em Laguna afim de esperar alguns imigrantes retardatários que chegariam por aqueles dias.

Lá em Laguna ele viu um barco de madeira desativado, apodrecendo ao relento. De ambos os lados na proa ainda se podia ler o nome do barco: "Santa Catarina".

No alto da proa do barco ainda estava a imagem de um busto de mulher. Perguntado, o dono do barco disse ser Santa Catarina a padroeira do seu barco e que tantas vezes o protegera nas suas pescarias de alto mar.

O imigrante, associando a idéia da igreja de Nova Veneza que não tinha padroeira e esta imagem que lembraria o nosso Estado de Santa Catarina, pediu ao dono do barco em ruínas, a imagem de Santa Catarina afim de levá-la para a igrejinha de madeira lá no alto do morro.

O dono do barco "Santa Catarina", achou que seria um bom lugar para aquela que tantas vezes o tinha protegido em alto mar. Fez a doação da imagem.

Quem tiver oportunidade de ver esta imagem no Museu de Azambuja, poderá verificar que a imagem foi feita

adaptada ao suporte que habitualmente aplicavam às "carrancas" dos barcos de madeira e que hoje ainda vigora nas embarcações do Rio São Francisco.

É que o dono do barco optou por uma "carranca" que ao mesmo tempo levasse o nome de seu barco e fosse sua padroeira.

A imagem é um pouco maior do que o tamanho natural de uma mulher. É a expressão da arte de escultura em madeira e é muito bonita.

Em 1916, quando o Con. Michele Giacca inaugurou a nova igreja, esta "carranca", perdeu o status de padroeira. Pudera, Nova Veneza deveria forçosamente ter por Padroeiro o mesmo São Marcos de Venezia da Itália, donde vinham boa parte dos imigrantes.

O documento em pauta promete também uma farmácia. A prometida farmácia se tornou realidade, porque Honório Berti a fundou e não a Companhia Metropolitana. Esta farmácia estava situada quase em frente à sede da Companhia.

O documento prometia ainda um moinho para "transformar os grãos em boa farinha". De início os colonos tinham que comprar a farinha que vinha de Urussanga, ou ir pessoalmente levar o milho até as atafonas que em Urussanga já havia em bom número, desde a primeira em Rancho dos Bugres em 1879 de propriedade de Ferdinando, Giovanni e Celeste Savi. Em Nova Veneza, os Bortuluzzi cumpriram a promessa da Companhia e em São Bento foi Luiz Bongiolo. Na minha infância estive em ambas. Uma ainda funciona. Os Bortuluzzi, além da atafona, instalaram também uma serraria e dinamo, tudo movido por força hidráulica do próprio Rio Mãe Luzia.

A Companhia Metropolitana se propunha a acompanhar o colono passo a passo, prometeu fundar indústrias, instalar casas comerciais e "sempre novas indústrias". Nada disso aconteceu.

As indústrias e o comércio foram sendo introduzidos pelo esforço do próprio imigrante.

Os Bortuluzzi se adiantaram com fábrica de produtos suínos, comércio, serraria, moinho, intermediários nas compras de cereais.

Os Cripa também enveredaram para o ramo de comércio.

Crevanzi com comércio, hotel e restaurante. Cirimbelli com fábrica de calçados. Osteto e Brati com ferraria e mecânica. Costa com fábrica de canivetes e Canella Campos. Gava com curtume e arreios para montarias. Friguglia e Canoria com fábrica de cadeiras de palha. Gava com alfaiataria. Estes foram os primeiros. Hoje há um sem-número de variedades industriais e comerciais.

A passagem gratuita da Europa para o Brasil, foi uma grande ajuda que o Governo proporcionou aos imigrantes abrangidos pelos favores da Lei Glicério e que foram todos os da Companhia Metropolitana de Michele Napoli, o que não aconteceu com imigrantes vindos antes de 1891.

Além disso, convenhamos, Michele Napoli, deu aos seus imigrados uma assistência como nenhum outro colonizador, antes dele, havia dado. Ele tinha maiores e melhores recursos. Ele trouxe mais dinheiro para ser empregado na colônia e tudo isto repercutiu entre os imigrantes que aqui já estavam desde 1877.

O valor do lote rural variava um pouco dependendo do terreno. Se fosse na planície o valor era mais alto. Se o terreno era mais ou menos fértil, próximo ou longe de algum acesso, de algum curso de água, tudo isto fazia variar o preço que era estipulado pelos critérios da Metropolitana.

Na média o lote tinha um valor estipulado em torno de 600\$000 (seiscentos mil réis), por lote de 30 hectares.

E a malfadada caderneta de débito e crédito ali estava presente, com as anotações do valor do terreno, os custos da construção da casa, ferramentas, animais adquiridos, sementes, suprimentos necessários para a alimentação até a primeira colheita e outras ajudas. Era o financiamento. Com ele era ruim, sem ele teria sido muito pior. Os juros corriam a 7% (sete por cento) ao ano. A especulação era modesta se comparada à de hoje. Verdade é também que a inflação era minúscula, praticamente imperceptível.

A Metropolitana se comprometia a comprar todas as colheitas. Isto ficou no papel ou quando, realmente se fazia intermediária, fazia-o de parceria com a empresa compradora que oferecia um preço sem contraproposta.

No dia 2 de novembro de 1891, o Bortuluzzi chegou com as primeiras 320 famílias aproximadamente, e em seguida vieram os diversos contingentes, um após outro, de tal maneira que antes de terminar o ano já estavam distribuídas umas 860 famílias com um total de 4.290 pessoas.

Em 1892 foi povoada a região de São Bento, partindo do Costão da Serra, acompanhando o curso do Rio São Bento de ambos os lados. Quem ali foi instalado teve o privilégio de desfrutar das melhores terras da área.

Neste ano de 1892 chegaram mais 270 famílias com um efetivo total de 1.348 imigrantes, que somados aos do ano anterior chegou a 5.638 pessoas, pouco mais de 1.100 famílias.

A colonização de Nova Veneza teve um bom respaldo dos colonos de Urussanga, pois eles já contavam com mais de uma década de trabalhos em suas propriedades e por isso vinham freqüentemente, com alimentos bem mais baratos do que os importados ou vindos de outros centros mais distantes que dependiam de fretes múltiplos até chegar a seu destino.

Eram os cagueiros com suas bruacas recheadas de alimentos, eram os carros de boi superlotados de produtos que vinham rodando lentamente por tortuosas, accidentadas e pedregosas estradas, passando por Beluno e São Martinho. Um carro de boi que partisse no amanhecer do dia de Rio Caeté ou Rio Deserto, ao anoitecer estava em Nova Veneza. Lá fazia bons negócios, vendendo mais no varejo do que por atacado.

Os imigrantes de Nova Veneza vieram mais bem equipados e de bolsos mais recheados do que os de Urussanga.

A Lei Glicério, também os favoreceu e com isso o dinheiro lhes sobrou.

Pe. Marzano em seu livro, comenta a perdulância dos imigrantes de Nova Veneza: "Os novos colonos estavam em continua alegria e comiam fundo na poupança trazida".

Pe. Marzano também atribui a este dinheiro dos imigrantes de Nova Veneza, o surto de progresso havido em Urussanga nessa mesma época.

O plano da Companhia Metropolitana era instalar em Nova Veneza duas mil famílias, isto é, o dobro do que

realmente ocorreu. No entanto a Metropolitana já planejava subir aos milhões o número de imigrantes por ela trazidos ao Brasil, caso as coisas permanecessem como estavam amparadas pela Lei Glicério.

Tais mirabolescos planos se esbororaram no impacto inesperado da revolução entre os Maragatos e Pica-Paus ou Federalistas e Republicanos.

Tal evento deixou o país em péssimas condições financeiras e por isso suspendeu todos os planos de colonização oficialmente patrocinados.

No meu ponto de vista e modesto parecer, para Nova Veneza, foi bom que isto tivesse ocorrido. Caso contrário teria havido uma superpopulação agrícola em toda a região que hoje envolve os municípios limitrofes de Nova Veneza. Trinta hectares para cada colono, não lhe dava condições de sobrevivência a não ser na pobreza ou miséria. Toda aquela área verde que emoldura a paisagem nos contrafortes da Serra do Mar, certamente teria sido desmatada e cultivada até os últimos píncaros acessíveis antes de chegar ao planalto.

A revolução prejudicou muito os colonos, porque ambos os lados, tanto os Maragatos quanto os Pica-Paus que por lá transitavam, recolhiam arbitrariamente tudo o que podiam, com promessas de indenização futura, o que ainda está por ser cumprido.

Os produtos agrícolas e os animais sobretudo gado para corte e cavalos para transporte eram sumariamente confiscados. Os colonos faziam de tudo para impedir tal roubo. Escondiam os animais e cereais nas matas, mas ali mesmo eram descobertos e ninguém podia resistir sob pena de arriscarem a própria vida. E desta maneira mais do que um colono perdeu sua vida por lutar pela defesa do que lhe pertencia e o que lhe seria necessário para sustentar a sua família.

Fato semelhante a este da revolução de 1893, se deu na Revolução de 1930, quando novamente os revolucionários vindos do Rio Grande do Sul para a capital da república, fizeram uma varredura em "pente fino" e desta vez já encontraram até veículos, como os, então moderníssimos,

Ford modelo 1929. Três vizinhos nossos, Gregório Michels, Henrique Waterkemper e Gregório Nuernberg deixaram de esperar seus carros ou uma indenização, porque todos já morreram.

Pobres colonos, sempre na pista daqueles que não sabem respeitar o seu semelhante.

A revolução de 1893 pôs um ponto final na imigração e nos planos da Companhia Metropolitana de Michele Napoli.

QUAIS OS CAMINHOS

Nessa época já havia mais do que uma opção para se chegar a Nova Veneza. No entanto o mais provável seria o trajeto adotado pelos pioneiros da nova colônia.

Segundo depoimentos de descendentes de imigrantes, os pioneiros teriam feito o mesmo percurso inicial dos imigrantes de Urussanga, até Laguna. Em Laguna, em 1891 já funcionava a estrada de ferro Dona Tereza Cristina que interligava o porto de Imbituba com as minas carboníferas de Lauro Müller.

A opção mais viável que parece ter sido adotada pela maioria dos contingentes de imigrantes foi tomar o trem em Laguna e vir até Pedras Grandes.

Em Pedras Grandes prosseguiam nos carros de boi para a bagagem e crianças e a pé para os adolescentes e adultos.

Nessa época a estrada de Pedras Grandes a Urussanga era muito trafegada, pois desde 1885 funcionava em Pedras Grandes a Cooperativa de Produtos Suínos, cujos sócios, em sua maioria eram os colonos de Urussanga.

De Pedras Grandes a Urussanga, pelas estradas de hoje são 22Km de distância, passando por Azambuja e Rancho dos Bugres. Na época deveria ser alguns quilômetros mais longo o caminho, porque as estradas modernas suprimiram muitas curvas.

Este percurso seria possível efetuá-lo num só dia, mesmo andando a pé, ainda que seja um percurso muito acidentado, em ascensão até perto de Rancho dos Bugres e depois um percurso de descida no repetido "sobe e desce",

dos caminhos entre montanhas. Os pioneiros teriam pousado em Urussanga.

No dia seguinte a meta seria percorrer os restantes 25Km, que há entre Urussanga e Nova Veneza, passando por Rio Caeté, Nova Beluno (Siderópolis) e São Martinho. Nessa região a estrada continuava muito acidentada e entre Beluno e Nova Veneza, além de muito acidentada era precária e pedregosa. Pouco mais do que uma picada no meio de uma floresta.

Na noite do segundo dia de viagem estavam chegando em Nova Veneza, onde já existia uma casa para receber os imigrantes. Esta casa existe ainda hoje. Ali a Companhia Metropolitana hospedava os imigrantes até os primeiros vinte dias, e neste entre tempo iam recebendo os lotes e sendo neles conduzidos. Outra opção para chegar em Nova Veneza seria via Lauro Müller, ponto final da estrada de ferro. De Lauro Müller, nos carros de boi poderiam passar por Barro Branco, Palermo, Treviso, Nova Beluno, São Martinho a Nova Veneza. Para ir até Nova Veneza este percurso não oferecia vantagem, pois é um pouco mais longo. No entanto oferecia vantagem para os colonos que, eventualmente, fossem instalados nas imediações do Rio Fiorita e Rio Jordão, em ambas as margens do Rio Mãe Luzia. Mas esta estrada não era muito freqüentada em virtude d'os selvícolas marcarem maior presença nessa época.

Por outro lado, a Companhia Metropolitana tinha a sua sede em Nova Veneza e a distribuição dos colonos era feita em seus escritórios da sede.

A opção de Laguna a Criciúma, está fora de cogitação porque não havia nem estrada de ferro e nem estrada de rodagem de Tubarão para frente, elas vieram três décadas mais tarde.

MICHELE NAPOLI

Michele Napoli, nascido em Palermo na Itália, inteligente até nos pormenores, soube aportuguesar o seu nome logo, desde o começo de tal maneira que todos o conheciam por Miguel Napoli.

Procurei vasculhar o Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro afim de me responder a uma pergunta que eu mesmo me faço e que ainda não consegui responder. Quando é que Napoli chegou no Brasil e quando ele veio morar definitivamente em Nova Veneza e qual a data de sua morte inesperada. Mas ainda não desanimei.¹⁰

Napoli é sem dúvida a pessoa mais marcante no assunto referente à colonização de Nova Veneza.

Como e porque teria sido, de imediato, designado diretor chefe da empresa Ângelo Fiorita e Companhia e posteriormente da Companhia Metropolitana, são sei.

A Companhia Metropolitana tinha a sua sede no Rio e deve ter tido atuação em muitas outras áreas por ela colonizadas, mas certamente não seriam dirigidas por Michele Napoli, pois residente que era em Nova Veneza, de lá não se afastava por longos períodos.

Michele Napoli começou construindo uma pitoresca residência para si e uma sede para a Companhia Metropolitana. Não foi modesto em construir sua casa. Escolheu o melhor ponto de Nova Veneza, sobranceiro e vistoso. Mandou derrubar a mata em toda a encosta de frente para o povoado de então, onde mandou encravar a estrada de acesso, sempre acompanhada por um paredão de pedras pelo lado do barranco. Nesta subida só permitiu a construção da primeira capela.

À mingua de tijolos, sua casa foi construída de pedra, mas a capela foi construída com tábuas serradas à mão pelos imigrantes. Tal capela estava situada à direita de quem sobe, na curva da estrada antes de chegar à casa de Napoli.

Não sei dizer quando foram iniciadas as obras da construção da casa de Napoli. Ali a mão-de-obra foi, em boa parte, dos imigrantes de Urussanga e por isso concluo que deve ter sido construída antes de chegarem os primeiros de Nova Veneza.



Natal Coral



Michele Napoli

Meu avô paterno e seus dois irmãos ali trabalharam.

Dr. Cesar Tibaldeschi descreve Napoli como "uma alma vulcânica, cheio de sonhos e grandes aspirações. Muita coisa teria realizado com sua simpatia e dinamismo, se não tivesse sido colhido prematuramente por uma irreversível hemorragia cerebral".

Ele era autoritário, sabia impor-se, mas sabia fazer-se estimar e era bem quisto até pelos mais humildes.

Cavalgava seus fogosos cavalos, sempre acompanhado de considerável escolta que mal podia acompanhá-lo, pois só sabia andar galopando. Era recebido festivamente pelo povo que se reunia para dar-lhe a melhor recepção possível, como quem deseja conquistar a simpatia do chefe para poder fazer face às reivindicações.

Foi graças à criatividade em seus projetos e influência nos diversos setores do poder público que Nova Veneza teve melhor sorte do que Urussanga na instalação dos imigrantes e no desenvolvimento da comunidade.

Nova Veneza, ao chegarem os primeiros imigrantes, já possuía a sede da Companhia onde pôde hospedar os recém-chegados.

Em seguida, 1893, já tiveram construída a primeira capela em honra de Santa Catarina, construiram a Casa da Società San Marco.

Michele Napoli, um nome que encheu a alma de esperanças dos imigrantes pioneiros de Nova Veneza e o coração de desespero dos mesmos, ao vê-lo fulminado, de uma hora para outra, intempestivamente por uma hemorragia cerebral que lhe tirou a vida tão exuberante de forças e idealismo, ficou na história.

Nova Veneza perdeu seu idealizador, seu líder, sua esperança de um futuro muito promissor.

Segundo minhas conjecturas, Michele Napoli chegou em Nova Veneza em 1891 ou antes.

Sua morte se deu no Rio de Janeiro nos meados da década de 1930.

A Companhia Metropolitana que recebeu o acervo da

Ângelo Fiorita e Cia, foi criada a 1º de setembro de 1990 e tinha a sua sede no Rio de Janeiro.

Compulsando as listas de passageiros dos navios que traziam imigrantes e que se conservam no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, podemos verificar que a partir de 1890 a Companhia Metropolitana tinha grandes contingentes em quase todos os navios que chegavam da Europa. Certamente são centenas os grupos imigratórios. Muitos e muitos deles ultrapassam um milheiro num só navio. Em certos meses entravam no porto do Rio de Janeiro mais de vinte navios trazendo imigrantes.

É evidente que nem todos vinham para Santa Catarina, mas os imigrantes de Nova Veneza que vieram da Itália, vieram todos pela Companhia Metropolitana.

PE. MANO E CON. GIACCA

Nova Veneza foi aquinhoada com a presença de um padre desde 1896.

Quatro anos e alguns meses depois de fundada a Colônia de Nova Veneza, já tinha o padre atuando dentro de toda a área, muito antes de Urussanga ou qualquer outra Colônia, mesmo as criadas antes de Nova Veneza.

Foi, sem dúvida, a influência de Michele Napoli, amigo pessoal e conterrâneo de Pe. Antônio Mano que determinou a sua vinda.

Uma vez em Nova Veneza continuou a receber o apoio de Napoli pela Companhia Metropolitana, que inclusive lhe pagava um salário mensal.

Era o homem das viagens e nisto ultrapassava os limites de seu território para atender a quantos podia, afim de levar o conforto dos sacramentos aos doentes ou celebrar a eucaristia nos povoados.

Da capela de madeira no alto do morro do hospital Pe. Mano passou a igreja para a sede da Companhia Metropolitana, ao lado, um pouco mais em frente da atual Matriz São Marcos e que ainda existe. Hoje é museu.

Con. Miguel Giacca chegou em Nova Veneza em 1909. Conviveu e aprendeu os caminhos com Pe. Mano. Quando este se despediu de Nova Veneza, Con. Giacca, pensou logo em construir uma igreja maior.

Em menos de dois anos de trabalho foi inaugurada a nova matriz em 16 de abril de 1916.

Desocupada a igreja velha cedida pela Companhia Metropolitana, passou a ser a casa paroquial até 1952. Eu fui o último pároco a morar nessa casa, pois nesse ano construímos a atual casa paroquial que ficou pronta em cinco meses.

Con. Miguel Giacca assumiu a paróquia em toda a sua extensão, desde o Costão da Serra pelos lados norte e oeste, até Siderópolis, Caravagio, Forquilhinha, Maracajá e Meleiro.

Andava viajando a cavalo, sem atropelos e com muita tranqüilidade, neste aspecto bem diferente do Pe. Mano, tão fogoso quanto seu cavalo que espumava banhado em suor,

sempre acelerado a galopar.

Em 1924 Con. Miguel Giacca trouxe da Itália um amigo seu, Dr. Cesar Tibaldeschi, que durante anos foi um braço direito para o pároco e para a comunidade. Um homem de extraordinários dotes e capacidades, além de ser médico, era inspetor das escolas. Era um homem extremamente religioso e participante em tudo, desde a liturgia, catequese, escotismo, etc.

Inúmeras vezes tive a oportunidade de acompanhar o Con. Giacca nas viagens para as capelas. Quando de férias eu ia à missa diariamente, fosse na matriz à 6.00hs ou nas capelas, pelas 8.00hs.

Con. Giacca dava destaque às cerimônias litúrgicas, bênçãos do santíssimo sacramento, vésperas dominicais, procissões, canto litúrgico e sobretudo o canto gregoriano. A segunda missa dominical era sempre cantada. Con. Giacca tinha uma voz melodiosa, sonora e cheia de unção.

Con. Miguel sempre deu muito destaque à vocações sacerdotais e religiosas. Sempre teve um número grande de seminaristas. Penso que se ele não tivesse tido este interesse pelos seminaristas eu não teria sido padre.

Em todas as missas ele dava ênfase à presença dos seminaristas e os colocava em lugar de destaque ao lado do altar para serem vistos por todos.

Sempre fez questão de oferecer um lauto café com mistura, depois da missa a todos os seus seminaristas, e ele sentado à mesma mesa.

Fez um Congresso Eucarístico Regional e outro Catequético, respectivamente em julho de 1938 e julho de 1941.

Trouxe as irmãs beneditinas que instalaram sua Casa Mãe no Brasil em Nova Veneza, em 1937. Instalaram-se bem em frente à igreja onde era a Società San Marco e a casa de Dionísio Mondardo, o escrivão.

De imediato as irmãs criaram uma escola de formação para a própria ordem, mas com acesso até de internato para meninas que ali quisessem estudar.

Pouco tempo depois, as irmãs beneditinas assumiram também o hospital São Marcos, onde prestam seus serviços até esta data.

Con. Giacca não parava, mas sempre foi muito atento a todos, mesmo aos mais humildes e sobretudo a eles. Muito bem quisto, simpático, alegre, modesto e não se alterava por nada.

Sempre gozou de boa saúde até o dia que teve um acidente doméstico.

Penso que foi em 1944. Ele foi à estrebaria de seu cavalo, que estava situada onde hoje é a casa paroquial. À tardinha ele costumava dar um trato ao cavalo, porque a pastagem do piquete, ali mesmo, nos fundos da casa era escassa. Para retirar a alfafa que estava guardada no sótão da estrebaria, ele sempre colocava uma escadinha. Nesse dia a escadinha [pisou] em falso, desequilibrou-se e caiu tão mal que fraturou o fêmur.

Nesse dia começou a via sacra do Con. Miguel Giacca.

No Hospital São Marcos, criado por ele em 1933, aos cuidados do competente Dr. Dino Gorini, ficou com a perna suspensa num andaime metálico cheio de cordas e roldanas que tinham por finalidade distender a perna que tinha a tendência de encolher. Para isso uma grossa agulha lhe atravessava o fêmur na qual estava presa uma corda que subia até o alto do andaime e lá em baixo, perto do chão um peso pendente e de quando em vez esse peso era trocado por outro menor, até que depois de alguns intermináveis meses ele se libertou de tudo aquilo e começou a andar aos poucos com o auxílio de muletas e depois de bengala que não pôde abandonar.

Mal restabelecido apressou-se em começar a atender as capelas, não mais a cavalo, mas de charrete. O cavalo mal treinado não era manso naquele serviço. Numa dessas viagens a caminho do Jordão, pouco antes de Santo Antônio, o cavalo se assustou e lhe fugiu das rédeas. A aranha virou e ele foi bater com a cabeça numa pedra que o deixou desacordado.

Teve fratura de crânio. Internado novamente, seu estado foi se agravando sempre mais.

Os seminaristas da paróquia, em férias, faziam vigília em escala.

Coube a mim, fazer parte do grupo da última escala. Prevíamos que o desenlace seria eminente e por isso nos revezamos durante a noite inteira, até que no amanhecer do dia 5 de março de 1945, aconteceu a partida de Con. Miguel

Giacca para a casa do pai, e nós ficamos desalentados, avisamos ao povo pelo som plangente dos sinos em todas as capelas da paróquia e na igreja matriz que ele construiu.

Con. Miguel Giacca cumpriu sua missão, deixou seu povo ao qual tanto tinha apontado o caminho, a verdade e a vida. Ficou um vazio que não foi fácil preencher.

Com a morte de Con. Miguel Giacca a paróquia foi entregue aos cuidados dos padres franciscanos.

Dom Joaquim Domingues de Oliveira, arcebispo de Florianópolis designou diversos padres franciscanos como párocos e coadjutores entre eles, Frei Clemente, Frei Modesto, Frei Pascásio, Frei Raimundo, Frei Anibal, Frei Osório. Frei Pascásio e Frei Osório mais tarde foram promovidos ao episcopado, respectivamente de Bacabal e Rondonópolis.

Sete anos depois da morte de Con. Miguel Giacca, a paróquia voltou ao clero diocesano com a minha designação de pároco de Nova Veneza em 1952. Um ano depois, chamado para o desempenho de outra função, Con. Amilcar Gabrielli me sucedeu em 25 de abril de 1953, permanecendo à frente da paróquia até esta data.

OS ÍNDIOS NA COLÔNIA DE NOVA VENEZA

É sabido que havia índios nos 30.000 hectares ou 300 quilômetros quadrados que a Companhia Metropolitana recebeu do governo para colonizar.

Ali também a terra tinha donos de longa data, mas o governo lhes vendeu as terras sem qualquer indenização.

O imigrante, por sua vez, desconhecia a situação, pois as propagandas omitiam o detalhe da presença dos índios.

Se relemos aquilo que acima está inserido no texto, verificamos que o conteúdo da propaganda, fala dos rios, das madeiras, das antas, dos voláteis, dos peixes, mas não consta o índio.

Os imigrantes de Urussanga tiveram muito mais dificuldades com os índios do que os de Nova Veneza. Mas em Nova Veneza, também houve vítimas, ainda que os contos e lendas as multipliquem.

O caso da morte de Santina Zanzi é um fato real. Santina [era] irmã de Carlos Zanzi nosso vizinho em São Bento Baixo.

Santina era uma jovem de 19 anos que morava com seus pais no Picadão, perto do povoado de Nova Veneza, onde moravam também os da família Billo. Ambas as famílias levaram uns sustos dos índios que apareceram por lá, mas não fizeram vítimas. As duas famílias resolveram deixar aquelas terras para morar, um em São Bento e outro em Rio Cedro.

Wenceslau Billo veio morar na margem direita do rio São Bento, onde mais tarde morou Augusto Billo casado com Helena Nuernberg, pais de Nilda Billo casada com Luiz Baldessar, meu irmão, que ainda moram nos fundos daquelas terras. Os da família Zanzi foram morar um pouco mais adentrados na floresta, no sopé do Morro Redondo pelo lado direito do Rio Cedro.

Mal podiam adivinhar os Zanzi que era precisamente a uns três quilômetros daí que os índios tinham a sua maloca.

Naturalmente os índios sentiram a aproximação e por isso deram uma demonstração de presença, coragem e força matando Santina.

Em 1902, um homem chamado Antônio Nuernberg, mais conhecido por Antônio Carpinteiro, chegou em São Bento, e depois de dois anos foi a Tubarão, donde retornou em 1909. A casa dele era vizinha de Wenceslau Billo, pelo lado esquerdo do rio São Bento. Certamente foi por isso que mais tarde Augusto filho de Wenceslau, casou com Helena, filha de Antônio.

Antônio Nuernberg era um homem polivalente e destemido, de muita liderança, benquisto de todos. Era um homem de alta estatura, encorpado, de gestos nobres, sempre pronto para servir onde ocorresse uma necessidade. Ele era também um exímio caçador. Enfrentava a onça que vinha caçar os bezerros, os leitões e outros animais domésticos.

É conhecido um incidente em que, certo dia, na caça da onça detonou a espingarda pica-pau, no último momento e a arma negou fogo. Aparou o salto da onça com o antebraço esquerdo, bem forrado de roupas porque era inverno, e com a outra mão sacou o facão da bainha e desferiu um golpe certeiro na fera.

Nesse incidente, ele mesmo reconhecia, foi vitorioso porque seus valentes e enormes cães lhe prestaram a devida ajuda, cães esses que ele sempre levava consigo quando adentrava na mata à procura de feras.

Ao cavalgar mantinha uma compostura marcante que ainda hoje eu seria capaz de imitar. Usava chapéu preto de abas grandes com barbicacho, chicote no pulso da mão direita, mais para enfeite do que por necessidade, braço direito penso levemente forçado para trás e as rédeas do cavalo na mão esquerda. Seus cavalos alazão ou zaino eram bem tratados e muito bem pilchados, com arreios de adereços tilintantes, andava na média marcha de um cavalo voluntarioso, seguro pelas rédeas. Lá ia Antônio Carpinteiro sempre cumprimentando a todos que encontrasse pela estrada.

Como todas as pessoas que estão em evidência, ele também, a exemplo de Natal Coral se tornou um homem mito e até contestado. Mas porque era um homem prestimoso, disponível, sempre à disposição, estava em todas...

A primeira casa de oração, quando ainda não existia a igreja de

São Bento Baixo, foi sua própria casa, onde se reuniam os colonos da redondeza, afim de fazer suas preces dominicais com seus entusiasmados cânticos, até polífonos, em língua alemã.

Teve muitos filhos e a maior parte deles ficou morando nas imediações porque ele era proprietário de uma vasta área de terras. Sua família e parentela cresceu de tal maneira que quase todos os moradores das margens do rio, em São Bento Baixo são parentes. Eu mesmo tenho quatro cunhados que são netos de Antônio Carpinteiro.

Uma curiosidade. Seu filho Olivério, que era o dentista em Nova Veneza falava muito bem aquele dialeto italiano muito divertido, o bergamasco, à semelhança de seu sobrinho, Aluim Michels que é meu cunhado.

Assim que Antônio Carpinteiro voltou de Tubarão, certo dia, seu filho Henrique, um menino de 10 anos de idade, serviu de alvo para a flecha de um índio, que lhe perfurou o chapéu, mas sua cabeça que estava em baixo nada sofreu.

Isto parece ter sido brincadeira, porque índio quando joga uma flecha para valer não erra o alvo. Por outra, quando o índio pretende ferir alguém de morte, não joga sua flecha na cabeça, mas no vazio do estômago, procurando atingir o fígado. Outra, os índios têm um respeito total pelas crianças.

Minha convivência com os índios da Amazônia me fez aprender muitas coisas sobre eles e entre eles o melhor sinal de paz é ter uma criança ou uma mulher presente. Sim, e porque teriam eles matado Santina que era uma mulher? Há um detalhe. As roupas impediam aos índios distinguirem entre um homem e uma mulher. Como eles não usavam roupa de espécie alguma, também não conheciam a moda dos civilizados que determina um tipo de roupa para os homens e outro tipo para as mulheres.

O certo é que a cúpula das lideranças da colônia se preocupava com o despertar dos "donos da terra". As lideranças da Colônia resolveram fazer uma repressão para afugentar os selvícolas. Organizou-se um grupo, não muito grande, para efetuar a arriscada tarefa.

À exemplo de Natal Coral e seus companheiros, Antônio Nuernberg também, com seu grupo, efetuou uma missão de repressão aos índios no Morro Redondo.

Numa dessas caçadas, nas encostas do Morro Redondo, pelo lado direito de quem olha para o poente, tendo subido numa alta árvore lhe foi possível ver fumaça a alguns quilômetros mais para o poente. Não teve dúvidas, ali estaria uma maloca indígena.

Os índios estavam muito perto de sua casa, mais perto da casa de Wenceslau Billo e ainda mais perto da casa da família Zanzi que já perdera sua filha Santina.

Esse fato aconteceu em 1910. Há versões que colocam Natal Coral nessa empreitada. As lendas fizeram dele o "bugreiro" número um e o número dois seria o Nicola Baldessar que as lendas o chamaram de "Nicolau Bugreiro".

Não são corretas essas versões porque Natal Coral já tinha morrido há nove anos, em 1901 e Nicola Baldessar morava em Urussanga.

O certo é que foi feita a escaramuça e encontraram a maloca nas margens do Rio Cedro Alto pelo lado direito do Morro Redondo para quem olha para o poente.

Com todo o cuidado fizeram a aproximação, procurando ocultar-se ao máximo, mas foram pressentidos e deu tempo de todos desaparecerem na fuga. No entanto ficaram na maloca duas crianças que dormiam em suas pequenas redes lá no alto. A fuga deve ter-se processado de maneira precipitada, inesperada, senão não teriam deixado as duas crianças.

Essas duas crianças foram trazidas para serem incorporadas à família de Antônio Carpinteiro. Uma se chamou Lucia e o outro Bruno. Lucia quando menina, no frio do inverno, se aquecia junto à fornalha de fazer açúcar, quando suas roupas atearam fogo e ela saiu correndo e gritando... Quando foi socorrida, era tarde. As queimaduras eram tantas que poucos dias depois morreu. Quanto ao Bruno há divergência de opinião.

Uma opinião é que teria morrido mais tarde numa epidemia de sarampo e outra opinião é que teria sobrevivido e foi morar pelas bandas de Araranguá.

E ali também, a partir desta data os "donos da terra" se aquietaram, se deram por vencidos ou dizimados como

acontecia sempre por esse Brasil afora, pois nessa época nunca foi cedido qualquer direito ao índio. Para o governo ele não existia e para o colonizador ele era um inimigo perigoso.

Nós choramos a perda de um ou outro e eles que perderam tudo e todos. É triste, muito triste!...

CENTENÁRIO DE NOVA VENEZA

De 15 - 23 de junho de 1991, Nova Veneza comemorou seu centenário de colonização.

Foram nove dias que nos levaram ao passado dos pioneiros que há cem anos deixaram seu Vêneto para implantar um Novo Vêneto, uma Nova Veneza.

Descendentes, desde a 1^a geração de imigrantes, deram liberdade às reminiscências e saudades de um tempo difícil, austero, trabalhoso e penoso, mas que emociona ao se pensar nele. Até lágrimas furtivas rolavam das faces enrugadas dos mais velhos que ainda sentiam ao vivo as rudezas de um passado que não volta e que se torna impossível pintar para os mais novos que vivem num mundo diferente, bem mais humano, construído a custo de muitos suores derramados.

Por outro lado, a alegria se manifestava à larga nas canções de língua italiana que certos grupos ainda guardam no repertório de seus corais, e nisso o Caravagio merece especial destaque.

O programa dos nove dias de festejo foi de uma variedade muito grande. Houve criatividade, espírito inventivo para programar tantos eventos, tantos números diferentes e todos, de certo modo relacionados com o acontecimento da colonização.

A comissão sob a presidência de Con. Amilcar Gabriel, a prefeitura municipal com seu prefeito Élzio José Milanez foram a alma dos festejos, mas os executores do programa foram milhares e milhares de pessoas que se envolveram.

Para o observador atento, certamente, não houve um setor que se pudesse dizer que fracassou.

Houve os mais diversificados desfiles, desde as máquinas agrícolas e carros alegóricos, até os jardins de infância. Foram as representações históricas do passado e o trabalho do presente, houve os desfiles escolares, os corais, os grupos artístico-culturais, os grupos folclóricos, inauguração de placas, monumentos históricos para marcar o acontecimento, as sessões solenes, as cerimônias religiosas, as barracas típicas, as comidas e bebidas típicas, a presença da

indústria local, as fotos históricas, a Rainha do Centenário com suas princesas, Miss Nova Veneza, os visitantes. As autoridades, também dos municípios vizinhos e governador do estado, se fizeram presentes.

Marcaram de modo especial as sessões de homenagem aos mais idosos, a primeira geração que ainda está de pé.

Houve em abundância e grande variedade de comidas típicas. Por preços minúsculos todos podiam escolher suas preferências para fazer as suas refeições à vontade.

O ponto alto foi quando o governador do estado Wilson Kleinübing inaugurou o Museu Histórico Con. Miguel Giacca.

O Governador fez dois brindes valiosos à Nova Veneza centenária. Uma tela da fundação da colônia datada de 1893, pintada pelo pintor Pedro Weingärtner, dois anos depois da fundação da colônia.

A história conta que este pintor, quando rompeu a revolução dos Maragatos e Pica-Paus, receando ser convocado pelas tropas, fugiu do Rio Grande do Sul e veio esconder-se em Nova Veneza. Ali ele pintou a sede da colônia recém-fundada, posicionando-se em meia encosta do morro do hospital São Marcos.

A única construção que ainda perdura e que está pintada na tela é a sede da Companhia Metropolitana e que depois, a pedido do Pe. Antônio Mano e por concessão de Michele Napoli, passou a ser a igreja da comunidade até que em 1916 Con. Giacca inaugurou a atual igreja matriz de São Marcos. A partir dessa data a mencionada igreja passou a ser casa paroquial até 1952, quando, como pároco de Nova Veneza, eu construí a atual casa paroquial, quando a antiga passou a ser salão paroquial.

Depois que Con. Amilcar construiu o atual salão paroquial o anterior passou a ser a sede da prefeitura municipal e agora que a prefeitura tem sua sede própria, depois de devidamente reformado pela prefeitura o prédio passou a ser o Museu Histórico do Imigrante.

Esta tela estava no salão nobre do Palácio do Governo em Florianópolis, quando em 1952 eu a descobri. Pedi ao governador Irineu Bornhausen que me permitisse fotografá-la. Ele mesmo a mandou fotografar e me deu uma dúzia de

belas fotos.

Mais tarde esta tela passou para a secretaria de educação, donde veio para o museu de Nova Veneza.

O outro brinde, de igual valor histórico foi oferecido pelo governador, foi o "Livro dos imigrantes Entrados na Colônia de Nova Veneza", desde o seu início em 1891.

Este livro estava nos arquivos da Companhia Metropolitana. O livro está muito bem conservado, encadernado em couro.

As primeiras quatro famílias de imigrantes ali registradas, são: Arcarol, Moro e duas famílias Damiani, todas chegadas em 2 de julho de 1891. A segunda leva de imigrantes chegou no dia 20 de julho de 1891 e a primeira família da lista é a de De Betio.

Os quatro primeiros moradores de Nova Veneza receberam os lotes de terra nº 17, 16, 15 e 14, na margem esquerda do rio Mãe Luzia. Estes lotes, como se pode ver no mapa, estão situados a pouco mais de dois Km do centro da praça de Nova Veneza, na estrada que leva a Criciúma, pouco antes da Ponte do Picadão, onde há uma reta na rodovia e em meia altura da reta está uma ponte pênsil para pedestres. Ali estavam esses lotes, sendo que o primeiro do lado de cima, atendendo à direção das águas do rio, era o de nº 17 que coube à família Arcarol. Hoje essa família não vive aí.

O livro mencionado registra mais de 2.000 famílias.

PLACA DE BRONZE DOS IMIGRANTES

A prefeitura de Nova Veneza teve a genial idéia de fazer um monumento representativo do primeiro passo em direção à industrialização: a assim chamada "Roda d'Água". Segundo fui informado de viva voz é da autoria do jovem arquiteto Nefton Bortolotto que é o agente consular da região, descendente de imigrantes. Esse jovem teve uma presença constante como mentor principal na interpretação do pensamento da comunidade e na liderança do enredo dos atos comemorativos. Seu discurso em italiano soa tão bem aos ouvidos quanto seu discurso em português e até mesmo no italiano dialeto de nossos antepassados.

A roda d'água lembra as primeiras fontes de energia hidráulica que nossos imigrantes criaram para seus primeiros moinhos: atafona, serraria, engenho de açúcar, ferraria, luz elétrica, etc.

Tudo era movimentado pela roda d'água. Pois bem, ali está o monumento da "Roda d'água", com sua roda em movimento hidráulico que despeja a água num pequeno lago e deste para outro mais em baixo, onde os peixinhos se divertem. Ali estão gravados os nomes das famílias de imigrantes que colonizaram o município de Nova Veneza. Há três placas, cada uma com três colunas de nomes. Ao todo são 275 nomes.

Verdade é que alguns desses nomes hoje representam algumas dezenas de famílias procedentes dos mesmos troncos genealógicos.

Isto não significa que todas essas famílias tenham sido pioneiras de 1891. Nesse ano vieram os primeiros em número de 1600 indivíduos aproximadamente e os outros vieram nos anos subsequentes.

Numa dessas placas estão também 26 nomes sob o título, "Famílias Teuto-Lituanas" que vieram por volta de 1902 em diante, que colonizaram São Bento Baixo, parte de Mãe Luzia e Foquinhinha.

Transcrevo abaixo os nomes das famílias de imigrantes que ainda hoje permanecem em Nova Veneza.

Familias Italianas

- | | | |
|----------------|-------------------|----------------|
| 1. Albonico | 2. Alessio | 3. Amboni |
| 4. Antonin | 5. Bachini | 6. Baldessar |
| 7. Baroni | 8. Belletini | 9. Beretta |
| 10. Berti | 11. Bez | 12. Bianchini |
| 13. Billieri | 14. Billo | 15. Binati |
| 16. Boarolli | 17. Bonetti | 18. Bongiolo |
| 19. Bonotto | 20. Bortolotto | 21. Bratti |
| 22. Bresciani | 23. Brolesi | 24. Brunelli |
| 25. Burigo | 26. Carradori | 27. Campo |
| 28. Candeo | 29. Canella | 30. Cappeller |
| 31. Carrer | 32. Cavallieri | 33. Cecconi |
| 34. Cercenà | 35. Chechetto | 36. Cirimbelli |
| 37. Cividini | 38. Colombo | 39. Coral |
| 40. Cordella | 41. Costa | 42. Crepaldi |
| 43. Crevanzi | 44. Crippa | 45. Crotti |
| 46. Cunico | 47. Da Boit | 48. Dal Moro |
| 49. Dal Sasso | 50. Dalla Vecchia | 51. Damiani |
| 52. Daniel | 53. Davide | 54. De Bona |
| 55. De Faveri | 56. De Matia | 57. De Menech |
| 58. De Nez | 59. Destro | 60. Dondossola |
| 61. Duminelli | 62. Fabbris | 63. Frello |
| 64. Feltrin | 65. Fenalli | 66. Fontana |
| 67. Fontanella | 68. Formigoni | 69. Frassetto |
| 70. Fretta | 71. Frigo | 72. Furlan |
| 73. Galvani | 74. Gava | 75. Ghellere |
| 76. Ghislandi | 77. Ghisleri | 78. Girardi |
| 79. Gorini | 80. Grandi | 81. Gulielmi |
| 82. Guidarini | 83. Lavezzo | 84. Lazzarini |
| 85. Maccarini | 86. Maffioletti | 87. Maginis |
| 88. Magrinelli | 89. Mantovani | 90. Marangoni |
| 91. Maravai | 92. Marcon | 93. Margotti |
| 94. Marini | 95. Mastella | 96. Mazzucco |
| 97. Mazzurana | 98. Mezzari | 99. Milanesi |

100. Minatto	101. Mondardo	102. Montini
103. Morelli	104. Moretti	105. Moro
106. Morosini	107. Motta	108. Napoli
109. Nolla	110. Nazzari	111. Netto
112. Olivo	113. Ostetto	114. Panatto
115. Panciera	116. Panciera	117. Pazetto
118. Pasquali	119. Pasqualini	120. Pessetti
121. Premoli	122. Presa	123. Piccolo
124. Pirolla	125. Pizzolo	126. Guinzani
127. Rampinelli	128. Remor	129. Romagna
130. Roman	131. Ronchi	132. Sachet
133. Sagrillo	134. Savio	135. Scandolara
136. Sacarpari	137. Scarsi	138. Scotti
139. Scussel	140. Semprebom	141. Silvani
142. Siviero	143. Somariva	144. Spillere
145. Steccanella	146. Tinelli	147. Toldo
148. Tomasi	149. Tramontin	150. Trombin
151. Ugioni	152. Vamerlatti	153. Vitali
154. Zanardo	155. Zanelatto	156. Zanoni
157. Zanzi	158. Zocchi	159. Zuchinali

Famílias Teuto-Lituanas

1. Anderman	2. Backes	3. Borghert
4. Box	5. Disner	6. Frischenbruder
7. Grotman	8. Jacobson	9. Junkes
10. Kauling	11. Kestering	12. Klava
13. Klavin	14. Loch	15. Michels
16. Nuernberg	17. Preis	18. Schmitz
19. Schneider	20. Scolmester	21. Stanger
22. Steiner	23. Strober	24. Warmeling
25. Waterkemper	26. Wessler	

Há uma diferença de 92 famílias entre os nomes que estão gravados nas placas de bronze e os atuais moradores de Nova Veneza. As placas registram 275 imigrantes que

vieram de além-mar. Entre esses, os que vivem ainda em Nova Veneza, são 183 ou seja 92 famílias a menos. Isto não significa que a população diminuiu. O que ocorreu foi que a população aumentou muito e não havendo espaço ou terras agricultáveis para todos, houve famílias inteiras que emigraram sobretudo para o oeste do estado de Santa Catarina e mais ainda para o norte do estado do Paraná.

Acontece um fato curioso nas terras de Nova Veneza.

As montanhas que acompanham a orla do, assim chamado, Costão da Serra, ou seja, a serra do mar, permaneceram intocadas pelos agricultores, ainda que os madeireiros tenham investido contra as matas virgens daquelas montanhas. Poderá alguém dizer que a razão é a demasiada inclinação das encostas, mas quem conhece o Vêneto há de convir que lá, as encostas são muito mais pronunciadas e mais pedregosas e, no entanto, são cultivadas.

SÃO BENTO BAIXO

Como já disse acima, eu nasci em Urussanga e me criei em São Bento Baixo, Distrito de Nova Veneza.

São Bento Baixo é chamado assim porque em seu povoado passa um rio com esse nome e mais acima está o povoado de São Bento Alto.

O rio São Bento é um rio diferente dos outros que normalmente recebem sempre novos afluentes, o rio São Bento, depois de passar pelo povoado de São Bento Alto se divide formando três rios diferentes: Rio Novo, Rio Guarapari e o que é mais interessante é que os dois rios que saem dele levam o maior volume de água. Lá bem mais embaixo eles retornam para o leito do velho rio São Bento, pouco antes de desembocar no Rio Mãe Luzia. Em São Bento Baixo, ele é um pobre rio que quase está fechando seu leito pela vegetação ribeirinha que vai invadindo o leito. Na minha infância era um rio lindo, de águas cristalinas de pedras roliças de basalto, poços profundos e muito peixe.

Hoje este rio se tornou pobre porque a cidade de Criciúma leva quase todas as suas águas para abastecimento da cidade. O rio São Bento morreu para dar de beber a quase 200.000 habitantes de Criciúma e arredores.

A região de São Bento foi colonizada em 1892, começando por São Bento Alto.

Em 1902 chegaram também os primeiros colonizadores de São Bento Baixo, mas não foram imigrantes provenientes do Vêneto, como em Nova Veneza e suas cercanias. Foram alemães procedentes de Braço do Norte, Armazém, Rio Pinheiros e São Pedro de Alcântara.

Entre os primeiros estão as famílias de Antônio Nuernberg, Antônio e José Michels, Antônio Warmling, depois vieram Teodoro Waterkemper. Wenceslau Billo morava no Picadão, mas depois de levar um susto dos índios que por lá andavam, preferiu mudar-se para São Bento, no lado direito do rio de mesmo nome. Nessa altura, do lado esquerdo do rio morava Antônio Nuernberg que veio em 1902. Dois anos mais tarde achou que era insustentável morar ali, resolveu voltar

para Tubarão, donde retornou oito anos mais tarde, para a mesma residência. Ele se tornou o dono das melhores terras de São Bento Baixo, onde mais tarde moraram também alguns de seus filhos: João, Gregório, Juca, Guilherme e Hildebrando.

Alguns anos depois vieram os Wessler, Schmitz e bem depois vieram os Bortolotto, Marangoni, Bez, Girardi, Manique, Silva, Tomasi, Zanzi e Baldessar.

Meu pai comprou as terras de Jerônimo Michels à esquerda do rio São Bento. Eram 60 hectares de terra inculta e um pouco abandonada, mas desmatada em sua maior parte. Os vizinhos eram Guilherme Nuernberg, Francisco Waterkemper, João Bortolotto, Luiz Bortolotto, Luiz Girardi, e Carlos Zanzi.

Aos poucos a Colônia de São Bento Baixo foi se organizando.

Nas terras doadas por Antônio Michels construiu-se a primeira igreja de madeira com o cemitério ao seu lado, em 1912, exatamente onde hoje mora Jairo e Zilda Michels.

Em 1914 foi construída uma nova igreja, esta de alvenaria, à distância de um quilômetro da outra, ao lado da atual. Foi escolhido este novo lugar porque ali se davam os entroncamentos das estradas de Criciúma em direção do poente e de Nova Veneza em direção sul.

A partir da inauguração da nova igreja, a antiga passou a ser escola, onde o primeiro professor foi o próprio Antônio Michels.

Como a escola era pequena, ampliou-se a casa, derrubando a parede do fundo que se tornou o assoalho, pois era de boa qualidade, ainda daquela madeira serrada à mão pelos três irmãos Antônio, José e Jerônimo Michels, Alberto Cláudio da Silva, Teodoro Waterkemper, Antônio Nuernberg e seu filho João.

No começo da década de 1930 foi construída uma escola de alvenaria, no local onde ainda hoje se encontram os diversos pavilhões da nova escola, no alto da colina, se bem que o prédio original tenha sido demolido. Nesta escola eu cursei os meus três anos de curso primário a partir de 1933, bem como todos os meus irmãos mais novos.

A antiga escola foi posta em hasta pública e meu pai a arrematou por 200\$000 (duzentos mil réis). Foi demolida para construir um depósito de milho e arroz. Existe ainda hoje na residência de meu irmão Olindo.

Em 1948 foi iniciada a construção de nova igreja que existe ainda hoje, como matriz da paróquia de São João Batista desde 24 de junho de 1966.

A escola foi melhorada com novas dependências onde funciona desde o jardim de infância até o segundo grau.

A região de São Bento Baixo é uma colônia agrícola de primeira qualidade. Os terrenos são totalmente planos e muito férteis.

Penso que esta área demorou para ser colonizada, porque as grandes enchentes se repetiam anualmente e pelo fato de os rios transbordarem em suas enxurradas violentas prejudicavam muito os cereais de suas margens.

Hoje tais enchentes não se repetem. Em parte, será porque a adutora de água potável de Criciúma leva boa parte da água para o abastecimento. Outra razão é porque as chuvas diminuíram ou porque o desmatamento ressecou o terreno que se tornou mais ávido de umidade e assim absorve a água por infiltração.

Toda a área de terras de São Bento está dividida em pequenas propriedades, mas a agricultura é toda mecanizada. Sobressai o cultivo do arroz e do milho. A pecuária, os suínos e produtos hortigranjeiros também existem em menor escala.

As residências dos colonos são muito boas. Todas as casas têm energia elétrica. Boa parte dos colonos tem seus telefones e veículos de passeio.

Tudo é tão diferente de cem anos atrás, quando os imigrantes chegaram. Foi o trabalho, muito trabalho, a luta diurna, o suor do rosto e a fadiga constante dispendida com bons resultados. Tudo isto deu à segunda geração de imigrantes e mais ainda à terceira geração, condições de alento e de vida humana.

NOVA VENÉCIA

Em Nova Veneza - SC, existiu o desejo de uma certa conotação com Nova Venécia - ES.

Mas Nova Venécia não era suficientemente conhecida em Nova Veneza.

Eu mesmo que fui pároco de Nova Veneza me fazia indagações que não sabia responder em relação a Nova Venécia.

Certo dia me decidiu partir de Brasília, em ônibus que me levou a Vitória, capital do Espírito Santo, e ao chegar lá, para surpresa minha, fui informado dos diversos horários de ônibus que iam diretamente a Nova Venécia ou passavam por aquela cidade. Em menos de uma hora de espera já estava viajando para Nova Venécia, partindo às 17,00 hs para chegar à meia noite do mesmo dia.

Ao chegar, mesmo na escuridão da noite, já constatei que se tratava de uma cidade incomparavelmente maior do que Nova Veneza.

Hospedei-me num hotel pertinho da rodoviária. No amanhecer do dia, fui à janela do meu apartamento de 2º andar, donde descontinei um belo panorama da cidade e lá bem no alto uma imensa igreja de estilo moderno. Eu mesmo me perguntei: Será esta a igreja de São Marcos? Porque eu a imaginava uma igreja histórica de estilo tradicional. Ao descer perguntei a alguém que me informou ser exatamente aquela a igreja que eu procurava, onde eu queria ir afim de começar minhas pesquisas. Era só passar a ponte do rio Cricaré (achei engraçado o nome do rio). O Cricaré é um rio de bom porte, sereno e tranqüilo. Ali na ponte era só subir direto em frente, mas novamente me surpreendo com uma escadaria na rua em que andava. Cheguei lá no alto em frente a uma igreja que tem nada menos do que 20 metros de frente e 40 metros de fundo. Uma torre gigante como se fosse um livro aberto com as "Tábuas da Lei" de Moisés. Era cedo, mas fui à casa paroquial tentar "acordar" alguém. Novamente me surpreendi com a recepção de Pe. Élio (sem "H"), figura simpática e extremamente prestativo. Aborreceu-se comigo

porque lhe disse que dormi no hotel. Entrei e apresentou-me aos seus dois colegas, igualmente hospitaleiros.

Pe. Élio, retirou o carro da garagem e me levou a ver a cidade de ambos os lados do rio Cricaré. Subimos lá no alto, onde, para surpresa minha começa um belo planalto sem altos e baixos. Porque não teriam construído a cidade ali naquele platô. É que o rio Cricaré estava lá embaixo...

A cidade anda pelos 30.000 habitantes. O município é extenso e coincide com a paróquia que tem 62 igrejas, nas quais os três padres atendem.

Como foi fácil conhecer a cidade, graças ao Pe. Élio. Ao regressar, estávamos em frente à igreja matriz. Vi sobre o portal da igreja o alto relevo do leão de São Marcos que também está sobre o portal da igreja matriz de Nova Veneza. Perguntei ao Pe. Élio se ele sabia me dizer da origem daquele alto-relevo do leão. Disse-me ele: "Eu só sei dizer que ele chegou aqui por engano". Contei-lhe, então a história que abaixo vou repetir.

Antes, porém vou explicar porque o tal leão se chama leão de São Marcos.

É o seguinte: Cada um dos quatro evangelistas é representado por um símbolo. São João é representado por uma águia que vem do alto, expresso em sua profunda teologia: "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus...", assim começa o evangelho de São João. São Lucas é representado pela figura de um boi porque inicia o seu evangelho com o sacerdote Zacarias exercendo o seu sacerdócio no templo, que era oferecer sacrifícios cruentos de animais domésticos e o boi era um desses animais a isto destinado. São Mateus é representado por um rosto de homem porque começa seu evangelho com a genealogia humana de Jesus. E finalmente São Marcos é representado por um leão, pois no início de seu evangelho ele fala de João Batista como a "voz daquele que clama no deserto". Ora, aquele que "clama" ou urge no deserto é o leão.

Os primeiros cristãos se utilizavam muito dos símbolos, porque dessa maneira, entre si, eles se entendiam

e os pagãos que os perseguiam e procuravam tudo para poder acusá-los, não entendiam.

A cidade de Veneza, na Itália, tem uma catedral que tem como padroeiro São Marcos porque seus restos mortais ali estão sepultados.

Os vênetos, ao fundarem Nova Veneza, com saudades de sua terra escolheram São Marcos para padroeiro. Nova Venécia, pelos mesmos motivos fez a mesma coisa.

E agora qual a origem dos dois altos relevos do Leão de São Marcos em Nova Venécia e em Nova Veneza?

Em 1924 chegou em Nova Veneza o Dr. Cesar Tibaldeschi (ler: Tibaldeski). Foi nomeado pelo governo italiano Inspetor das Escolas Italianas das Colônias no Sul de Santa Catarina.

Era um homem extraordinário. Muito amigo de todos. Tocava todos os instrumentos, inclusive os musicais e era ótimo organista. Era de profundas convicções religiosas. Dirigia um grupo escoteiro, cujos escoteiros, muitos ainda vivem. Era médico e atendia graciosamente a pobreza. Era o colaborador número um do pároco Con. Miguel Giacca de quem era muito amigo.

Ele quis fazer um brinde à igreja matriz de São Marcos, doando um alto-relevo do leão de São Marcos para ser colocado no alto do portal da referida igreja.

Tal leão foi encomendado, mas não chegava nunca a seu destino. Investigando descobriu que o leão tinha se extraviado e acabou em Nova Venécia do Espírito Santo.

Ao pedir outro para Nova Veneza, ele se desculpava e se justificava: "...por um extravio, do qual não poderei nunca explicar...", o primeiro leão não chegou a seu destino e assim tanto Nova Venécia, como Nova Veneza tiveram os seus respectivos Leões de São Marcos.

Diz Dr. Tibaldeschi: "...não saberei nunca explicar...". Eu sei explicar. É que na Europa pensavam que a América fosse do tamanho da Itália ou da Suíça. Então no endereço se escrevia algo semelhante a isso: "Dr. Cesar Tibaldeschi. Nuova Venezia. America del Sud". Assim a carta ou a encomenda ia passeando até que chegasse em Nova Venécia, no Espírito Santo.

Mais tarde fui à prefeitura municipal acompanhado de um dos padres da paróquia que me apresentou à secretaria de educação, em cuja secretaria fiquei para pesquisar a história de Nova Venécia. Graças à boa vontade da secretaria de educação [e] seus funcionários lá encontrei boas informações de Nova Venécia.

E agora um pouco da história de Nova Venécia.

Eu estava curioso por saber se os imigrantes de Nova Venécia são parentados com os de Nova Veneza. Constatei que não são. Os nomes são totalmente outros. Olhei um dos livros de batizados da paróquia, olhei a lista telefônica. O único nome que se repete por diversas vezes e que encontrei na lista telefônica foi o nome "Gava". Mas "Gava" é, certamente, o nome mais repetido nas listas de passageiros dos navios que transportaram imigrantes e que estão arquivadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Responder à pergunta sobre a data de chegada dos primeiros imigrantes em Nova Venécia não é fácil.

A imigração no Espírito Santo deu-se a partir dos últimos anos da década de 1870. A década de 1880 é que trouxe imigrantes para a região sul do Espírito Santo, sobretudo em Venda Nova dos imigrantes, Castelo e adjacências.

Em 1891 chegou o primeiro grupo de imigrantes, trazidos pelo Maj. Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de Aimorés, para os seus cafezais e canaviais, para continuarem o trabalho escravo, uma vez que já se dera a abolição da escravatura. Estes se instalaram na localidade de Santa Leocádia, a uns 40 Km de Nova Venécia em direção do litoral de São Mateus, que era o município ao qual pertencia o território de Nova Venécia.

Os nomes desses primeiros imigrantes estão gravados numa placa de bronze de um monumento ao centenário da imigração localizado perto da rodoviária de Nova Venécia.

São os seguintes: Antônio Banza, Elisa Capeletto, Ernesto Contarato, Francesco Contarato, Pierino Rosa, Silvestre Panciere, Vittorio Capeletto. Estes acima chegaram em 1891. Abaixo vão os nomes de outro grupo chegado em 1892. São os que seguem: Albino Salvadago, Antônio Capeletto, Antonio Fecolta, Carlo Napolitano, Fortunato Prin, Geovane

Birol, Josefina Capeletto, Luis Frigiero, Maria Prin, Pedro Pacanhã, Rafael Napolitano, Rosa Frigiero.

Estes imigrantes todos ficaram em Santa Leocádia.

Merlin Pascoale di Pietro e sua esposa Fazion teriam chegado na Serra de Baixo, hoje município de Nova Venécia, no dia 17 de janeiro de 1889. Este nome não consta na placa do monumento acima referido, mas parece consistente a versão de sua vinda nessa época e teria feito parte dos grupos das famílias acima referidas que trabalharam na fazenda do barão de Aimorés.

Aqui também se comprova a teoria do braço escravo. Ao barão faltaram os escravos por causa da lei áurea que os libertou. Não teve dúvidas, o barão saiu à procura de outros escravos e os encontrou nos imigrantes italianos.

Mais tarde, porque ali na fazenda do barão o café começou a "chocchar", resolveram subir o rio São Mateus e depois o rio Cricaré até chegarem nas imediações da atual cidade de Nova Venécia. Talvez tenham parado ali porque na entrada da cidade há mais uma das corredeiras do rio e esta é longa. No entanto também não se sabe se vieram pelo rio que tem diversas dessas cachoeiras, ou se vieram por terra, pelas picadas beirando o rio.

O certo é que ali pararam e começaram o trabalho no plantio do café e da cana de açúcar. Chegaram a ter a "roda d'água" e o barracão dos tropeiros e por isso o lugar começou a chamar-se Barracão.

Sem saber porque, mas deve ter havido alguma razão, todo o núcleo transferiu-se para outra região hoje conhecida por Piquenuque, a uns 20 Km mais acima seguindo o mesmo rio Cricaré.

O Pe. Carlos Furbeta em seu estudo "História da Paróquia de Nova Venécia", diz que em 1927 Nova Venécia não era mais do que um nome.

Em 1932 Guilherme Pereira Lima construiu em sua propriedade uma pequena igreja que depois passou para uso da comunidade.

Em 1938 o pároco da Barra de São Francisco passou a

residir em Nova Venécia por 10 anos, era o Pe. Zacarias de Oliveira. Ele construiu uma igreja que em 1954 foi elevada à categoria de matriz da paróquia criada nesta data.

Neste mesmo ano Nova Venécia também recebeu sua emancipação política, tornou-se município, desmembrado de S. Mateus.

No dia 24 de abril de 1965, dia de São Marcos foi benta e inaugurada a atual igreja matriz de Nova Venécia.

Nova Venécia é hoje um centro polarizador de progresso. Muito bem localizada, pois para ela convergem diversas estradas importantes.

Isto que escrevi, suscintamente, sobre Nova Venécia tem por finalidade dar uma notícia ao vivo sobre uma localidade que de longa data, tem merecido especulações e desejo de informações de muitos moradores de outra cidade do mesmo nome: Nova Veneza.

EPÍLOGO

"Com os trabalhos penosos tirarás da terra o sustento para todos os dias de tua vida. A terra te produzirá espinhos e abrolhos e tu comerás a erva do campo. Comerás o pão com o suor de teu rosto, até que voltes à terra, de onde foste tirado, porque tu es pó e em pó te hás de tornar" (Gen. 3, 7-19).

Eis aí o destino do homem previsto pelo seu criador.

"Trabalho penoso", "suor do rosto", para o homem, para todo o homem...

No entanto constata-se que o homem criou outra ordem de coisas, pois o mais forte se prevaleceu de sua força e a utilizou para vencer seu semelhante mais fraco.

Um se tornou o mandatário prepotente e o outro o serviçal humilhado, reduzido a um simples instrumento de produção, cujos produtos não pertenceriam a quem os produziu, mas àquele que, por ser mais forte, fez de seu semelhante uma máquina para auferir todos os lucros possíveis afim de locupletar-se com o resultado do "trabalho penoso" e "suor do rosto" de seu irmão.

vivia-se o estágio da escravidão, como se fosse o que podia haver de mais normal, honesto e aceitável, numa total distorção da consciência, vivia-se a discriminação na distribuição de direitos e prerrogativas, trabalhos e suores, não obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo criador.

Era o panorama que se vivia há pouco mais de um século. Era a realidade de uma classe dominadora, prepotente, desumana e escravocrata despida de qualquer sentimento humanitário e cristão, que impunha fardos pesados, exigindo sempre mais daqueles que faziam parte da outra classe humilhada, mergulhada no sofrimento, maus tratos, nos castigos corporais, e na ignomínia moral.

Por outro lado a classe privilegiada vislumbrava, num futuro próximo, a perda da mão-de-obra graciosa e com isso via pender sobre suas cabeças a ameaça de ter que tomar em

suas mãos os instrumentos de trabalho e sentir correr em seus rostos os suores da pesada realidade desde o amanhecer de todos os dias até o seu findar, quando não noite adentro.

Era urgente, para a classe privilegiada, procurar e encontrar, a qualquer preço, uma solução para poder fugir às fadigas e estafas do trabalho braçal de todos os dias.

O estado de coisas anterior, através de longos séculos criou estruturas e mentalidades moldadas e bitoladas segundo tais gabaritos. E tal doutrina montou uma máquina perversa que, novamente, privilegiaria os que sempre foram aquinhoados pelo trabalho escravo desde tempos imemoriais.

Oficialmente, a escravatura foi abolida, mas o comportamento continuou escravagista.

Bem diferente de nossos dias em que constatamos que a classe trabalhadora consegue levantar sua cabeça através de suas organizações de classe afim de reclamar seus direitos, no findar do século passado e começo deste nada havia neste sentido.

O operário teve uma lei orgânica que lhe garantiu direitos, mas sob o designativo de "operário", se deu um jeito de excluir o agricultor.

O pequeno agricultor, aquele que sobrevive com seu trabalho artesanal, este não tem respaldo legal algum para lhe garantir direitos e nem a sobrevivência. Refiro-me àquele trabalhador do "trabalho penoso" e do "suor do próprio rosto", aquele que luta com os instrumentos manuais porque não tem ao seu alcance os implementos que são oferecidos e utilizados por aqueles que têm poder econômico para investir.

O imigrante, sem perceber, caiu nas mãos dos mesmos energúmenos mentores e defensores da escravatura.

A pior situação, neste sentido, foi a dos imigrantes que tiveram a desventura de cair nas fazendas de café ou cana de açúcar, onde tiveram que suar de sol a sol, sem nunca poder nutrir a esperança de um dia poder ser proprietário da terra por ele trabalhada, sonho este, acalentado desde as suas origens e que o decidiu a deixar sua pátria para tentar algo melhor para si e para a sua família.

Como o nosso assunto é o imigrante do sul do estado de Santa Catarina, vamos nos deter e examinar a situação em que foram obrigados a viver afim de poder sobreviver. Simplesmente levados e deixados lá numa floresta jamais palmilhada por qualquer espécie de ser humano civilizado, vamos avaliar realisticamente a situação precária e inesperada, mas sem alternativa, que o imigrante sofreu e viveu.

Imaginemos isto acontecendo conosco, em nossos dias.

Morar, conviver e sobreviver. Plantar, colher para o seu sustento e comercializar a sobra dos produtos que necessariamente obedece a uma tríplice lei de oferta, procura e concorrência.

Oferta havia, e havia também a concorrência, mas não havia a procura. Produzir sem ter a certeza de ter alguém que procure ou ter alguém a quem oferecer, era angustiante e mais se tornava um suplício, pensando nas dívidas a saldar, sob pena de perder os direitos à terra que cultivava e em que morava.

As estruturas, as leis humanas, as normas de comportamento foram sendo elaboradas e postas em vigência dentro de um condicionamento que, necessariamente, privilegiaria alguns e castigaria os demais.

Deve existir algo de errado em tudo isto e que poderia ser corrigido, porque não podemos admitir que o criador errou em criar o mundo e seus usuários.

No passado, como hoje, o homem do campo, para sobreviver, estende o seu trabalho estafante desde a madrugada até altas horas da noite. Todos, homens, mulheres e crianças, manuseiam os instrumentos de trabalho.

Mais no passado do que no presente, outro fator de sobrevivência era uma economia selvagem, controlada nos mínimos detalhes, desde os utensílios domésticos, roupas, alimentos e outras necessidades.

Se naqueles tempos o imigrante sobreviveu e chegou a vencer, foi pela prática da frugalidade, da vivência na pobreza, no acúmulo de trabalho e muito suor derramado. Incomparavelmente mais do que hoje ocorre.

Hoje, quando o agricultor se apercebe que o operário tem direitos que ele não tem, obviamente se sente aliciado a deixar o seu trabalho penoso do campo para recostar-se numa periferia da cidade, onde pensa poder viver melhor... e nisto também se engana, porque nunca que as oito horas de trabalho substituirão as 16 ou mais que no campo ele consumia no trabalho.

Por outra, com o ingresso da agricultura mecanizada, o agricultor artesanal, por mais uma razão se dá por derrotado. Seus braços não podem competir com as gigantescas e modernas máquinas.

Aquele que colhe dez mil sacas de cereais, por pequeno que seja o lucro poderá colher um resultado que corresponda às necessidades de sua família, mas aquele que, no trabalho de seu braço, colhe duzentas sacas, não terá meios para sobreviver por um ano inteiro com sua família.

Resultado? É a debandada do agricultor para inchar sempre mais os contornos das grandes cidades.

Realmente o trabalho braçal não pode competir com a máquina.

Lá já apareceram soluções teóricas para quem nunca viveu uma realidade nua e crua. E a mais teórica das soluções é a tal da cooperativa. A teoria de uma cooperativa é uma beleza, uma perfeição, mas é uma teoria, uma utopia, que na prática, invariavelmente é mais um "cavalo de Tróia" que afunda mais um pouco a situação econômica do agricultor.

Pode até funcionar bem nos dois, três ou até quatro primeiros anos, como aquela cooperativa fundada por Domenico de Brida em Urussanga na década de 1880 e que Pe. Marzano comenta assim: "Mas naquela sociedade, iniciada com tão felizes auspícios, não durou senão quatro anos e desfez-se com grande prejuízo para a colônia". Aí está. "...com grande prejuízo..." Ou aquela outra de Sívio Zanette em 1885 em Pedras Grandes, pois lá passava o trem para exportar os produtos suínos. Cada ação duzentos mil réis. Tubo bem, diz Pe. Marzano: "Mas, lamentavelmente, um princípio tão prometedor não se manteve. A fábrica funcionou só quatro anos".

O caso da cooperativa sempre chega ao fim com o "grande rombo", com a "grande falcatrua" do infalível espertalhão que vai buscar lá bem no fundo do bolso dos agricultores os últimos vinténs.

Qual a solução, então?

Recentemente, eu ouvi a proposta de solução deste problema partindo de um deputado federal, falando num canal de televisão.

O governo deveria pagar preços maiores para os produtos agrícolas procedentes do trabalho artesanal.

E como distingüí-los?

Nós nos habituamos tanto à perversidade das estruturas vigentes que nem sequer nos passa pela cabeça a possibilidade de dar-lhes outras formas.

Por tudo isto e por outras coisas mais, o mundo em que vivemos é isto que nós mesmos, todos juntos, criamos e nele estamos coagidos a aceitar para poder viver.

A imigração foi uma etapa no processo histórico que atingiu um considerável grupo humano no qual eu mesmo me sinto incluído.

No entanto posso dizer que, apesar de ter partido donde parti, cheguei a um desfecho, senão de plena realização, certamente, dos mais bem aquinhoados, graças às circunstâncias particulares que me cercaram e me acompanharam, qual uma boa estrela vinda do alto, durante toda a minha vida adulta.

Rendo, porém, minhas homenagens a todos aqueles que sofreram agruras as mais rudes e não alcançaram ainda a meta desejada.

Desde os meus decididos bisavós paternos Antônio Baldessar, acompanhado de sua destemida mulher Anna e seu irmão mais velho cego Giovanni e esposa Giovanna, trazendo consigo mais sete filhos menores, desde os, igualmente destemidos, bisavós maternos, Matteo Ignazio Mariot de sua mulher Anna Fontanella e mais oito filhos,¹¹ desde o meu avô paterno Luigi e minha avó Luigia, ambos chegados ao Brasil crianças, desde o meu avô materno Pietro e minha avó Lúcia, chegados no Brasil casados com dois filhos menores, um dos quais, Cesar nascido seis dias depois de chegarem em Urussanga, até meus pais Antônio Baldessar e

Margarida Mariot. Uma lembrança imorredoura de gratidão e uma prece ungida de amor que vá até o trono de Deus por tudo o que fizeram oferecendo o melhor de suas vidas, de suas forças, de sua dedicação para levar a bom termo a missão que Deus lhes confiou na oferenda máxima de si mesmos por todos os que receberam em suas veias o seu sangue e o caráter de filhos de Deus.

Aos meus irmãos, a todos devo um pouco daquilo que hoje eu sou e por tudo o que lhes devo, minha gratidão, meu incentivo na luta que ainda continua. A meus dois irmãozinhos que morreram ainda no berço, uma prece.

Aos meus sobrinhos, sobrinhos netos e bisnetos, uma palavra de ânimo e entusiasmo para que seus ideais sejam alcançados em plenitude.

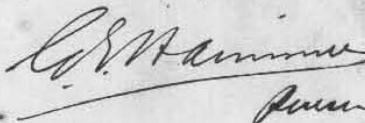
ILUSTRAÇÕES

As páginas que seguem têm por finalidade ilustrar visualmente algo do que foi dito no conteúdo de todo o livro.

No entanto, como se pode, facilmente, observar, nem todas as reproduções são de boa qualidade, porque se trata de mapas, documentos e fotos, muitos dos quais já ultrapassaram um século de existência.

Deem-me, pois, por escusado, os prezados leitores por não poder oferecer-lhes coisa melhor.

Creiam, porém, que isto também foi feito no desejo de complementar o que penso ter sido a autêntica expressão da verdade histórica, relacionada com nossos imigrantes.

<u>Name</u>	<u>Single or married age</u>	<u>Citation</u>	<u>Profession</u>	<u>From</u>	<u>To</u>	<u>Arr.</u>
Matteo Mariot 1860		Italy	Labourer	Brix	Rio	Aug 39
Carlo "	117	"	"	"	"	"
Matteo "	115	"	"	"	"	"
Madalena "	117	"	"	"	"	"
Giovanni "	12	"	"	"	"	"
<hr/>						
5	 Pauw					

Na lista de passageiros do navio inglês "Sorata", que trouxe para o Brasil meu bisavô materno e seu filho Marco, não constam seus nomes, por isso o comandante do navio os acrescentou no verso de uma das folhas e autenticou com sua assinatura. Data 15.10.1879. Os últimos três nomes acima viajaram sob o nome Mariot, mas são da família Longo, cujos descendentes, a partir daí, adotaram o nome Mariot. Meus avós maternos vieram dois anos mais tarde.

44

N° d'ordre BULLETINS	NOMS ET PRÉNOMS des PASSEIGERS	AGE	PROFESSION	NATIONALITÉ	PLACES			PRIX	SOMMES PERÇUES	Observations
					1 ^{re} Classe	2 ^{me} Classe	3 ^{me} Classe			
41	Muttini abbaia Doro	36	mais professeur Italien		Cat. 1 ^{re}					Gênes
42	" Antonia	36	" "		Cat. 2 ^{me}					2
43	" Luisa	6			Sobro					3
44	" Donatello	3			Cat. 2 ^{me}					2
45	V. Lucia	1								
46	V. Baldassarre Giacomo	66	Cego		Cat. 1 ^{re}					
47	" Giacomo	60								
48	" Giacomo	84								
49	" Onna	47								
50	" Giacomo	46			Sobro					3
51	" Luisa	13								
52	" Cesa	12								
53	" Onna	9								
54	" Piero	6								
55	" Caterina	4								
56	Michael Jean	15	Coppi dijia ottoman		Sobro					
57	Giammini Francesco	15	Tourgialas Italien		Cat. 2 ^{me}					

Lista de passageiros do navio francês "La France", que trouxe os pais de meu avô paterno e minha avó paterna. Meu avô é Luigi Baldessar, com 13 anos, e minha avó Luigia Muttini com 6 anos.

PROVINCIA DI BELLUNO

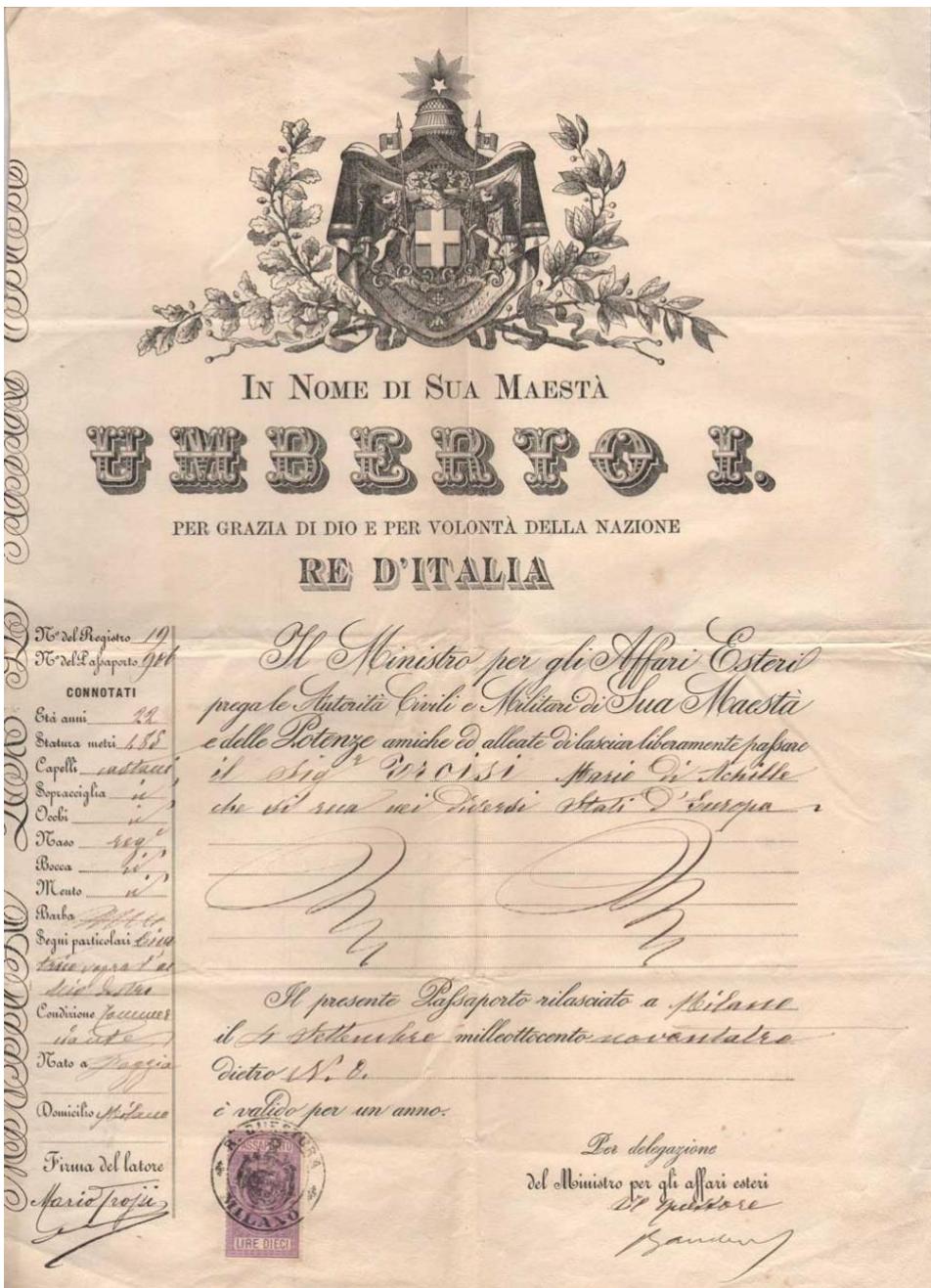
MODELLO A.

DISTRETTO

RUOLO della Popolazione della Frazione di Pirago e Muda esistente a tutto il

Numero Civico	Principale o Subalterno	COGNOME del Capo di Famiglia e delle altre persone che ne fanno parte	NOMI di ogni Individuo	NOME de' tal Genitor	SOPRANO- ME se ne ha	CONDIZIO- NE	EPOCA della nascita			
							Progressivo degli individui di ogni famiglia	4	5	6
67	1	Mariot	Matteo	Pietro ed Teresa	Tellise	31 Giugno 1811				
	2	Fontanella Bona	Antonio	Ignazio e Maria	Lagio	14 Maggio 1826				
673	3	Mariot	Ignazio	Pietro ed Teresa	Tellise	26 Gennaio 1829				
	4		Margherita	"	Villa	8 Maggio 1837				
	5	Dolzana	Nicola	Marco Giovanni	Levi	15 Gennaio 1846				
	6	Mariot	Pietro	di Matteo ed Anna	Fazio	11 Giugno 1851				
	7		Cesare	"		9 Giugno 1858				
	8		Giovanni	"		4 Agosto 1858				
	9		Cesue	"		17 Gennaio 1859				
	10		Brigida	"		6 Giugno 1859				
	11		Marco	"		3 Maggio 1861				
	12	Bratti	Maria	di Paolo ed Anna	Baldessar	27 Giugno 1829				
	13	Mariot	Teresa Brigida	di Matteo ed Anna	Fazio	22 Gennaio 1863				
	14		Michelina	di Ignazio e Maria						
	15		Valentina	di Matteo ed Anna			18	8 Gennaio 1865		
	16		Margherita	"			4	Giugno 1868		
	17		Pietro	"						
	18		Francesca	di Ignazio Bratti Maria						
	19									

Este Documento pesquisado na Comune de Longarone, fração de Pirago e Muda, província de Belluno, Itália, traz os nomes desde os meus trisavós maternos: Pietro Mariot e Teresa de Bona, meus bisavós Matteo Ignazio Mariot e Anna Fontanella (vieram para o Brasil em 1879 e 1882, respetivamente), os filhos deles: Pietro (meu avô), Cesare (morreu em Budapeste, trabalhando na Transiberiana)¹², Giovanni, Giosuè, Brigida, Marco, Teresa Brigida, Valentina, Margherita (esta foi a primeira esposa de Luigi Baldessar, meu avô, que deixou uma filha de nome Margherita, que mais tarde casou com Pedro Amboni).



Passaporte italiano de 1893. Nota da adaptação: A imagem original, de um passaporte italiano, estava em um estado impossível de entender. Por isso ela foi substituída por outro passaporte da mesma época e modelo. O original não é de nenhuma pessoa mencionada neste livro.

DATA	NATUREZA DAS DIVIDAS	DEVE	DATA	NATUREZA DOS REEMBOLSOS	Payer
1891 Julho 19	Transporte Importância do Lote Hely 32.4400 a 20\$000 reis		1891 Setembro 30	Transporte Por dias 1 de trabalho prestado nas estradas	
	Importância do Livro da C. C. C. Um machado	6487800		Comer a cima - 3 dias	1.500
	Una faca	18000	outubro 31		3.000
	Vale por aluguel de 10 dias	3.500	Novembro 31		
		2.200	1892 Januari 31		
		10.000			
Agosto 1	15			
15	16			
Setembro 1	15	15.000	Esta é uma página de uma caderneta de conta corrente de um imigrante. Pertenceu a Antonio de Nez. O primeiro lançamento foi a 19 de julho de 1891 com o terreno a 20\$000 cada	
16	15	15.000		
Outubro 1	15	15.000		
16	16	10.000		
Novembro 1	15	15.000		
16	15	15.000		
Dezembro 1	15	15.000		
16	16	10.000		
	A Transportar	8218500		A Transportar	68100

COMPANHIA METROPOLITANA

Colonia Nova Veneza

Título provisório

De Nez antonio

ESTADO DE

FAMIL

Nomes	Grão de Parelha	Variantes	
De Nez Antonio	Maria		
Maria	Mutiba		

Data	NATUREZA DAS DIVIDAS	DEVE
1891	Transporte	
Julho 19	Impostaria do lote Moç 36.4400	6488800
	20000 reais	
	Impostaria do lote de 0º 0º	77000
	Um machado	38500
	Uma foice	28200
	Tale por auxilio de 13 dias	13000

Título provisório do lote de terras fornecido pela Companhia Metropolitana,
válido até o término do pagamento, de Antônio de Nez.

Ao lado: Casa de pedra onde residiu Pietro Mariot em Pirago, nas margens do rio Piave, na Itália.

Em baixo: Casa de pedra, construída em Rio Salto, por Marco Mariot, irmão de Pietro, assim que chegou em Urussanga, SC. Foi sua residência até o fim de sua vida.





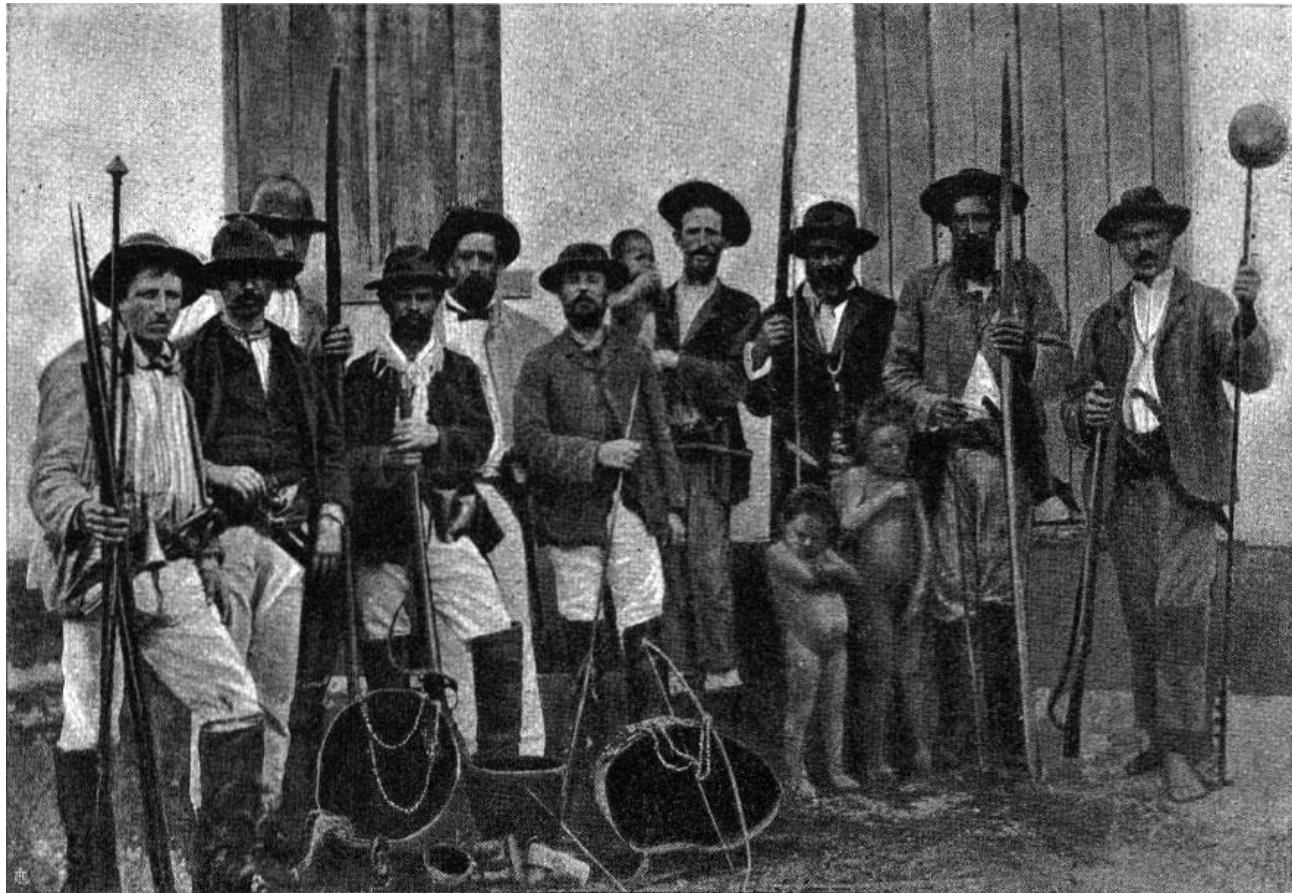
MORRINHOS

Neste local em que há diversas pequenas elevações, os imigrantes iniciavam sua longa caminhada, de 56 Km a pé, até Urussanga.

À esquerda da foto há um monumento que indica o local de nascimento de Anita Garibaldi.



Neste local, sobre a pedra do Paredão, o índio se posicionou para desfrechar sua seta mortal contra Giovanni Baldessar, no dia 10 de fevereiro, enquanto falquejava um tronco de madeira para a construção da casa.



Volta da incursão contra os índios de Palermo.



Família de Antonio Copetti e Madalena Boecio Copetti, meus parentes. Numa noite os índios colheram sua roça de arroz inteira. Antonio estava ausente no planalto. Foto de 1920, aproximadamente.



Pietro Mariot, meu avô, Giosuè, que perdeu uma de suas mãos em acidente de construção de estradas, Marco Mariot e Teresa Mariot Baldessar, casada com Pietro Baldessar.

Ao lado: Minha bisavó Anna Fontanella Mariot com sua filha Valentina Mariot Lenzi em 1918.¹³



Em baixo: A família de meus avós paternos, por volta de 1920.





Família de Antônio Baldessar e Margarida Mariot Baldessar
1941



O autor,
quando estudante e já interessado nas pesquisas
Sobre as origens e a história da família



Cesar Mariot, nascido seis dias depois de sua mãe ter chegado em Urussanga: 19.4.1882.
É irmão de minha mãe.
Ao lado de Cesar, sua filha caçula Leda Mariot Belloli.



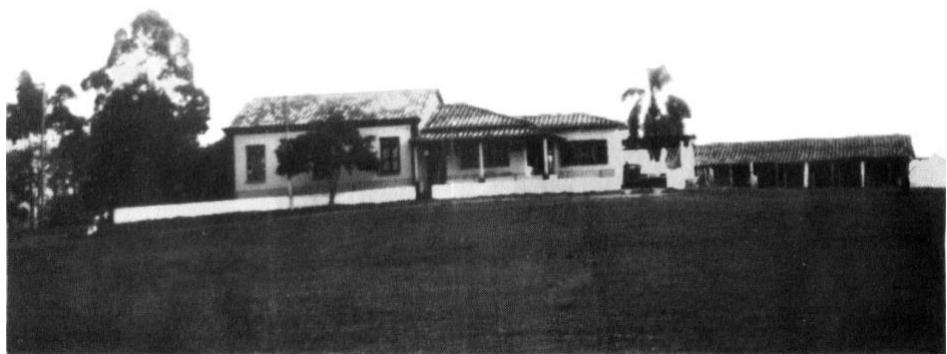
Meus pais: Antônio Baldessar e Margarida Mariot Baldessar

Pietro Brati e depois seu filho Luigi construiram estas três casas de pedra, além de mais duas que já não existem, em Nova Veneza.





Esta casa foi construída por meus pais em Rio Deserto, Urussanga, em 1922, com madeiras serradas à mão. Em 1924 foi vendida à família Marcon, que a transportou, reconstruiu em Rio Caeté e lhe acrescentou uma varanda. Eu nasci nessa casa. A foto é recente.



Casa da família Baldessar, em São Bento Baixo, Nova Veneza.
Hoje pertence a Olindo Baldessar.

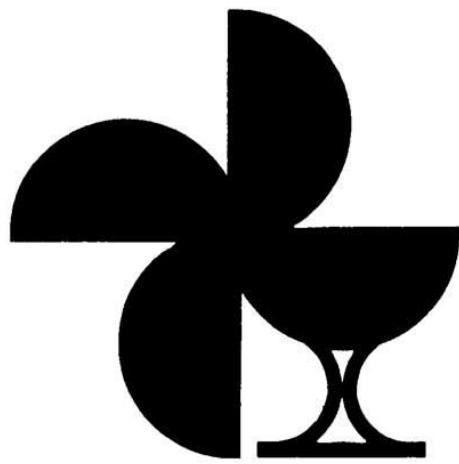


Meu pai e minha mãe com os três filhos mais velhos:
Luiza Cornélia, Luiz e Pedro.

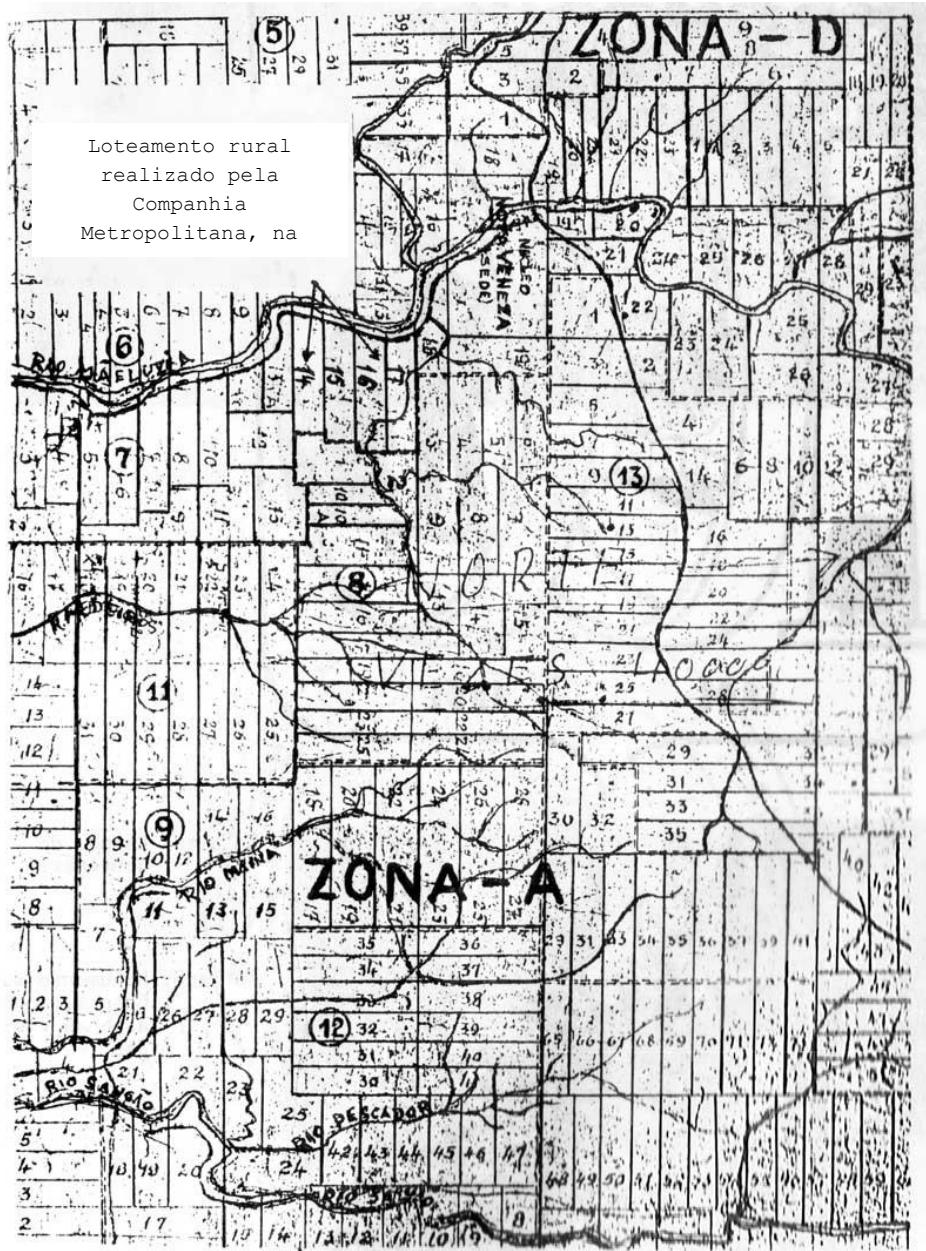


O autor
Em suas pesquisas em Nova Venécia, ES.

URUSSANGA



**Paisagem,
gente e
progresso.**



Os 4 primeiros lotes distribuídos são os de nº 17, 15, 16 e 14
respectivamente a Sebastião Arcarol, Carlo Moro, Achile
Damiani e Luigi Damiani em 20/07/1891.



No alto: Escudo do centenário.

Ao lado: Monumento ao colono, dando as boas vindas.





Nova Venécia, ES

Monumento comemorativo ao centenário do imigrante italiano
1890 - 1990

No alto vê-se a igreja de São Marcos



Leão de São Marcos de Nova Venécia, ES
O mesmo de Nova Veneza, SC



Rainha do Centenário da Imigração de Nova Veneza

Fernanda Panato Steiner

3^a geração, filha de Nereu e Elvira Panato Steiner.



Miss Nova Veneza, ano do Centenário da Imigração Italiana.

Ana Raquel Baldessar

3ª geração, filha de Olindo e Madalena Coan Baldessar.



UMA DÚZIA DE IRMÃOS:

Luiza Cornélia (26.12.1916), Luiz (03.05.1918), Pedro (14.08.1919), Fioravante (20.03.1921), Arno (27.08.1922), Mons. Quinto (05.12.1923), Olindo (27.05.1925), Octávio Cezário (18.09.1926), Gelma (25.11.1927), Josefina (25.05.1929), Iolanda (11.01.1931), Lúcia Maria (18.02.1934), filhos de Antônio Baldessar e Margarida Mariot.

Foto de 1990.

BIBLIOGRAFIA

Marzano, Pe. Luigi, "Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil", Trad. Dall'Alba, Pe. João Leonir, Ed. UFSC, 1985.

Koshiba, Luiz e Frayze Pereira, Denise Manzi "História do Brasil", Atual Editora, 5^a Ed. 1979.

I.B.G.E. "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Vol XXXII, 1959.

G.M "Contributo alla Storia della Presenza Italiana In Brasile", Biblioteca MJ - SG - SDI. Min. Just.

Revista Brasileira de Estatística, Ano XI, Nº 42, 1950: "Alguns Dados sobre Imigração Italiana".

Vieira Ferreira, Des. "Azambuja e Urussanga", Of. Graf. do D.O., Niteroi, 1939.

Cabral, Osvaldo Rodrigues "História de Santa Catarina", 4 vol. Grafiar, 1970.

Piazza, Walter "A Igreja em Santa Catarina", Notas para a sua História, 1977

Marques, Mons Agenor Neves "Imigração Italiana", 1978

Marques, Mons. Agenor Neves "História de Urussanga"

Patarelo, Pe. G.V. "Siderópolis" - Uma grande Aventura, Ed. Paulinas, 1963.

Dalcin Barbosa, Fidelis - "Semblantes de Pioneiros".

Dall 'Alba, Pe. João L. "Pioneiros nas Terras dos Condes", 1969

Barbosa, F. Dalcin "O Prisioneiro da Montanha", 1967

Furbeta, Pe. Carlos "História da Paróquia de Nova Venécia"

ARQUIVOS HISTÓRICOS

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. "Livro de Registro dos Imigrantes do fim do século 19 e começo do século 20.

"Listas de Passageiros" dos navios que transportaram os diversos contingentes de Imigrantes no período de colonização no final do século 19 e começo do século 20.

Arquivo da Prefeitura de Nova Veneza, SC

Arquivo da Prefeitura de Nova Venécia, ES.

Arquivo particular do pesquisador Amadio Vittareti, Tubarão - SC.

Arquivo particular do pesquisador Círio Milanez, Caravagio, Nova Veneza - SC.

Arquivo particular dos pesquisadores Hedi e Amabile Damiani e Leda Mariot Belloli.

Arquivo Hist. -Fotogr. de Jair Luiz Baldessar - Sobrinho.

Arquivo Hist. -Fotogr. de Lúcia M^a Baldessar Bristot - Irmã.

Arquivo Hist. -Fotogr. de Bruno e Carlota Mariot - Primos

Arquivo Hist. -Fotogr. de João e Elisa Copeti Zanin - Primos

Arquivo Hist. -Fotogr. de Antônio Coral.

INFORMES PELA TRADIÇÃO ORAL

Amabile Baldessar Coral - 1^a geração de Imigrantes - Tia

Mário e Helena Bez Bati Baldessar - 1^a geração - Tios

Vittorio Brolese - 1^a geração

Adolfo Warmling - 1^a geração

Luiz e Nilda Bilo Baldessar - 2^a geração - Irmão e cunhada

Leonel e Mário Baldessar - 2^a geração - Primos

Olindo e Madalena Coan Baldessar - 2^a geração - Irmão e cunhada

Aluim e Iolanda Baldessar Michels - 2^a geração - Cunhado e irmã

Família Trevisol - 2^a geração - Primos

Raul Coral - 2^a geração

Artur e Coralina Mondardo Coral - 2^a geração - Primos

Florencia Savi - 1^a geração

Arduino Girardi - 1^a geração

Anacleto Amboni - 2^a geração

Adolfo Nuernberg - 2^a geração

Pedro Baldessar - 2^a geração - Irmão

Gabriel Michels - Imigrante

Nevton Bortolotto - Agente Consular - 2^a geração

Élzio José Milanez - Prefeito Municipal - 2^a geração

Con. Amilcar Gabriel - Pres. da Com. do Centenário - 2^a geração

NOTAS DA ADAPTAÇÃO

¹ Margherita Mariot, esposa de Luigi Baldessar, era a filha mais nova de Matteo Ignazio Mariot e Anna Fontanella. Ela morreu por complicações de parto, mas aparentemente havia decidido o nome da filha antes de morrer. Sua filha foi registrada nos documentos paroquiais como Anna Teresa Baldessar. Porém, nos registros civis, o nome dela é Margherita Baldessar. Ela parece ter usado os dois nomes durante a vida, o que faz pesquisas a seu respeito peculiarmente complicadas. Margherita (Anna Teresa) Baldessar nasceu em 1889 e Margherita (Mariot) Baldessar, mãe do autor, em 1890. A confusão entre as duas é bastante comum, por isso o autor frisa que haviam duas.

² O relato de Cesare nascer 6 dias depois da chegada dos pais não é muito sólido. Segundo documentos civis e paroquiais, Cesare Mariot nasceu dia 19 de abril de 1882. Portanto, 8 dias depois dos pais chegarem a Urussanga. Esta história foi repetida por Leda Mariot Belloli, filha de Cesare, em relato independente. Não é claro como estas informações contraditórias se tornaram a narrativa habitual, mas uma hipótese é que Lucia e Pietro tivessem chegado tarde da noite no dia 11 e Cesare nascido na madrugada do dia 19, resultando, de certa forma, em 6 dias de intervalo entre os eventos.

³ Giovanni e sua família também estavam em Urussanga. As irmãs chegaram em Urussanga na mesma viagem. Checar notas abaixo.

⁴ A família Mariot não foi ao Brasil em três viagens, mas quatro. A primeira em 1879, a segunda em 1880 e as outras duas em 1882.

⁵ O Sorata de fato partiu de Liverpool, mas os Mariot embarcaram em Bordeaux, na França, como evidenciado nas anotações que podem ser vistas na página 251.

⁶ Esta informação está incorreta. Teresa, Valentina e Margherita não viajaram com Matteo e Marco. Elas viajaram com Pietro em 1882.

⁷ Os nomes das filhas não constam porque elas não viajaram com este grupo. Ver nota anterior.

Os Longo viajaram com os Mariot, mas não havia um "Matteo Longo"; o nome dele era Marco. Portanto: Marco, Madalena e Giovanni. O oficial do Sorata escreveu o nome de Marco errado. De fato, justamente porque os Longo adotaram o sobrenome "Mariot", havia em Urussanga dois "Marco Mariot", um sendo o filho de Matteo Ignazio, e outro filho de Tommaso e marido de Madalena. A confusão entre estes dois homens é muito freqüente. Uma fonte de constante confusão é a casa de Marco Longo em Rio Salto (que ainda existe na data desta versão do livro e foi convertida em restaurante) freqüentemente associada a Marco Mariot. Outro fato interessante é que nos registros de cartório de Urussanga, Marco Mariot freqüentemente assinava ou era referido como "Marco Mariot 2", ou "Marco Mariot Segundo", embora ele fosse o autêntico Mariot. Marco Mariot casou-se em 1888 com Antonia Longo, que era irmã de Marco Longo, portanto eles eram cunhados. Antonia também adotou o sobrenome "Mariot" antes do casamento, e era, portanto, chamada de "Antonia Mariot". Um dos netos de Marco Longo também se chamava Marco Mariot, filho de seu filho Defende Mariot.

⁸ Giovanni não esteve com o grupo de Pietro. No acervo do Arquivo Nacional, Giovanni pode ser encontrado na lista de passageiros do vapor Berlin, que partiu do porto de Gênova em data incerta e chegou ao Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1880. Ele estava acompanhado de sua esposa, Maria de Lorenzi, e seu filho Matteo Mariot. O autor provavelmente não encontrou os registros dos vapores Berlin nem do Maria. Eu particularmente não creio que o autor tenha arbitrariamente deduzido a distribuição de Giovanni e suas irmãs nestas viagens, mas ele provavelmente derivou essa informação de algum relato oral.

⁹ Giosuè chegou ao Brasil em maio de 1882. Ele viajou no vapor La France, partindo de Marselha. Corre um boato que ele deserdou do exército italiano durante uma guerra, mas a Itália não estava em guerra e ele tinha idade para ser dispensado. Giosuè se estabeleceu em Laguna por muitos anos. É dito que ele não sabia onde estava o restante da família. Ele se estabeleceu em Urussanga em meados de 1889, quando casou-se, em julho, com a primeira esposa, Teresa Rosso. Teresa morreu de febre tifoide. Sua segunda esposa foi Giovanna Cordella.

¹⁰ Não sei se o autor conseguiu resolver estes mistérios,

mas aqui estão algumas informações resgatadas das entranhas da Internet do século 21: Michele Napoli nasceu em 13/04/1854 em Palermo, mas cresceu nos Estados Unidos da América, onde estudou ciências naturais, matemática, topografia, desenho industrial e arquitetura, e também se certificou para trabalhar com arquitetura e agrimensura. Aos vinte anos foi nomeado subtenente da infantaria italiana. Napoli tinha contatos, entre eles, os governadores Hercílio Luz e Lauro Müller. Provavelmente foi através destes contatos que ele se envolveu com a Ângelo Fiorita. A implantação de Nova Veneza ocorreu em 1891, e Napoli estava fisicamente no Brasil neste ano, mas a data exata de sua chegada ao Brasil permanece um mistério. Ele se casou em 1899 com Ottilia Sauer e morreu em 05/09/1926.

¹¹ É curioso o autor mencionar oito filhos, porque Matteo e Anna tiveram nove filhos no total, e eles estão listados no *Ruolo della Popolazione della Frazione de Pirago e Muda*, o documento que pode ser visto na página 253. Este documento tem uma segunda página, na direita, que tem a data de óbito da primeira filha do casal. Esta filha, Brigida, morreu com apenas 2 anos em Longarone. O segundo filho, Cesare, morreu em um acidente de trabalho na Hungria (ver nota abaixo), antes da viagem de Matteo e Marco. Portanto estes dois filhos não imigraram. Restam, então, sete filhos que foram ao Brasil. Os demais indivíduos listados no ruolo são irmãos e sobrinhos de Matteo que nunca imigraram.

¹² Cesare não estava trabalhando na Transiberiana, que por sua vez, não apenas dista 1.575 quilômetros de Budapeste, mas começou a ser construída em 1891. Esta é uma gafe de origem desconhecida e freqüentemente repetida nos relatos dos Mariot. Eu particularmente entretenho a idéia que os Mariot da época não eram muito interessados em geografia e qualquer coisa "para lá do Vêneto" fosse considerado parte da Rússia.

¹³ Anna Fontanella morreu em 24 de abril de 1917. Essa foto não pode ter sido tirada em 1918.